



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

RENATA ROCHA GADELHA

**RECAMPESINIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO CAMPESINATO
HISTÓRIAS DE VIDA NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO
PARANÁ (MMC/PR)**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

RENATA ROCHA GADELHA

**RECAMPESINIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO CAMPESINATO
HISTÓRIAS DE VIDA NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO
PARANÁ (MMC/PR)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul para a obtenção do Grau de mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Inácio Andrioli.
Co-orientadora: Prof^a Dr^a Siomara Aparecida Marques.

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Gadelha, Renata Rocha

Recampesinização e Ressignificação do Campesinato:
histórias de vida no movimento de mulheres camponesas do
Paraná (MMC/PR)/ Renata Rocha Gadelha. -- 2017.
254 f.:il.

Orientador: Dr. Antônio Inácio Andrioli.

Co-orientador: Dr.a Siomara Aparecida Marques.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia
e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR),
Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Agroecologia. 2. Patriarcado. 3. Movimento de
Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR). 4. Participação.
5. Conscientização. I. Andrioli, Dr. Antônio Inácio,
orient. II. Marques, Dr.a Siomara Aparecida, co-orient.
III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RENATA ROCHA GADELHA

TÍTULO: "Recampesinização e Ressignificação do Campesinato: histórias de vida no Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR)".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 17/02/2017

Orientador (a): Prof^o. Dr^o. Antônio Inácio Andrioli

Aprovado em: 17 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^o. Dr^o. Antônio Inácio Andrioli(UFFS)



Prof^o. Dr^o. Siomara Aparecida Marques(UFFS)



Prof^o. Dr^o. Vanderleia Laodete Pulga(UFFS)



Prof^o. Dr^o. Claudete Beise Ulrich(FUV - Faculdade Unida de Vitória/ Via-Skype)

Laranjeiras do Sul/PR, fevereiro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às mulheres camponesas que se dispuseram a fazer parte dessa pesquisa: Eva, Maria, Ana, Orquídea e Marina. O primeiro sentimento que surge, de poder colher suas histórias de vida, é o de honra. Honra por essas mulheres terem depositado sua confiança em mim, para me relatarem suas histórias, suas lembranças, suas vidas. Em seguida, o sentimento de extrema responsabilidade, como estar com um cristal entre as mãos e ter que manuseá-lo com muito cuidado. Se fosse preciso descrever essas mulheres em uma só palavra, seria: força. A força de um bambu, flexível, que resiste, que persiste, e não desiste nunca.

Obrigada, queridas guerreiras, que me acolheram desde o primeiro momento, fazendo me sentir muito a vontade, o tempo todo, deixando no coração esse sentimento de saudade, toda vez que os encontros acabavam. Hoje, com muito orgulho, posso dizer que vocês fazem parte da minha história de vida.

Agradeço ao meu orientador, Antônio Inácio Andrioli, e a minha co-orientadora, Siomara Aparecida Marques, pelo apoio, dedicação e estímulo para a construção dessa pesquisa. Ambos permitiram que eu seguisse meu próprio caminho, e fosse encontrando as melhores formas para o desenvolvimento da pesquisa. Essa liberdade que me proporcionaram, tornou o processo todo desafiador e estimulante. Ao mesmo tempo, suas orientações geravam sempre muita reflexão, contribuindo muito para o bom desenvolvimento do trabalho.

Agradeço também a todas as militantes do MMC que me ajudaram nesse caminho. Em especial à Sandra Marli da Rocha Rodrigues, que contribuiu desde o início com a pesquisa, com muito carinho e dedicação. Sua participação na pesquisa foi essencial para que fosse possível resgatar a história do MMC no Paraná. À Justina Cima, que me recebeu com toda atenção em Chapecó e se dispôs a ficar horas, noite adentro, procurando comigo cartilhas do MMC, na sede do mesmo em SC. À Maria Luiza Carvalho (*in memoriam*), que com sua sabedoria e energia, sempre trazia muito dinamismo para os encontros. A todas as jovens do MMC que participavam dos encontros, e nos dão a esperança de um futuro menos desigual, mais justo. Agradeço à Jaque e à Angélica, por ajudarem a cuidar do meu filho nos encontros do MMC.

Agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro, que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa, sem o qual, dificilmente, eu teria tido condições de realizar um mestrado.

Agradeço à Universidade Federal Fronteira Sul, a todos que lutaram e contribuíram para a construção desse projeto de universidade popular. Ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, e a todos os seus professores. Ao coordenador deste programa, Gilmar Franzener, que sempre com muita atenção atendia a nossas solicitações. À professora, Josimeire Aparecida Leandrine, que acompanhou a construção dessa dissertação desde o início, até o seu término, sempre com muita dedicação e carinho. Agradeço a todos os colegas do mestrado, que durante o curso propiciaram discussões, reflexões, conversas, importantes para a construção diária dos conhecimentos. Agradeço a toda equipe técnica e servidores da UFFS, pelo seu trabalho e dedicação, que também contribuem para o bom andamento dos trabalhos na universidade.

Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção dessa pesquisa. Aos professores que participaram da pré-banca e da banca de qualificação do projeto: Valdete Boni, Marisela Garcia Hernandez, Mariano Luis Sanchez e Paulo Hahn.

Agradeço ao coletivo de mulheres do MST, da região de Laranjeiras do Sul, que me acolheram em seus encontros e permitiram o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade das mulheres rurais.

Agradeço a minhas amigas de Laranjeiras do Sul/PR, que tornaram o cotidiano muito mais agradável: Milena, Flávia e Letícia.

Agradeço a todas as pessoas, amigos e amigas, que fizeram parte da minha história de vida, e que, de alguma forma, contribuíram para eu estar onde estou hoje, pela construção das minhas ideias, conhecimentos, práticas, vivências e sonhos. Vocês são muitos e seria injusto listar aqui o nome de alguns poucos. Agradeço também a todos/as agricultores/as da Cooperafloresta, que fizeram parte de uma importante etapa de minha vida, e que me motivaram a seguir trilhando o caminho da agroecologia.

Por fim, agradeço a toda minha família, irmãos, tias/os, primas e, em especial, à minha querida mãe e querido pai (*in memoriam*), que toda a minha vida me incentivaram e apoiaram nos estudos, nas minhas escolhas, sempre respeitando que eu pudesse trilhar os caminhos que eu acreditava serem os melhores para mim. Agradeço ao Rodrigo, pelos aprendizados que a

convivência rendeu. E agradeço, infinitamente, a meu filho, por ele existir e ser fonte de tanta luz e alegria, em todos os dias, de minha vida.

RESUMO

Esta dissertação analisa, através da metodologia de história de vida e do método dialético, a trajetória de cinco agricultoras, que fazem parte do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR). O objetivo geral desta pesquisa foi identificar se a participação dessas mulheres, no MMC, permitiu que elas pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e a colocá-las em prática, em suas unidades produtivas. Para responder a esse objetivo geral, antes, buscamos responder a dois objetivos específicos: a) como eram as relações de gênero na vida dessas mulheres, antes e depois, de sua participação no movimento? b) como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres, antes e depois, de entrarem no MMC? A pesquisa bibliográfica nos informa que, devido à divisão sexual do trabalho, historicamente, as mulheres desenvolveram percepções e habilidades mais ecológicas do que os homens. Essas percepções e habilidades teriam sido preservadas nas mulheres camponesas. Todavia, a bibliografia também nos revela que, a mesma cultura que manteve essa divisão sexual do trabalho e permitiu a conservação desses saberes nas mulheres, é uma cultura enraizada no patriarcado, em relações de opressão e autoritarismo. Sendo assim, mesmo que as mulheres tenham esses saberes, elas estavam vetadas de participar no planejamento produtivo de suas unidades agrícolas. Baseando-nos na concepção de agroecologia, de Eduardo Sevilla Guzmán, como melhor estratégia para o desenvolvimento rural sustentável, um de seus fundamentos é a participação de todos os sujeitos, envolvidos na prática produtiva, na construção do saber coletivo. Sendo assim, se não enfrentamos as relações desiguais de gênero, estamos impedindo que as mulheres participem dessa construção de conhecimento e do processo de desenvolvimento. Dessa forma, um dos desafios, para o avanço e fortalecimento da agroecologia, é buscar gerar processos nos quais seja possível, tanto a participação dos homens, como a das mulheres. Os resultados desta pesquisa revelaram que, o MMC, movimento que discute tanto as relações de gênero, como a agroecologia como meio de resistência ao avanço do capitalismo no campo, permitiu um desenvolvimento na consciência das mulheres entrevistadas. Através do processo de conscientização, por meio da práxis, essas mulheres passaram a reivindicar o seu direito de participação em todas as tomadas de decisão, seja na família, seja na unidade produtiva; assim como, começaram a se identificar como camponesas e reconhecer o valor de suas antigas formas de gerar conhecimento. Com isso, dialogando com seus companheiros, iniciaram processos de transição agroecológica em suas unidades produtivas, gerando um processo de recampesinização. Uma recampesinização ressignificada, pois agora, não mais baseada em um campesinato fundado em relações desiguais de gênero, mas em um campesinato alicerçado na busca da construção da equidade de gênero.

Palavras chave: Patriarcado. Agroecologia. Participação. Movimento de Mulheres Camponesas. Conscientização.

ABSTRACT

This dissertation analyzes, through the methodology of life history and the dialectical method, the trajectory of five women farmers, who are part of the Movement of Peasant Women of Paraná (MMC/ PR). The general objective of this research was to identify if the participation of these women in the MMC allowed them to express their agroecological perceptions and to put them into practice in their productive units. In order to respond to this general objective, we seek to answer two specific objectives: a) how were the gender relations in the life of these women, before and after, their participation in the movement? b) how was the perception on the agricultural production of these women before and after entering the MMC? Bibliographical research informs us that because of the sexual division of labor, historically, women have developed perceptions and skills more ecologically than men. These perceptions and skills would have been preserved in peasant women. However, the literature also reveals to us that, the same culture that maintained this sexual division of labor, and allowed the preservation of these knowledge in women, is a culture rooted in patriarchy, in relations of oppression and authoritarianism. Thus, even if women had this knowledge, they were not allowed to participate in the productive planning of their agricultural units. Based on Eduardo Sevilla Guzmán's conception of agroecology as the best strategy for sustainable rural development, one of its foundations is the participation of all the subjects, involved in productive practice, in the construction of collective knowledge. Thus, if we do not face unequal gender relations, we are impeding women from participating in this knowledge-building and development process. Thus, one of the challenges for the advancement and strengthening of agroecology is to seek to generate processes in which both men's and women's participation are possible. The results of this research revealed that the MMC, a movement that discusses both gender relations and agroecology as a means of resistance to the advance of capitalism in the countryside, allowed a development in the consciousness of the women interviewed. Through the process of consciousness, through praxis, these women started to claim their right to participate in all decision-making, whether in the family or in the productive unit; They began to identify themselves as peasants and to recognize the value of their old ways of generating knowledge. With this, in dialogue with their companions, they began processes of agroecological transition in their productive units, generating a process of recampesinization. Re-signified recampesinization, for now, no longer based on a peasantry founded on unequal relations of gender, but on a peasantry grounded in the search for the construction of gender equity.

Keywords: Patriarchate. Agroecology. Participation. Movement of Peasant Women. Consciousness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Mapa do Reassentamento São Francisco..... | 130 |
| Figura 2 - Mapa do uso do solo no Reassentamento São Francisco..... | 134 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ABAG | Associação Brasileira do Agronegócio |
| ABRASCO | Associação Brasileira de Saúde Coletiva |
| ADERABI | Associação de Desenvolvimento dos Produtores e Atingidos pela Usina Hidrelétrica Salto Caxias |
| AIMTR-SUL | Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul |
| AMMTR-SUL | Articulação de Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul |
| ANMTR | Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| ASSESSOAR | Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural |
| CEB | Comunidades Eclesiais de Base |
| CITLA | Clevelândia Industrial Territorial Ltda |
| CLOC | Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo |
| CMMAD | Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CNPAS | Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis |
| CNA | Confederação Nacional da Agricultura |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| COOATER | Cooperativa de Assistência Técnica |
| COOPCAF | Cooperativa de Produção, Comercialização e Industrialização da Agricultura Familiar |
| COPEL | Companhia Paranaense de Energia |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRABI | Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu |
| CRESOL | Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DRS | Desenvolvimento Rural Sustentável |
| EJA | Ensino para Jovens e Adultos |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | Acordo Internacional de Tarifas e Comércio |
| IECLB | Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragem |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |

| | |
|----------|--|
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MMC | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MMC/BR | Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil |
| MMC/PR | Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná |
| MMC/SC | Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina |
| MPMP | Movimento Popular de Mulheres do Paraná |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra |
| NPK | Nitrogênio, Fósforo e Potássio |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OMA | Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OMTR | Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PAISM | Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher |
| PGPM | Programa de Garantia de Preço Mínimo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAE | Política Nacional de Alimentação Escolar |
| PROAGRO | Programa de Garantia da Atividade Agropecuária |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| SINITOX | Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |
| UNICAFES | União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1. Trajetória da Pesquisa, Objetivo e Justificativa..... | 15 |
| 2. Metodologia Utilizada | 19 |
| CAPÍTULO 1 – MULHERES, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL..... | 32 |
| 1.1. O Que as Mulheres Têm a Ver com Isso? | 32 |
| 1.2. Concepções de Desenvolvimento | 34 |
| 1.3. Desenvolvimento Rural | 37 |
| 1.4. Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia | 42 |
| 1.5. Agentes do Desenvolvimento Rural: Camponeses/as e Empresários/as. | 48 |
| 1.6. A Participação como Elemento Chave para o Desenvolvimento Rural Sustentável | 53 |
| 1.7. Ecofeminismos e a Construção Coletiva do Saber | 55 |
| CAPÍTULO 2 – O PATRIARCADO | 59 |
| 2.1. Hipóteses sobre a Criação do Patriarcado..... | 59 |
| 2.2. O conceito de <i>habitus</i> e de “violência simbólica” na obra de Bourdieu..... | 65 |
| 2.3. O Patriarcado na Antiguidade..... | 70 |
| 2.4. O Patriarcado na Idade Média..... | 77 |
| 2.4.1 A Alta Idade Média (séculos V ao X)..... | 78 |
| 2.4.2. A Idade Média dos Séculos XI e XII | 81 |
| 2.4.3. A Baixa Idade Média (1250 a 1500) | 87 |
| 2.5. O Patriarcado no Capitalismo | 90 |
| 2.6. O Capitalismo no Patriarcado: o outro lado da moeda | 96 |
| CAPÍTULO 3 – COMO SUPERAR O PATRIARCADO? | 99 |
| 3.1. Limites dos conceitos de <i>habitus</i> e “violência simbólica” de Bourdieu..... | 99 |
| 3.2. A Conscientização como meio para a Libertação das Mulheres | 100 |
| 3.2.1. O que é a Consciência? | 100 |
| 3.2.2. O Processo de Consciência para Mauro Iasi | 103 |
| 3.2.3. A Conscientização para Paulo Freire | 107 |
| 3.3. O Empoderamento | 110 |
| CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO PARANÁ (MMC/PR)..... | 115 |

| | |
|---|-----|
| 4.1. As Origens. | 115 |
| 4.2. A Articulação com os outros Movimentos de Mulheres do Sul | 118 |
| 4.3. A Formação da OMTR | 122 |
| 4.4. A Formação do MMC-Brasil | 122 |
| 4.5. O MMC/PR | 123 |
| 4.6. O que é ser Camponesa para o MMC? | 125 |
| CAPÍTULO 5 – O REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS | 130 |
| 5.1. A origem do Reassentamento e suas características gerais. | 130 |
| 5.2. Os Grupos de Mulheres. | 133 |
| 5.3. A Produção Agropecuária..... | 134 |
| CAPÍTULO 6 – RESULTADOS - RELAÇÕES DE GÊNERO | 138 |
| 6.1. Perfil das Entrevistadas..... | 138 |
| 6.2. Como eram as relações de gênero das mulheres entrevistadas, antes e depois, de entrarem para o MMC?..... | 142 |
| 6.2.1. Subordinação e Dependência: herdada ou imposta? | 145 |
| 6.2.2. Educação | 148 |
| 6.2.3. Divisão Sexual do Trabalho | 149 |
| 6.2.4. Violência Física, Psíquica e Emocional | 152 |
| 6.2.5. O Processo de Conscientização e Empoderamento..... | 153 |
| CAPÍTULO 7 – RESULTADOS – FORMAS DE PRODUÇÃO | 164 |
| 7.1. Como eram as formas produtivas das famílias das mulheres entrevistadas, antes e depois, da entrada no MMC? | 164 |
| 7.1.1. Forma de Produção antes do Reassentamento: o Campesinato. | 164 |
| 7.1.2. Forma de Produção no Reassentamento: o Empresarial. | 167 |
| 7.1.2.1. Porque adotaram o pacote da Revolução Verde?..... | 168 |
| 7.1.2.2. O Endividamento | 172 |
| 7.1.3. Forma de Produção com a Entrada no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): a Recampesinização..... | 175 |
| 7.1.3.1. Práticas Resgatadas | 175 |
| 7.2. Ressignificando o Campesinato: recampesinização com o processo de consciência das mulheres..... | 178 |
| CAPÍTULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 182 |
| REFERÊNCIAS | 188 |
| ANEXO A - ENTREVISTAS COMPLETAS..... | 195 |

INTRODUÇÃO

1. Trajetória da Pesquisa, Objetivo e Justificativa

A trajetória desta pesquisa, com o Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR), se inicia com a sugestão do meu orientador de investigar as percepções das mulheres agricultoras em relação ao uso de agrotóxicos. O grupo a ser estudado, neste caso, seria o MMC, devido ao seu pioneirismo, como movimento social, pela luta pela soberania e segurança alimentar e contra o uso de venenos. A hipótese da qual partiríamos seria a de que essas mulheres possuíam uma percepção crítica ao uso de agrotóxicos, logo, que elas possuíam uma percepção mais agroecológica do que os homens. Sendo assim, começamos nossa pesquisa bibliográfica buscando ler o que existia sobre este assunto. Percebemos, com isso, que já havia diversas pesquisas que tentavam confirmar esta nossa hipótese: que as mulheres possuem não só uma percepção, como uma prática, mais agroecológica, do que os homens¹.

Sendo assim, nossa pesquisa seria mais uma nessa corrente, mas com um foco diferente, especificamente: a percepção sobre o uso de agrotóxicos.

Além disso, em nossas pesquisas bibliográficas descobrimos a existência, dentro dos feminismos, de uma vertente que traz a questão da relação da mulher com a natureza e que compreende essa conexão não só como uma das bases que fundamentaria o patriarcado, mas que também valoriza os aspectos positivos dessa ligação: os Ecofeminismos. Dessa forma, passamos a estudar diferentes textos de diferentes perspectivas ecofeministas, para darmos

¹ ALENCAR et al; 2011. ANA; ACTION AID BRASIL, 2010. BURG; LOVATO, 2007. DE BIASE; SILVA JÚNIOR, 2011. FERREIRA, 2009. LADEIRA, 2013. LISBOA; LUSA, 2010. MAFRA; FLORIANI, 2007. MARONHAS et al. 2014. PASTORE et al. 2015. SCHOTTZ; CARDOSO, 2009. SILIPRANDI, 2009 e 2007. SOUZA, 2013. Estes diferentes trabalhos, de diferentes formas, trazem questões relacionadas às práticas tradicionais das mulheres do campo, do seu trabalho com as ditas miudezas, de tudo aquilo que rodeia a casa (hortas, canteiros de ervas, criação de pequenos animais, pomares, quintais agroflorestais, etc.) como também o cuidado com as vacas leiteiras. Nesse sentido, eles falam de sua produção diversificada para o autossustento da família, assim como, a potencialidade de geração de renda com toda essa diversidade que as mulheres produzem e processam posteriormente (geleias, queijos, embutidos, pães, bolos, etc.). Sendo assim, mostram como as práticas das mulheres estão mais próximas de uma produção agroecológica (biodiversidade, não uso de venenos, conservação de sementes e de espécies, percepções mais complexas do ambiente, etc.), assim como, a agroecologia pode ser um meio de emancipação das mulheres, uma vez que seus conhecimentos e práticas passam a ser valorizados, e que se incentiva a comercialização dessa produção feminina, gerando renda e autonomia financeira para as mulheres. Além disso, esses trabalhos enfatizam os problemas que essas mulheres sofrem no campo, como a falta de acesso a crédito, a assistência técnica, políticas públicas voltadas especificamente para elas, divisão sexual do trabalho, invisibilidade do trabalho da mulher, entre outros.

embasamento teórico para nossa pesquisa². Percebemos que já havia muito texto publicado e de diferentes visões do que seria o ecofeminismo, assim como, várias críticas eram feitas a ele. A princípio, o que todas as autoras pareciam concordar era que os ecofeminismos buscam entender a dupla relação de opressão e exploração que historicamente os homens realizaram, tanto sobre as mulheres, como sobre a natureza. O intuito seria compreender essa dupla exploração e quais eram suas conexões. Partindo disso, cada autora desenvolverá sua teoria, umas fazendo relações mais espirituais/essenciais (Shiva), outras mais históricas, materiais, desses processos (Holland-Cunz, King, Mies, Romero, Warren). Em grande parte delas, as autoras buscam valorizar essas características que foram conservadas nas mulheres e negligenciadas e perdidas pelos homens: o cuidado, a sensibilidade, a complexidade, a relação mais próxima com a natureza, entre outras.

Nesse sentido, estávamos bem amparados teoricamente com os ecofeminismos para realizar nossa pesquisa.

Todavia, eis que surge um “porém”. Na elaboração do projeto, no momento de explicar quais eram as nossas justificativas, qual era a importância de nossa pesquisa, surgiu um conflito.

Pelo caminho que o projeto de pesquisa se encaminhava, a única justificativa para nossa pesquisa que encontrávamos naquele momento era a de que: comprovando que as mulheres têm percepções mais agroecológicas que os homens, isso evidencia a extrema importância de se criarem meios para que as mulheres possam participar mais nos processos de decisão na unidade familiar/comunidade/sociedade. Evidencia-se a urgência da criação de políticas públicas específicas para elas, de crédito e de assistência técnica que elas tenham acesso, etc.

E ao refletirmos sobre esta justificativa, nos encontramos em meio a um conflito. Precisam as mulheres justificar um saber, uma habilidade, uma prática, para que sejam autorizadas a participar de algo na sociedade? Se a nossa justificativa fosse aquela, estaríamos respondendo afirmativamente a essa questão e negativamente ao fato de que as mulheres têm direito de participar, em todos os âmbitos da sociedade, não porque tenham este ou aquele saber, mas porque são sujeitos, assim como os homens, logo, têm direito de participar de qualquer espaço, assim como, os homens já participam. Ou seja, as mulheres não precisam de crédito, assistência técnica, políticas públicas, porque têm determinado saber. Elas precisam de tudo isso porque elas têm direito de participar.

² HOLLAND-CUNZ, 1996. KING, 1997. KULETZ, 1992. MIES, 1998. ROMERO, 1998. SHIVA, 2002; 1998. WARREN, 1998; 2016. Entre outras.

Eis, então, que surgiu uma questão crucial; mas, se as mulheres são sujeitos, por que estão impedidas de participar das decisões tomadas na sociedade?

Por causa da cultura patriarcal, que ainda está na raiz de nossa sociedade.

E é por causa dessa cultura machista, e não por que as mulheres têm estes ou aqueles saberes e práticas, que hoje é preciso que haja políticas públicas, crédito, assistência técnica, etc. específicos para as mulheres. É porque as relações dentro das famílias não são participativas, mas autoritárias, que é preciso que exista apoio para que a sociedade consiga superar o patriarcado, construir relações justas, permitir a participação de todos e, com isso, proporcionar meios para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Sendo assim, mesmo não descartando os ecofeminismos, houve uma transformação em nossa pesquisa. O foco agora era entender o patriarcado. Suas origens, desdobramentos, para que pudéssemos entender nossa condição atual. Como já tínhamos bastante material abordando as percepções agroecológicas das mulheres, o objetivo da pesquisa ficou definido como: identificar se a cultura patriarcal foi um obstáculo para as mulheres camponesas do MMC/PR, manifestarem suas percepções agroecológicas e de colocá-las em prática na produção agropecuária. Com isso, os ecofeminismos saíram um pouco de cena, eles já não eram centrais para explicar o que buscávamos entender. Por outro lado, as questões que os ecofeminismos traziam também não poderiam ser de todo descartadas, apenas não eram o foco central.

Nesse período já estávamos fazendo nossos primeiros contatos com as mulheres do MMC/PR. Conseguimos o contato de uma integrante do MMC de Cascavel através de um colega de mestrado. Começamos o diálogo através da internet e por sorte, no ano de 2015, estava sendo desenvolvido o projeto, em parceria entre o MMC e a Universidade da Fronteira Sul (UFFS), “*Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica*”, que teve grande parte de suas etapas desenvolvidas no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR. Esta integrante do MMC, que eu havia conseguido o contato, era justamente deste Reassentamento e me convidou para que participasse desses encontros de formação.

Os encontros aconteciam mensalmente e tivemos a oportunidade de participar de três deles. E, em fevereiro de 2016, de outro encontro do MMC/PR no Reassentamento, mas que tinha outros objetivos: planejar as ações para o ano de 2016. Este encontro contou com outros recursos, sem ser os do antigo projeto. Esses encontros tinham a duração de dois dias. Dessa forma, sempre dormíamos pelo menos uma noite no Reassentamento. Lá elas contavam com uma casa grande, que havia sido, recentemente, reformada por elas e que continha três

quartos, uma sala e cozinha grandes, propiciando que os encontros fossem realizados tranquilamente naquele local.

Dessa forma, participando mensalmente desses encontros, pudemos nos aproximar das mulheres que faziam parte do MMC/PR, tanto das que viviam no Reassentamento, como das que vinham da região próxima de Cascavel. Como precisávamos definir um grupo mais restrito para a pesquisa, foi definido que apenas as mulheres do MMC do Reassentamento seriam pesquisadas.

Nesses encontros pudemos conhecer um pouco das mulheres que fariam parte da pesquisa, assim como, já ir conversando com elas sobre isto. Dessa forma, conseguimos confirmar cinco mulheres que se comprometeram a colaborar com a pesquisa.

Nesta época, já tínhamos definido que trabalharíamos com a metodologia de história de vida (que será explicada mais à frente). Com isso, sabíamos que não seriam muitas as mulheres a serem entrevistadas.

Em março de 2016 o projeto passou pela banca de qualificação e teve outra modificação. Segundo a banca, a bibliografia que nosso projeto trazia, já respondia à questão que fazíamos. Ou seja, não era necessária uma pesquisa para afirmar que as mulheres têm percepções agroecológicas, nem que a cultura patriarcal impede a participação das mulheres. Isto já estava dado. Todavia, como em nossos objetivos específicos, tínhamos definido as seguintes questões: como eram as relações de gênero e as formas produtivas nas famílias dessas mulheres antes e depois de entrarem para o MMC? A pergunta central, o objetivo geral, que fazia mais sentido naquele momento, era: identificar se a participação das mulheres, do Reassentamento São Francisco de Assis – Cascavel/PR – no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) contribuiu para que essas mulheres pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática.

E como objetivos específicos ficaram definidos dois: identificar como eram as relações de gênero na vida dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC. O que se modificou e por quê? E identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC?

Dessa forma, o MMC passou para o centro da pesquisa, o movimento se tornou o protagonista principal. Agora, era a ação dele na sociedade, seu efeito na vida das mulheres, que estaríamos investigando.

Sendo assim, nossas justificativas para a relevância e importância dessa pesquisa, que faz parte de um programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, foram as seguintes: observa-se que tanto dentro do meio acadêmico, como nas

políticas públicas e nas práticas de projetos, assistência técnica, etc., a conexão entre agroecologia, trabalho feminino e relações de gênero ainda é muito rara. Isto parece significar uma séria lacuna nas teorias e práticas agroecológicas. Percebe-se que há um desejo forte de resgate de práticas ecológicas do campesinato, todavia, se esquece de que esse modo de vida, que surgiu em um determinado contexto histórico, está também carregado de valores e práticas opressivas contra a mulher: a cultura patriarcal. Cultura esta que tem como base o autoritarismo e não o diálogo e a participação. Sendo que a participação é um dos pilares da agroecologia, quando falamos da ação social coletiva e da construção participativa do saber, constatamos que se a agroecologia não se atentar para o fato de que pelo menos metade da população rural (a feminina) está potencialmente impedida de participar dessas construções, estará perdendo um imenso potencial transformador e também sendo contraditória com seus princípios.

A revisão bibliográfica, sobre a relação entre mulheres e agroecologia, nos indica que a superação da cultura patriarcal parece ser um fator essencial para o fortalecimento, multiplicação e concretização da transição agroecológica. Comprovar, através de pesquisa acadêmica, o papel do Movimento de Mulheres Camponesas no empoderamento das mulheres e o que resulta desse empoderamento para essas famílias agricultoras, pode nos indicar alguns caminhos para a superação desses entraves que a Agroecologia apresenta.

Se o movimento empodera as mulheres, se o movimento permite que elas passem a participar das decisões na unidade familiar, se isso leva a um avanço da agroecologia no campo, podemos depois, em outro momento, nos perguntar: quais são os mecanismos através dos quais se conseguiram essas transformações? Nesse sentido, o que precisamos ter em nossas políticas públicas de desenvolvimento rural, para que ocorra uma superação do patriarcado no campo, assim como, o avanço da agroecologia? Talvez nossa pesquisa traga alguns indícios para essas respostas, mas uma pergunta dessa seria objeto de outras investigações que fogem do objetivo deste trabalho.

2. Metodologia Utilizada

Como foi dito, anteriormente, a metodologia que optamos utilizar em nossa pesquisa foi a da História de Vida. Para preservar a privacidade das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios.

Primeiramente, devido ao objetivo da pesquisa, nos pareceu que a metodologia qualitativa seria a mais apropriada. Dentro dos feminismos existe uma valorização dessas

metodologias, já que elas podem atuar como meio de gerar transformação social, desfazer a relação desigual de poder entre o/a investigador/a e o/a investigado/a, onde a perspectiva do/a investigado/a é validada e reconhecida como fundamental (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Paulilo (1999) explica que as pesquisas quantitativas e qualitativas não são contraditórias entre si, e que o uso adequado de ambas contribui para o avanço do conhecimento. Ao distinguir uma da outra, a autora revela porque a pesquisa qualitativa é preferida pelas feministas: os fenômenos que elas buscam observar são de alta complexidade interna.

A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 1999, p.135).

As metodologias qualitativas permitem a captação das intenções e motivos dos sujeitos que estão sendo pesquisados, a partir das quais as ações e relações passam a ter um significado (idem).

Em relação à metodologia de história de vida, segundo Silva et al. (2007), esta foi utilizada pela primeira vez na pesquisa sociológica realizada por Thomas e Znaniecki, que gerou o trabalho “The Polish Peasant in Europe and America” (1918), no qual se buscou compreender o processo de organização e reorganização dos poloneses, na integração com a cultura estadunidense. Posteriormente, este método se desenvolveu na chamada Escola de Chicago, que buscava “*produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos enfrentados no cenário da cidade de Chicago*” (SILVA et al; 2007, p. 30).

Segundo estes autores, houve inovações metodológicas na história de vida, pois ela se propunha a dar o espaço do saber ao agente social, afirmando que o conhecimento deve ser criado a partir das interpretações, significações, das pessoas que estão imersas no fenômeno social a ser estudado. “*O conhecimento de determinada ação só vai, então, fazer sentido se entendido dentro de seu contexto, na realidade em que é experimentada*” (idem). A história de vida permitiria compreender o universo no qual os sujeitos que estão sendo pesquisados fazem parte, a partir de suas próprias palavras.

Para Paulilo (1999), através da metodologia de história de vida é possível compreender o que ocorre na relação do individual com o social, assim como, permite ao entrevistado reconstruir o passado com uma visão total de seu conjunto. A autora afirma que se trata de um instrumento privilegiado, pois “*permite o entendimento do componente*

histórico dos fenômenos individuais, assim como a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos” (PAULILO, 1999, p.143).

Becker (1993) pontua que a história de vida propicia condições de desenvolvimento de teorias a um nível mais profundo: *“por nos colocar na pele [da pessoa], podemos sentir e tomar consciência dos biases profundos sobre estas pessoas, que em geral permeiam nossos pensamentos e dão forma aos tipos de problemas que investigamos*” (BECKER, 1993, p. 110). Segundo este autor, esta metodologia busca traçar um relato fiel da experiência e interpretação por parte do pesquisado dentro do mundo no qual vive.

Tendo em vista que nossa pesquisa busca compreender o que motivou e desmotivou as ações das mulheres camponesas, no decorrer do tempo, nas práticas agroecológicas, ou seja, se as relações nas quais elas estavam inseridas permitiam essas mulheres expressarem suas percepções e de colocá-las em prática; para captar isso, seria importante, não só compreender as relações nas quais elas estavam imersas, mas também, quais eram suas interpretações sobre essas relações, e como as interpretações que eram feitas por elas influenciavam em suas ações.

Além disso, como a pesquisa pretende compreender o processo histórico de cada uma das pesquisadas, para captar como era a vida dessas mulheres antes e depois de entrarem no Movimento de Mulheres Camponesas. Ou seja, como eram suas percepções/saberes e práticas antes e após a entrada no MMC. Pois, dessa forma, seria capaz de saber se as percepções mais agroecológicas que essas mulheres trazem no discurso do MMC hoje, já estavam com essas mulheres antes, mas devido à pressão da cultura patriarcal na qual estavam envoltas, essas percepções não eram manifestadas. Mas, assim que essas mulheres entraram no movimento puderam, então, passar a expressar essas percepções e opiniões. Tendo isso em vista, uma das metodologias mais adequadas para captar a noção de processo é a da história de vida.

Segundo Becker, *“a história de vida, mais do que qualquer outra técnica, exceto, talvez, observação participante, pode dar um sentido à superexplorada noção de processo*” (1993, p. 104).

Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidades, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores. (...) A formação do ato individual é um processo no qual a conduta é continuamente reformulada de modo a levar em consideração a expectativa de outros, como esta se exprime na situação imediata e como o ator supõe que possa vir a se exprimir. (...) Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são

forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. (BECKER, 1993, pp. 103-110)

Para aplicar a metodologia de história de vida, Becker (1993) explica que o pesquisador deve manter o sujeito orientado para os temas nos quais a pesquisa está interessada, questiona-o sobre os acontecimentos que exigem aprofundamento, deve tentar fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. O pesquisador daria sequência ao trabalho a partir de sua própria perspectiva, a qual enfatiza o valor da “história própria” da pessoa.

Segundo Haguette (1997), a riqueza de detalhes, que é fornecida com esse tipo de pesquisa, permite trazer à luz novas variáveis, novas perguntas de pesquisa, para ampliar o leque de compreensão da realidade estudada, assim como, permite também trazer dados que possam negar a teoria aplicada e orientar para novos estudos.

A metodologia de história de vida que utilizaremos aqui se apoiará no método dialético³ para fazer a leitura da realidade. Não é nem um processo exclusivamente indutivo (do particular para o geral), nem exclusivamente dedutivo (do geral para o particular), mas uma conjunção de ambos. Não vamos buscar trazer uma explicação da realidade a partir dos pontos em comum encontrados nas diferentes histórias individuais de cada mulher, nem vamos explicar as diferentes histórias de cada mulher a partir de uma teoria geral já pronta e estabelecida. Mas vamos unir os dois processos em um constante diálogo. É a partir de um referencial teórico pré-suposto, que nos motivou a empreender essa pesquisa, que lançamos nosso olhar compreensivo inicial sobre a realidade, mas, conforme as diferentes histórias de

³ Na **Grécia Antiga**, dialética era a arte do diálogo que passou a ser um meio através do qual se demonstrava uma tese, onde se definia e distinguia os conceitos em questão. No **sentido moderno**, dialética passa a significar **o modo de pensar as contradições da realidade** (que seriam a essência desta), estando esta em constante modificação. Nesse sentido, seria a forma de pensar que daria conta de captar o movimento, o aspecto dinâmico da realidade. E, segundo Konder (2008), essa preocupação já estava presente em Aristóteles, em seus conceitos de ato e potência, sendo o movimento definido como as potencialidades que se atualizam. Em seu texto, Konder (2008) revela como há elementos da dialética no pensamento de diversos filósofos até o Iluminismo. Todavia, é com Hegel que a dialética passa a ter uma importância fundamental na filosofia, como forma de atingir o conhecimento das coisas. Se contrapondo a Kant, que afirmava que as contradições estavam na capacidade humana de conhecer as coisas (dimensão essencial do sujeito do conhecimento), Hegel afirmava que a contradição não dizia respeito apenas à consciência do sujeito, mas também à realidade objetiva. Para este filósofo o ser humano adquiriu uma autonomia frente à natureza. Através do trabalho o ser humano se desenvolve, se produz a si mesmo, antecipa em sua cabeça os resultados de sua ação, escolhe os caminhos para atingir fins. A partir da sua concepção de “trabalho humano”, Hegel desenvolve o conceito de **superação dialética**: “*é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior*” (KONDER, 2008, p. 25). Todavia, como Hegel era idealista, ele subordinava os movimentos da realidade material à lógica da Ideia Absoluta, dava mais importância ao trabalho intelectual do que ao trabalho material. Marx, por sua vez, colocará a dialética de Hegel de ponta cabeça, dando primazia para as transformações materiais da realidade (KONDER, 2008).

vida forem sendo relatadas, novos conteúdos, caminhos, conceitos, reflexões podem surgir fazendo com que as premissas se tornem mais complexas, mais profundas, com mais elementos. Esses novos elementos que se agregam ou modificam a teoria geral permitem uma nova leitura da realidade, que permitiria unir as histórias individuais a essa nova teoria construída.

Konder, ao descrever a dialética marxista pontua que:

O ponto de partida - observemos – não é um conceito rudimentar: é uma expressão que designa, ainda confusamente, uma realidade complicada. A análise, portanto, só pode ser orientada com base em uma síntese (mesmo precária) anterior. Uma certa compreensão do todo precede a própria possibilidade de aprofundar o conhecimento das partes (KONDER, 2008, p.42).

Konder (2008) explica que a dialética marxista se diferencia das outras, fazendo referência às palavras de Lukács, devido ao seu ponto de vista da totalidade⁴, que permite enxergar por trás da aparência das coisas, as interligações e processos que formam a realidade. Tudo o que o ser humano pode perceber/criar faz parte de um todo; os problemas estão todos interligados entre si, por isso, para se encontrar uma solução para os problemas é importante ter-se uma visão de conjunto deles (idem). Como a intenção da pesquisa é justamente esta, a de conseguir um olhar complexo, da realidade dessas mulheres camponesas, e fugir das meras aparências (tanto da teoria como da prática), a dialética que adotaremos em nossa pesquisa se aproxima da dialética marxista.

Segundo Konder (2008), foi Engels quem definiu as três leis gerais essenciais da dialética materialista (marxista)⁵: lei da passagem da quantidade em qualidade (e vice-versa); lei da interpenetração dos contrários; lei da negação da negação. A primeira buscaria enfatizar que as coisas possuem tempos diferentes de transformação, as transformações quantitativas

⁴ Um exemplo da noção de totalidade, da dialética marxista, pode ser encontrado em um trecho do livro *“A louca de las Yagrumas”* que conta a história de uma extensionista rural na Cuba pós-revolução que tem a função de visitar as propriedades rurais para realizar a reforma agrária, ou seja, distribuir a terra para os camponeses, em um dos casos, uma camponesa não aceita receber um pedaço de terra: *“Nessa manhã a conversa terminou com o último punhado de feijões limpos na panela grande de alumínio. E com a convicção, por minha parte, de que essa mulher – a menos que ocorra um milagre impensado – nunca faria nada para deixar de merecer a “bondade” de Pilar. Não sei se as minhas luzes são curtas ou se me falta tempo de vida, mas não vejo forma de perguntar a essa mulher se ela sabe o motivo de não haver médicos nem remédios para os pobres e por que eles não tinham dinheiro para as injeções se trabalhavam o ano inteiro nessa terra alheia. É possível que me falte coragem ou experiência política, mas como se diz a uma mãe que de onde mesmo recebeu ajuda para salvar seu filho moribundo, é que vem a causa de sua miséria? Melhor me calar, porque é provável que me expulsem do sítio e isso sim é que não...”* (LICEA, 2012). Nesse caso, a extensionista conseguiu captar um entendimento mais profundo da realidade, obter uma noção complexa, fugindo das meras aparências.

⁵ Konder faz ressalvas em relação a essas leis, sendo que, se pergunta o autor: *“Como poderiam ser fixadas em artigos as leis de uma filosofia da mudança, de uma concepção de mundo segundo a qual existe sempre alguma coisa de novo sob o sol?”* (KONDER, 2008, p.58). Todavia, o autor pontua que isso não significa que essas leis sejam falsas e que devam ser deixadas de lado, mas seria uma limitação da teoria da dialética de Engels, fixá-la em apenas três leis.

iriam ocorrendo gradualmente até que um dia isso geraria uma mudança qualitativa. A segunda faz referência ao fato de que, as coisas não podem ser compreendidas de forma isolada, sem serem consideradas as interconexões (os contrários se opõem, mas fazem parte de uma unidade). A terceira lei pode ser entendida como o conceito de superação dialética citado na nota de rodapé 3, mas é descrita por Konder da seguinte forma: *A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal, tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação* (KONDER, 2008, p.57).

No início de nossa pesquisa, havíamos identificado uma contradição: as minorias sem voz não puderam participar dos processos de construção dos projetos/políticas de desenvolvimento que afetam profundamente suas vidas e para pior, mas são elas hoje que podem trazer a resposta para os problemas criados por essas políticas.

Assim como a recuperação ecológica começa nos centros de diversidade natural que são os bancos de genes, as mulheres do Terceiro Mundo, tribos e camponeses, que foram excluídos do processo de mau desenvolvimento, estão atuando hoje como os bancos de genes intelectuais das categorias ecológicas de pensamento e ação. A marginalização chegou a se tornar, então, uma fonte para curar a principal enfermidade do desenvolvimento patriarcal. Aqueles que enfrentam a maior ameaça, oferecem a melhor promessa para a sobrevivência porque possuem duas classes de conhecimento que são inacessíveis aos grupos dominantes e privilegiados. Primeiro, têm o conhecimento do que significa ser as vítimas do progresso, ser os que suportam os custos e as cargas. Segundo, têm o conhecimento holístico e ecológico sobre o que é a produção e a proteção da vida (SHIVA, 2008, p. 170).

As mulheres (devido ao patriarcado) são minorias sem voz, dentro das minorias sem voz, no sistema capitalista. Curiosamente, exatamente por terem sido excluídas dessa participação, são elas hoje que podem participar de forma que tragam soluções mais efetivas para a crise social e ecológica que assola o planeta. Os homens que também detinham conhecimentos ecológicos, com a divisão sexual do trabalho, se afastam desses conhecimentos, tendo que estar muito mais conectados com o conhecimento desenvolvido e aplicado no espaço público, conhecimento este que prioriza o valor de troca, a razão instrumental ⁶.

Nesse sentido, entendemos que a mulher camponesa, para poder se manter no campo, necessita negar a forma patriarcal a partir da qual ela se formou como sujeito, com

⁶ A razão instrumental é um conceito utilizado pelos filósofos da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, entre outros), também conhecida como razão iluminista. Segundo esses filósofos, existiria duas formas de razão: instrumentais/técnica-científica que está a serviço da exploração, dominação e violência. E a razão crítica/filosófica que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força libertadora. A razão instrumental nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos. Na medida em que a razão se torna instrumental, a ciência vai deixando de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se instrumento de dominação, poder e exploração (CHAUÍ, 2000).

determinadas experiências, com determinada consciência, ao mesmo tempo em que, necessita manter vivos certos conhecimentos e habilidades adquiridos. A mesma cultura que permitiu que as mulheres conservassem estes saberes mais ecológicos é uma cultura de opressão e violência que tem impedido às mulheres de manifestarem os seus olhares e saberes. Sendo assim, ao mesmo tempo em que é preciso negar o patriarcado/capitalismo, é necessário conservar os saberes e percepções que as mulheres puderam manter dentro dele, para que, não só a mulher se mantenha no campo, mas que seja possível a própria reprodução social do mesmo. E esta contradição estava no cerne de nossa pesquisa, era o nosso objetivo revelá-la, compreendê-la.

Todavia, no processo da pesquisa, justamente pelo seu método dialético, constatamos que o problema era mais complexo. Foi sendo evidenciado que, embora as mulheres entrevistadas tivessem essa percepção mais agroecológica, se elas tivessem participado das tomadas de decisão, sobre o planejamento produtivo de suas unidades agrícolas, elas teriam tomado a mesma decisão que o marido.

Sendo assim, percebemos que, só ter o saber, a percepção, não seria o suficiente para uma modificação na forma de fazer agricultura. Havia, pelo menos, dois outros pontos a serem questionados: a) as condições materiais objetivas para isso (teriam acesso a sementes crioulas? Quais eram as condições ambientais/ecológicas da unidade produtiva na qual estavam cultivando? Quais seriam os canais de comercialização para a produção diversificada? etc.); b) o desenvolvimento do processo de consciência desses/as agricultores/as. Pois, não basta o indivíduo ter um saber, uma percepção, se ele mesmo não valoriza, não reconhece como correto, bom, e eficaz este saber, esta forma de gerar conhecimento. Ou seja, não basta ter abertura para participar, é preciso reconstruir a identidade camponesa, e se formar como sujeito autônomo, capaz de pensar por si só e propor soluções para os seus próprios problemas. É o processo de consciência, processo este que se tornou central para nossa pesquisa.

Em relação ao procedimento principal, da metodologia de história de vida, estes são as entrevistas. Silva e Barros (2010) dividem esse processo em três etapas: pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. A primeira seria a aproximação com o entrevistado/narrador e o seu contexto, quando se explica o motivo e os procedimentos da pesquisa. As autoras colocam que é um momento muito importante, pois se trata do início do vínculo com a pessoa que irá relatar a sua história de vida. Além disso, “*caso não conheça previamente alguns elementos de sua trajetória, dificilmente o(a) pesquisador(a) conseguirá aprofundar os temas tratados*” (SILVA; BARROS, 2010, p. 71).

Na etapa da entrevista, Silva e Barros (2010) pontuam que a interferência do pesquisador deve ser mínima, permitindo que o entrevistado possa expressar de forma livre seus sentimentos, sonhos e desejos. Por fim, na terceira etapa, na pós-entrevista, o pesquisador deve organizar e realizar a sistematização dos dados obtidos através da transcrição, textualização e transcrição. A textualização e a transcrição podem ser entendidas aqui como a análise de dados.

A análise dos dados buscará explicitar as informações e significados pertinentes contidos nas entrevistas. Santos e Santos (2008) afirmam que esses significados e informações requerem sucessivas leituras das entrevistas para que possam emergir, pois a cada leitura surgiria um conteúdo semântico novo. Segundo estas autoras, a análise temática é a forma de análise comumente utilizada pelos pesquisadores que trabalham com a história de vida.

Bardin (1977) explica que a análise temática “*consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido*” (BARDIN, 1977, p. 105). O tema não é algo fixo, pré-definido, mas algo que surgiria da análise das diferentes entrevistas, a partir da perspectiva da teoria que escolhemos como guia para nosso trabalho, portando uma “unidade de significação”. A partir disso, é possível ir organizando e sistematizando o material coletado na pesquisa, recortando o texto em “*ideias constituintes, em enunciados, e em proposições portadoras de significações isoláveis*” (idem). A autora ainda afirma que a validade de um tema (unidade de significação) não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica, já que um tema pode ser constituído tanto por uma afirmação como por uma alusão.

Santos e Santos (2008), trazem um exemplo de organização e sistematização de dados que conta com uma tabela onde seriam separados os diferentes temas que surgiram na leitura das entrevistas, assim como, os subtemas agrupados por afinidade temática. Essa tabela também apresentaria o item “decodificação”, na qual constaria a interpretação do significado obtido e a síntese baseada no referencial teórico. Desse quadro emergiriam as categorias de análise. Nesse sentido, podemos observar que as categorias de análise não são estabelecidas antes do trabalho de campo, mas que são construídas a partir dos dados obtidos nesse trabalho. Contudo, sempre baseadas no referencial teórico proposto, sendo assim, o procedimento descrito até aqui seria o dedutivo.

Como foi dito anteriormente, a ideia é fazer uso de um método dialético, nesse caso, permitir também que os elementos que surjam nas entrevistas individuais e não se encaixem no referencial teórico proposto sirvam para ampliar a reflexão sobre o mesmo, questionar partes de sua teoria e levantar novos problemas para a formulação de novas teorias.

A unidade de análise a ser investigada serão as mulheres camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Reassentamento São Francisco de Assis, Cascavel/PR. O objetivo é relatar cinco histórias de vida.

Os conceitos operacionais que foram, inicialmente, utilizados na pesquisa foram dois: percepções agroecológicas e cultura patriarcal.

Para identificar se as percepções das mulheres camponesas são/eram agroecológicas partimos de indicadores com base em Sevilla Guzmán (2001), Altieri (2004), Moreira e Carmo (2004) e Pinheiro Machado e Machado Filho (2011).

A percepção dessas mulheres, para ser agroecológica, deveria ser favorável aos seguintes aspectos:

1. Manejo ecológico dos recursos naturais com base no potencial endógeno da propriedade:

- a) Utilizam formas de adubação com materiais oriundos da própria propriedade (biomassa das plantas, adubação verde, esterco/urina).
- b) Controle biológico natural de pragas (aumento dos agentes de controle natural com o incremento da biodiversidade ou uso de caldas ou outras estratégias naturais).
- c) Diversificação produtiva temporal (rotações), espacial (policultivos, agroflorestas, sistemas mistos plantio com criações de animais), genética (utilização de sementes crioulas).
- d) Criação de animais com a preocupação com o bem-estar animal; pastoreio racional voisin; utilização de homeopatia na criação animal.

2. Estratégias produtivas e reprodutivas:

- a) Produção para autoconsumo.
- b) Produção de ervas medicinais.
- c) Trocas de saberes com outras camponesas.
- d) Participação de mutirões nas áreas produtivas.

3. Estratégias de comercialização:

- a) Circuitos curtos de comercialização (feiras).
- b) Participação em associações ou cooperativas.
- c) Participação em agroindústrias familiares agroecológicas.
- d) Formação de redes de trocas de produtos agroecológicos para consumo e revenda.

E a percepção das mulheres camponesas para ser agroecológica deveria ser desfavorável aos seguintes aspectos.

1. Manejo do agroecossistema:

- a) Uso de fertilizantes sintéticos.
- b) Uso de agrotóxicos.
- c) Uso de sementes transgênicas.
- d) Plantação de monoculturas.
- e) Criação de animais confinados sem preocupação com o bem-estar animal. Uso de hormônios e antibióticos.

2. Estratégias produtivas e reprodutivas:

- a) Produção apenas para venda.
- b) Produção visando apenas o lucro.
- c) Comprar tudo o que consome nos mercados e farmácias.

3. Estratégias de comercialização:

- a) Venda para grandes redes de supermercados ou outros atravessadores.

Para identificar se as mulheres camponesas são/eram afetadas pelo patriarcado, utilizamos os seguintes indicadores. As mulheres foram consideradas que estavam sendo afetadas pela cultura patriarcal se:

- 1. Apenas as mulheres realizarem os serviços domésticos: limpeza da casa, lavagem das roupas, cuidado com crianças e idosos, preparo das refeições.
- 2. For impedida a participação da mulher em algum trabalho produtivo na propriedade.
- 3. Se a mulher for impedida de participar de associações, sindicatos, movimentos sociais, etc.
- 4. Se a mulher for impedida de trabalhar fora de casa.
- 5. Se a mulher for impedida de participar da comercialização dos produtos da propriedade e da administração econômica.
- 6. Se a mulher não participar das tomadas de decisão no âmbito da área produtiva e da família como um todo.
- 7. Se a mulher sofrer qualquer tipo de violência: física, psicológicas (humilhações, ameaças, insultos, etc.); patrimonial e econômica (o companheiro controla o dinheiro da mulher, não lhe deixa comprar o que deseja, não permite que ela trabalhe).
- 8. Se as mulheres não participarem das atividades de assistência técnica.

9. Se as mulheres acreditarem que existem papéis e condutas específicas das mulheres que diferem das dos homens (tipos de trabalho a ser executados: dentro e fora da propriedade; forma de se comportar, maneira de se vestir).
10. Se as mulheres acreditarem que os homens são superiores às mulheres em relação à inteligência ou em relação a outros aspectos que justificaria dar-lhes sempre o poder de decisão sobre os rumos da propriedade e da família e de submeter-se a suas ordens.

A partir destes dois conceitos operacionais e dos indicadores que os definem, pretendíamos identificar se as mulheres camponesas possuíam/possuem percepções agroecológicas de sua propriedade e se estavam/estão inseridas em relações de dominação patriarcal. A partir disso seria possível identificar se as relações de dominação masculina impediam a manifestação das percepções agroecológicas das mulheres camponesas e de sua participação na tomada de decisões do processo produtivo e de comercialização e também de que forma isso ocorria/ocorre.

Estes dois conceitos foram aplicados na análise de dois momentos: antes e depois da entrada das mulheres no MMC. Dessa forma, poderíamos ter as informações para responder nosso objetivo geral: saber se a relação com o manejo produtivo e as relações de gênero se modificaram na vida dessas mulheres após sua participação no movimento. Ou seja, se a entrada no MMC permitiu que essas mulheres pudessem expressar suas opiniões e percepções, sobre o manejo produtivo, na sua unidade familiar de produção. E, para responder a esse objetivo geral, antes, buscaremos responder a dois objetivos específicos: a) identificar como eram as relações de gênero na vida dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC. O que se modificou e por quê? b) identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC?

3. Divisão do Trabalho

Essa dissertação está dividida em oito capítulos.

Iniciamos a exposição da pesquisa buscando levantar a problemática da participação das mulheres nos projetos de desenvolvimento: porque é importante a participação das mulheres? Em seguida, iniciamos a aproximação de nosso objeto de pesquisa, buscando explicar qual o conceito de agroecologia que utilizamos em nosso trabalho: porque compreendemos que a agroecologia é o melhor caminho para alcançarmos o desenvolvimento rural sustentável? Mas, antes, o que é desenvolvimento? E desenvolvimento rural sustentável? Quais seriam os sujeitos do desenvolvimento rural sustentável? Uma vez exposto isso,

buscamos enfatizar o aspecto da participação, na construção do saber coletivo, como um dos elementos fundamentais da concepção de agroecologia que adotamos. Voltamos, com isso, à problemática da participação da mulher, agora na agroecologia, trazendo um pouco da discussão das ecofeministas, expondo algumas possíveis peculiaridades dos saberes das mulheres camponesas, que podem contribuir para o avanço da agroecologia. E como, devido à cultura patriarcal, a participação dessas mulheres, em todos os âmbitos da sociedade, ainda é muito restrita.

No capítulo 2, adentramos na discussão sobre o patriarcado: quais são as hipóteses de sua criação? Como essa forma, não só de pensar, mas de agir e se relacionar no mundo, é transmitida de geração a geração? Quais eram as características do patriarcado na Antiguidade? Como ele se modifica na passagem para a Idade Média? Como ele é ressignificado com a mudança para o capitalismo? Quais mudanças ocorrem no capitalismo, que permitem o surgimento dos movimentos feministas?

Sendo assim, no capítulo 3, buscaremos entender, justamente, como é possível superar o patriarcado. Como, apesar do *habitus* e da violência simbólica, as mulheres conseguiram se organizar e se manifestar, buscando transformações nas relações de gênero? Dessa forma, recorreremos às teorias de Freire (1987) e Iasi (1999), para explicar como, através do processo de consciência, é possível transformar a realidade. Não de uma forma linear, mas do constante diálogo entre prática e teoria, vivências e reflexões, evidenciando as contradições da realidade vivida, é possível conscientizar-se dessas contradições e lutar para sua superação.

No capítulo 4, fizemos um breve resgate histórico do MMC no estado do Paraná. Quais suas origens, desenvolvimentos e organização atual? Quais foram suas bandeiras de luta e como elas se configuram nos dias atuais? Em que momento, as mulheres que fazem parte de nossa pesquisa, entraram na história do movimento e começaram a contribuir para construção dessa história?

Para contextualizar o espaço político geográfico de nossa pesquisa, no capítulo 5, fizemos uma breve descrição do histórico do Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR. Assim como, do surgimento do grupo de mulheres nesse local e algumas características gerais do histórico de produção nesse espaço.

No capítulo 6, iniciamos a análise dos resultados da pesquisa. Primeiramente, traçamos um perfil das cinco mulheres entrevistadas para, em seguida, buscar responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar como eram as relações de gênero na vida dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC. O que se modificou e por quê? Pudemos identificar, nos relatos de histórias de vida das mulheres entrevistadas, alguns eixos

temáticos em comum: a herança cultural recebida na infância; a dificuldade de acesso à educação; a divisão sexual do trabalho; a vulnerabilidade aos diversos tipos de violência. E por fim, pudemos observar o processo de transformações de suas consciências, com a entrada dessas mulheres no MMC. E, com isso, como essas mulheres passaram a buscar modificações nas relações de gênero, dentro de sua família e comunidade.

No capítulo 7, dando continuidade à análise dos resultados, buscamos responder ao segundo objetivo específico da pesquisa: identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres antes e depois de entrarem no MMC? Assim como, ao objetivo geral: se a entrada no MMC permitiu que essas mulheres pudessem expressar suas percepções, sobre o manejo produtivo, e colocá-las em prática na sua unidade familiar de produção.

Nessa parte da pesquisa, também foi possível distinguir alguns eixos temáticos: a forma de produção, antes de se mudarem para o reassentamento, caracterizada como forma de produzir camponesa; a forma de produção, com a mudança para o reassentamento, caracterizada como sendo empresarial. E aqui, foi possível identificar motivos em comum, da razão dessa modificação na forma de produzir, assim como, de suas consequências: o endividamento. Em seguida, analisamos as modificações ocorridas na forma de produzir dessas famílias, com a entrada dessas mulheres no MMC. Sendo assim, pudemos constatar um processo de recampesinização, uma volta à forma de produzir camponesa. Todavia, não sem transformações. Agora, começa a ser construído um campesinato ressignificado, já que as mulheres modificam as relações de gênero dentro de suas famílias e passam a participar, ativamente, de todos os processos e tomadas de decisão, que dizem respeito à família, à produção.

Por fim, no capítulo 8, tecemos nossas considerações finais, trazendo alguns questionamentos para o avanço na temática dessa pesquisa, para possíveis investigações futuras.

CAPÍTULO 1 – MULHERES, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.

Neste capítulo buscaremos abordar a importância de se levantar a questão de gênero dentro das pesquisas agroecológicas. Apresentar diferentes concepções do que seria o desenvolvimento e o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, elucidar a relação entre agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, trazendo a definição de agroecologia que nós adotamos para nossa pesquisa, dando ênfase ao aspecto participativo e às estratégias de construção do saber através da coevolução (ser humano e natureza). Buscamos também definir as diferentes características da forma empresarial e da forma camponesa de fazer agricultura, e como esta última está intimamente ligada com a agroecologia. E, por fim, explicar as possíveis características peculiares da participação das mulheres na construção dos saberes, tendo como base a visão de ecofeministas e de pesquisas já realizadas sobre a relação entre mulheres e agroecologia.

Este capítulo servirá como base, no momento da realização das análises dos resultados, sobretudo, aos que dizem respeito às mudanças nas formas de produção, nas unidades familiares das mulheres entrevistadas. Dessa forma, contribuirá para responder ao nosso objetivo específico, que busca identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres, antes e depois de entrarem no MMC. Assim como, contribuirá para responder ao nosso objetivo geral: identificar se a participação, das mulheres entrevistadas, no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), contribuiu para que essas mulheres pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática.

1.1. O Que as Mulheres Têm a Ver com Isso?

O que as mulheres têm a ver com a Agroecologia e com o Desenvolvimento Rural Sustentável?

Poderíamos responder a essa questão a partir de uma discussão feita pelo Ecofeminismo, ou melhor, os Ecofeminismos.

Apesar de todas as correntes ecofeministas apresentarem pontos em comum como:

(...) a necessidade de encarar a crise ecológica e o reconhecimento de que existe uma relação entre a dominação e a exploração das mulheres pelos homens e a dominação e exploração da natureza pelos humanos, advogando por uma integração dos princípios feministas e ecológicos. (ROMERO, 1998, p.4).

Outro tema, de estudo dos ecofeminismos, é entender porque as mulheres ao redor do mundo, nas mais diferentes culturas, apresentam não só percepções, como atitudes mais ecológicas do que os homens. As diferentes correntes irão trazer diferentes respostas, umas

fazendo referência a uma suposta essência feminina, outras ligando com a condição histórico-material à qual as mulheres estiveram vinculadas no decorrer histórico.

Estaria aqui dada a resposta: as mulheres têm relação com a Agroecologia e com o Desenvolvimento Rural Sustentável porque elas possuem percepções e práticas mais ecológicas, logo, elas teriam um saber e um fazer que poderiam contribuir e impulsionar ações que buscam o desenvolvimento rural sustentável através da transição agroecológica.

Todavia, não é essa a resposta que trazemos, nem a que acreditamos ser a melhor, seja para a agroecologia, seja para o desenvolvimento rural sustentável, seja para a emancipação das mulheres.

Perguntemo-nos, pois, o que os homens têm a ver com a Agroecologia e com o Desenvolvimento Rural Sustentável? Será que um questionamento deste seria digno de uma dissertação de mestrado? Será que faria sentido? Uma pergunta assim soaria um tanto quanto sem sentido. Ora, os homens têm a ver com a Agroecologia e com o Desenvolvimento Rural Sustentável porque são eles os sujeitos que constroem a sociedade, são eles os agentes do desenvolvimento, são eles os sujeitos da ação, da transformação, enfim, os sujeitos.

Façamos, então, novamente a questão: o que têm a ver mulheres, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável?

Precisaram os homens, acaso, alguma vez terem que justificar sua participação em algum processo na sociedade por terem este ou aquele saber a mais que as mulheres? De certa forma sim, mas apenas depois que as ações foram feitas, para somente justificar o porquê de as mulheres não poderem participar. Não para legitimar a sua participação, mas para deslegitimar a delas.

Compreendemos que as mulheres têm a ver com a Agroecologia e o Desenvolvimento Rural Sustentável, sobretudo, porque ainda vivemos em uma sociedade com profundas raízes no patriarcado. Nesse sentido, com profundas raízes em processos de injustiças sociais. E se buscamos transformações para a construção de uma sociedade mais justa, se almejamos desenvolvimento, é preciso que ataquemos todas as formas de injustiça, ao invés de nos apoiarmos em algumas delas para atacarmos algumas outras.

As mulheres têm a ver com a Agroecologia e o Desenvolvimento Rural Sustentável porque elas são sujeitos que constroem a sociedade, elas são agentes do desenvolvimento, são sujeitos de ação, de transformação, enfim, sujeitos. Muito embora, o patriarcado tenha feito um esforço histórico para transformar as mulheres em objetos e, por muito tempo, elas tenham sido tratadas e se sentido assim, elas são sujeitos tanto quanto os homens. E em uma sociedade justa e inclusiva é assim que elas deveriam ser tratadas e consideradas.

Seria injusto com as mulheres que as levemos em consideração apenas porque descobrimos que hoje, habilidades que foram conservadas, justamente por sua condição histórica, são interessantes/úteis para a sociedade. Continuariam sendo tratadas como objetos.

Além disso, o que seriam das mulheres que não conservaram esses saberes e percepções? Não poderiam fazer parte desse projeto de desenvolvimento?

Para me fazer entender, começemos explicando o que quero dizer com Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Mas, para que possamos compreender o que quero significar aqui com Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e como a Agroecologia está vinculada a ele, é necessário que abordemos antes, brevemente, o processo através do qual este termo (DRS) irá surgir e como ele se diferencia de outras concepções de desenvolvimento.

1.2. Concepções de Desenvolvimento

No Brasil do século XX, o Estado adotou uma concepção de desenvolvimento, para colocar em prática sua política governamental, como sendo o desenvolvimento sinônimo de crescimento econômico. Buscava-se uma solução mecânica para os problemas sociais e ambientais: uma vez que os países aumentassem seu produto interno bruto per capita isso resultaria num desenvolvimento não só econômico, como também social e ambiental da sociedade (qualidade de vida, recuperação dos danos ambientais, etc.) (FURTADO, 2000; VEIGA, 2006).

Furtado (1974) relata que do que foi escrito sobre desenvolvimento econômico nos últimos 25 anos, 90% se baseava na ideia de que “*o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. (...) pretende-se que os padrões de consumo da minoria da humanidade (...) são acessíveis às grandes massas de população (...)*” (FURTADO, 1974, p. 8). Mais adiante, este autor conclui que:

Graças a ela [à ideia de desenvolvimento econômico], tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento* (FURTADO, 1974, p. 89) [destaques do autor].

Nesse sentido, Furtado defende a posição de que a noção de desenvolvimento econômico não passa de um mito. Que esse desenvolvimento que ocorreu a partir do crescimento econômico nos países pioneiros da revolução industrial, não é uma realidade para os países em desenvolvimento, nem nunca será. Esse mito apenas teria a função de:

mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a

necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (idem, p. 89) [destaques do autor].

Outro autor que é crítico dessa visão limitada de desenvolvimento como crescimento, é Amartya Sen (2000). Ele afirma que tomar o crescimento como um fim do desenvolvimento tira de foco o objetivo principal do desenvolvimento: a expansão das liberdades. O crescimento econômico pode ser um meio de se atingir determinadas liberdades, mas nunca seria o fim mesmo do desenvolvimento, e este não é necessariamente o único meio, nem o ponto de partida na busca pela expansão das liberdades. Ao propor o desenvolvimento como liberdade, este autor afirma que diferentes liberdades interagem entre si gerando mais liberdade ou vice-versa, restrições de liberdades podem gerar mais restrições. Por exemplo: uma sociedade onde se investe em educação e saúde, as pessoas teriam mais condições de ter participação política e aumentariam sua renda, ao terem mais oportunidades de emprego e condições de realizá-lo.

Do ponto de vista da ecofeminista Vandana Shiva (1998), os programas de desenvolvimento colocados em prática nos países chamados de terceiro mundo geraram uma subjugação da natureza pelos homens, já que o modelo desenvolvimentista via e agia sobre a natureza como esta sendo meramente um recurso natural, infinito e separado da humanidade, estando à sua disposição. Um desenvolvimento que visava apenas o crescimento econômico sem levar em consideração seus impactos ambientais e sociais. Este tipo de desenvolvimento é definido pela autora como sendo um mau desenvolvimento⁷.

No Brasil a concepção “desenvolvimento como crescimento econômico” advém de um contexto histórico nacional onde se buscava fomentar a industrialização, a urbanização e a modernização do campo.

Celso Furtado (2000) afirma que foi no contexto da revolução industrial, que surgiram diversos problemas nos países que se industrializavam e que posteriormente foram surgir nos países com industrialização tardia, como o Brasil: despovoamento das zonas rurais, revolução dos preços (os artesãos não conseguem competir com a eficiência das máquinas, resultando em desempregos), urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, desemprego em massa. Mas como ocorreram em épocas e contextos diferentes, os desenvolvimentos também foram divergentes. Os países que se industrializaram tardiamente não tiveram colônias para extrair recursos naturais, riquezas, e depois escoar sua produção manufaturada tendo sempre

⁷ Shiva aponta que essa subjugação da natureza por esse modelo de desenvolvimento só foi possível devido ao próprio paradigma da ciência moderna que acabou criando uma visão de mundo: dualista entre homem e natureza, homem e mulher, sendo estas subjugadas pelo homem; uma visão de mundo onde a natureza é inerte e passiva, uniforme e mecanicista, separável e fragmentada em si mesma (SHIVA, 1998).

um amplo mercado consumidor nas mãos, e quando começaram a produzir tinham como competidores não frágeis cooperativas artesanais, mas sim produtos importados. Assim como, não possuíam as tecnologias para a industrialização e tiveram que importá-las gerando dívidas, dependências e propiciando o aumento da acumulação dos já industrializados.

Segundo Furtado (2000), quando surge o conceito de “sistema econômico nacional” (como reação à doutrina do livrecambismo ⁸), o significado de desenvolvimento passa a ser vinculado à ideia de “interesse nacional”. O Estado tem a responsabilidade de orientar as atividades econômicas. Todavia, Estados tão dependentes/endividados como os dos países em industrialização acabaram sendo coordenados pelas exigências dos Estados credores através da criação da superestrutura institucional: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Tendo isso em vista, Furtado (2000) define o subdesenvolvimento como sendo a: *“conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social”* (Ibid, ibidem, p. 49).

Todavia este autor não chega à raiz do problema, pois não questiona o próprio modo de produção capitalista. Se formos partir de uma perspectiva marxista, os problemas seriam explicados de outra forma: não é o subdesenvolvimento que gera a pobreza, mas sim o próprio sistema capitalista que gera tanto o subdesenvolvimento, como a pobreza. E de uma perspectiva ecofeminista, a raiz do problema está na própria lógica da dominação, presente tanto no capitalismo como no patriarcado.

São as relações que os seres humanos estabelecem entre si que condicionam a produção e a reprodução da riqueza e da pobreza nas sociedades. A pobreza é o resultado do nível e da distribuição de recursos na sociedade. No capitalismo, o avanço das forças produtivas que gerou maior excedente econômico, não levou ao bem-estar do conjunto da população. A urbanização e industrialização promoveram elevação da capacidade produtiva (aumento do produto interno bruto e da renda per capita), mas intensificou a pobreza (CAMPOS, 2011, p. 52).

A própria lógica do capital faz com que a sociedade gere uma massa de marginalizados, sem empregos ou com subempregos. Pois, como a meta é sempre a do lucro e a da acumulação de capital, busca-se continuamente reduzir os custos de produção, logo,

⁸ Livrecambismo é um modelo de mercado no qual a troca de bens e serviços entre países não é afetada por restrições do estado. É o contrário de protecionismo, que é a política econômica que pretende restringir o comércio entre países. As trocas podem ser restringidas pela aplicação de taxas e tarifas alfandegárias, etc.; esta política econômica visa proteger a indústria nacional em detrimento da concorrência estrangeira.

criam-se estratégias ou de substituir o trabalho humano por máquinas, ou de gerar empregos precários, com baixos salários e sem direitos.

O Brasil invadido pelos portugueses se forma dentro do modo de produção capitalista. Sua estrutura fundiária estava e está baseada no latifúndio, fonte da concentração da riqueza e das desigualdades sociais em nosso país. Campos (2011) afirma que a imensa desigualdade existente no país também é fruto de reformas que não foram efetuadas no decorrer histórico como: a reforma agrária e a tributária.

Somado a isso, em nosso país a elite econômica e a elite política são coincidentes, tornando mais difícil a consolidação de mudanças que revertam esse quadro de desigualdades e de exclusões.

1.3. Desenvolvimento Rural

As teorias sobre a modernização da agricultura tiveram como base a perspectiva liberal da economia que, por sua vez, se fundaram nos pensamentos de Adam Smith e Ricardo. Segundo Andrioli (2016), estes autores postulavam que somente através da divisão do trabalho (especialização crescente) e do comércio livre (mão invisível) seria possível um progresso econômico nas sociedades⁹. Sendo assim, para os teóricos da modernização, os agricultores tradicionais deveriam abandonar suas antigas práticas de diversificação, produção para autoconsumo, etc., e se especializarem cada vez mais em um único cultivo focando no aumento da produtividade com o auxílio do avanço das técnicas desenvolvidas pela ciência moderna. Dessa forma, para estes teóricos, agricultura e a sociedade como um todo não poderiam se desenvolver sem a ajuda das pesquisas técnicas e científicas realizadas nos centros acadêmicos (ANDRIOLI, 2016).

Tendo como pressuposto os ideais liberais, antropólogos e sociólogos passaram a interpretar em suas pesquisas o comportamento dos agricultores sem considerar as condições sociais, econômicas e culturais de cada realidade. Dessa forma, começam a defender a necessidade de uma mudança no comportamento desses sujeitos, que seria possível através dos serviços difusionistas, de transferência de tecnologias, de assistência técnica¹⁰. Ou seja, o

⁹“A competição entre os concorrentes no livre-comércio, de acordo com as ideias liberais, faria com que os fatores de produção fossem utilizados de forma mais efetiva. Concentrando-se no que melhor pode produzir e ambicionando, exclusivamente, o lucro individual, cada produtor seria guiado pela “mão invisível” do livre mercado e, assim, contribuiria mais efetivamente para a prosperidade da comunidade” (ANDRIOLI, 2016, p. 48).

¹⁰ Segundo Andrioli (2016), Everett Rogers teria sido um dos teóricos mais importantes da assistência técnica e utilização de tecnologia na agricultura. E, embora autores da teoria da modernização, como Schultz, defendessem a racionalidade e eficiência dos conhecimentos dos agricultores tradicionais, eles ainda viam como necessária a realização de uma modernização de fora para dentro, através da intervenção do Estado, para que houvesse desenvolvimento nas sociedades. Segundo Schultz, o problema estava na baixa rentabilidade dos

saber tradicional, ancestral, desses agricultores passa a ser desvalorizado e visto como inferior aos conhecimentos desenvolvidos pela ciência moderna. E no caso da agricultura, isso significava ensinar a utilização de adubos químicos, sementes melhoradas, máquinas e técnicas de irrigação (ANDRIOLI, 2016).

Com base nessas teorias, na década de 1950, alguns autores no Brasil sustentavam que o país possuía uma economia natural¹¹, baseada em complexos rurais (unidades de produção autônoma, onde não havia necessidade de consumo de insumos e manufaturas exteriores produzidos fora da propriedade) que não tinham alta produtividade e renda, mas eram autossuficientes. Para alguns intelectuais e políticos que estavam preocupados com o desenvolvimento econômico do país, esse complexo rural era um empecilho para a dinamização da economia, pois: não criava efeito multiplicador interno, não criava poder aquisitivo e demandas internas. Inviabilizava a industrialização (MIELITZ; MELO, 2010).

Sendo assim, seria necessário romper com a autossuficiência, promover a mecanização, oferecer crédito, especializar a agricultura e a indústria. Nesse sentido podemos ver a constituição dos complexos agroindustriais substituindo os complexos naturais rurais¹², com forte apoio do Estado através das políticas públicas, para se realizar esta transição. Como exemplo, temos: a criação do sistema de crédito (1965), criação de institutos de pesquisa agropecuária (Embrapa, 1972), criação de um órgão de assistência técnica (Embrater), uma política de garantia de preços mínimos (PGPM) e o seguro agrícola (Proagro) (MIELITZ; MELO, 2010).

Com o objetivo de desenvolver o capitalismo em nossa nação, o Estado impôs o processo da modernização agrícola criando: a necessidade do campo consumir insumos que seriam produzidos no urbano (agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, sementes laboratorialmente modificadas, irrigação artificial), a necessidade dos agricultores aprenderem como produzir com os técnicos extensionistas (formados nos centros de pesquisa e ensino nos

insumos convencionais, que deveriam ser substituídos por insumos desenvolvidos por instituições de pesquisa a serem financiadas pelo Estado (ANDRIOLI, 2016).

¹¹ Esta é a visão de Gilberto Paim sobre a questão agrária brasileira: “Podemos entender o **complexo rural** como uma unidade de produção complexa em que as atividades produtivas e econômicas predominantes são as primárias, caracterizadas pela baixa produtividade, pela autossuficiência, por uma reduzida geração de renda, pela baixa capacidade de importar seus produtos e pela ausência de mercado interno com capacidade de consumir produtos manufaturados. Essa realidade é também chamada pelo autor de “**economia natural**”. Os complexos rurais constituíam-se em unidades quase autossuficientes em relação ao restante do território e da economia nacionais, sendo sua única relação comercial com o exterior estabelecida através da compra de bens de luxo para as classes proprietárias e da venda de seu produto agrícola para o exterior. Seus primitivos meios de produção, tais como a alimentação para a força de trabalho escrava, embalagens rústicas, entre outros, provinham dos domínios da própria unidade. Esses estabelecimentos quase se bastavam, tendo mínima relação econômica com seu entorno, não criando, portanto, nenhum efeito dinamizador ou multiplicador das ações econômicas” (MIELITZ; MELO, 2010, p. 11). (Grifos meus).

¹² Vide nota de rodapé 14.

centros urbanos), a necessidade de financiamento para conseguir produzir nos novos moldes que eram ditados. Com isso, surge e aumenta cada vez mais a dependência que o rural tem do urbano.

Esse processo, como muitos estudos já comprovaram¹³, levou ao aumento do êxodo rural (aglomeração nos centros urbanos, urbanização sem planejamento), desempregos, desestruturação comunitária, contaminações e intoxicações entre outras degradações ambientais e humanas. Dessa forma, esse modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro gerou mais concentração fundiária, maior concentração de renda e desigualdades sociais.

Com a chegada do neoliberalismo na década de 1990, teremos a intensificação desse processo que passará a ser designado como agronegócio.

O emprego do termo “agronegócio” no Brasil ocorre a partir da última década do século XX, quando entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial, como CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e Abag – Associação Brasileira do Agronegócio, passam a difundi-lo entre os associados, no mercado financeiro, nos órgãos governamentais e na mídia (HESPANHOL apud CAMPOS, 2011, p.104)

O agronegócio pode ser compreendido como uma “*complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários*”, consolidado com o neoliberalismo, sob o controle de grupos multinacionais e que, “*em aliança com o latifúndio e o Estado*”, propicia a acumulação capitalista gerando riqueza para poucos e pobreza para muitos. (CAMPOS, 2011)

O Estado foi um importante aliado para o fortalecimento do agronegócio: financiando ou realizando grandes obras em infraestrutura de transporte (rodoviário, ferroviário e portuário) e de energia, flexibilização de leis trabalhistas e ambientais; isenções ou grande redução de impostos para os produtos destinados à exportação, liberação do cultivo e comercialização de sementes transgênicas, empréstimos subsidiados para grandes grupos implantarem ou ampliarem empreendimentos, além da renegociação de dívidas e concessão de créditos a proprietários rurais. (Ibid, 2011)

Em âmbito nacional, a mesma política neoliberal que fomentou o agronegócio, realizou privatizações que resultaram no fechamento de 546 mil postos de trabalho no Brasil. “*Ao longo da década de 1990, as políticas neoliberais destruíram 3,2 milhões de empregos assalariados formais*” (POCHMANN, 2001, p. 29). No âmbito rural, segundo análise de Scheneider e Radomsky (2002), a intensificação do progresso tecnológico para os cultivos de grãos, sobretudo a soja transgênica, foi responsável pelo drástico aumento de desemprego no

¹³ Como exemplo, temos os estudos de Camarano e Abramovay (1999) e de José Graziano da Silva (2003).

campo no RS, no período de 1992 a 1999. Já em relação às mulheres o impacto foi imenso: a taxa de desocupação das mulheres saltou de 34% em 1981, pra 64% em 2004 (CAMPOS, 2011).

Além dos impactos severos, no âmbito social, que o agronegócio e as políticas de desenvolvimento neoliberais trouxeram para o país, temos também os imensos impactos ambientais. Já que no capitalismo o objetivo final é sempre a maximização dos lucros, o desenvolvimento das técnicas não tem como foco a diminuição do trabalho e do impacto ambiental, mas sim o aumento da produtividade.

A técnica funciona, portanto, no capitalismo, não apenas como um instrumento de trabalho, mas como fundamento para a geração de trabalho excedente não remunerado, o que é possível por meio do aumento da produtividade decorrente do aumento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. É a intenção de lucro que determina o uso e a expressão da técnica. O critério de seleção por parte do capital representa o potencial de uma tecnologia para produção de mais-valia, mesmo que existam opções melhores em relação ao uso social, ao consumo de energia e às consequências ambientais. Trata-se, por isso, em primeiro lugar, de aumentar a produtividade do trabalho (ANDRIOLI, 2016, p. 59).

E nessa incessante busca pelo aumento da produtividade e da diminuição de custos, busca-se tornar os sistemas agrícolas cada vez mais próximos dos sistemas fabris, onde seria possível controlar cada parte do processo através de uma administração científica. Além disso, na corrente das teorias liberais, a natureza é vista como uma fonte ilimitada de recursos naturais, que estaria disponível para o uso dos homens.

A agricultura vai se tornando um processo cada vez mais industrial e a natureza sendo assimilada a uma máquina, onde seria possível estudar suas partes, compreender as necessidades de cada uma de forma isolada, e trabalhar alimentando as partes em busca do aumento da produtividade e do lucro. Com isso, sem atentar para o funcionamento do agroecossistema como um organismo vivo, onde todas as suas partes dialogam entre si o tempo todo e possuem necessidades como um todo e não como partes¹⁴.

Esse modelo de desenvolvimento, guiado pela lógica de obtenção de lucro a curto prazo, segundo Petersen (2015, p. 32), necessita se reproduzir por meio de economias de escala ocupando imensas quantidades de terras com monoculturas e criatórios industrializados, *“em resposta à oportunidade conjuntural criada com o aumento da demanda externa por commodities agrícolas”*.

¹⁴ A cientifização do manejo dos recursos naturais seguiu o modelo da produção industrial e gerou a crença de que a fertilidade dos solos poderia ser gerada por uma química de sínteses e o solo de vivo passou a ser um mero receptáculo inerte. Todos os bens ecológicos comuns se transformaram em insumos, com exceção da biodiversidade que foi dizimada sem estimar-se sua imensa importância, e a de todo o processo coevolutiva que a havia gerado (GUZMÁN, 2001).

As monoculturas trazem consigo diversos problemas devido à redução da biodiversidade, o que engendra a necessidade da utilização de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos.

Lorenzi (2008) nos explica de forma simples a origem das chamadas plantas daninhas que são combatidas com o uso de herbicidas nas monoculturas:

A existência de plantas daninhas remonta à antiguidade quando nossas plantas cultivadas viviam em estado silvestre. Inicialmente a exploração de plantas úteis era extrativista. Nem mesmo a eliminação das plantas daninhas, que cresciam junto com elas, era feita. Isso não era tampouco necessário uma vez que possuíam suficiente agressividade a ponto de sobreviverem nessas condições, sem sofrer grandes prejuízos da concorrência. **A origem das plantas daninhas é atribuída ao próprio homem**, que no afã de melhorar as espécies úteis retirou-lhes gradativamente a agressividade necessária para viverem sozinhas. A natureza, por sua vez, agiu sobre as plantas silvestres no sentido contrário, ou seja, imprimindo-lhes uma seleção no sentido de torná-las cada vez mais eficientes quanto à sobrevivência (LORENZI, 2008, p. 1). (grifo meu)

Fica claro, dessa forma, como foi a ação do homem, com uma visão fragmentada da natureza, que causou o que se chama hoje de pragas. O sistema monocultural não só torna as plantas mais frágeis, pois estão desprovidas da diversidade biológica do solo e ambiente que propicia um suprimento adequado de diversos nutrientes (não só o NPK¹⁵) assim como uma estruturação do solo que permita adequada infiltração de água e ar, mas também estão desprovidos da cooperação de diversos organismos e microrganismos que agiriam como seletores naturais, gerando um equilíbrio biológico natural.

Sendo assim, percebemos como os sistemas monoculturais são dependentes dos insumos externos, como fertilizantes e agrotóxicos, para conseguirem se manter e produzir. E o cenário se torna mais preocupante ao atentarmos para a dimensão que as monoculturas tomam no território nacional e, com elas, o uso abusivo de agrotóxicos.

Soja, cana de açúcar, algodão, milho e eucalipto são exemplos de cultivos que vêm ocupando cada vez mais terras agricultáveis, para alimentar prioritariamente o ciclo de agrocombustíveis, da produção de carne em outros países, de celulose ou de ferro aço, e não as pessoas, ao tempo em que avançam sobre biomas como cerrado e Amazônia, impondo limites à produção de alimentos pela agricultura familiar camponesa e o modo de vida que se constitui em torno dessa produção. Somente soja, cana de açúcar, milho e algodão foram responsáveis por 80% dos agrotóxicos consumidos no Brasil em 2013. (FACCHINI; SOUZA, 2015, p. 37).

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO (2015, p. 50), em 2011 foram utilizados 853 milhões de litros de agrotóxicos nos 71 milhões de hectares de

¹⁵ Nitrogênio, fósforo e potássio.

plantações de soja, milho, cana de açúcar e algodão, representando média de uso de 12 litros por hectare e exposição média de 4,5 litros de agrotóxicos por habitante. Seguindo o fluxo desse modelo de desenvolvimento para a agricultura nacional, o MAPA projetou para 2020-2021 um aumento da produção de commodities para exportação de 55% para a soja, 56,46% para o milho e 45,8% para o açúcar. “*Como são monoculturas químico-dependentes, as tendências atuais de contaminação devem ser aprofundadas e ampliadas*”¹⁶. (ABRASCO, 2015, p. 55)

1.4. Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia

Como resposta aos problemas ambientais temos, desde 1987, o termo sustentável difundido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)¹⁷. A partir de então, tem-se observado a “ecologização” geral de diversos discursos, dando-se a impressão de que o sustentável levaria a todos, acima dos interesses de classe, à salvação e à integração ao desenvolvimento. Seria um suposto acordo que convergiu para o entendimento de Desenvolvimento Sustentável como um sinônimo de crescimento econômico sustentável. (MOREIRA; CARMO, 2004)

Para a CMMAD, as deficiências do modelo industrial agrícola poderiam ser superadas “*por novas técnicas de cultura de tecidos e engenharia genética que gerarão, em breve, variedades de plantas resistentes a pestes e doenças, serão capazes de fixar nitrogênio atmosférico e reduzirão as ameaças da poluição por agroquímicos*”.

Essa concepção de Desenvolvimento Sustentável inclui estratégias ambientais baseadas no desenvolvimento contínuo de atividades industriais supostamente sustentáveis e vinculadas à globalização do capital. Essa perspectiva, segundo Caporal e Costabeber (2000), pode ser definida como corrente ecotecnocrática:

partindo da necessidade de um crescimento econômico continuado – ainda que aceitando os limites impostos pela Natureza -, tenta, por um lado, resolver a equação entre crescimento, sociedade e meio ambiente mediante a adoção de um otimismo

¹⁶ Segundo ABRASCO (2015, p. 59), existem diversos sintomas de intoxicações crônicas, por diferentes agrotóxicos, já comprovados: efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossômicas, dermatites de contato, lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais, neuropatias periféricas, alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade, alergias respiratórias, doença de Parkinson, cânceres, fibrose pulmonar. Nas páginas que seguem ao texto citado, a ABRASCO descreve uma larga lista dos diversos danos à saúde humana, causados por agrotóxico específico, já comprovado. Além disso, em 2012 o SINITOX registrou 3.937 casos de intoxicação humana por agrotóxicos no Brasil. Desses 3.937, 1.544 casos, foram em tentativas de suicídio. “*Há uma série de estudos que indicam haver forte relação entre o uso de certos agrotóxicos e o alto índice de suicídios entre agricultores. Algumas substâncias podem afetar o sistema nervoso central, provocando transtornos psiquiátricos e, muitas vezes, levar ao suicídio*” (LONDRES, 2011).

¹⁷ “O Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1987; citado por MOREIRA; CARMO, 2004)

tecnológico e de artificialismo econômicos [...] (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19).

Segundo os autores, essa corrente desconsidera “*os já amplamente conhecidos efeitos sociais, econômicos e ambientais perversos da modernização tecnológica do campo*” (ibid, ibidem).

A ecofeminista Holland-Cunz (KULETZ, 1992) nos fala também que os problemas atuais não são meramente problemas que serão resolvidos com o desenvolvimento de tecnologias novas, que possam resolver problemas ambientais e sociais, mas que os problemas que sofremos hoje estão vinculados com a cultura patriarcal que generalizou a racionalidade instrumental¹⁸ e cindiu de vez o pensamento e a ação com os ciclos naturais, com o que seria verdadeiramente essencial à vida¹⁹.

A concepção de desenvolvimento rural sustentável, que surge como sendo a mais coerente e capaz de enfrentar os problemas apresentados até aqui, é a da Agroecologia.

Todavia, mesmo dentro da Agroecologia, temos correntes que vão por caminhos distintos.

Segundo Guzmán (2001), a Agroecologia se difundiu muito, nos últimos anos, por apresentar soluções técnico-agronômicas, para os problemas que as Ciências Agrárias convencionais não conseguiram solucionar. Todavia, o autor pontua que essa é uma dimensão muito restrita da agroecologia e que carece de compromissos socioambientais. Pois, ela se reduz a preocupações técnicas que não excedem o âmbito da propriedade rural, ou seja, não se debruça sobre problemas mais globais, que afetam diretamente a qualidade de vida dos agricultores e o meio ambiente. Sendo assim, essa visão da agroecologia gera apenas uma ruptura parcial com as ciências convencionais.

De acordo com Guzmán (2001), para a Agroecologia atingir sua integralidade teria que fazer uma articulação entre ciência e práxis, pois, só assim, seria possível acessar as dimensões ecológicas e sociais simultaneamente. Embora a agroecologia parta de uma dimensão técnica e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural, neste mesmo nível é importante compreender as formas de dependência que a economia, política e sociedade, geram na vida desses agricultores.

Os outros níveis, por sua vez, teriam como central o que Guzmán (2001) chama de matriz comunitária/sociocultural, que expressa a práxis intelectual e política das identidades

¹⁸ Para a definição do conceito, vide nota de rodapé número 6.

¹⁹ Sendo assim, para a autora, perceber esse aspecto de nossa cultura atual revela a extrema importância de dar voz e impulsionar a participação das mulheres na sociedade. Que estas possam contribuir com suas visões, sentimentos e experiências para um mundo mais justo e ecológico.

locais e as suas redes de relações sociais. O autor defende a importância desses aspectos para que, as propostas que surjam na transição para a agroecologia, partam da própria coletividade dos agricultores, através de sua participação em todos os momentos e processos.

Guzmán (2001) afirma que é muito importante que a agroecologia se dedique a essas outras dimensões, pois, para além de uma preocupação ecológica, é preciso que haja uma preocupação para extinguir a dependência que os agricultores têm do mercado, criada pelo modelo da Revolução Verde. É preciso refletir também sobre os processos de circulação da produção, evitando a ação dos atravessadores que comprem a um preço muito baixo dos agricultores e vendem a um preço muito alto aos consumidores.

Somente assim, segundo Guzmán (2001), a Agroecologia surgiria como um processo de desenvolvimento rural sustentável:

a utilização de experiências produtivas de agricultura ecológica, para elaborar propostas de ação social coletiva que desvelem a lógica predadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, para substituí-lo por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (GUZMÁN, 2001, p. 11) [tradução livre da autora].

Para tanto, o autor coloca como imprescindível que as investigações agroecológicas sejam através da ação participativa e que os pesquisadores ou extensionistas reconheçam e valorizem os saberes dos agricultores/povos tradicionais e os reconheçam como sujeitos nesse projeto coletivo de novos conhecimentos²⁰. Tendo em vista que os agricultores e povos tradicionais possuem uma forma de construir o conhecimento que é muito cara à Agroecologia, pois estes geram seu saber através dos processos coevolutivos com a natureza.

Estes saberes, oriundos de processos coevolutivos, surgem da observação e da prática cotidiana desses povos, que a partir de suas necessidades materiais objetivas, aprendem a ler os sinais do ambiente e desenvolvem formas ecológicas de produção. Sendo assim, tanto a realidade desses povos, suas condições materiais objetivas e, com isso, a própria natureza, se

²⁰ Guzmán (2016) afirma que a Agroecologia busca gerar uma ruptura epistemológica nas Ciências Agrárias e Florestais das relações de poder que colocam os investigadores como sujeitos que sabem, enquanto os investigados são objetos que ignoram. Aqueles que sabem, por sua vez, devem explicar e predizer o que fazer aos que não sabem. Nesse sentido, percebemos que há também uma hierarquia de quem detém e controla o saber dentro das relações de gênero. Quando em uma família o homem não dialoga com a mulher para saber sua opinião de como as coisas devem ser feitas na propriedade e até mesmo nos rumos da família, há aqui a concepção de que existe um sujeito que sabe e que deve comandar (o homem) e um não-sujeito que não sabe e deve obedecer (mulheres e filhos). Pensando em um âmbito mais amplo da sociedade, todas as minorias sem voz da sociedade capitalista hegemônica que acabam se aproximando mais da natureza, acabam levando o mesmo status que a mulher leva, ser selvagem, ignorante, guiado pelos instintos, que deve ser guiado pela razão e pelas luzes. Deve ser ordenado conforme as ordens da razão do homem branco civilizado. Sendo assim, no núcleo da sociedade que são as famílias, vemos se reproduzir a mesma lógica de controle e submissão que comanda a sociedade capitalista patriarcal como um todo.

transformam, gerando um processo de evolução mútua, onde seres humanos e natureza evoluem conjuntamente.

Guzmán traz uma das reflexões de Marx sobre a sociedade para buscar explicar a coevolução social e ecológica, onde o homem ao transformar o meio, transforma-se a si mesmo:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O homem enfrenta à matéria natural mesma como um poder natural. Põe em movimento as forças naturais que pertencem à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apoderar-se dos recursos naturais de uma forma útil a sua própria vida. Ao operar por meio desse movimento sobre a natureza exterior a ele e transformá-la, transforma a sua própria natureza (MARX, apud GUZMÁN, 2011, p. 88) [tradução livre da autora].

Nesse sentido, o autor busca enfatizar como o campesinato, os povos indígenas e tradicionais, possuem uma forma de relacionarem-se com a natureza, onde eles se consideram como sendo parte dela. Com isso, configurou-se um modo de uso dos recursos naturais, que mantiveram as bases de reprodução biótica desses recursos, e gerou processos de coevolução social e ecológica, trazendo benefício para todos (GUZMÁN, 2011).

Sendo assim, o que gostaríamos de frisar aqui é a importância em se valorizar e buscar resgatar essa estratégia de construção de conhecimentos, pois é uma estratégia que parte da realidade e necessidades locais, e é capaz de captar a complexidade da totalidade, logo, a mais adequada para resolver os problemas que surgem em cada local. Assim como, são estratégias que se baseiam nos recursos locais disponíveis, com isso, prescindindo do uso de insumos externos, que além de prejuízos ambientais, causam a dependência do/a agricultor/a.

Nesse sentido, além de trabalharem em diálogo com o meio ambiente, seu conhecimento não está desconectado da cultura e da ética, assim como ocorre com a Ciência que preza por sua objetividade e neutralidade.

A partir dessa reflexão Guzmán nos traz sua definição de Agroecologia:

manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas, surgidas de seu potencial endógeno, que buscam um desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, intentando estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, com isso, enfrentar ao neoliberalismo e a globalização econômica (GUZMÁN, 2001, p. 12) [tradução livre da autora].

Na perspectiva de Sevilla Guzmán (2001) de Agroecologia, os movimentos sociais também desempenham um papel fundamental que ele define como sendo a geração de formas de consciência agroecológica que tem como fim a busca pela equidade. Dentre essas formas de consciência o autor elenca as seguintes: de espécie (exploração ecológica intergeracional, a

preocupação com as gerações futuras); de classe (exploração econômica intrageracional); de identidade (discriminação étnica); de gênero (discriminação das mulheres); exploração geracional (discriminação de crianças e velhos).

E aqui o autor nos mostra um caminho inverso de transformação social²¹ no qual a Agroecologia está presente. Ele pontua que diversos movimentos sociais, que carregam a bandeira contra a globalização hegemônica e o neoliberalismo, passam a adotar a Agroecologia como uma ferramenta chave para essa transformação.

Ou seja, do nosso ponto de vista, entendemos que ao invés da agroecologia se iniciar pela modificação das técnicas produtivas dentro da unidade familiar, para posteriormente refletir e agir contra as formas de dependência e exploração sociais, econômicas e políticas, ela surge já de uma tomada de consciência dos/as militantes de que é preciso superar, acabar, com essas formas de dependência e exploração e vão encontrar na agroecologia elementos práticos para iniciar essa transformação das condições materiais e objetivas em que estão inseridos/as. Ou seja, há primeiro uma conscientização política dos processos, para depois a efetuação de uma transformação prática nas técnicas de produção, comercialização.

José Graziano da Silva, em seu livro *Tecnologia e Agricultura Familiar* (2003), corrobora com essa visão, quando expõe sua opinião sobre a importância dos movimentos por agriculturas alternativas:

Não se trata de gerar outras técnicas (...). Trata-se, isso sim, de gerar outra consciência, de gerar novas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas... Trata-se, enfim, de produzir através do debate sobre a “agricultura alternativa” novas formas ideológicas “pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim” (SILVA, 2003, p. 55).

Este autor afirma que a importância deste movimento (por agricultura alternativa) não está na “*produção da produção*”, mas sim na “*produção da consciência*”. Todavia, o que este autor não consegue perceber é que, em se tratando da agroecologia²², um aspecto vem ligado ao outro. Ao contrário da agricultura moderna, a agroecologia não pretende inventar tecnologias que sejam de “ampla aplicabilidade”, como é o caso do pacote tecnológico da Revolução Verde. Não se pretende inventar novos pacotes tecnológicos que sejam

²¹“Metodológicamente la dinámica del proceso de construcción agroecológica de la nueva “realidad” es el siguiente: primero, tan solo el cambio productivo en base a la agricultura ecológica; después, el socioeconómico mediante la agricultura participativa y el salto al control de todo el proceso de circulación y los sectores no agrarios de la economía local; y, finalmente a la transformación sociocultural y política, mediante el cambio de las estructuras de poder, con la utilización del potencial endógeno (de conocimiento local y memoria histórica popular), ya rescatado y reconstruido o generado como algo nuevo allá donde no existiera históricamente” (GUZMÁN, 2016, p.4). Os movimentos sociais revelam o movimento oposto, como exemplo, temos o MMC, no qual o empoderamento das mulheres leva à busca da mudança na forma produtiva.

²² Na concepção que adotamos aqui de Agroecologia, trazida por Sevilla Guzmán.

transmitidos para os/as agricultores/as de cima para baixo. A agroecologia busca resgatar princípios, como o da coevolução, explicado anteriormente.

Sendo assim, o mais importante é o aspecto da consciência, pois é a partir do momento em que o sujeito percebe que ele mesmo terá que inventar suas próprias tecnologias (pois é ele quem conhece seu ambiente, contexto social, político e econômico, os recursos com os quais ele pode dispor, o clima, solo, etc. que compõem o meio em que ele irá produzir), então, ele compreende que não necessita de nenhuma tecnologia externa, para resolver seus problemas produtivos.

Em outras palavras. Se defendemos a importância da participação dos produtores nas suas estratégias produtivas, porque compreendemos o processo de coevolução como elemento chave para a sustentabilidade dos ambientes. Ou seja, se é da interação do ser humano com a natureza, que aquele aprende como essa funciona naquele ambiente específico, e busca trabalhar de forma a promover mais vida, em busca da autossustentabilidade. Então, não é possível mesmo que falemos em novas técnicas a serem transmitidas e massificadas. Em cada local, em cada agroecossistema, em cada contexto, a técnica será específica e única. E só aquele que vive e observa o ambiente em que está inserido, será capaz de trazer as melhores soluções para os problemas que ali surgem.

Sendo assim, se trata muito mais de uma questão de tomada de consciência, do que a criação de técnicas específicas que seriam generalizadas e massificadas.

A polêmica²³ que está por detrás dessas diferentes percepções é que para alguns intelectuais, como Graziano (2003), o mais importante para a transformação efetiva da sociedade seria a “produção da produção”. Pois, só a partir da mudança do modo de produção, que poderíamos ter uma mudança real nas relações sociais, muito embora as consciências e concepções ideológicas já possam ir se modificando enquanto não ocorra essa mudança no modo produtivo. Ou seja, do ponto de vista do Graziano (2003), a agroecologia tem o potencial de modificar as consciências, um papel educativo, político. Mas não é capaz de modificar o modo de produção da sociedade.

Do nosso ponto de vista, compreendemos que na agroecologia ocorre um processo mútuo, de transformação na consciência e na forma de fazer agricultura. E não seria possível de outra forma, pois se não houver transformação na consciência, a agroecologia não seria possível. Pois, como foi dito, a agroecologia não se faz com transmissão de pacotes

²³ Essa discussão será retomada no capítulo 3, quando abordarmos o processo de consciência, no qual aparecerá essas diferentes concepções.

tecnológicos. Sendo assim, é um processo dialético, no qual as relações sociais impactam na forma de produzir e, esta, por sua vez, impacta nas relações sociais.

1.5. Agentes do Desenvolvimento Rural: Camponeses/as e Empresários/as.

Até aqui abordamos um cenário mais “macro” do processo de desenvolvimento rural, de como ele foi pensado e implementado a partir da concepção da modernização e industrialização e as consequências disso, assim como, da alternativa que surge com a Agroecologia para outra proposta de desenvolvimento. Todavia, não abordamos a esfera mais “micro”, que diz respeito aos sujeitos que foram diretamente influenciados por esses modelos de desenvolvimento e que são, por sua vez, a base da promoção desses modelos. Ou seja, quem são os/as camponeses/as que a Agroecologia busca resgatar? Quem são os/as empresários/as que a modernização foi responsável por criar?

Se em um passado não muito longínquo a única forma de produção que a humanidade conhecia era a camponesa e a dos povos tradicionais, com a industrialização e modernização da agricultura, entram em cena novos sujeitos rurais: os empresários e os capitalistas.

Os empresários rurais seriam justamente aqueles que aderiram ao pacote da modernização agrícola, se desfazendo de suas antigas práticas tradicionais produtivas e também sociais.

A Agroecologia, por sua vez, quando fala em valorizar e resgatar saberes para a construção de conhecimentos que levem para o desenvolvimento rural sustentável, se refere especificamente a um tipo de sujeito: os/as camponeses/as e os povos tradicionais. Ou seja, aqueles sujeitos que guardaram saberes e práticas antigas.

Todavia, Ploeg (2008) nos fala que na realidade, na multiplicidade de agricultores/as que existem no mundo, não podemos, na prática, definir e diferenciar categoricamente esses sujeitos. O que existe na realidade são formas de fazer agriculturas que se aproximam mais da campesinidade e outras que se aproximam mais do modo empresarial. Ou seja, o/a agricultor/a pode ter práticas camponesas mescladas de práticas empresarias e isso variar ao longo de sua vida.

Contudo, para que possamos entender essas diferentes gradações, que vão caracterizar o estilo de cada agricultor/a, é importante que possamos definir teoricamente essas diferentes formas de fazer agricultura. E é exatamente isso que o autor Jan van der Ploeg trabalha em seu livro *Camponeses e Impérios Alimentares* (2008), que exploraremos neste item.

Segundo Ploeg (2008), o que diferencia o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura é o grau de autonomia, referente: à base de recursos, às relações em que essa

base de recurso está enraizada, assim como, na forma como ela é acionada, aumentada e desenvolvida.

De forma sintética o autor diferencia em uma tabela as características da forma camponesa e da empresarial de fazer agricultura. A forma camponesa: é baseada na internalização da natureza, sendo a coprodução e a coevolução centrais; há um distanciamento de mercados de insumos; há diferenciação nos produtos com reduzido grau de mercantilização; há centralidade de perícias artesanais e tecnologias baseadas em habilidades; há intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho; é multifuncional; existe uma continuidade entre passado, presente e futuro; ocorre um aumento da riqueza social²⁴.

Já a forma empresarial de fazer agricultura: está desconectada da natureza; realiza uma artificialização da agricultura; há elevada dependência dos mercados e de mercantilização; há centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas; o desenvolvimento se dá pelo aumento em escala e a intensidade ocorre devido ao consumo de novas tecnologias; ela é especializada; cria rupturas entre o passado, presente e futuro; gera contenção da riqueza social (PLOEG, 2008).

Segundo Ploeg (2008), uma das características centrais da forma camponesa de fazer agricultura é a coprodução que representa a sua resiliência. A coprodução é uma interação multifacetada e em contínua evolução entre o homem e a natureza, na qual a natureza passa a ser convertida em bens e serviços para o ser humano sem que o seu uso prejudique sua manutenção e desenvolvimento no ambiente. A coprodução é fruto e ao mesmo tempo requer um tipo específico de conhecimento que ele traduz como sendo o “saber fazer do camponês” ou a “arte da localidade”, nas quais o respeito e a admiração pela natureza estão presentes²⁵.

Já na agricultura empresarial se busca reduzir a presença da natureza para conseguir padronizar os processos. A natureza sendo inconstante gera obstáculos para o aumento da produção em escala e essa inconstância deve ser superada. A natureza passa a ser reconstruída através das artificializações dos processos (substituição de: estrumes por fertilizantes

²⁴ Em um outro texto, *The Drivers of Change: the role of peasants in the creation of an Agro-ecological agriculture* (2011), Jan Douwe van der Ploeg, defende que é o campesinato a força social capaz de transformar a agricultura em uma prática sustentável, sendo o agente da agroecologia. Isto ocorreria através do processo de recampesinização. Este processo, por sua vez, estaria baseado em alguns mecanismos: diversificação (tanto da produção, dos serviços, como de mercado), redução de uso de insumos externos, restabelecimento da agricultura sobre a natureza, pluriatividade, novas formas de cooperação local, aumento da eficiência técnica da produção (inovações para maior produção com a mesma quantidade de recursos).

²⁵ Esse conceito é muito similar ao de coevolução bastante utilizado nos textos da Agroecologia (GUZMÁN, 2001, 2016).

sintéticos, cuidado dos animais por medicamentos; terras férteis por substratos artificiais, luz solar por artificial, mão de obra por automatização, trabalho manual por herbicidas, etc).

Sendo assim, os processos de produção agrícola vão sendo desconectados dos ecossistemas em que estão inseridos. Segundo Ploeg (2008), isto gera um aumento contínuo de contraprodutividade. Como exemplos, ele traz que: a eficiência do uso de nitrogênio caiu de 60% para 16% em trinta anos nos pastos para vacas leiteiras; a longevidade das vacas e suínos caiu muito também; a eficiência do uso da água caiu pela metade na irrigação; o uso de energia aumenta muito, etc.

Outra característica da forma empresarial de fazer agricultura é seu alto grau de dependência externa. Tarefas que poderiam ser feitas dentro da propriedade, assim como insumos que poderiam ser produzidos na mesma, passam a ser adquiridos de fora. São instauradas novas relações mercantis e relações técnico-administrativas que prescrevem e controlam como o trabalho deve ser feito. Ploeg (2008) pontua que a reprodução dessas unidades agrícolas com extrema dependência externa depende dos resultados da produção futura e da configuração futura dos mercados.

Ou seja, caso haja intempéries climáticas ou os preços dos produtos cultivados despenquem o empresário terá grandes dificuldades de manter seu modo produtivo sem criar novos laços de dependência que são as dívidas.

Outra característica que Ploeg (2008) diferencia entre o camponês e o empresário é a questão da artesanidade nos camponeses, enquanto que os empresários fariam empreendedorismo. Essa diferenciação revela como para o camponês a agricultura é um modo de vida, enquanto que para o empresário é apenas um meio de gerar dinheiro.

A artesanidade seria a *“capacidade de obter resultados produtivos elevados e prósperos por objeto de trabalho de forma sustentável”* (PLOEG, 2008, p. 137). Ela estaria fundamentalmente ligada ao saber desenvolvido localmente e aos indicadores internos (o que os animais e os cultivos precisam para se desenvolverem bem?), ou seja, há uma preocupação com o bem-estar dos seres vivos envolvidos no processo de produção/criação que se expressa através do cuidado que se tem com eles e que gera um crescimento permanente. Dessa forma, se produz um manejo sustentável dos bens que existem na propriedade. O mercado é apenas uma saída para os produtos e não um princípio que regula como a produção deve ser feita. Nesse sentido, entendemos aqui o que Ploeg (2008) quer dizer ao falar de continuidade entre passado, presente e futuro: o futuro é construído através de um processo de desenvolvimento baseado no cuidado com os recursos disponíveis criados no passado.

Já na forma empresarial de fazer agricultura, o mercado é o princípio orientador, já que essa forma de produção está altamente integrada e dependente do mercado. Sendo assim, os indicadores externos ditam como a produção deve ser feita: *“qual é a melhor ração, considerando a relação entre o preço do leite e o custo dos diferentes ingredientes da ração?”* (PLOEG, 2008, p. 137). Igualmente, as tecnologias que se tem acesso é que irão definir a escala das operações e os rendimentos. A renda depende da escala da produção, o aumento da renda vem com o aumento da escala.

Os camponeses buscam o aumento dos seus rendimentos através do aumento do valor agregado da produção. Enquanto os empresários, por exemplo, buscam elevar sua renda adquirindo mais terras ou tecnologias/insumos para aumentar o cultivo de monoculturas, os camponeses buscarão produzir produtos com maior qualidade ou até mesmo já processados: a farinha do milho, o queijo, o doce de banana, etc.

Dessa forma, os empresários para aumentarem sua renda acabam criando novos vínculos de dependência ao precisarem de financiamentos/créditos para adquirirem novas tecnologias e novos insumos que possam gerar maior produtividade em suas produções.

A modernização apregoa que a forma camponesa de fazer agricultura é atrasada e pobre. Logo, o caminho para o desenvolvimento e progresso seria fazer a transição para o modo empresarial. Para tanto, os agricultores tiveram que se envolver em relações de dependência para poder financiar essa transição. Além disso, Ploeg (2008) coloca que tiveram que redefinir as relações que existiam antes em suas comunidades camponesas como as de reciprocidade, trocando por relações concorrenciais, mercantis.

Todavia, o autor deixa bem claro que para que a forma empresarial possa existir e prosperar é preciso que exista um contexto político e econômico específico que assegure diversas condições que são garantidas pelas políticas dos Estados (PLOEG, 2008, p. 149).

Um dos enormes problemas que os agricultores empresariais sofrem é o que Ploeg (2008) denomina de *squeeze*: *“Os níveis dos preços pagos aos produtores são mantidos em baixo ou reduzidos através da reestruturação das inter-relações entre a produção e o consumo de alimentos. Esse squeeze suga uma enorme quantidade de riqueza social do campo, a qual é acumulada no Império”* (PLOEG, 2008, p. 149). O *squeeze* leva a uma diminuição de renda dos agricultores que passam a buscar o equilíbrio das finanças através da apropriação de outras unidades agrícolas e da compra de inovações tecnológicas.

Tanto a industrialização da agricultura, como a apropriação de novas unidades agrícolas, que buscam o aumento da escala produtiva, levam a um aumento de custo na agricultura. Ploeg (2008) coloca que as grandes empresas agrícolas, que se expandem de

forma acelerada, geram mais custos do que as unidades agrícolas menores e que crescem de forma mais lenta. Nesse sentido, o autor fala da ocorrência de um *squeeze* duplo, o externo, gerado pela baixa dos preços pagos aos produtores, e o interno, gerado pelos altos custos que surgem da forma de fazer agricultura empresarial. Dessa forma, a riqueza social é impulsionada para fora dessas unidades agrícolas se concentrando nos pontos da cadeia produtiva do agronegócio que são comandados pelas empresas transnacionais e pelo capital financeiro. O autor explica que este segundo *squeeze* é provocado pelo primeiro, surgindo como uma tentativa de superar o primeiro *squeeze*, mas acaba escoando cada vez mais a riqueza produzida pelo trabalho dos agricultores, gerando um processo de “empobrecimento induzido” (PLOEG, 2008, p. 151).

Ploeg (2008) traz dados sobre sua pesquisa realizada com gado leiteiro na Itália e relata que na agricultura empresarial do local pesquisado há uma procura por raças de gado, geradas por processos de cruzamento e seleção, que são mais produtivas que as vacas tradicionais, todavia, no terceiro ano o rendimento tende a cair. Sendo assim, essas vacas são substituídas no seu terceiro ano de lactação. O autor coloca que não é só pela diminuição da produção, mas que devido ao alto stress em que estão inseridas, essas vacas passam a desenvolver diversas doenças. Se antes uma vaca poderia produzir por até quinze anos, hoje, na agricultura empresarial, elas são substituídas com apenas três anos de produção. Os animais se tornam “produtos descartáveis” (PLOEG, 2008, p. 153). Além disso, o autor fala da gestão dos pastos, que deixa de ser a única fonte de alimento das vacas e se introduz o milho.

Tendo como base outras pesquisas, Ploeg (2008) revela também o empobrecimento que é gerado pelo modo de fazer agricultura empresarial. Como o aumento do rendimento depende do aumento de escala, mais terras são apropriadas para, no caso da pesquisa citada, criação de gado. Dessa forma, terras que poderiam produzir uma diversidade imensa de alimentos ficam restritas apenas à produção de pasto, o que gera uma diminuição drástica no valor total produzido por hectare.

Como podemos observar, a forma camponesa de fazer agricultura se aproxima muito da proposta da agroecologia de fazer agricultura, assim como, a forma empresarial de fazer agricultura é um resultado dos empenhos empregados pelo Estado em modernizar e industrializar a agricultura que geraram esse novo sujeito rural.

Para nossa pesquisa é muito importante que possamos ter essas diferenciações em mente, no momento em que formos analisar como a forma de produzir, das famílias das mulheres entrevistadas, se modificou ao longo do tempo, na história de vida dessas

agricultoras. Ou seja: como era a forma de produção antes e depois dessas mulheres entrarem no MMC?

1.6. A Participação²⁶ como Elemento Chave para o Desenvolvimento Rural Sustentável

A perspectiva agroecológica da sustentabilidade e da estratégia de desenvolvimento rural é definida a partir da participação e da identidade etnoecossistêmica de cada localidade a ser considerada²⁷. Tal estratégia, para tanto, deve “nascer desde dentro”, pelo fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso hegemônico da modernização agrária.

O conceito de desenvolvimento rural proposto baseia-se no descobrimento, sistematização, análise e fortalecimento dos elementos de resistência específica ao processo modernizador agrário que cada identidade local possui, fortalecendo as formas de ação social coletiva que possuam um potencial endógeno transformador.²⁸ Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a localidade, senão de se detectar as que ali existem e de acompanhar os processos de transformação numa dinâmica participativa.

A construção participativa de tecnologias agrárias permite fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos agricultores com os recursos naturais específicos de seus agroecossistemas. Com isso criam-se e avaliam-se tecnologias autóctones, articulando-as a tecnologias externas apropriáveis mediante o ensaio e a adaptação, para serem incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprios de cada comunidade, buscando sempre a autonomia da comunidade. (MOREIRA; CARMO, 2004)

Tendo isso em vista, podemos perceber que a concepção agroecológica de desenvolvimento rural sustentável tem como fundamento a participação e a valorização das diferenças, não podendo prescindir destas. É a participação dos/as agricultores/as no processo de observação do seu sistema produtivo e troca de saberes com outros/as agricultores/as dentro de uma realidade ambiental, econômica, social específica, que permite a construção de estratégias para solucionar os problemas presentes em cada local, a partir dos potenciais

²⁶ Participação aqui se refere à participação na construção do saber coletivo que incidirá nas práticas produtivas dos estabelecimentos rurais. Assim como, participação nas próprias práticas.

²⁷ A resistência ao modelo modernizador viria justamente dessa valorização da diversidade sociocultural do planeta, já que: “O elemento chave da articulação entre o neoliberalismo e a globalização econômica é o fato de que o conhecimento (a ciência e sua autolegitimação, defendida pela estrutura de poder em torno dela gerada) que serve para interpretar o funcionamento da economia e da sociedade foi gerado dentro da lógica da ‘defesa dos valores ocidentais’ sem capacidade de assimilar outro tipo de valores; ou seja sem aceitar a biodiversidade cultural do planeta” (GUZMÁN, 2001, p. 8).

²⁸ Potencial endógeno é o conjunto de recursos localmente disponíveis. Este possui duas dimensões: a social que é representada pela força e organização social do trabalho, a identidade local, a autonomia, a cooperação; e a ecológica, que é representada pela agricultura de baixos “inputs”, pela escala de produção, pela base energética e pelos agroecossistemas.

locais, em busca de um desenvolvimento que trabalhe com a natureza e fortaleça os laços sociais, a ação social coletiva²⁹.

Temos o discurso de Vandana Shiva (2002) que corrobora com a visão da agroecologia de valorização da participação na construção dos saberes. Ela afirma que o desaparecimento da diversidade é devido às monoculturas da mente³⁰ que excluem as alternativas de saberes. Essa monocultura da mente surge quando um saber local se outorga como universal e único verdadeiro: o saber científico da sociedade moderna ocidental que se tornou dominante.

A primeira forma de colocar fim às alternativas, aos outros saberes locais, segundo a autora, seria a invisibilidade desses saberes: *“quando ele aparece negam-lhe o status de saber sistemático e atribuem-lhe os adjetivos de ‘primitivo’ e ‘anticientífico’.*” (SHIVA, 2002, p. 23). Outra forma seria destruindo a realidade que estes saberes representam: *“o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço de alternativas locais [...], destrói as condições para a existência de alternativas”.* (idem, p. 25). Que é o que vemos acontecer com o avanço das fronteiras agrícolas para a produção monocultural de commodities que tem como base o saber científico agrônomo convencional que possui uma visão meramente econômica dos processos. Essa visão que se impõe como única possível avança sobre as diversas outras visões construídas historicamente que possuem conhecimentos ecológicos profundos da biodiversidade e formas de se relacionar com ela. E, na maioria das vezes, devido à sua condição histórica, essas visões alternativas se conservaram com o sexo feminino.

As camponesas conhecem as necessidades nutricionais de sua família e o teor nutritivo das safras que cultivam. Entre as plantas cultivadas, preferem aquelas com máximo teor nutritivo às que têm valor de mercado. É por isso que as mulheres de Garhwal continuam cultivando o mandua e as mulheres de Karnataka cultivam o nachinim [...]. (SHIVA, 2002, p. 39)

Segundo Shiva (2002, p. 81), faz-se necessário, então, uma democratização do saber onde o saber local e diversificado seria considerado não só válido, como indispensável para a liberdade humana: *“porque a concretude é a realidade, a globalização e a universalização são meras abstrações que violam o concreto, o real”.* Dessa forma, o saber seria liberto, se

29 “A ação coletiva e as estratégias associativas não são apenas resultados do processo de transição agroecológica, mas incidem e afetam o seu desenvolvimento e evolução. As ações sociais coletivas são, pois, ao mesmo tempo, o resultado e a causa do processo de transição em direção a conformação de estilos de agricultura de base ecológica” (COSTABEBER, 2001).

³⁰ Shiva utiliza o termo “monoculturas da mente” para falar sobre a invasão do pensamento ocidental nos países que foram colonizados pela Europa e, da mesma forma, não só essa única forma de pensar foi imposta, assim como, a forma de produzir os alimentos, a lógica toda da economia capitalista.

tornando mais autônomo e autêntico. Para conhecer a natureza é preciso “participar”, agir junto a ela, com ela.

1.7. Ecofeminismos e a Construção Coletiva do Saber

Neste momento gostaríamos de acrescentar, sem sermos contraditórios com o início deste capítulo, sobre um aspecto importante da participação das mulheres, nas construções coletivas de saberes. E isso, de forma alguma, substitui a nossa opinião inicial, de que as mulheres devem participar porque são sujeitos assim como os homens, e não porque possuem este ou aquele saber.

Mas é importante aqui entendermos como a divisão sexual do trabalho, historicamente construída e determinada, de diferentes formas, conforme o sexo, gerou diferentes perspectivas sobre o ambiente. Ou seja, como essa divisão condicionou as formas de perceber e lidar com o mundo de diferentes formas, dependendo do sexo. E é neste momento que recorreremos, brevemente, aos Ecofeminismos³¹.

Segundo a ecofeminista Ynestra King (1997), as mulheres seriam uma ponte entre a natureza e a cultura, sendo os sujeitos potenciais para promover a superação dessa dicotomia. Pois, tradicionalmente, as mulheres exerceram atividades mediadoras de conversão que são tanto naturais, como sociais: cuidar e criar os filhos, cozinhar, curar, cultivar, procurar comida. “*Partilhamos com o feminismo cultural a necessidade de uma política com coração e de uma comunidade de afeto, reconhecendo nossa ligação mútua e com a natureza não humana*”. (KING, 1997, p.146).

Ou seja, segundo esta autora as mulheres, historicamente, teriam desenvolvido habilidades, percepções, que estariam mais conectadas com a natureza. Estando restritas aos afazeres dentro e ao redor da casa, as mulheres teriam desenvolvido uma sensibilidade maior para o cuidado com os outros, seja no preparo das refeições, seja na criação dos filhos, ou mesmo, na cura dos doentes. Sendo assim, as mulheres teriam preservado a estratégia coevolutiva de produção de conhecimento, pois no cultivo dos alimentos, os aspectos do cuidado se mantiveram.

De nossa parte, compreendemos que, enquanto essa condição histórica se mantém na vida das mulheres, é possível que elas mantenham essas características peculiares. O que, de forma alguma, seria necessário, mas apenas uma possibilidade. Mas que, uma vez que as mulheres saiam dessa condição e adentrem nas mesmas funções que os homens na sociedade,

³¹ Segundo Holland-Cunz, dos textos ecofeministas existentes, as questões que são comuns a todos são: “*a conexão analítica de todas as formas de domínio, uma nova concepção da relação ser humano-natureza, reflexões éticas e reivindicações com base em uma crítica da ciência e da tecnologia*” (HOLLAND-CUNZ, 1996, p. 52).

participando do mundo econômico e político, na esfera pública, então, é bem provável que essas características, ditas mais ecológicas, se percam.

Todavia, como veremos a seguir, essas características ainda são encontradas nas mulheres camponesas e dos povos tradicionais, nos quais essa divisão sexual do trabalho foi mantida. Sendo assim, o que esses/as pesquisadores/as observam é que, seria possível ter uma esperança de que esses saberes/estratégias, que foram conservados nessas mulheres, um dia possam ser compartilhados e utilizados também pelos homens, por toda a humanidade.

Vejamos, então, algumas dessas pesquisas.

Segundo Lusa e Lisboa (2010), existe uma unanimidade na afirmação de que as mulheres desempenham um papel essencial no processo de desenvolvimento.

Estudos feitos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, em 2003, apontam a agricultura familiar como estratégia de sobrevivência, abrangendo, basicamente, a força de trabalho feminina e a das crianças. São as agricultoras que vão preservar as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos da alimentação básica (milho, mandioca, feijão) de cada país, a criação de diversas espécies de animais de pequeno porte (ovinos, suínos, caprinos), bem como o manejo do gado leiteiro no espaço da agricultura familiar ou comunitária. Por esse caminho, o Instituto registra que as mulheres “detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável”, pois são as que mais contribuem para a preservação da biodiversidade no pequeno lote de terra, por intermédio da seleção de espécies de sementes e preservando a cultura dos quintais. (LUSA; LISBOA, 2010, p. 873)

Este artigo publicado por Lusa e Lisboa (2010) traz experiências e pesquisas realizadas tanto no Brasil, como México e Cuba, com o intuito de identificar a importância das mulheres para o desenvolvimento sustentável. Segundo uma publicação, financiada pelo PNUD em Cuba, “*constatou-se que as mulheres demonstraram serem excelentes administradoras dos recursos naturais, porém poucas participam ativamente dos processos de decisão em torno dos assuntos ambientais em âmbito local e regional*”. (LUSA; LISBOA, 2010, p. 875)

Em entrevista com a coordenadora de um programa para inovação agropecuária local em Cuba (PIAL),

constatou-se que as mulheres reconhecem mais a utilidade das plantas medicinais e ornamentais, a diversidade de sementes e plantação de hortas caseiras, enquanto os homens possuem maior conhecimento a respeito dos recursos florestais e atividades florestais com fins comerciais, bem como em relação à plantação de alimentos em grande escala”. (LUSA; LISBOA, 2010, p. 875)

Esta pesquisa evidenciou o preponderante papel da mulher na gestão dos recursos naturais, pois, culturalmente, a mulher é a responsável para prover alimentos para a família.

Em outra pesquisa realizada em Passo Fundo/RS, para compreender o papel da mulher na agroecologia através da observação da sua inserção nas feiras, constatou-se que “*o espaço*

da produção diversificada e agroecológica é o local de domínio por excelência em termos de conhecimento das mulheres” (PASTORE et al., 2015, p. 6). A horta, o leite, as conservas, os embutidos, os pães e outros, são trabalhos geralmente executados pelas mulheres, onde elas detêm poder e controle.

Siliprandi afirma que quem induz a mudança do modelo de agricultura convencional para o agroecológico, geralmente, são as mulheres. E isto porque são elas que possuem maior preocupação *“com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (água potável, lenha, etc.)”* (SILIPRANDI, 2007).

Em uma pesquisa realizada no Planalto Catarinense, avaliou-se que *“as mulheres se demonstraram menos reservadas que os homens no que diz respeito a questões de saneamento básico e uso de agrotóxicos, demonstrando que a saúde e o bem estar da família devem estar acima do fator econômico”* (MAFRA; FLORIANI, 2007, p. 1775).

Em uma interessante pesquisa, De Biase (2011, p.2)

busca evidenciar as contribuições do enfoque feminino no processo de desenvolvimento de experiências agroecológicas: demonstrar como a inclusão da dimensão feminina nos projetos agroecológicos pode contribuir com a construção da autonomia e sustentabilidade nos territórios camponeses.

A pesquisa solicitou que grupos de homens e de mulheres, separadamente, construíssem cartazes das atividades produtivas, calendários sazonais. Tanto a análise das formas, como dos conteúdos, evidenciaram profundas diferenças. Os homens apresentaram uma racionalidade mais linear, de homogeneização e simplificação: o *“estímulo à produção para o mercado, desvalorização do autoconsumo e a mercantilização das relações”*. Já as mulheres apresentaram uma maior complexidade e diversidade: *“a interligação entre fenômenos naturais e sociais, orientação ao endógeno”*.

As mulheres, no período das secas, identificaram tanto a baixa produção de leite, a irrigação da horta e a diminuição da renda, como os ventos, a ausência do marido, a doença das crianças e, conseqüente, a tristeza da esposa. As condições se invertem no período das chuvas. Encontram-se, dividido em duas partes: a condição da vaca (gorda ou magra); a diversidade de plantas cultivadas; a aparência das folhas das árvores... uma complexidade que parece contar história da vida. Os homens construíram cartazes limitados às atividades agropecuárias, relacionadas à comercialização. A partir de um esquema gráfico linear os homens também expuseram as vantagens da época das chuvas e desvantagens da seca. Neste caso, porém, as diferenças foram diretamente relacionadas a fatores produtivos e monetários: vantagens e desvantagens para venda, obtenção de financiamentos, disponibilidade de mão-de-obra, intensidade do trabalho, manejo da produção... uma formulação socioeconômica que parece dialogar com a dinâmica de mercado (DE BIASE, 2011, p. 3).

Sendo assim, o que gostaríamos de enfatizar neste item da pesquisa é que, muito embora, não seja devido a esses saberes e estratégias que devemos lutar pela participação das mulheres nos processos de desenvolvimento, da agroecologia; é notável que existem

diferenças nas perspectivas de olhar para o mundo, para a natureza, entre homens e mulheres. Sendo assim, percebe-se a imensa limitação da construção de um saber, que se baseie apenas na visão masculina, apenas nos processos coevolutivos vividos pelos homens, sem considerar a participação das mulheres.

Sendo assim, na agroecologia é preciso enfrentar uma questão que passa despercebida em seus discursos. Alier (2002, p. 284) alerta para a importância de se atentar para as relações patriarcais dentro das unidades familiares, pois a ênfase nos antigos sistemas comunitários de gestão de recursos naturais, contra o Estado ou o mercado, é perigoso para as mulheres porque as comunidades tradicionais são internamente desiguais. Existe a necessidade de novas instituições comunitárias baseadas numa economia ecológica e não retroceder para tradições que discriminam as mulheres.

Nesse sentido, observamos os esforços da Agroecologia para que haja a participação dos agricultores nos processos de construção social do saber. Todavia, se não atentarmos para a cultura patriarcal que subjaz em nossa sociedade teremos que apenas metade da população do campo participará dessa construção, já que as agricultoras serão silenciadas pelo peso da tradição e dos costumes. Dessa forma, entendemos que para que haja participação efetiva, construção social do saber coletiva, é preciso que haja processos de formação em gênero nas comunidades e políticas públicas específicas voltadas para as mulheres. É preciso que as mulheres agricultoras se conscientizem³² e despertem para o seu verdadeiro papel de sujeito na sociedade e não de objeto.

Para que possamos entender o peso do patriarcado em nossas sociedades, avancemos para o próximo capítulo, no qual faremos um rápido percurso de alguns traços do patriarcado na formação de nossa sociedade ocidental. As mulheres não são passivas, frágeis e incapazes, mas os obstáculos que foram postos a sua frente, para impedir sua participação pública na sociedade no decorrer histórico, são imensos. Da mesma forma, é imensa a luta das mulheres para conseguirem sua emancipação.

³² Vide capítulo 3 para maior compreensão do conceito.

CAPÍTULO 2 – O PATRIARCADO

Neste capítulo buscaremos discutir sobre as hipóteses das origens do patriarcado a partir dos estudos da historiadora Gerda Lerner, da socióloga Heleieth Saffioti e da obra “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, de Friedrich Engels. E também abordaremos os conceitos de *habitus* e “violência simbólica” do sociólogo Pierre Bourdieu, como forma de explicar como as relações de dominação, dos homens sobre as mulheres, se perpetuam na sociedade de geração a geração. Dessa forma, teremos algumas ferramentas conceituais para, mais à frente, poder fazer as análises dos resultados da pesquisa, as quais buscarão responder ao seguinte objetivo: como eram as relações de gênero antes e depois da entrada das mulheres pesquisadas no MMC.

2.1. Hipóteses sobre a Criação do Patriarcado

Talvez mais importante do que encontrar uma origem exata do patriarcado, seja compreender sua evolução histórica, como ele se transforma e se fortalece no decorrer do tempo até chegar aos dias de hoje. Para realizar a reflexão sobre esse processo, nos apoiaremos no livro da historiadora Gerda Lerner, “*A Criação do Patriarcado*” (1985). Esta autora, a partir dos dados que possui do período pré-histórico, trabalha com algumas hipóteses de como teria sido criado o patriarcado³³ e, posteriormente, já com informações mais sólidas das primeiras civilizações humanas, na Mesopotâmia e na Grécia Antiga, nos revela um pouco da realidade das relações de gênero naquela época e como vão se modificando, aprofundando, no decorrer do tempo.

A autora parte da hipótese de que a origem do patriarcado estaria, a princípio, nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, que levou a uma primeira divisão sexual do trabalho. Essa primeira divisão sexual do trabalho, de forma alguma estaria vinculada a hierarquias, opressões, dominações de um sexo sobre outro. Foi a forma natural que os seres humanos encontraram de se organizar para sobreviverem em um ambiente hostil.

Lerner (1985) nos leva há três milhões de anos atrás, quando os hominídeos evoluíram dos primatas, para que reflitamos sobre como deveria ser a situação humana naquela época e as relações entre as mulheres e seus filhos. A autora enfatiza a extrema dependência que os

³³ “A construção hipotética que vou oferecer pretende ser apenas uma dentre muitos modelos possíveis. Inclusive dentro do limitado terreno geográfico do antigo Próximo Oriente deve ter ocorrido muitas formas distintas de se dar a transição para o patriarcado. Seguramente nunca saberemos o que ocorreu, assim que nos vemos restringidos a fazer conjecturas do que pode ter ocorrido. Estas projeções utópicas no passado têm uma importante função para quem deseja criar uma teoria: saber o que poderia ter ocorrido nos abre a novas interpretações. Nos permite especular sobre o que poderia ser possível no futuro, livres das restrições de um marco conceitual fechado e totalmente caduco” (LERNER, 1985, p. 68) [tradução nossa].

bebês humanos possuem de seus pais e por tempo prolongado, de como sua sobrevivência dependia dos cuidados maternos. Por outro lado, as mulheres necessitavam fazer a coleta de alimentos para sua própria alimentação.

No neolítico foi possível encontrar pinturas e estátuas de veneração à deusa-mãe³⁴. O poder da mãe sobre os filhos era imenso, só os seus cuidados os protegiam, só o seu leite os alimentava, se eram negligentes seus filhos morriam. Dessa forma, a mãe tinha um poder de vida e de morte.

A autora afirma que foi a necessidade que criou a primeira divisão sexual do trabalho, através da qual as mulheres se tornavam mães. A sobrevivência do grupo dependia disso, devido às condições perigosas e inóspitas nas quais viviam. Cada mulher tinha que ter vários filhos, para que algum sobrevivesse, sendo assim, as mulheres deviam se dedicar constantemente à maternidade. E isto era aceito por homens e mulheres e, a partir disso, criaram-se crenças, costumes e valores em suas culturas.

Da mesma forma, supõe-se que as mulheres escolhiam as atividades econômicas que pudessem combinar com suas funções maternas de amamentar e carregar os filhos, seja no útero ou nas costas. Sendo assim, a caça de animais de grande porte, não era a mais apropriada para elas, não significando que elas não fossem capazes disso. Os homens, por sua vez, tiveram que desenvolver habilidades para a caça e para a guerra para proteger o grupo (LERNER, 1985).

Sendo assim, aqui estaria a explicação da primeira forma de divisão sexual do trabalho, onde trabalhos de homens e mulheres eram complementares entre si, mas que fez com que cada sexo desenvolvesse características específicas devido a essas especializações: os homens estimulavam sua agressividade e desenvolviam habilidades para a caça e para a guerra, ou seja, para a violência; e as mulheres desenvolviam habilidades de cuidado, de amor ao outro (filhos), de observação do desenvolvimento das plantas e seus poderes, etc. (LERNER, 1985).

Analisando um momento posterior da história, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, explicou a subordinação das mulheres como algo que foi crucial para a formação da cultura. Ele reconhece o tabu do incesto como um mecanismo humano universal encontrado em qualquer organização social. O antropólogo defende que o intercâmbio de mulheres foi a primeira forma de comércio, onde as mulheres se transformaram em mercadorias e marca o

³⁴ Além dos próprios dados fornecidos por Lerner, diversos outros dados arqueológicos que comprovam a veneração à Deusa-mãe em diversas partes da Europa e Ásia podem ser encontrados no livro de Riane Eisler, “O Cálice e a Espada”, 2001.

início da subordinação das mulheres aos homens. Todavia, para ele o tabu do incesto era um passo importante e necessário para a criação da cultura humana. Os tabus de incesto e endogamia teriam levado a uma interação pacífica e promovido alianças entre tribos distintas.

Lerner (1985) supõe que o intercâmbio de mulheres era realizado, ao invés do de homens, por que: se os homens fossem intercambiados entre tribos, estes não seriam necessariamente fiéis a sua nova tribo, podendo realizar atos violentos contra esta devido a sua experiência de caça e guerra. Seria mais fácil coacionar as mulheres através das violações, pois uma vez se tornando mães, permaneceriam fiéis a seus filhos, criando um vínculo forte com a tribo. Esta é apenas uma explicação, dentre outras possíveis, para o fato de que eram as mulheres as intercambiadas, e não os homens. O fato de que as mulheres, já nesse período, possuíam essa autonomia menor do que a dos homens é tido como certo.

Outra autora, que corrobora com a afirmação de uma perda de autonomia das mulheres anterior à propriedade privada, mas que, todavia, discorda de Lévi-Strauss, de que a troca de mulheres foi algo necessário para a origem da cultura ³⁵, é Gayle Rubin (1993). Segundo esta autora, a troca de mulheres é a constatação de um sistema em que as mulheres não têm direitos sobre si mesmas.

Se as mulheres são objetos de transação, são os homens, então que, ao dá-las e recebê-las, estão ligados entre si, tornando-se a mulher um condutor da relação ao invés de um parceiro nela. (...) [a troca de mulheres] implica uma distinção entre o presente e o ofertante. Se as mulheres são os presentes, então são os homens os parceiros da troca. E é aos parceiros da troca, e não aos presentes, que a troca recíproca confere seu poder quase místico de ligação social. As relações desse sistema são tais que as mulheres não estão em posição de aproveitar os benefícios de sua própria circulação (...) (RUBIN, 1993, p. 9).

Sendo assim, Lerner (1985) afirma que, antes mesmo da formação da propriedade privada e da sociedade de classes, os homens se apropriaram da capacidade sexual e reprodutiva das mulheres. Além disso, o uso dessas capacidades como mercadoria, estaria na própria base da propriedade privada. Sendo assim, a autora coloca de ponta cabeça a teoria de Engels, a qual afirmava que a dominação feminina teria surgido simultaneamente com a propriedade privada.

Engels (1984), a partir de estudos das transformações das relações de parentesco nas sociedades primitivas, constatou que a passagem da linhagem/direito materno para a linhagem/direito paterno ocorreu quando os homens começaram a acumular riquezas com o

³⁵ Para Rubin (1993), se entendemos que a derrota histórica das mulheres ocorreu com a origem da cultura, então, as feministas teriam um trabalho muito oneroso: o de se livrar da cultura. A autora entende que a origem da cultura através do tabu do incesto, logo, da conseqüente troca de mulheres, foi uma forma possível, mas que existiriam outras formas possíveis também de se dar origem à cultura. A cultura é inventiva, e a antropologia já teria revelado que a origem da cultura, em povos caçadores e coletores, não teria ocorrido através da troca de mulheres.

sedentarismo. Este acúmulo de bens (propriedade privada) gerou o desejo de transmitir essa herança aos filhos. Todavia, como naquela época ocorriam os casamentos por grupos, logo, não era possível saber quem eram os pais e somente as mães, a primeira intervenção necessária realizada para tal fim foi a passagem para a monogamia para garantir a fidelidade da mulher e assegurar a paternidade dos filhos. Esse período correspondeu ao período do início da escravização humana, tendo em vista a reprodução dos bens. Sendo assim, o autor revela que a palavra família, originariamente, significava o conjunto de escravos que pertenciam ao mesmo homem, e não a união de pais e filhos sob um mesmo teto. Dessa forma, evidencia-se como a monogamia surge não como uma revelação de amor entre os pares, mas sim de um processo de subjugação e escravização das mulheres, cujo único fim era garantir a passagem da herança através da linhagem paterna (ENGELS, 1984).

Dentre algumas críticas levantadas à teoria de Engels, a que mais nos interessa aqui diz respeito à diferença entre matriarcado e matrilinearidade. A teoria de Engels supõe que as relações de parentesco baseadas na linhagem materna (matrilinearidade) eram a mesma coisa que matriarcado. Todavia, o que Lerner (1985) levanta é que nunca se encontrou em sociedade alguma vestígios da existência de um matriarcado, ou seja, onde as mulheres tivessem o mesmo poder que os homens possuem no patriarcado. Isso significa que nunca se encontrou vestígios em lugar algum de que a mulher controlasse a sexualidade e reprodução dos homens. Ao contrário, o que se constata é que mesmo em linhagens maternas, mesmo em culturas onde as mulheres tinham um alto status e se veneravam poderosas deusas, se encontram vestígios de que os homens controlavam a sexualidade das mulheres.

Sendo assim, segundo a autora, a subordinação da mulher surge antes da propriedade privada. Logo, diferentemente da teoria de Engels, não é o fim da propriedade privada que extinguirá o patriarcado. Essa constatação que a autora faz, apenas quer enfatizar isso: a pré-existência de relações de subordinação do feminino ao masculino, mesmo antes do surgimento da propriedade privada e que criam condições para que os homens construam relações hierárquicas e passem a dominar as mulheres. Todavia, essa constatação não nega as reflexões que Engels faz sobre a relação da subordinação da mulher com o advento da propriedade privada: como as relações entre os sexos vão se tornar cada vez mais deletérias para as mulheres, coisificando cada vez mais sua sexualidade e capacidade reprodutiva e fundando a prostituição. O advento da propriedade privada, somado às condições sociais e culturais já existentes, levaram à dicotomização homem/mulher, onde esta passa a ser propriedade daquele.

Existem feministas, como Heleieth Saffioti, que corroboram com Engels em relação à origem do patriarcado: que este teria surgido concomitantemente à origem da propriedade privada. Sendo assim, esta autora defende que o patriarcado e o capitalismo são duas faces de uma mesma moeda. A autora explica que é possível observar que nas progressivas etapas da formação do capitalismo, o elemento que sempre esteve presente foi o patriarcado, independente dos diferentes modos de produção (escravista, feudal, capitalista). A supremacia masculina e a origem da propriedade privada seriam resultados de um mesmo processo histórico. Dessa forma, ela defende que é preciso pensar o patriarcado como componente intrínseco tanto ao escravismo, ao feudalismo, como ao capitalismo.

Segundo Saffioti (1985), o modo de produção não pode ser compreendido apenas de forma economicista. Se baseando nos escritos de Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, a autora afirma que produzir a vida, tanto através do trabalho, como através da procriação, possuem uma dupla relação: uma natural e outra social. Acrescenta que um modo de produção determinado está vinculado, necessariamente, a um modo de cooperação específico, que seria a força produtiva. Sendo assim, “*o conceito de força produtiva ultrapassa os limites do mundo meramente material, englobando as próprias relações sociais que se desenvolvem entre os seres humanos*” (SAFFIOTI, 1985, p. 97).

A socióloga defende que é necessário, nos estudos sobre a opressão feminina, utilizar conceitos que possam revelar “*as relações de poder político e econômico nas relações sociais de produção e nas relações sociais de reprodução*” (SAFFIOTI, 1985, p. 98). Dentro da dialética materialista seria preciso introduzir novos conceitos. Seria fundamental inserir a ideia de que “*patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida*”. Assim como a de que a “*a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem, relação de dominação esta que coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção*” e, também, “*as classes sociais não são homogêneas – em termos de sexo (...)*” (ibid, p. 98).

A ideia de que o patriarcado e o capitalismo são duas faces de uma mesma moeda, implica em que: o âmbito privado, onde ocorrem as relações sociais de reprodução, está influenciado e também influencia as relações sociais de produção (o espaço público). Nesse sentido, Saffioti (1985) defende que as contradições entre sexos e entre as classes sociais não são paralelas, mas sim cruzadas. Não é possível pensá-las isoladamente, mas em constante imbricação o tempo todo. Capitalismo e patriarcado seriam duas faces inseparáveis, atuando como sistemas de dominação social, cultural, política e econômica. O patriarcado não estaria

relacionado apenas aos aspectos sociais, culturais e políticos, enquanto o capitalismo se caracterizaria pela dominação econômica. Os dois atuam conjuntamente em todas as esferas da sociedade, ou seja, tanto na produção, como na reprodução.

Relações de dominação ideológica e política e de apropriação estão na base tanto das relações entre os sexos na produção, como na reprodução. Essas relações colocam as mulheres como seres inferiores e submissos. Mas essa análise estrutural não permite compreender as lutas que se dão no interior dessas relações, nem do que ocorre entre a produção e a reprodução (SAFFIOTI, 1985).

Nesse sentido, vemos o texto de Gerda Lerner como muito valioso, já que busca desvendar como o patriarcado atuava tanto na esfera cultural, social, política, religiosa e econômica dos períodos estudados pela autora. E embora ela não defenda a ideia de que patriarcado e capitalismo são faces de uma mesma moeda, ela reconhece como a posição da mulher foi piorando com o desenvolvimento das sociedades, através tanto do avanço das ideologias que inferiorizavam o sexo feminino, assim como, da real perda de poder político e econômico das mulheres.

Apesar de Lerner e Saffioti trazerem concepções diferentes acerca da origem do patriarcado, não percebemos conflitos nas consequências dessas concepções. Pois, no fim, ambas querem afirmar que a luta entre os sexos não é menor e nem está subordinada à luta de classes (não pode ser confundida com esta e é preciso entender como a luta de classes se apresenta distintamente para os diferentes sexos). Ao contrário, é algo que precisa ser analisado conjuntamente, com o mesmo peso e valor para que seja possível superar tanto o patriarcado como o capitalismo. Ambas enfatizam as influências dos aspectos produtivos nos reprodutivos e vice-versa.

Partindo de outra perspectiva, temos os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu, que começará suas investigações a partir de sociedades já organizadas segundo a lógica da dominação masculina e que terá como foco desvendar, não a origem do patriarcado, mas sim como essa forma de dominação se reproduz de geração a geração. Sendo assim, no próximo item, faremos a análise dos conceitos de *habitus* e “violência simbólica” criados por este autor, que auxiliam na compreensão de como a lógica da dominação se reproduz nas sociedades.

2.2. O conceito de *habitus* e de “violência simbólica” na obra de Bourdieu³⁶

Um dos conceitos que será importante para a análise dos resultados de nossa pesquisa será o de *habitus*. Este conceito foi desenvolvido pelo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, logo em um dos seus primeiros trabalhos, denominado “*Trabalho e Trabalhadores na Argélia*”, de 1963.

Segundo Vasconcellos (2002), o desenvolvimento deste conceito foi a forma encontrada por Bourdieu de contestar a ideologia republicana e meritocrática, que prevalecia nas instituições de ensino francesas de sua época, a qual afirmava que a igualdade de oportunidades é garantida a todos pelo Estado.

Em seus estudos sobre a educação, o sociólogo demonstra a importância da família, no ensino de determinadas competências às crianças, evidenciando a relação entre cultura e desigualdades escolares. Com isso, este autor “*revela que o sucesso escolar é condicionado à origem social dos alunos e, assim, torna-se o primeiro a revelar os mecanismos cognitivos ligados às condições sociais*” (VASCONCELLOS, 2002, p. 81).

Sendo assim, Bourdieu dá continuidade, em suas próximas obras, à elaboração de seu sistema teórico, o qual terá como foco, a compreensão de como a herança social dos indivíduos influencia nas suas condições de participação social.

Para construir o conceito de *habitus* o autor teve um trabalho árduo de reflexão crítica de diversas teorias filosóficas e das ciências sociais. Ou seja, se trata de um conceito complexo e que traz toda uma reflexão profunda por detrás de sua criação.

Bourdieu (1989) recorre à tradição filosófica do Ocidente para, não só tomar emprestado o conceito de *hexis/habitus*³⁷, como para transformá-lo a partir das novas e diversas filosofias que se desenvolveram no decorrer da história ocidental³⁸. Nas palavras do autor:

³⁶ Nosso intuito aqui é apenas o de explicar esses dois conceitos de Bourdieu, para que nos sirvam como ferramentas conceituais, na hora de analisarmos os resultados de nossa pesquisa. De forma alguma temos a pretensão de trazer uma análise da complexidade, como um todo, do pensamento deste sociólogo.

³⁷ *Hexis* é um conceito que já aparece nas obras de Aristóteles (1973), que é traduzido como “*disposições de caráter*”. Seria uma das partes que compõem a alma, junto com as paixões (medo, cólera, alegria, etc.) e as faculdades (que nos permitem sentir as paixões). Disposições de caráter seriam “*as coisas em virtude das quais nossa posição com referência às paixões é boa ou má*”. Nesse sentido, Aristóteles identifica *hexis* com a própria virtude/vício (*Ethica Nichomacos*, 1105b). Este conceito será traduzido para o latim como *habitus*. São Tomás de Aquino faz isso na tradução da obra de Aristóteles para o latim. Em português, a tradução de *habitus* é: compleição, vigor, disposição, natureza, hábito, aspecto (QUEIROZ, 1959).

³⁸ “(...) É o que se afigura, tanto no caso em que, como em Hegel que também recorre na mesma perspectiva à noção de *etos*, a noção de *hexis* (equivalente grego de *habitus*) exprime a vontade de romper com o dualismo kantiano e de reintroduzir as disposições duradouras e constitutivas da “moral realizada” em oposição ao moralismo abstrato da moral pura e formal do dever; como no caso em que, como em Husserl, o mesmo conceito e noções vizinhas, como a de *Habitualität*, assinalam o esforço para sair da filosofia da consciência reintroduzindo – como em Heidegger e Merleau-Ponty, que, de resto, não empregam a palavra – uma relação de

(...) eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas Teses sobre Feuerbach, o “lado ativo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Este autor entende que todos os utilizadores da palavra *habitus* possuíam uma intenção teórica similar à sua: “*que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção de objeto*” (BOURDIEU, 1989, p. 62).

O *habitus* é constituído pelo acúmulo de bens simbólicos (herdados culturalmente) que são inscritos nas estruturas do pensamento. E é através do *habitus* que os sujeitos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Reprodução esta que depende tanto da ação dos sujeitos como das instituições formadoras desses sujeitos (VASCONCELLOS, 2002).

Para entender melhor este conceito, me basearei na obra *A Dominação Masculina* (2015), onde este autor traz uma linha de raciocínio que nos permite captar o significado do conceito de *habitus*, conectado com a nossa discussão em questão: as relações de gênero.

Um dos objetivos de Bourdieu em sua obra *A Dominação Masculina* (2015) é desvendar os mecanismos históricos responsáveis “*pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes*” (BOURDIEU, 2015, p. 1). Ou seja, buscar entender como os princípios e estruturas da divisão sexual nas sociedades foram arrancados da história e concebidos como formas naturais, eternas, sem possibilidade de mudanças.

Bourdieu não busca neste livro entender as origens da opressão feminina, ou melhor, da dominação masculina. O que ele busca explicitar é como essa forma de dominação se reproduz nas sociedades, de geração a geração, durante um longo período histórico, sendo capaz de chegar até os nossos dias atuais. Sendo assim, o autor parte da análise de mitos e ritos de sociedades que já estavam ancoradas na dominação masculina.

A partir de seu estudo sociológico/antropológico sobre a sociedade cabila³⁹, Bourdieu (2015), chegou a algumas interpretações sobre a divisão entre os sexos nas sociedades. Esta

cumplicidade ontológica com o mundo; ou ainda no caso em que – como Mauss, o qual reconhece a dimensão corporal da *hexis* como porte ou postura – a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado” (BOURDIEU, 1989, p. 62).

³⁹ Uma das primeiras pesquisas feitas por Bourdieu foi sobre a sociedade cabila, na Argélia. Dessa pesquisa resultou seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), no qual o autor discute a organização social da sociedade cabila, e em particular, como o sistema colonial interferiu nesta sociedade, em suas estruturas e

divisão, para os cabilas, estaria “na ordem das coisas”, seria vista como inevitável, pois estaria baseada na própria natureza. Ela faria parte não só na ordem natural, como também em todo o mundo social: “*em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação*” (BOURDIEU, 2015, p. 17).

Apesar de ser uma divisão arbitrária, socialmente construída, essas relações entre os sexos são entendidas como naturais e evidentes. O reconhecimento de sua legitimação estaria justamente nessa naturalidade, essencialidade, que é atribuída a essa divisão entre os sexos. Sendo assim, os indivíduos não percebem os mecanismos profundos que fundamentam a “*concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais*” (BOURDIEU, 2015, p. 17).

Segundo o autor, o corpo dos indivíduos é construído pelo mundo social como uma realidade sexuada, no qual serão depositados princípios de uma determinada visão de mundo. Ou seja, existe uma determinada visão mítica do mundo, na qual já está enraizada a dominação masculina sobre as mulheres e, da mesma forma, a divisão sexual do trabalho na ordem social. Um exemplo dessa visão mítica ancorada já na dominação masculina é relatado pelo sociólogo:

“Ao associar a ereção fálica à dinâmica vital do enchimento, que é imanente a todo o processo de reprodução natural (germinação, gestação, etc.), a construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, assim, juntamente com outros mecanismos (...) para converter a arbitrariedade do *nomos* social em necessidade da natureza (BOURDIEU, 2015, p. 22).

Os princípios dessa visão mítica irão determinar a construção da diferença entre os sexos biológicos, através de um “*um programa social de percepção incorporada*” que é aplicado no próprio corpo dos indivíduos.

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta a diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 2015, p. 20).

Nesse sentido, o autor tenta explicar que a divisão mítica entre masculino e feminino feita nessas sociedades (exemplo: masculino ativo, feminino passivo) fundamenta a construção de uma relação sexual como uma relação social de dominação. Estes princípios míticos criam e direcionam o desejo: “*o desejo masculino como desejo de posse, como*

desculturação. Os cabilas são um povo berbere que habita tradicionalmente a região montanhosa da Cabília, nordeste da Argélia. Os berberes são povos que falam a língua berbere e estão distribuídos no norte da África.

dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação” (idem, p. 31).

Sendo assim, uma relação de dominação que já existia é legitimada e inscrita na própria natureza biológica: “*a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada*” (idem, p. 33). Com isso, a arbitrariedade cultural, através do trabalho coletivo de socialização, faz com que os indivíduos incorporem o *habitus* de sua sociedade, conforme o princípio de divisão dominante.

A ordem masculina inscrita nos objetos e nos corpos, através dos mitos e ritos, é reproduzida em todas as relações sociais, desde a divisão do trabalho até a forma de educar diferentemente meninos e meninas. As mulheres são excluídas das tarefas mais nobres, devem ter uma determinada postura do corpo, que expresse docilidade e submissão. Os homens já possuem uma criação distinta, são “virilizados”, com o intuito de lhes retirar qualquer aspecto que se assemelhe com o feminino. As formas de usar o corpo são diferenciadas para homens e mulheres e estão baseadas na naturalização de uma ética. Sendo assim, Bourdieu (2015) explica que são construídas duas classes de *habitus* diferentes que são opostos e complementares, uma para as mulheres⁴⁰ e outra para os homens.

Como consequência dos *habitus* incorporados, fundados em uma relação de dominação, o autor traz outro conceito para explicar sua teoria: a violência simbólica.

A violência simbólica ocorre quando, uma vez incorporado os *habitus*, os sujeitos não conseguem perceber e pensar diferente da forma que percebem e pensam dentro dessa estrutura de dominação. Ou seja, os instrumentos que o indivíduo dominado tem para pensar sobre si mesmo, os outros e sua relação com o dominante, são instrumentos de conhecimento que tanto dominado como dominante têm em comum e expressam a forma incorporada da relação de dominação. Nesse sentido, essas relações são vistas como naturais e leva à adesão

⁴⁰ Como exemplo disso, Bourdieu explica algumas características que são desenvolvidas nas mulheres, como a “intuição feminina”, uma “lucidez especial dos dominados”. Essa intuição nada mais seria que uma “*submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos*” (BOURDIEU, 2015, p. 42). Outra característica do *habitus* feminino trazida pelo autor é: “*A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é um ser-percebido, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. (...) Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser*” (BOURDIEU, 2015, p.82).

do dominado a essa lógica opressora. “*Os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto*” (BOURDIEU, 2015, p. 47).

Essa violência simbólica só ocorre devido à existência do *habitus*. Já que ela não é processada e reproduzida dentro da lógica consciente das pessoas, mas sim através dos esquemas de percepção, avaliação e ação que constituem o *habitus*, que não estão sob o controle da consciência sobre as vontades. É um poder que se exerce sobre os corpos, mas sem qualquer coação física, atua com o apoio de predisposições criadas nas zonas mais profundas dos corpos das pessoas, pela sociedade, no percorrer da socialização desses indivíduos.

Segundo Bourdieu, o princípio da visão dominante não é apenas uma representação mental, mas antes de tudo, um “*sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos*”.

Sendo assim, esse autor não acredita que um processo de conscientização seja suficiente para modificar a sociedade. Pois, como as normas e regras estão gravadas nos corpos, de forma inconsciente, a tomada de consciência, segundo este autor, não seria o suficiente para uma transformação social.

As paixões do *habitus* dominado, relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (BOURDIEU, 2015, p. 51).

Para o autor, a única forma de romper com a violência simbólica seria uma transformação “*radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes*” (idem, p. 64). Ou seja, transformar estruturas como escola, família e Igreja, que têm sido as grandes responsáveis pela reprodução dos *habitus* em nossas sociedades⁴¹.

⁴¹ O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É sem dúvida à **família** que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à **Igreja**, (...) [reproduz] do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos (BOURDIEU, 2015, p. 103).

Na continuidade de nosso trabalho seguiremos explorando o texto de Lerner (1985), pela sua riqueza de dados, para compreender o processo histórico, social, cultural, político e econômico do avanço e transformações do patriarcado na sociedade ocidental. E, com isso, poderemos ir observando os meios através dos quais os *habitus* e a violência simbólica, descritos conceitualmente por Bourdieu, foram sendo construídos, lentamente, e se solidificando nas sociedades ocidentais, até chegar aos nossos dias atuais.

Todavia, gostaríamos de pontuar aqui, que os estudos de Lerner (1985) se restringiram à civilização mesopotâmica e não abrangeu todas as civilizações da Antiguidade⁴². Nesse sentido, ela nos traz características apenas desse recorte da humanidade nesse período histórico, não trazendo informações, por exemplo, dos povos germânicos e nem dos romanos. Alertamos para isso, pois como veremos na continuação dessa dissertação, esses diferentes povos tiveram trajetórias distintas na construção de suas relações de gênero, valorizando em diferentes aspectos o papel da mulher na sociedade, lhe concedendo diversos direitos, diferentemente das leis mesopotâmicas. E isso possui uma grande relevância quando todos esses diferentes povos passarem a se miscigenar, formando uma cultura nova, no período da Idade Média⁴³. É nesse momento, no Ocidente, que o diverso se torna uno, e o que restava de poderes para as mulheres nas diferentes civilizações é gradualmente eliminado para a formação de uma cultura cristã única na qual o lugar da mulher será pregado como o da eterna submissão. E, com isso, veremos o surgimento da instituição Igreja Católica como sendo um forte poder, não só formador, como perpetuador, do *habitus* da dominação dos homens sobre as mulheres.

2.3. O Patriarcado na Antiguidade.

Dando sequência aos estudos realizados pela historiadora Gerda Lerner (1985), temos aqui, então, algumas análises feitas sobre as relações de gênero dos povos mesopotâmicos, que nos permitirão entender o avanço e consolidação da dominação masculina na sociedade ocidental.

⁴² Contudo, os estudos de Gerda Lerner contribuem para a discussão referente à religião católica (povos monoteístas, origens do cristianismo) que reforçou o patriarcado na cultura Ocidental.

⁴³ Na realidade, o que trazemos aqui é apenas um traço da imensidade que foi a formação dos povos na história da humanidade. Sabemos que a maioria dos povos mesopotâmicos (Sumérios, Acádios, Babilônios, Caldeus e Assírios) possui origens Semitas, a mesma dos Hebreus, que vão dar origem à religião monoteísta. Já os Gregos, Romanos, Germânicos, Celtas, entre outros, são povos indo-europeus, que até a conversão para o Cristianismo, eram povos politeístas. Sendo assim, não podemos afirmar que a sociedade e cultura mesopotâmica, assim como suas relações de gênero, fossem semelhantes nestes outros povos que também tiveram grande influência na formação da cultura ocidental. O que podemos afirmar aqui, neste trabalho, é que com a expansão do Império Romano, dominando uma variedade imensa de povos, com isso, obtendo influência dos povos semitas no fim do Império, e posteriormente, com as invasões dos povos germânicos, essas diferentes culturas e povos se miscigenam, gerando uma cultura nova através da unificação que a Igreja Católica busca criar no período da Idade Média.

Antes do surgimento dos estados arcaicos, as relações entre homens e mulheres já se configuravam de forma desigual, os homens com mais autonomia e as mulheres com menos. O desenvolvimento da agricultura no período neolítico impulsionou a troca de mulheres entre tribos, como uma forma de evitar as guerras através das alianças matrimoniais e também porque as sociedades com mais mulheres podiam produzir mais filhos, mais mão de obra para acumular excedentes. Dessa forma, as mulheres começaram a se converter em recursos que os homens adquiriam e trocavam.

Todavia, a desigualdade entre gênero irá se aprofundar com a formação dos estados arcaicos⁴⁴. Lerner (1985), que se dedicou intensamente ao estudo das civilizações mesopotâmicas⁴⁵, descreve o surgimento das sociedades de classes nesta região. A comunidade religiosa controlava a distribuição de alimentos e pressionava os agricultores a produzirem excedentes. Neste contexto, a irrigação foi um diferencial importante na formação da sociedade de classes: quem possuía terras próximas à água conseguia produzir mais, logo, adquiria mais riquezas. O templo, por sua vez, também enriquecia por ser quem controlava as matérias primas e monopolizava o comércio. Por outro lado, também havia a necessidade de expandir o território, isto resultou no desenvolvimento e fortalecimento do militarismo. Dessa forma, há a formação de diferentes elites que podiam entrar em choque entre si, como ocorreu entre a religiosa e a militar.

Na história da Mesopotâmia ocorreu a passagem do poder do estado arcaico, das mãos dos templos, para os militares. O militarismo somado à necessidade de mão de obra, para construção de obras públicas, gerou a prática de converter os presos em escravos.

Fontes históricas comprovam que, a princípio, ao conquistar as cidades, estes povos arcaicos assassinavam os homens e escravizavam as mulheres e as crianças⁴⁶. Isto revela que a escravização se iniciou primeiro com mulheres e crianças, já que escravizar homens, que tinham desenvolvido a habilidade e o espírito para a guerra, seria um tanto mais difícil. E essa escravização visava tanto o uso direto da mão de obra, como as capacidades reprodutivas das

⁴⁴ Estes se desenvolveram primeiramente na Mesopotâmia, China, Egito, Índia e Meso-América, e tinham como características comuns serem sociedades divididas em classes sociais, possuírem hierarquias, comércio organizado com regiões distantes, elites militares, monarquia e escravidão. Na consolidação dos estados arcaicos é possível observar a transição do domínio dos grupos de parentesco às famílias patriarcais, como meio de distribuição de riquezas e poder (LERNER, 1985).

⁴⁵ Mesopotâmia significa "terra entre rios". Essa região localiza-se entre os rios Tigre e Eufrates no Oriente Médio, onde atualmente está localizado o Iraque. Nela viveram os seguintes povos: Sumérios, Babilônios, Assírios, Acádios e Caldeus.

⁴⁶ Também há fontes históricas que comprovam esse costume em outros povos como, por exemplo, os Gregos (LERNER, 1985).

mulheres para gerar mais mão de obra, assim como, sua capacidade sexual que podia ser utilizada como fonte de renda para o amo, através da prostituição da cativa.

Segundo Lerner (1985), a opressão das mulheres antecede à escravidão e a torna possível. “*A sexualidade e o potencial reprodutivo das mulheres se converteram em uma mercadoria de intercâmbio ou para ser adquirida dentro das famílias; portanto, se concebeu as mulheres como um grupo de menor autonomia que os homens*” (LERNER, 1985 p. 124). Uma vez que se trocam as mulheres, estas já não mais são vistas como seres humanos iguais; ao contrário, se convertem em instrumentos sob os desejos dos homens, comparáveis a uma mercadoria. Uma vez violadas e grávidas de seus amos, essas mulheres escravizadas criavam um vínculo psicológico com estes homens. Isto teria facilitado escravizar primeiramente as mulheres.

Os textos de Homero⁴⁷ expressam como a escravidão das mulheres possuía um significado de gerar status e honra aos homens conquistadores. Monarcas e líderes militares estabeleciam sua legitimidade exibindo sua riqueza em forma de servas e concubinas. Isto levou à criação dos haréns, que se tornaram símbolo de poder.

Outra característica da escravização das mulheres era que se tinha livre acesso sexual a elas. Lerner (1985) afirma que disso resultou a verdadeira marca de opressão de classes sobre as mulheres: deviam servir sexualmente aos de classes superiores. A posição de classe das mulheres teria se definido através de suas relações sexuais. E isso se evidencia com a criação da lei do véu: as mulheres respeitáveis passam a ter que usar um véu para se diferenciarem das prostitutas. As mulheres, que não estão sob a proteção e o controle sexual de um homem, são consideradas como mulheres públicas, logo, não podem se cobrir. Existe uma diferenciação jurídica entre as mulheres, que está relacionada com suas atividades sexuais. E essa diferenciação jurídica está intrinsecamente ligada aos interesses econômicos do estado, de poder regular a propriedade privada.

Nos códigos jurídicos babilônicos há uma grande atenção para a regulação legal da conduta sexual, sendo muito severa com as mulheres. As leis visavam à proteção da propriedade privada. A monogamia, prevista por lei, assegurava que a propriedade permanecesse dentro da classe rica. “*A esposa deve lealdade a seu matrimônio, o marido deve lealdade ao matrimônio de outro homem*” (EPSTEIN, apud LERNER, 1985, p. 178). O adultério era uma violação dos direitos de propriedade do marido, ele era a única parte

⁴⁷ Exemplificando esse tipo de cultura também na Grécia Antiga.

prejudicada e este crime cometido pela mulher levava à pena de morte. Ao marido mesmo, era permitido o adultério, com prostitutas e concubinas.

Outra característica de como a legislação versava sobre a propriedade e não por direitos humanos se encontra nas leis que legislavam sobre as mulheres estupradas. Estas mulheres eram obrigadas a casar com o estuprador e sem direito ao divórcio. Os abortos também eram proibidos e punidos severamente. Estas leis asseguravam a monogamia (por parte da mulher, sua virgindade ao se casar) e garantiam que a propriedade fosse mantida na família através da linhagem paterna.

Nesse sentido é possível observar como o domínio patriarcal se transfere do privado ao público. A sexualidade da mulher passa a ser regulada pelo estado, por leis. Lerner (1985) ressalta aqui como “*o status social do homem é determinado por suas relações econômicas e o da mulher por suas relações sexuais*”.

Outra característica importante da legislação mesopotâmica é como ela evidencia o poder masculino na sociedade e como os outros membros da família patriarcal estavam totalmente dependentes dos desejos do chefe de família: um homem poderia fazer com que os membros de sua família o substituíssem e sofressem o castigo pelo crime que este chefe de família cometeu. Ou seja, podia vender seus filhos e esposas para virarem escravos/prostitutas ou sofrer qualquer outro castigo a que pudesse ter sido condenado. Isto revela como os membros da família patriarcal possuíam um caráter de propriedade do chefe de família.

Aqui podemos perceber a construção de *habitus* distintos para homens e para mulheres, que é descrito por Bourdieu (2015), condicionando suas percepções, pensamentos e desejos:

Excluídas dos jogos de poder, elas [as mulheres] são preparadas para deles participar por intermédio dos homens que neles estão envolvidos (...). A socialização diferencial predispõe os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam; o carisma masculino é, por um lado, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si mesma, sobre os corpos cujas próprias pulsões e cujos desejos são politicamente socializados (BOURDIEU, 2015, pp. 97-98).

Ou seja, a partir da própria legislação que o Estado impõe, as mulheres vão sendo educadas, socializadas, para servirem aos homens, serem seus “objetos sexuais” e a desejá-los como dominadores. “*Toda a sua educação as prepara a entrar no jogo [de poder] por procuração, isto é, em uma posição ao mesmo tempo exterior e subordinada, e a dedicar ao cuidado do homem (...)*” (BOURDIEU, 2015, p. 97). Enquanto o homem será socializado para estar sempre no comando, fazendo parte dos “jogos de poder”, ou seja, da economia, da política, da guerra.

Isso nos remete a outra característica da formação do *habitus* feminino descrito por Bourdieu:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2015, p. 82).

Sendo assim, desde as civilizações mesopotâmicas, observamos a formação dessas características que poderão fazer parte do *habitus* feminino nas sociedades modernas: essa herança cultural tende a condicionar a percepção das mulheres, tende a naturalizar o sentimento de dependência do outro.

Todavia, mesmo sendo uma cultura tão opressora contra as mulheres em diversos aspectos, a civilização mesopotâmica guardava suas contradições. Contradições essas que eram fruto da cultura passada, antes da formação dos estados, antes da formação da família patriarcal, que manteve o culto e a valorização do sagrado feminino e, com isso, o respeito e a consideração pelo poder feminino na sociedade, ao menos na aristocracia.

Na mesopotâmia é possível identificar o importante papel que as mulheres desempenhavam na aristocracia. Essas podiam ser sacerdotisas, deusas e rainhas. E como tais podiam desempenhar quase todas as funções que os homens desempenhavam. Todavia, na função de rainhas seu poder vinha de seu laço matrimonial, o poder vinha de seu marido que era o rei. Pois só há relato de uma única rainha que reinou por direito próprio, sem ser por causa da união com um rei: a rainha/deusa Ku-Baba. As sacerdotisas, após a conquista do poder pela elite militar, passaram a ser nomeadas pelos reis, que nomeavam suas filhas ou esposa para essa função. Dessa forma, também havia um laço com um homem que era o responsável pela mulher possuir determinado posto, poder. E que, com a saída desse homem do poder, a mulher também perdia seu posto.

O que é notável aqui é que nessa época, a realeza, assim como a qualidade divina, podiam residir, tanto em homens, como em mulheres. E as mulheres nestes postos possuíam autoridade legal e econômica, assim como, tinham o direito de serem instruídas da mesma forma que os homens. Pois, elas desempenhavam a função de suplente: na ausência do rei, a rainha podia responder em seu nome. Por outro lado, este poder está ligado à dependência que a mulher tinha do homem, de sua total subordinação ao marido. O poder da mulher dependia dos desejos do marido/rei. Ou seja, embora nesse caso elas pudessem participar dos “jogos de poder”, continuava sendo sob uma forma de “procuração”, através da relação com algum homem que lhes fornecia este poder.

Nesse período, a crença que reinava era a de que o mundo dos seres humanos havia sido criado para servir aos deuses, nesse sentido, não havia livre arbítrio. Aos deuses eram construídos templos que eram regidos por representantes na terra: sacerdotes/sacerdotisas.

Os primeiros mitos de origem comemoravam a capacidade criadora e doadora das mulheres. Era celebrado o aspecto sagrado da sexualidade feminina e o misterioso poder de dar a vida, que incluía o poder de curar. Todavia, gradualmente começa a ocorrer a degradação da figura da deusa-mãe e a ascensão e predomínio de seu filho. Este irá fundir, junto à sua imagem, a imagem do deus da tormenta e a do deus criador que governará o panteão dos deuses e deusas. O poder da criação se transfere da deusa ao deus. *“O deus criador define mentalmente a natureza que vai ter sua criação; quando em sua imaginação já tem uma forma definitiva e lhe é dado um nome, o deus desenhava sua figura com a qual adquire vida”* (CONTENAU, apud LERNER, 1985, p. 230).

A historiadora destaca como houve um processo no qual o conceito de criação mudou: da antiga criação mística oriunda da fertilidade da mulher se transforma em um ato consciente na qual, primeiramente envolverá os dois sexos e, por fim, apenas o homem. Este processo ocorre com o desenvolvimento da capacidade de abstrair e de criar símbolos que podem representar conceitos abstratos, que surgem em uma fase da humanidade na qual o poder patriarcal era tão forte que não havia espaço para a representação feminina no processo criador divino.

A forma, que durante o segundo milênio a. C., manteve tanto homens e mulheres na mesma relação com as misteriosas forças divinas, na qual as diferenças de gênero não explicavam a origem do mal, o problema da mortalidade, a causa da dor e sofrimento humanos, irá se transformar radicalmente com a chegada do monoteísmo judaico-cristão.

No Gênesis, a criação do universo e da vida já não tem mais uma origem maternal, e o poder de criação e procriação já não estão mais ligados. Na Bíblia é descrito como a mulher, ao contrário do que ocorre na realidade, na natureza, surge do homem, nasce da costela de Adão. Nesse sentido, o homem assume o papel de mãe, é do corpo dele que se cria a mulher.

Na descrição do pecado original, que teria trazido todo mal ao mundo, a culpa recai sobre a mulher. É Eva que tenta Adão. E a consequência desse pecado possui um valor mais pesado para as mulheres. Ao comer do fruto proibido, Adão e Eva se deram conta de que estavam nus, isto gerou um conhecimento sexual. A consequência disso para as mulheres foi a da separação da sexualidade feminina da procriação. *“Deus coloca inimizade entre a serpente e a mulher. No contexto histórico da época a serpente estava associada à deusa da fertilidade e era a sua representação simbólica. Desta maneira, por ordem divina, a sexualidade livre e*

aberta da deusa da fertilidade seria proibida à mulher caída”. É na maternidade que a mulher encontraria expressão de sua sexualidade: estaria subordinada ao marido e teria o parto com dor. Aqui a deusa da fertilidade, o feminino, passa a simbolizar o mal, o pecado.

Dando sequência, o Antigo Testamento descreve as alianças (Noé, Abraão, Moisés) que foram travadas com os patriarcas determinando, com isso, o sexo masculino como o gênero que teria permissão para acessar o divino, se comunicar com ele e, a partir disso, emitir ordens, mandamentos.

Na aliança com Abraão, Deus bendisse sua “semente”, afirmando que este seria responsável por gerar uma multidão de homens, como se este fosse capaz de criar por si só. A mulher, em momento algum, aparece como importante co-criadora neste processo. O conceito de semente exclui o papel criador da mulher.

Estes mitos, relatados na Bíblia há mais de dois milênios, foram citados como prova divina da subordinação da mulher. Eles exerceram e exercem uma influência imensa na forma de pensar, agir, na definição de valores, das sociedades herdeiras dessa cultura. A partir de agora, a inferioridade da mulher teria uma procedência divina. O que estava antes descrito em leis, como um acordo entre os homens, agora é descrito como a vontade de Deus, logo, eternamente imutável.

É importante ressaltar aqui também, como o nascimento do pensamento filosófico e científico, na Grécia Antiga, está intrinsecamente marcado pela cultura patriarcal. A obra literária grega, do período de Hesíodo e de Ésquilo, já trazia traços que privilegiavam a linhagem paterna e a cultura patriarcal. Em Hesíodo, isso é observado, por exemplo, na Teogonia, onde o autor descreve a ascensão de Zeus ao principal posto no panteão divino grego. O mesmo autor reescreve o mito de Pandora, atribuindo a origem do mal a uma mulher. Ésquilo na sua tragédia *A Orestia*, na terceira peça denominada *As Eumênides* (As Fúrias), legitima o direito paterno: Atenas (filha de Zeus) dá o veredicto final, da contenda em questão, ao afirmar “*não me pariu de uma mãe*”, mencionando que nascera da cabeça de Zeus, então o que vale é o direito paterno (LERNER, 1985, p. 300).

Por fim, o filósofo que teve grande influência na história da civilização ocidental, Aristóteles, afirmava que a alma do homem possui a forma e o modelo da criação, a mulher só a matéria, logo, o poder de criação mesmo era do homem, a mulher era mero receptáculo. A mulher seria inferior biologicamente, pois era um homem mutilado. Da mesma forma, a mulher seria inferior moral e intelectualmente.

2.4. O Patriarcado na Idade Média.

Embora o estudo de Gerda Lerner (1985) tenha nos mostrado um processo crescente de perda de poderes das mulheres na sociedade ocidental, do Neolítico até a formação das religiões monoteístas judaico-cristãs, o estudo sobre a história das mulheres na Idade Média nos revela que esta história é um tanto mais sinuosa e complexa do que o nosso raciocínio gostaria que fosse. Lerner (1985) faz uma reflexão sobre os povos mesopotâmicos e, em seguida, parte para uma análise da origem do monoteísmo judaico-cristão. Nesse sentido, é possível ver um avanço da perda de poderes da mulher na sociedade. Todavia, ao não analisar as sociedades romanas, nem os povos germânicos, esta autora deixa escapar traços de maior autonomia das mulheres nessas diferentes civilizações. Pois, como iremos ver, no Império Romano a mulher adquiriu diversos direitos e nas tribos germânicas elas também tinham um valor muito maior do que as mulheres mesopotâmicas.

Historiadores da história das mulheres nos revelam que as mulheres não foram passivas, como a Igreja Católica se dedicou a inculcar no pensamento ocidental, durante a Idade Média. Importante, aliás, é que façamos as distinções dos períodos dentro da Idade Média, e não tomá-la como um todo uniforme, identificando suas distintas características.

Sabemos que é a partir da dinastia carolíngia (século IX) que os reis bárbaros passam a receber apoio político e espiritual da Igreja Católica, que passa a reconhecer o poder dos reis. Em troca, os reis reconheciam a autoridade moral e política da Igreja Católica, pagavam-lhe tributos e adotavam o catolicismo como religião oficial e única. É apenas após o século XI, que a Igreja passará a controlar o casamento, levando à sacralização do mesmo (KLAPISCH-ZUBER, 1990, p. 218). No reino franco, apenas em meados do século VIII o Cristianismo começou a exercer influência no direito familiar (WEMPLE, 1990). Ou seja, na era merovíngia⁴⁸ (início da Idade Média), o casamento era regulado de acordo com os costumes das diferentes tribos germânicas, que haviam tomado o Império Romano: visigodos, burgúndios, francos, vândalos, etc. Estes se apoiavam tanto em suas antigas tradições como podiam fundir alguns de seus costumes com os do Império Romano⁴⁹.

⁴⁸ Meroveu foi líder dos francos na primeira metade do século V, chefiando seu povo na luta contra os hunos. Por descender de Meroveu, a primeira dinastia dos reis francos é dominado merovíngia. Em termos efetivos, o primeiro rei merovíngio foi Clovis (neto de Meroveu), que governou durante vinte nove anos (482-511). Clovis conseguiu promover a unificação dos francos, expandiu seus domínios territoriais e converteu-se ao cristianismo católico.

⁴⁹ “Quando, no século V, as tribos germânicas começaram a estabelecer-se no Império do Ocidente (...) elas mostraram-se fascinadas pelo Império Romano. Queriam que o sistema romano prevalecesse, mas infelizmente ignoravam os princípios fundamentais em que se baseava o Império do Ocidente. Não tinham as suas leis, disciplina, religião ou sistema econômico, e governavam a terra como propriedade absoluta do rei. Não impuseram um sistema uniforme de administração. Em vez da territorialidade da lei seguiram o princípio da

A história da Idade Média revela que há diferença entre aquilo que os clérigos e intelectuais da época pensavam e escreviam sobre o ideal de sociedade, sobre as posturas corretas das pessoas da época, e a sociedade real e suas condutas. Prova disso, são os longos séculos que a Igreja levou para que a sociedade medieval levasse a sério, como regra moral e divina, o casamento como um sacramento, como uma união monogâmica e indissolúvel.

Nesse sentido, também vemos o imenso esforço da Igreja em tentar transformar as mulheres naquilo que ela passou a pregar que elas, essencialmente, eram: passivas, imorais, fruto e fonte do pecado, eterna submissa dos homens. Este esforço realizado pela Igreja Católica dará continuidade, mas agora com características novas⁵⁰, à construção dos *habitus*, femininos e masculinos, baseados na lógica da dominação, onde o homem domina e a mulher é dominada.

Todavia, o longo período da Idade Média que foi, por muitos anos, estudado apenas a partir dos olhares androcêntricos⁵¹, nos revela a partir da história das mulheres, a face feminina desse passado. E uma história que a princípio poderíamos supor de apenas avanços nas desvalorizações e opressões do sexo feminino, se mostra na verdade como um processo mais ondulante, que nas palavras da historiadora da Baixa Idade Média: *“Emancipação e repressão, valorização e desvalorização das mulheres são as duas faces da mesma moeda. Tal é o legado da sociedade medieval à Idade Moderna: a luta pelo valor e pela posição social das mulheres”* (OPITZ, 1990, p. 429).

Vamos analisar algumas partes dessa história, pois muitos de seus elementos serão essenciais para a nossa pesquisa, no sentido de que hoje, e num passado recente mais ainda, sofremos as consequências desses feitos.

Para tal análise, faremos a distinção de três períodos da Idade Média: Alta Idade Média (séculos V ao X), séculos XI e XII, Baixa Idade Média (séculos XIII ao XV).

2.4.1 A Alta Idade Média (séculos V ao X).

Este período corresponde ao início da Idade Média, com a queda do Império Romano do Ocidente, devido às invasões dos povos germânicos. Esses povos eram diversos e

personalidade da lei, que significava que cada indivíduo, homem ou mulher, tinha de viver sob a lei do seu pai, e, no caso de uma mulher casada, sob a lei do seu marido” (WEMPLE, 1990, p. 228).

⁵⁰ Como foi visto, nas civilizações mesopotâmicas, as mulheres não estavam relacionadas com a “origem do mal” nas sociedades. Ao contrário, essas mulheres podiam ser sacerdotisas, ou seja, ter acesso às divindades e trazer coisas boas para a sociedade. Com o monoteísmo judaico-cristão, as relações de dominação da mulher, que antes estavam muito mais ligadas a estruturas econômicas e jurídicas, passam para a esfera religiosa e metafísica também.

⁵¹ *“Uma das principais características da sociedade patriarcal pode ser circunscrita na definição do termo androcentrismo, postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres”* (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

possuíam cada um uma cultura e regras sociais distintas. Com o passar do tempo, esses diferentes povos passam a se misturar entre si, assim como com a população romana, dessa forma, os costumes também se misturam e se modificam. Como nos diz Wemple (1990, p. 227): “*a mistura de costumes fez com que, gradualmente, surgissem novas disposições legais, nomeadamente relativas aos ajustes matrimoniais e aos direitos de propriedade*”.

Informação curiosa também é a de que foram as mulheres que mais apoiaram a nova religião, o Cristianismo, e tiveram grande importância na conversão de seus maridos, batismo de filhos e construção de igrejas e monastérios na época da chamada Igreja Primitiva.

Em todo o período da Baixa Idade Média o que imperou como regra de conduta social e jurídica eram os antigos costumes das tribos germânicas, que variavam de acordo com tribo e região onde se alocavam. Dessa forma, o estatuto jurídico das mulheres estava sujeito a essas antigas tradições que permaneciam ou se modificavam lentamente.

Segundo Wemple (1990), para as tribos germânicas primitivas o que imperava eram os laços de parentesco, tanto masculinos como femininos. As regras de herança favoreciam os homens, mas as mulheres eram muito valorizadas como esposas, mães, educadoras e auxiliares. “*Cuidavam dos homens no campo de batalha, levando-lhes comida e encorajamento, bem como cuidados aos feridos. Algumas mulheres eram veneradas como sacerdotisas ou profetisas. A principal tarefa das mulheres era o cultivo dos campos, o trabalho de casa e a criação dos filhos. Eram também responsáveis pela feitura dos têxteis*”. (WEMPLE, 1990, p. 229). O casamento podia ocorrer através de compra, captura ou mútuo consentimento e o adultério era severamente castigado.

Segundo esta mesma autora, os códigos legais germânicos valorizavam bastante as mulheres, sobretudo pela sua capacidade de criar e educar os filhos.

Um homem que maltratasse uma mulher poderia receber uma dura punição [Pacto da Lei Sálica⁵², Código dos Alamanos⁵³]. Em 546, quando os Ostrogodos tomaram Roma, o seu chefe Tótila tinha proibido a violação das mulheres romanas. Pela lei burgúndia, a violação e captura encontravam-se entre as infrações mais sérias à lei que podiam ser cometidas contra uma mulher (WEMPLE, 1990, p. 232).

No âmbito do direito matrimonial esta autora afirma que os costumes romanos e germânicos logo foram assimilados. Todavia, houve uma perda de direitos para as mulheres

⁵² A **lei sálica** (em latim: *Lex Salica*) é o código legal datado do reinado de Clóvis I no século V utilizado nas reformas legais introduzidas por Carlos Magno. As leis sálicas regulavam todos os aspectos da vida em sociedade desde crime, impostos, calúnia, estabelecendo indenizações e punições.

⁵³ Os **alamanos** eram um povo germânico ocidental, assim denominados pelos romanos, *o povo de todos os homens*. Eles próprios, entretanto, preferiam chamar-se de Suábios. Desde o século III, tentaram infiltrar-se pela fronteira romana do Reno-Danúbio. Séculos afora persistiram nesta pressão colonizadora, sendo, porém, sempre contidos, principalmente pela oposição dos Francos. Tal resistência fez com que os Alamanos se desviassem e se concentrassem nas atuais regiões da Alsácia, Lorena, Baden-Württemberg e a Suíça. Os alamanos eram uma aliança militar de tribos germânicas habitando a região em torno do alto rio Meno.

que viviam sob o direito romano, pois algumas tribos germânicas não assimilaram o casamento *sine manu*⁵⁴, fortalecendo, com isso, a autoridade do marido. Wemple (1990) afirma que eram as mulheres visigóticas as que detinham mais direitos: dispunham de seus próprios bens e podiam deixar com quem quisessem se não tivessem filhos, podiam representar-se a si mesmas em tribunal, aparecer como testemunhas e ajustar os seus próprios casamentos.

Tanto sob a lei romana, como nas germânicas, as viúvas se tornavam a cabeça da família, assumiam o controle dos bens e eram guardiãs dos filhos enquanto estes fossem menores. A fidelidade no casamento era exigida apenas da esposa e não do marido. E sob a influência das leis romanas, as leis de herança germânicas passaram a permitir que a herança fosse dividida igualmente entre filhos e filhas.

No século VIII dá-se início ao período Carolíngio que tem como principal característica sua unidade teocrática, enquanto que o período anterior, merovíngio, era secular.

Quando, em 752, São Bonifácio coroou Pepino rei dos Francos, fê-lo com autorização papal. A partir de então, os carolíngios protegeram a Santa Sé. Mas o esforço dos carolíngios para serem os representantes da Cristandade foi de curta duração, e depois da morte de Luís o Pio, em 840, o império desintegrou-se gradualmente (WEMPLE, 1990, p. 238).

Sendo assim, a Igreja passa a tentar influenciar no direito matrimonial e estabelecer certas normas como: estabelecimento de prescrições sobre o incesto, impedimentos de casamentos endogâmicos e relações sexuais extraconjugais. No início tentou-se também impor a indissolubilidade do casamento, mas Pepino manteve o costume popular do divórcio. Carlos Magno já foi mais exigente, em 789 proibiu o recasamento dos divorciados, de ambos os sexos. Depois em 796, declarou que o adultério não podia dissolver o casamento (WEMPLE, 1990). A questão da indissolubilidade do casamento ainda não tinha sido aceita pela sociedade.

Wemple (1990) relata que no século X, quando o Estado Carolíngio começa a ruir, a família surge como unidade mais estável na sociedade e isto, segundo a autora, teria beneficiado as mulheres. Nessa época elas podiam escolher se queriam casar ou ir para um mosteiro.

No século X um número crescente de esposas aparece como castelãs, senhoras de propriedades fundiárias, proprietárias de igrejas, participantes em assembleias seculares e eclesiásticas e detentoras do poder de comando militar e do respectivo direito de justiça. A terra era então a única fonte de poder e as mulheres podiam

⁵⁴ Casamentos *sine manu*: o poder sobre a mulher não era transferido para o seu marido. Isto representava um passo na direção da emancipação da mulher, que se observa já no Código Teodosiano. Quando atingiam a maioridade, elas podiam controlar seus bens e casar com quem quisessem.

herdar terra dos seus maridos ou da sua família, e podiam exercer o poder na ausência do marido (WEMPLE, 1990, p. 246).

Esta autora pontua também que as nobres e as religiosas nessa época tinham acesso a uma boa educação. Nos mosteiros podiam desenvolver diversas habilidades administrativas e intelectuais, desempenhando funções como bibliotecárias, copistas e professoras. Além de copistas, as freiras também podiam ser autoras de obras próprias.

Resumindo a Baixa Idade Média, Wemple afirma que na era merovíngia a sociedade ainda estava pouco organizada, que o papel da mulher estava ainda em aberto e, por isso, contribuíram bastante em todos os aspectos da sociedade. Já no período carolíngio, quando há uma maior centralização do poder no Estado e na Igreja, inicia-se uma restrição, limitação, das atividades femininas. Com a volta da descentralização da Igreja e do Estado no século X, as mulheres deram de novo uma contribuição dinâmica e criativa para a sociedade. De qualquer forma, percebemos que o poder da Igreja Católica ainda é muito tímido nesse período, imperando com força os costumes e leis dos povos germânicos e romano.

Todavia, não podemos nos esquecer de que um dos teólogos mais influentes da Igreja Católica, já existia antes mesmo do surgimento da Idade Média, no século IV: Santo Agostinho. Suas ideias serão altamente exploradas pelos clérigos vindouros e influenciarão bastante a imagem que se fará da mulher, assim como sua posição na sociedade medieval. É o que veremos agora com o estudo dos séculos XI e XII.

2.4.2. A Idade Média dos Séculos XI e XII

É nos séculos XI e XII que o Ocidente começará a adquirir uma unidade. Nestes séculos as chamadas invasões cessaram e os povos que ali já estavam alocados começam a se enraizar. O que passa a unificar esses diferentes povos de diferentes regiões serão, então, os valores cristãos. E, é nesse momento que a Igreja Católica passa a adquirir mais força na Europa medieval, e sua influência culminará apenas no século XII (L'HERMITE-LECLERCQ, 1990).

A Igreja não se contenta em ganhar territórios e almas. Tomada de um ardor incoercível, ela purifica-se e quer cristianizar em profundidade; paróquias e mosteiros multiplicam-se. Ao mesmo tempo, a população aumenta, as terras cultivadas expandem-se, cidades e comércio reanimam-se enquanto se estabelecem os novos quadros do poder político (L'HERMITE-LECLERCQ, 1990, p.273).

Segundo L' Hermite-Leclercq (1990), é neste momento que os pensadores da Igreja começam a poder dar uma definição exata do matrimônio, a sua essência e suas finalidades. Até então, não tinham tido muito sucesso em influenciar os antigos costumes. Nesse período, os clérigos passam a adquirir prestígio e, com isso, elaborar princípios e buscar sua aplicação.

O matrimônio é estabelecido de vez como um sacramento⁵⁵. Todavia, era um sacramento diferenciado, pois guardava uma certa dose de mácula, mesmo se Deus o abençoasse, pois a reprodução sexuada era fruto do pecado original. Sendo assim, esse sacramento teria que se dar em condições de pureza muito estritas (L'HERMITE-LECLERCQ, 1990).

Além do princípio da indissolubilidade do casamento, da sua monogamia estrita, válida para os dois sexos, a Igreja postulou o princípio de livre consentimento. Princípio este que dificilmente era posto em prática, já que as jovens eram prometidas muito cedo. A própria Igreja postulou a idade mínima de 7 anos e depois de 14 anos. Muitas vezes as jovens já iam viver na casa de seus pretendentes até chegar a data de seu casamento. De qualquer forma, a submissão das mulheres aos homens era inquestionável.

A Igreja proíbe o casamento com infiéis, sobretudo com judeus, o que poderia levar à morte em fogueira. Assim como o casamento com ou entre escravos. L'Hermite-Leclercq (1990, p. 288) pontua que a Igreja não tem como finalidade “*a liberdade como direito fundamental da pessoa, mas a salvação das almas, mesmo apesar delas e contra elas*”.

Nas palavras dos clérigos podemos ver se delinear o retrato que a Igreja Católica fazia das mulheres. Para o bispo Ivo de Chartres, cabe ao marido domar a mulher, como a alma doma o corpo e o homem o animal; já que as mulheres não conseguem resistir à sensualidade e, com isso, sua pureza está constantemente ameaçada. É preciso estar sob constante tutela de um homem. Para outros, o demônio muitas vezes se disfarça de mulher bonita. Para o filósofo Abelardo, Eva tinha pacto com o Diabo, “*algumas vezes mesmo, a serpente enrolada em volta da árvore da Vida tinha a mesma cabeça que ela, encantadora. A beleza podia ser, portanto, uma armadilha mortífera. Nenhuma mulher é bela impunemente nem sedutora inocentemente*” (L'HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 300).

Todavia, esta autora afirma que, a maior parte da população feudal, os camponeses (nove décimos da população total), ainda estavam muito influenciados nessa época pela cultura germânica. Todavia, se sabe muito pouco dessa população pela falta de documentação.

⁵⁵ São sete os sacramentos adotados pela Igreja Católica: batismo, confirmação do batismo (ou crisma), confissão (ou penitência), eucaristia, ordem (sacerdotal), matrimônio e unção dos enfermos. Para os católicos, os sacramentos são sinais nos quais, por formas sensíveis, a graça de Deus em Cristo é representada, selada e aplicada aos crentes, que, por sua vez, expressam a fé e obediência a Deus. Estes sinais são muito importantes para a salvação de cada crente e marcam as várias fases de vida espiritual e religiosa do crente. Segundo o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, “os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, mediante os quais nos é concedida a vida divina” (n. 224). “Os sacramentos não apenas supõem a fé, como também, através das palavras e elementos rituais, a alimentam, fortificam e exprimem. Ao celebrá-los, a Igreja confessa a fé apostólica.

Uma região na qual se conseguiu obter dados é a Catalunha, e lá se comprovava a forte influência dos costumes dos Visigodos que concediam uma posição melhor à mulher: as filhas tem direito à herança paterna, a esposa é proprietária de seu dote e

de um décimo dos bens do marido. Dessa forma, as mulheres participam de todas as atividades imobiliárias dos maridos. Em caso de aquisições, metade é para ela. Adulta, a mulher goza da totalidade dos direitos civis. Pode apresentar queixa, prestar juramento, testemunhar, e tem acesso aos tribunais de justiça” (L’HERMITE-LECLERCQ, 1990, p. 307).

A vida cotidiana das mulheres camponesas revela sua importância fundamental na esfera produtiva e reprodutiva da sociedade e a amplitude de suas responsabilidades: a conservação das colheitas no celeiro, o cultivo do jardim, a manutenção da lareira, situada agora no interior da casa, participação em trabalhos pesados como nas ceifas e no corte do feno. Piponnier (1990) afirma que eram as mulheres que cultivavam, colhiam e processavam as vinhas; colhiam legumes e plantas medicinais; criavam animais domésticos (porcos, carneiros); procediam a tosquia; cuidavam dos laticínios; predomínio da produção artesanal de têxteis; trabalhavam na costura; buscavam lenha e água; cuidavam das crianças e de tudo o que diz respeito à casa (preparo de alimentos, lavagem de roupas, etc.).

Para conseguir se infiltrar cada vez mais em todos os espaços da sociedade feudal, a Igreja passa a desenvolver técnicas, estratégias, para atingir os povoados mais longínquos e efetivar sua conversão ao catolicismo.

Já no século X, segundo Georges Duby (2001), a Igreja realizava processos inquisitoriais à população, mas, nessa época, o bispo escolhia sete homens maduros, “*de bons costumes e verazes*”, em cada paróquia, os quais faziam juramento a Deus, e os interrogava sobre o cotidiano de sua comunidade: deviam confessar os pecados alheios. Tudo isso para manter a “*paz na sociedade*”. É dessa forma que a Igreja busca influenciar a conduta dos leigos, controlando-os, dominando-os através do medo e do castigo. Já no século XI essas técnicas se aperfeiçoam, quando o padre passa a dialogar diretamente com os possíveis pecadores, tendo, com isso, maiores condições de “*reger o íntimo*”. E a maior novidade é que os padres passam a interrogar diretamente as mulheres.

Um documento escrito no século XI por um bispo chamado Burchard de Worms, o *Decretum*, é um manual prático de administração que reúne decisões tomadas ao longo da história nos concílios, que dizem respeito às penitências para cada falta cometida. Este manual auxiliaria os chefes da Igreja a julgar e definir as infrações para, então, poder puni-las. Dessa forma, ir, pouco a pouco, solidificando a moral cristã, “purificando” o povo.

Nesse sentido, entendemos também, como sendo a solidificação de *habitus* nos corpos e mentes (percepções e desejos) das mulheres e homens daquela época.

Para tanto, no caso das mulheres, foram formuladas perguntas específicas, tendo em vista a visão que a Igreja tinha delas e dos perigos que a Igreja acreditava que essas mulheres pagãs poderiam representar para a sociedade cristã.

Recapitulemos a visão que a Igreja formava das mulheres na Idade Média.

O bispo de Rennes em 1168 definiu a natureza feminina como sendo composta por três vícios maiores: **feitiçaria** (ele descreve desde uso de maquiagem, métodos abortivos, até envenenamento de maridos); **insubordinação** (agressividade com os machos, rebeldia, vingativas); **luxúria** (são as mulheres que seduzem e atacam os homens, “*naturalmente inflamadas*”). No passado, o bispo Marbode já concebia a mulher como inimiga do homem: “*traidora era Eva, quem convenceu a provar do que era proibido?, briguenta, avara, leviana, ciumenta*” (DUBY, 2001, p. 17).

Neste período, as obras de Santo Agostinho tiveram grande influência para entender a natureza da mulher e o próprio pecado original. Este autor afirmava que a mulher é semelhante ao homem, todavia lhe é submissa, é uma ajudante, pois o mundo é feito através de hierarquias onde uns mandam e outros obedecem. A razão seria um princípio masculino, enquanto que o desejo, um princípio feminino.

A mulher, como o homem, é dotada de razão; no entanto, a parte animal, desejosa, predomina nela; ao passo que nele, o racional, portanto o espiritual, prevalece. Em consequência, o homem domina, intermediário entre Deus, fonte da sabedoria, a quem deve obedecer, e a mulher, que ele deve comandar (DUBY, 2001, p. 48).

Dando sequência, Santo Agostinho afirma que a função de ajudante que a mulher desempenha seria exclusivamente na procriação, que ela é a terra, enquanto o homem é a semente que irá fecundá-la. As interpretações desses textos contribuem, no século XII, para a construção da teologia e moral do matrimônio. “*Se Deus se serviu do corpo do homem para formar a mulher isso significa que era para mostrar que o laço da união monogâmica deveria ser indissolúvel*” (DUBY, 2001, p. 51). Além disso, há em Santo Agostinho também a interpretação de que no Paraíso não existia desejo carnal, o apetite sexual teria surgido com o pecado original, indo contra a lei do espírito. O matrimônio era o meio de controlar esses desejos, de governar a sexualidade, já que as relações sexuais deviam visar sempre a procriação e nunca o prazer carnal: “no gozo jaz a falta”.

Para S. Agostinho a mulher desobedeceu de caso pensado, ela não teria a desculpa de ter desobedecido o mandato de Deus. Ela foi levada à transgressão por cobiça, pelo desejo de um poder autônomo, e pela “orgulhosa presunção de si”, o pecado foi determinado pelo orgulho. Quando pecamos, a serpente seria a sugestão de fazer o errado, a mulher é a pulsão de realizar o pecado e o homem é a razão (DUBY, 2001, p. 51).

A razão do homem só pode ser enganada quando há prazer carnal, por isso a serpente jamais o enganaria, mas a mulher sim. O abuso de Eva teria sido a vontade de comandar, por

isso, como castigo, além da dor do parto (que é a punição do prazer carnal), as mulheres devem subordinação a todos os homens: o casamento é um castigo (DUBY, 2001).

Todas essas imagens que colocam Eva como a responsável pela perda do Paraíso revelam em si diversas contradições. A começar pela concepção de passividade que os clérigos tinham das mulheres. Se Eva tramou todo o pecado original porque cobiçava o poder, esse ato não nos parece nada passivo, ainda mais quando alguns religiosos afirmam que foi “de caso pensado”. E se ela pensou, planejou, isso já indica que não se trataria apenas de desejo o que a moveria, mas teria um tanto de razão. A passividade também se mostra contraditória quando se fala da sexualidade da mulher, como era ela quem tinha o fogo ardendo em seu corpo e suscitava o homem ao pecado. Mesmo que se afirme que a passividade seja um atributo gerado nas mulheres pelo castigo divino devido à queda, por que então esse esforço imenso da Igreja Católica em reformar os costumes das mulheres, se elas já seriam passivas e subordinadas aos homens? Porque ainda definir como seus vícios a feitiçaria, a insubordinação e a luxúria?

As mulheres não eram passivas, não eram submissas e tinham os seus poderes⁵⁶. E é por isso mesmo que a Igreja vê a grande importância de passar a questioná-las diretamente, de gerar os castigos para os seus pecados específicos. Justamente para, através do medo e do castigo, aos poucos, ir transformando as mulheres naquilo que a Igreja católica afirmava que elas eram e deveriam ser: pecadoras, culpadas, submissas e passivas. Prova disso está nas perguntas que eram feitas a essas mulheres para rastrear seu íntimo e condenar tudo aquilo que fugisse do controle da Igreja. Vejamos algumas dessas questões.

Fizeste o que têm costume de fazer algumas mulheres em certas estações? Preparaste em tua casa a mesa, os alimentos, a bebida e puseste três facas sobre a mesa para que as três irmãs, que os antigos chamavam Parcas, possam eventualmente restaurar? Assim tiraste poder da bondade de Deus e deu seu nome para transferir ao Diabo? (...)

Fizeste o que certas mulheres têm costume de fazer, fabricaste uma certa máquina do tamanho que te convém, uniste-a ao lugar de teu sexo ou ao de uma companheira e fornicaste com outras más mulheres ou outras contigo, com este instrumento ou um outro? (DUBY, 2001, p. 21).

Além disso, há perguntas sobre a utilização de afrodisíacos para aumentar o desejo dos homens, sobre a prostituição, sobre o infanticídio, sobre abortos. Em seguida pergunta sobre o assassinato do marido: *“Preparas-te um veneno mortífero e mataste um homem com esse*

⁵⁶ Eis a conclusão de Georges Duby em sua obra “Eva e os Padres”: “(...) adivinho-as fortes, bem mais fortes do que imaginava, e por que não, felizes, tão fortes que os machos aplicam-se em enfraquecê-las pelas angústias do pecado. (...) Eva os atraía, Eva os amedrontava. Eles se afastavam prudentemente das mulheres, ou então as maltratavam, zombavam delas, entrincheirados na certeza teimosa de sua superioridade natural. Afinal, foram eles que as deixaram escapar” (DUBY, 2001, pp. 167-168).

veneno?’. Também sobre feitiçarias para diminuir o desejo dos homens quando elas se sentem enciumadas. O documento fala também sobre outras formas de feitiçaria que seriam feitas contra os homens e encontro de mulheres em cavalgadas noturnas, uso de talismãs, etc (DUBY, 2001).

Segundo Duby (2001), as mulheres inquietam os homens: por serem portadoras da morte e devido a sua sexualidade, são elas que os levariam a pecar. *“Os homens da Igreja têm medo das mulheres. Têm medo sobretudo do seu sexo. A mulher é Eva, portanto, o perigo”* (DUBY, 2001, p. 107).

Este mesmo autor entende que o fato da Igreja passar a questionar diretamente as mulheres poderia ser visto, de alguma forma, como uma promoção da mulher dentro da ideologia cristã, pois se suporia, então, que as mulheres seriam capazes agora de corrigirem a si mesmas. Mas ele não perde de vista que essa promoção tinha um fim: capturá-las, apanhá-las nas redes de Igreja (DUBY, 2001). Nos séculos vindouros essas mulheres passam a servir de auxiliares da Igreja, quando já capturadas em suas malhas, têm a função de amolecer o coração de cavaleiros tomados de sua agressividade para que estes ajam a favor da Igreja.

Outra valorização da figura feminina inegável no século XI é o culto a Nossa Senhora que se alastrou enormemente pelo mundo cristão. Maria seria a anti Eva: Ave Maria. E, de certa forma, resgata antigos costumes onde se veneravam deusas femininas, embora Nossa Senhora nunca tenha chegado à categoria de Deusa. E nas palavras do filósofo e monge beneditino, Anselmo de Cantuária, os objetivos da valorização dessa figura feminina eram outros do que conceder maiores poderes às mulheres: *“Para impedir que as mulheres desesperem de alcançar a sorte dos bem aventurados, já que uma mulher esteja na origem de um mal tão grande, é preciso, para lhe restituir a esperança, que uma mulher esteja na origem de um bem igualmente grande”* (DALARUN, 1990, p. 39). Ou seja, era mais uma estratégia para converter pagãos à religião católica, assim como, de dominar as mulheres.

De um lado, o poder materno da mãe: a misericórdia. Do outro lado, o poder paterno do pai: a ordem. E ordem aqui em todos os sentidos, no sentido de organização, daquele que ordena as coisas de forma racional, tendo em vista um fim, assim como, no sentido de autoridade, de quem manda e dita quais são as ordens, o que e como as coisas devem ser feitas. Nesse sentido, o poder paterno do pai é aquele detentor da decisão única, que orienta o caminho a partir de seu único olhar e razão, não dialoga, não pede opiniões. A verdade está com ele: ele é o começo, o meio e o fim. Já o poder materno da mãe se limita em conseguir o perdão do pai ao filho/a que transgrediu uma regra, uma verdade paterna.

Maria, através do dom da misericórdia, vem esculpir mais uma característica no *habitus* feminino nas sociedades ocidentais: a ideia e a conduta de que a mulher deve sempre perdoar os pecados do homem.

2.4.3. A Baixa Idade Média (1250 a 1500)

O período da Baixa Idade Média foi um período onde ocorreram diversas transformações, sobretudo no campo cultural e econômico. A Igreja conseguia se consolidar e enraizar cada vez mais os seus preceitos. Mas havia brechas, os espaços que ainda não haviam sido regulamentados, pois eram novos, nestes as mulheres atuavam com mais liberdade. Estes espaços eram os dos novos trabalhos que surgiam com a formação das cidades.

Em relação ao campo jurídico, as mulheres não estavam em melhor situação, pois, passava a imperar, incluindo nas áreas rurais, direitos bastante restritivos a elas nas quais se instituía a tutela do sexo masculino sobre o feminino, implicando em uma limitação da capacidade jurídica das mulheres. Elas eram excluídas de todos os acontecimentos públicos, não podiam aparecer em pessoa perante um tribunal, tendo que ser representada por um homem. Toda mulher teria que ter um tutor (pai, marido, outro) que tinha o direito de dispor e de usufruir da fortuna da mulher e o direito de castigá-la e até mesmo de vendê-la⁵⁷ (OPITZ, 1990, P. 356).

As viúvas jovens estavam ameaçadas de perseguições machistas. Os jovens das aldeias consideravam-nas “caça livre”. Em certas ocasiões, reuniam-se e organizavam expedições para demonstrar às mulheres que viviam sós ou eram solteiras que precisavam urgentemente de uma proteção masculina. Partiam portas e janelas e invadiam violentamente as casas e os quartos das jovens mulheres para as violentar e maltratar (OPITZ, 1990, p. 415).

Gostaríamos agora de nos deter no aspecto econômico dessa fase, no que diz respeito ao papel desempenhado pelas mulheres nos mais diferentes trabalhos que passam a realizar. Pois, o estudo de historiadores diversos sobre essa época concluiu que: “*A Economia da Alta Idade Média é impensável sem a mão de obra feminina*” (OPITZ, 1990, p. 390).

Opitz (1990) aponta para a importância das mulheres na força de trabalho nas áreas rurais e urbanas, sobretudo, neste momento, ao que diz respeito aos trabalhos artesanais que eram indispensáveis para a economia da família. As esposas, em geral, sempre foram ajudantes dos mestres artesãos e, com isso, assumiam diversos trabalhos além dos domésticos.

⁵⁷ Opitz traz aqui traços comuns a diversas jurisdições diferentes que estavam vigentes neste período da Idade Média. Contudo, alertando para o fato de que não havia uma unidade jurídica na Europa medieval e que as leis variavam muito de região para região. Mas, observa-se uma rigorosidade maior neste período com o estatuto jurídico das mulheres.

Como esposas ou solteiras, as mulheres tinham muitas ocupações: fiavam, teciam para o mercado, produziam cerveja, preparavam alimentos para a venda e também se dedicavam ao pequeno comércio. Este papel econômico que a mulher passa a desenvolver com a venda de seus serviços, segundo Opitz (1990), foi gerador de conflitos uma vez que persistia a hegemonia social e jurídica do marido. A Igreja também trazia a visão de que a mulher deveria ajudar o homem apenas na procriação, para os outros trabalhos, o melhor ajudante seria outro homem.

Mas algumas atividades de extrema importância estavam a cargo exclusivo das mulheres e isto passa, cada vez mais, a ser valorizado e necessário, uma vez que a população do campo começa a migrar para as cidades. É a função da parteira.

O que é certo é que a gravidez, o parto e todas as práticas e conhecimentos a eles respeitantes permaneciam ainda, nos finais da Idade Média, do domínio exclusivo das mulheres; aqui os homens não tinham nenhuma experiência nem direito a pronunciar-se; o acesso ao quarto da parturiente era oculto sob um véu de pudor e estava-lhes vedado (OPITZ, 1990, p. 384).

Esta mesma autora afirma que nesta época existiam as divisões de trabalho específicas por sexo, mas não se via um rigor nessa divisão, estando tanto o homem como a mulher trabalhando nos diferentes domínios, um ajudando ao outro. *“No centro da economia doméstica estava a preocupação em obter um rendimento familiar máximo”* (OPITZ, 1990, p. 393).

Com a divisão cada vez maior entre cidade e campo e com o assalariamento de trabalhadores no campo após a especialização de algumas produções voltadas para o comércio, era este setor agrícola o que mais empregava as mulheres.

As camponesas também passam a comercializar os produtos fabricados, sob sua responsabilidade: a manteiga, o leite, o queijo, ovos, ou criação, mas também frutos silvestres, frutas, legumes, panos de linho, sabão, mostarda, etc.

Na cidade muitas mulheres praticavam o pequeno comércio vendendo mercadorias que elas próprias produziam, que compravam ou importavam. Opitz (1990) afirma que é aqui que a tutela exercida sobre o sexo feminino pelos maridos tinha recuado em benefício de sua capacidade para o negócio. Documentos revelam que estas mercadoras, organizadas em guildas ⁵⁸, puderam legar grandes somas nos seus testamentos. No século XIII, surgem nos grandes centros comerciais da Europa escolas para as mulheres, onde estas também podiam

⁵⁸ As guildas eram corporações artesanais ou corporações de ofício, associações de artesãos de um mesmo ramo, isto é, um grupo de pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional e que procuravam garantir os interesses de classe. Ocorreram na Europa, durante a Idade Média e mesmo após.

ser professoras. Observa-se que a necessidade econômica supera os preceitos dos costumes e da Igreja e a mulher passa a desfrutar de espaços antes vedados a ela: o público.

Como foi dito antes, é na medicina que elas passam a se destacar também. E conseguem adentrar nesse campo sem muita contestação através do campo da obstetrícia e ginecologia, já que os homens não tinham nenhuma experiência nessas áreas. Atuavam também na cirurgia. Seus conhecimentos eram incontestados, tinham grande clientela e gozavam de grande reputação. *“Nalgumas grandes cidades as parteiras ajuramentadas empregadas pelo conselho municipal recebiam desde muito cedo um salário regular”* (OPITZ, 1990, p. 400).

Além disso, as mulheres trabalhavam nas mais diversas corporações e podiam chegar até a se tornar mestres, com exceção das corporações de construção.

Os fabricantes de vestuário e de artigos de luxo foram os primeiros a aceitar nas suas corporações mulheres como aprendizes, companheiras e mestres. A estes setores pertenciam os ofícios da transformação do cânhamo e a lã, bem como os alfaiates os peleiros, os fabricantes de bolsas, carteiras e cintos, os fiandeiros de ouro e os bordadores de seda (OPITZ, 1990, p. 401).

As corporações passam a conceder direitos iguais a homens e mulheres, e a primeira delas foi a de peleiros (quem prepara peles), na Basiléia em 1226. Elas eram muito atuantes nas áreas de alimentação, mas também estavam presentes na metalurgia e construção civil.

Todavia, no fim da Idade Média, preocupados com a concorrência, os homens passam a impor legislações que limitam a participação das mulheres nas corporações. A hostilidade contra as mulheres trabalhadoras também aumenta, assim como o boicote e repressão (OPITZ, 1990).

Para finalizar a discussão sobre a Idade Média é importante destacar a importante participação das mulheres nos movimentos heréticos ⁵⁹, assim como, foi nos últimos séculos do feudalismo nos quais mais se canonizaram as mulheres.

⁵⁹ O conceito de heresia se define através de um desvio de uma verdade ou doutrina estabelecida. A palavra herege significa seguir uma linha doutrinária contrária ao que foi definido pela fé da Igreja. No interior da religião cristã, toda recusa de princípios supostamente revelados pelos Evangelhos, transformados em verdades inegáveis, é concebida como herética. O controle da sociedade pela Igreja na Idade Média, baseado na crença de que o próprio Deus o havia estabelecido, acentuava manifestações de oposição a esta. As heresias surgem sempre quando brota uma atmosfera de inquietação espiritual, contexto propício para os questionamentos, críticas e o nascimento de novos conceitos. Era exatamente essa a situação na Alta Idade Média, quando a população se manifestava contra as diversas opressões do regime feudal se apoiando em outras crenças que contestavam a visão de mundo da Igreja Católica. Federici explica: “los movimientos herejes fueron un intento consciente de crear una sociedad nueva. Las principales sectas herejes tenían un programa social que reinterpretaba la tradición religiosa, y al mismo tiempo estaban bien organizadas desde el punto de vista de su sostenimiento, la difusión de sus ideas e incluso su autodefensa. No fue casual que, a pesar de la persecución extrema que sufrieron, persistieran durante mucho tiempo y jugasen un papel fundamental en la lucha antifeudal” (FEDERICI, 2010, p. 53).

Podemos perceber que a história das mulheres, longe de ser um processo linear de desvalorização ou valorização, é um processo ondulante, onde há momentos em que a repressão é profunda e momentos onde a participação feminina na esfera pública é necessária, logo, valorizada. Sem dúvida, a hegemonia é dos homens, mas elas também têm os seus poderes e estão a todo o momento buscando colocá-los em prática e evidenciar a importância da igualdade de direitos na sociedade, sendo que a mesma é construída coletivamente por ambos os sexos.

Percebemos que a Idade Média foi palco de um grande projeto da Igreja Católica para criar certa ideologia sobre as mulheres e fazer com que essa ideologia se tornasse realidade. Foram séculos, muitos séculos. Mas talvez a sociedade ocidental só vá colher esses frutos com sua maturidade plena alguns séculos depois, quando as mulheres passarem realmente a se sentirem culpadas, inferiores e submissas aos homens e, a partir disso, passarem a criar seus filhos com essa mesma concepção, transmitindo, reproduzindo, este *habitus* forjado nesse período medieval. Ainda hoje colhemos seus frutos e criamos nossos filhos com essa visão. E talvez um dos maiores poderes que a Idade Média tenha tirado das mulheres na construção da teologia e cultura católica, tenha sido sua autoestima, a valorização de si. Poder essencial para que todos os outros poderes se desenvolvam.

2.5. O Patriarcado no Capitalismo

Vimos até aqui como os fundamentos do patriarcado já estavam dados na formação dos estados arcaicos e como a relação de domínio do homem na sociedade foi expresso nas primeiras leis escritas. E, posteriormente, como isso foi “imortalizado” com o advento do monoteísmo judaico-cristão e justificado filosoficamente na Grécia Antiga. A partir disso, essa cultura se manteve e se reproduziu no decorrer dos séculos mantendo a posição subordinada das mulheres apesar da resistência destas. Com o surgimento da ciência moderna não será diferente, as mulheres continuarão sendo vistas como seres inferiores intelectual e moralmente e as teorias científicas farão o esforço para provar isto.

Para entender como o patriarcado será ressignificado no capitalismo, faremos uso do livro de Heleieth Saffioti, “*A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*” (2013).

Mas, antes, seria importante pontuar o que diferencia o sistema capitalista, dos sistemas anteriores, os pré-capitalistas, como o escravista empregado nos estados arcaicos, como, posteriormente, o feudal.

Segundo Jácome Neto (2009), Marx postulou três pressupostos que deveriam estar juntos para que pudesse ocorrer o modo de produção capitalista: uma massa de trabalhadores

separada das condições de trabalho e dos meios de subsistência; a relação entre as classes deve ser de livre troca-circulação monetária baseada no valor, ou seja, a força de trabalho é comprada e não apoderada diretamente como na servidão; a relação patrão-operário deve ter a forma de valor e como objetivo final a formação de capital e não o usufruto imediato, nem a criação de valores de uso.

Os capitalistas surgem como classe social, pelo fato de passarem a concentrar os meios de produção durante o processo de acumulação originária. Nesse processo, outra parte da sociedade se torna despossuída dos meios de trabalho e passa a ter que trabalhar nas fábricas nascentes, como mão de obra assalariada. O segundo ponto é que a relação de exploração agora não é mais baseada no trabalho forçado, mas passa a ser mediada pela troca. A exploração passa a ser camuflada, já que não depende mais da coerção física, e sim da mais-valia. E, por fim, o valor de troca se sobressai ao valor de uso da mercadoria. A relação que impera agora é a do Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro e não mais Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria.

Segundo Saffioti (2013), as relações sociais possuem uma dimensão econômica que no mundo pré-capitalista era ocultada na desigualdade de status jurídico dos homens (livre, servo, escravo), mas que na sociedade capitalista passa a ser desnudada: “*É como livres possuidores de sua força de trabalho que eles participam do mercado*” (idem, 2013, p. 54). Isto levaria à ilusão de que as capacidades individuais de cada um eram responsáveis por suas realizações pessoais, pelo seu enriquecimento ou empobrecimento, etc.

E aqui nos deparamos com uma reflexão de Saffioti, que parece desvendar o processo através do qual o patriarcado é ressignificado pelo capitalismo.

A autora afirma que: “(...) *há que se desnudarem: os status adquiridos que, nas sociedades pré-capitalistas, se ocultam sob a aparência de status atribuídos. Os status atribuídos que, nas sociedades de classes, assumem a forma aparente de status adquiridos através do processo de competição*” (idem, p. 59).

Como foi visto, nas sociedades pré-capitalistas, o status de rei é adquirido por meio das guerras e estes nomeiam sacerdotes/sacerdotisas que fazem parte de sua família e esse status toma a aparência de status atribuído, sinal disso é quando este rei passa a ser identificado com um deus e as rainhas/sacerdotisas com deusas. Da mesma forma, o status de um escravo é adquirido em uma guerra ou pelo empobrecimento e, com o tempo, passa a ser visto como uma qualidade intrínseca da pessoa (vide Aristóteles que argumenta que uns nasceram para governar e outros para serem governados). Da mesma forma, podemos dizer que, nessa época, o poder que a mulher tem na sociedade é adquirido, pois é a falta de poder

militar da mulher que fez com que ela tivesse que se submeter às ordens dos homens. E isto é devido à divisão sexual do trabalho primitiva como foi visto⁶⁰. Mas isso passa a ser visto como um status atribuído, sobretudo com o advento do monoteísmo judaico, como se as mulheres fossem naturalmente seres inferiores destinadas à subordinação.

O status atribuído que a autora se refere no capitalismo, diz respeito ao fato de que os capitalistas enriquecem não porque trabalham mais que os outros, ou seja, porque teriam adquirido este status, mas porque as condições históricas criaram uma sociedade de possuidores e despossuidores. O capitalista não é muito rico porque é mais esforçado ou possui capacidades especiais, mas porque explora o trabalho alheio (ou seja, é um status atribuído, oriundo da posição hierárquica que ele possui na sociedade, fruto de uma construção histórica).

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (...). Do ponto de vista da aparência não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

A mulher possui uma herança histórica que lhe marca a face, o corpo, a mente, como sendo um ser inferior, com potencialidades e capacidades inferiores às dos homens. Mas isso tudo não é visto como um status atribuído (construído historicamente), mas sim como adquirido, a mulher é mais explorada na sociedade capitalista ou não “evolui” nela porque ela produziria menos, seria menos competente, por razões biológicas de seu sexo⁶¹.

A sociedade capitalista se apropria da cultura criada historicamente para se manter viva e com a aparência de igualdade que lhe dá sustentação ideológica. Ela não cria, como no monoteísmo judaico-cristão, mitos de inferiorização e subordinação das mulheres, apenas se apropria desses valores para o seu próprio fim e toma como verdade a inferioridade física e mental das mulheres, ou seja, do sexo feminino.

Os indivíduos precisam ser livres no sistema capitalista, para que possam vender sua mão de obra. Mas este modo de produção não consegue absorver toda a oferta de mão de obra que surge na sociedade. Dessa forma, a cultura (patriarcal) de manter a mulher dentro de casa alivia um pouco a tensão que o sistema cria da não absorção de todos os trabalhadores no sistema produtivo. Por outro lado, a potencialidade da entrada do contingente feminino no

⁶⁰ De relações de cooperação na pré-história passam para relações de hierarquia na formação dos primeiros clãs e estados. Pela diferença biológica as mulheres adquiriram menor autonomia, o que se tornou um meio de opressão e exploração da sexualidade e capacidade reprodutiva das mulheres.

⁶¹ Aqui está mais uma vez presente a discussão sobre o *habitus* de Bourdieu, a naturalização de características de pensamento/percepção/ação que foram forjadas social e historicamente.

mundo do trabalho remunerado propicia ao sistema capitalista um elemento de “barganha” com os trabalhadores: por existir este exército de reserva de trabalhadoras, o salário poderia ficar sempre baixo, já que a demanda por serviço sempre seria maior que a oferta⁶² (SAFFIOTI, 2013).

Outro ponto importante levantado por Saffioti é o de que as mulheres quando entram no mercado de trabalho são mais exploradas pelo fato de já estarem acostumadas a uma cultura de subordinação⁶³ e, também, por não terem nenhum poder político para reivindicar mudanças. Assim como, recebem menores salários e possuem menos direitos do que os homens. Em sua pesquisa, ela revela que o aumento de mulheres que trabalhavam fora de casa no período da primeira guerra mundial no Brasil, quando os homens tinham saído para lutar, diminui novamente quando a guerra termina e as mulheres voltam a ser os “anjos do lar” (SAFFIOTI, 2013).

Via de regra, no capitalismo as mulheres se tornam as responsáveis pela produção de valor de uso, enquanto os homens ficam responsáveis pela produção com valor de troca (VIEZZER, 1989). Ou seja, as mulheres ficam responsáveis pelos trabalhos do âmbito privado, doméstico, não remunerado, enquanto aos homens ficam destinados os assuntos públicos e o trabalho remunerado. Dessa forma, por não ser remunerado, o trabalho da mulher se torna invisível e é desvalorizado. E o trabalho do homem se torna o único valorizado por ser este o que gera riqueza monetária para a família e a sociedade. Sendo assim, não se percebe que, para que seja possível o trabalho produtivo, é imprescindível a existência do trabalho reprodutivo (cuidado dos filhos, preparo de alimentos, etc.).

Com isso, as mulheres permanecem dependentes dos homens, já que não possuem autonomia econômica, financeira. Dessa forma, as mulheres se mantêm reféns do autoritarismo masculino sendo que dependem dos homens para poder sobreviver. E quando ousam se separar de seus maridos ou são rejeitadas por estes, enfrentam a miséria e a pobreza tendo em vista que neste sistema que diz dar oportunidade a todos limita em muito o acesso das mulheres aos cargos de trabalho⁶⁴.

⁶² Além disso, Scott (1991) nos conta que no século XIX criou-se o argumento de que o salário das mulheres deveria ser mais baixo porque não são as mulheres as responsáveis de prover o lar, isso é tarefa dos homens. Logo, o trabalho da mulher sempre seria apenas para complementar a renda, e nunca para manter a família como um todo. Aliado ao discurso da menor produtividade e capacidade das mulheres no trabalho, estas tinham um salário muito inferior ao dos homens. Sendo assim, houve um período em que, buscando cortar gastos com a produção, a contratação de mulheres nas fábricas aumentou muito, já que elas fariam o mesmo serviço que os homens, mas a um custo muito menor.

⁶³ Idem nota 57.

⁶⁴ Um exemplo disso é o estudo de caso sobre a territorialização do agronegócio em Cruz Alta/RS, de Christiane Senhorinha Soares Campos (2011), que evidenciou “*a face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio*”. Já é sabido que o agronegócio, através da concentração das terras e com o uso de técnicas

Segundo Federici (2010, p. 40) no feudalismo, a autoridade dos servos homens era limitada, pois a terra era entregue à unidade familiar e isso significava que as mulheres tanto trabalhavam na terra, como podiam dispor dos produtos de seu trabalho, sem depender de seus maridos para se manter. A autora traz dados que mostram como a mulher tinha participação na posse da terra nessa época. E, também, muito importante era o fato de que o trabalho no feudo se baseava na subsistência, levando a uma divisão sexual do trabalho menos acentuada do que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas.

En la aldea feudal no existía una separación social entre la producción de bienes y la reproducción de la fuerza de trabajo; todo el trabajo contribuía al sustento familiar. Las mujeres trabajaban en los campos, además de criar a los niños, cocinar, lavar, hilar y mantener el huerto; sus actividades domésticas no estaban devaluadas y no suponían relaciones sociales diferentes a las de los hombres, tal y como ocurriría luego en la economía monetaria, cuando el trabajo doméstico dejó de ser visto como trabajo real (FEDERICI, 2010, p. 40-41).

Federici (2010) acrescenta que no feudalismo as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que muitas das tarefas femininas eram feitas de forma coletiva, com outras mulheres. Isto, segundo a autora, era uma fonte de poder e proteção para as mulheres, já que gerava uma solidariedade feminina que permitia às mulheres não serem totalmente submissas aos homens conforme sancionava a Igreja.

Sendo assim, podemos dizer que com o capitalismo surge uma nova dicotomia: o trabalho público (produção) e o trabalho privado (reprodução). O primeiro sendo realizado pelos homens e altamente valorizado. E o último destinado às mulheres e sendo altamente desvalorizado. O primeiro representando o valor de troca, o segundo o valor de uso. O primeiro representando o mundo dos negócios e da cultura, o segundo o mundo do lar, da casa, da natureza. Ou seja, há uma desvalorização crescente a tudo o que diz respeito ao privado, à mulher, ao valor de uso, à casa (e aqui podemos entender a própria natureza). As coisas passam a ter valor apenas em relação ao seu valor de troca. O trabalho que os homens passam a desenvolver está focado apenas nisso, no valor de troca. Enquanto que a mulher continua prezando pelo valor de uso.

Essa nova dicotomia é prejudicial não apenas em relação à condição feminina na sociedade, mas, à sociedade como um todo quando as qualidades e os trabalhos que são

modernas de produção, diminui o número de empregos onde se aloca, com isso, gerando pobreza. O que foi revelado nesse estudo é que os empregos gerados pelo agronegócio são masculinos (apenas 22% dos postos de trabalho são ocupados pelas mulheres), formais, temporários (66% dos empregos são oferecidos por três meses) e precário devido à baixa remuneração e curto período de tempo da ocupação. As mulheres ocupavam menos postos de trabalho nos empregos fixos e nos temporários, as mulheres ocupam cargos sem poder de tomada de decisão, a média salarial feminina fica abaixo da média salarial masculina. Sendo assim, percebemos que em relação à geração de empregos o agronegócio acaba sendo ainda mais nocivo para as mulheres.

referidos às mulheres passam a ser desvalorizados: o valor de uso, o cuidado com a natureza, o lado emocional e afetivo dos seres humanos, etc. Nesse sentido, temos reflexões feitas pelo próprio Marx de como as relações de produção capitalistas geram uma fratura irreparável no metabolismo social⁶⁵ (MARX, 1996a).

O fluxo econômico está essencialmente ligado ao fluxo ecológico, pois é da natureza que se retira os recursos que serão reelaborados na economia através do trabalho humano, e dependendo da forma que se faz isso, é possível gerar equilíbrio ou desequilíbrio. No capitalismo o valor que reina é o valor de troca, em busca da infinita acumulação de capital, ao invés do valor de uso. Um exemplo disso é como a agricultura no capitalismo não é ditada pelas necessidades reais, autênticas, de uso da população e da sustentabilidade do sistema, mas sim pelo mercado: os cultivos dependem das flutuações de preços no mercado, são ditados pelos benefícios monetários imediatos.

É nesse sentido que Marx defendia a tese de que o capitalismo seria incapaz de gerir de forma racional a natureza⁶⁶, apesar de todo o avanço científico e tecnológico, pois o capitalismo é incapaz de conservar as condições necessárias para a reciclagem dos elementos constitutivos desta, já que seu objetivo é o valor de troca e não trabalha na perspectiva da conservação do equilíbrio ecológico dinâmico do sistema, e sim na perspectiva de qual meio gera mais lucro.

E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador⁶⁷ (MARX, 1996b, p.133).

⁶⁵ Marx introduz este conceito de metabolismo social para explicar as relações que se estabelecem entre homens e natureza: o homem através de suas ações regula e controla o metabolismo que ocorre entre ele e a natureza.

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996a, p. 297).

⁶⁶ *“The moral of history, also to be deduced from other observations concerning agriculture, is that the capitalist system works against a rational agriculture, or that a rational agriculture is incompatible with the capitalist system (although the latter promotes technical improvements in agriculture), and needs either the hand of the small farmer living by his own labour or the control of associated producers” (MARX, 1996c, p. 83).*

⁶⁷ Marx desenvolve uma crítica à exploração capitalista da natureza em relação ao roubo dos nutrientes do solo, sem conservar seus meios de reprodução. Ele ataca o latifúndio como responsável por expulsar a população do campo, criando os “inchaços” nas cidades e, com isso, a própria fratura no metabolismo social que leva à diminuição da vitalidade do solo. Nesse sentido, ele afirma que enquanto nas cidades as indústrias exploram os trabalhadores, no campo o latifúndio explora a terra. A produção capitalista se desenvolve explorando e destruindo as fontes de toda a riqueza: o solo e os trabalhadores (MARX, 1996b).

Sendo assim, podemos observar como o capitalismo se apoiando na herança da cultura patriarcal, da própria tradição judaico-cristã que posteriormente toma a forma científica com a ciência moderna, tem legitimado ideologicamente a exploração das mulheres, da natureza, e também de tudo o que diverge dos interesses do centro hegemônico de poder, como classes sociais, etnias e povos/culturas diversos/as.

2.6. O Capitalismo no Patriarcado: o outro lado da moeda

É no capitalismo que vai surgir a dicotomia produção/reprodução, trabalho público/trabalho privado, gerando severas consequências nas relações de gênero e diversos problemas para a condição da mulher na sociedade. Por outro lado, é nesse mesmo sistema que surge a possibilidade de organização das mulheres para uma luta específica em comum: o movimento feminista. E, nesse sentido, é a partir disso que veremos a possibilidade das mulheres conquistarem direitos na sociedade como nunca antes na história da humanidade.

Já é sabido que, em todas as revoltas, lutas, revoluções, as mulheres lutaram ao lado dos homens em busca de condições melhores de vida (este é o caso da Revolução Francesa, como também das diversas revoltas camponesas no período feudal, assim como nas próprias lutas dos camponeses no século XX no Brasil, etc.). Todavia, uma vez alcançada a vitória, como no caso da Revolução Francesa, as mulheres, independente de sua classe social, foram esquecidas. Apesar de alguns direitos adquiridos, que serão abolidos com o código civil da Restauração em 1804, as mulheres estão excluídas do direito à política na Revolução Francesa. “*Son todas ‘ciudadanas pasivas’, junto con los menores, los extranjeros, los más pobres y los locos*” (PERROT, 2009, p. 123).

Este processo de luta coletiva (homens e mulheres) e direitos exclusivos (apenas homens) levou ao questionamento e reivindicação de algumas mulheres na época, e também de homens, por direitos iguais entre os sexos. Estas reivindicações são consideradas hoje como momentos fundadores do feminismo:

Sorprende la simultaneidad de tres textos fundantes: en 1790, *Sobre la admisión de las mujeres al derecho de ciudadanía*, de Condorcet; en 1791, la *Declaración de los derechos de la mujer y de la ciudadana*, de Olympe de Gouges; en 1792, *Vindicación de los derechos de la mujer*, de Mary Wollstonecraft. Un momento crucial. Un advenimiento, insinuado durante la brecha del Iluminismo y sobre todo de la Revolución Francesa mediante un clásico proceso eruptivo que recuerda el choque de las placas tectónicas y el surgimiento de un tsunami (aunque felizmente menos devastador), que se producirá muchas veces. (PERROT, 2009, p. 135).

É também impossível não constatar, como a introdução massiva de mulheres no mercado de trabalho assalariado em alguns períodos do capitalismo (início da Revolução Industrial e Primeira Guerra Mundial), gerou uma mudança de consciência, de atitude e na vida das mulheres, nesses períodos.

Segundo Perrot (2009), as mulheres ocuparam largamente as fábricas têxteis na primeira Revolução Industrial. Eram trabalhos temporários, entravam quando eram muito jovens (12 ou 13 anos) e permaneciam até se casarem ou engravidarem; no caso dos filhos, depois que cresciam, a mulher podia voltar a trabalhar. As condições de trabalho eram muito precárias e as jornadas chegando a 14 horas diárias. Nesse sentido, aqui se observa a sobrecarga de trabalho feminino, que além do trabalho exaustivo nas fábricas, ainda eram responsáveis pelos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos. Somado a isso, elas trabalhavam mais e ganhavam menos do que os homens nas fábricas. Se elas podem trabalhar como os homens, porque não podem ter direitos como os homens?

No período de 1914-1918, com a saída dos homens para a guerra, as mulheres tiveram que realizar sozinhas todas as tarefas, tanto as tradicionalmente femininas, como as masculinas: lavrar a terra, administrar o estabelecimento rural. Segundo Perrot (2009), isto modificou o equilíbrio das famílias e as relações entre os sexos. As mulheres também passaram a migrar mais para as cidades em busca de condições de vida melhores, buscando empregos como domésticas ou também nas fábricas (sobretudo têxtil), o que resultou em uma masculinização no campo nesse período (PERROT, 2009).

O mesmo ocorre nas cidades. As mulheres precisam ocupar todas as funções antes exercidas pelos homens, até mesmo nas indústrias armamentistas. Perrot (2009) menciona que na França havia pelo menos 300 mil mulheres trabalhando neste setor. E este processo se estende também no período entre guerras. As mulheres participavam de greves, ocupações de fábricas e também tomavam a palavra nas manifestações.

Perrot (2009) afirma que as mulheres parecem ter sido as maiores beneficiárias da guerra, mas que esse espaço feminino que foi conquistado no período de guerras será limitado/eliminado com o fim dos conflitos bélicos:

Van y vienen, fuman, se toman libertades [as mulheres]. Los hombres critican sus gastos, espían con anhelo sus medias de seda, sospechan de su fidelidad. Ruptura de hábitos y de evidencias, la sexualidad de guerra es problemática. Después de la guerra hay una voluntad de volver al antiguo orden: nacional -con la Cámara de Diputados "*bleu horizon*", nacionalista y conservadora-, y familiar. A su regreso, los hombres pretenden encontrar sus prerrogativas de siempre: en el trabajo, donde con frecuencia las mujeres deben cederles su lugar, y en el hogar, donde los reencuentros se tornan difíciles para estas parejas desavenidas. Los divorcios son numerosos (PERROT, 2009, p. 125).

Passado este período, os novos sistemas políticos colocados em prática na Europa (nazismo, fascismo, franquismo, regime de Vichy na França) tentam resgatar a antiga ordem familiar e a divisão sexual do trabalho, restabelecendo a mulher como a “rainha do lar”. Mas, da mesma forma como disse Perrot (2009), acerca da Revolução Francesa, podemos dizer que

as Grandes Guerras tiveram um efeito similar de evidenciar que as *“reivindicações das mulheres não esperam mais que uma fissura para surgir. Que o equilíbrio entre os sexos vive sobre um vulcão”* (PERROT, 2009, p. 135).

As modificações culturais, políticas, econômicas, ideológicas, que surgiram com o capitalismo abriram brechas para as reflexões, contestações, reivindicações das mulheres e de forma massiva dando oportunidade para o surgimento de movimentos autônomos femininos nos quais as mulheres lutaram por melhorias gerais da sociedade, mas também pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. O que não era possível nos movimentos coletivos mistos, ou seja, formado por homens e mulheres, nos quais suas lutas eram consideradas menores em relação, por exemplo, à luta de classes. Esses movimentos autônomos propiciaram, então, um avanço na luta pelos direitos das mulheres.

Sendo assim, com o surgimento de movimentos organizados de mulheres na sociedade, vemos aberto para estas, a real possibilidade de superar a dominação masculina. Ou seja, superar a violência simbólica e os *habitus* impostos, fortalecidos e reproduzidos na sociedade, baseados na lógica da dominação dos homens sobre as mulheres.

Todavia, neste momento é importante que façamos a reflexão de como foi possível esse processo de início de libertação das mulheres na modernidade, com o surgimento dos movimentos sociais femininos organizados. Pois, isso será fundamental para entendermos como o MMC poderá auxiliar na libertação das mulheres entrevistadas e permitir que possamos responder ao nosso objetivo geral (se a entrada das mulheres entrevistadas, no MMC, contribuiu para que essas passassem a manifestar as suas percepções e colocá-las em prática) e específico (como eram as relações de gênero das mulheres entrevistadas antes e depois de entrarem no MMC).

CAPÍTULO 3 – COMO SUPERAR O PATRIARCADO?

3.1. Limites dos conceitos de *habitus* e “violência simbólica” de Bourdieu

No início do capítulo 2 introduzimos os conceitos de *habitus* e de “violência simbólica” criados por Bourdieu. Vimos, igualmente, como este autor não acredita que, uma simples tomada de consciência do indivíduo, seja capaz de transformar esses dispositivos que estão incorporados e agem de forma inconsciente nas pessoas.

Como já foi dito, para o autor, a única forma de romper com a violência simbólica seria uma transformação “*radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes*” (BOURDIEU, 2015, p. 64). Ou seja, transformar estruturas como escola, família e Igreja, que têm sido as grandes responsáveis pela reprodução dos *habitus* e da violência simbólica em nossas sociedades.

A questão que fica sem responder é: se não é a tomada de consciência, o motor a partir do qual mudanças são feitas na sociedade, quem/o que e como se modifica essas estruturas que Bourdieu (2015) cita: família, escola e igreja?

Como vimos, através da análise histórica feita anteriormente, a passagem do feudalismo para o capitalismo, as lutas e revoluções com a participação das mulheres, a necessidade do uso de mão de obra das mulheres nas indústrias no período das grandes guerras, modificaram antigas formas dessas mulheres se relacionarem na sociedade que, por sua vez, geraram questionamentos sobre a situação da mulher na mesma. Estes questionamentos levaram a reivindicações por direitos iguais para homens e mulheres e, também, ao surgimento dos movimentos feministas. Nesse sentido, entendemos que os conceitos de Bourdieu, apesar de conseguirem explicar como as formas de dominação se perpetuam e são aceitas na sociedade, e transmitidas de geração a geração; estes conceitos não conseguem explicar como e porque uma ruptura, uma mudança no *habitus* ocorre na sociedade. Ou seja, como explicar o surgimento dos movimentos feministas, nos quais as mulheres rompem com o *habitus* de subordinação e passam a questionar a sua inferioridade imposta pela cultura patriarcal?

O que leva as mulheres a questionarem sua subordinação, se esse “dispositivo”, como diz Bourdieu (2015), já estaria gravado em seus corpos que agiriam de forma inconsciente, concordando sempre com a dominação masculina já enraizada na cultura? Embora, o conceito de *habitus* em Bourdieu, seja um conceito dinâmico, histórico e social; não conseguimos

captar, em sua obra, a explicação de como um *habitus* se modifica: quais são as causas, o que provoca essa transformação⁶⁸.

Nesse sentido, entendemos que o processo de consciência apresenta um papel fundamental nessas modificações da cultura na sociedade. Ou seja, não seria apenas as transformações materiais, concretas, das relações entre homens e mulheres na sociedade, nem a tomada de consciência separada dessas transformações, mas as duas juntas, que propiciariam uma modificação estrutural nas relações de gênero.

E quem explica isso de forma clara são as teorias de Freire (1987) e de Iasi (1999), que abordaremos a seguir.

3.2. A Conscientização como meio para a Libertação das Mulheres

Neste item buscaremos entender o que é a consciência e o processo de conscientização a partir da análise das teorias de Marx (2008; 2009), Freire (1987) e Iasi (1999).

O processo de conscientização, segundo Freire (1987) e Iasi (1999), é o meio através do qual os seres humanos avançam na busca de sua libertação, pondo fim à sociedade opressora. Embora estes autores tenham construído suas teorias tendo em mente a luta de classes, seus conceitos são igualmente válidos para pensarmos a luta contra a opressão das mulheres na sociedade. Sendo assim, entendemos que é através da conscientização, do processo de consciência, descrito por esses autores, que as mulheres avançam em suas lutas e têm a possibilidade de se emanciparem cada vez mais rumo a uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, estes conceitos servirão também como base para a nossa análise de resultados, a partir dos quais buscaremos compreender o processo de conscientização das mulheres camponesas entrevistadas, no decorrer de sua história de vida, e como a entrada no MMC auxiliou nesse processo.

3.2.1. O que é a Consciência?

Em seu livro, *Pedagogia do Oprimido* (1987), Paulo Freire trabalha com o conceito de conscientização. Ao buscar construir um método para uma educação libertadora, como alternativa à educação vigente nas instituições de ensino em grande parte do mundo (a

⁶⁸ Por outro lado, o conceito de ideologia também nos pareceu limitado, para explicar os processos, através dos quais, as formas de dominação são transmitidas e reproduzidas, de uma geração a outra. Pois, o conceito de ideologia não adentra nos mecanismos que levam “*ao funcionamento sistemático do corpo socializado*” (BOURDIEU, 1989, p. 62), já que está vinculado, muito mais, com os processos mentais e não faz referência a “costumes corporizados”. Todavia, essas limitações que encontramos, tanto no conceito de *habitus*, como no de ideologia, podem significar limitações da própria pesquisadora: de não ter conseguido se aprofundar mais nas obras, seja de Bourdieu, seja de Marx, no tempo previsto para o término desta dissertação.

educação “bancária”) ⁶⁹, o autor constrói sua argumentação a partir da qual ele explica ser o processo de conscientização.

Segundo Freire (1987), a consciência não é um mero depósito onde as informações são simplesmente despejadas. A presença de um objeto na consciência não significa que esse objeto tenha sido compreendido por ela. Ou seja, o fato de eu estar diante de uma mesa, e essa mesa, então, estar presente em minha mente, não significa que esse objeto faça algum sentido para mim, que eu, de fato, tenha consciência dele. Segundo o autor, a consciência se forma com a intencionalidade, na comunicação.

Sendo assim, para Freire a educação bancária “*não distingue presentificação à consciência de entrada, na consciência. Os objetos estão presentes à minha consciência e não dentro dela. Tenho a consciência deles, mas não os tenho dentro de mim*” (FREIRE, 1987, p. 36). É apenas na comunicação que a vida humana ganha sentido. Um pensar só é autêntico na autenticidade de outro pensar, mediatizados pela realidade, ou seja, na intercomunicação. Nesse sentido, o pensar consciente não poderia ser imposto. Já, a educação problematizadora, responde “*à essência do ser da consciência*”, que seria a sua intencionalidade, sendo que consciência é sempre ser “consciência de”, seja intencionada a objetos, seja voltando-se sobre si mesma (FREIRE, 1987, p. 31).

A consciência seria, portanto, sempre um caminho para algo que ela ainda não é, algo exterior, que irá ser apreendido através de idéias. Quando os seres humanos passam a refletir sobre eles mesmos e o mundo, seu campo de percepções aumenta e o que antes estava apenas presente em suas mentes, começa a ser percebido de outra forma.

O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se “destaca” e assume o caráter de problemas, portanto, de desafio. A partir deste momento, o “percebido destacado” já é objeto da “admiração” dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento (FREIRE, 1987, p. 41).

E só é possível chegar a esse processo de conscientização através do diálogo, da comunicação, que faz parte do próprio ato cognoscente da consciência, o único meio através

⁶⁹ A educação “bancária” teria surgido para estar a serviço das elites, um instrumento de opressão, para formar seres sem pensamento crítico, que se conformariam com a realidade de sua sociedade sem se questionarem sobre os fundamentos da mesma, de sua opressão, naturalizando todas as relações, sem a possibilidade de mudanças. Ou seja, seria uma educação para formar seres heterônomos que apenas seguiriam as normas vigentes. A educação libertadora, problematizadora, ao contrário daquela, faz um movimento contrário, ao tomar como ponto de partida o questionamento de sua própria realidade, das opressões na sociedade. A educação libertadora, antes de tudo, questiona, problematiza, e a partir disso o sujeito vai se surpreendendo com sua falta de conhecimento e, dessa forma, busca saber sempre mais. Neste processo, os mecanismos de opressão da sociedade começam a ser desvendados, a partir da reflexão crítica feita sobre a realidade, e isso leva a própria transformação da prática dos sujeitos. Sendo assim, a educação para a liberdade é também uma educação para a revolução social, já que parte da prática, tem a prática como objetivo e volta a incidir sobre a prática, após a reflexão teórica que se faz sobre ela (FREIRE, 1987).

do qual é possível desvelar a realidade, desmitificando-a. É nesse sentido que Paulo Freire nos fala: *“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis (...)”* (FREIRE, 1987, p. 39).

Uma compreensão similar é encontrada nos textos de Marx:

(...) descobrimos que o homem também tem “consciência”. Mas também, logo de início, não como consciência “pura”. O “espírito” tem consigo de antemão a maldição de estar “preso” à matéria, a qual nos surge aqui na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real prática que existe também para outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim; e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da necessidade orgânica do intercâmbio com outros homens (MARX; ENGELS, 2009, pp. 43-44).

Ou seja, para Marx, a consciência também está relacionada com a linguagem, logo, com a comunicação. E ambas só surgem devido à necessidade que os seres humanos têm de conseguir ajuda, cooperação, de seus semelhantes, para poderem sobreviver. A consciência é desde a sua origem um produto social. Sendo assim, segundo este autor, *“não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”* (MARX, 2008, p. 47). Ou seja, são as suas vivências, as suas práticas, as relações materiais, concretas, nas quais os seres humanos estão envolvidos, que vão condicionar a consciência destes.

Contudo, os textos deste filósofo podem nos levar a crer que existe um determinismo, através do qual a consciência só muda quando as condições materiais se modificarem. E isso seria exatamente o oposto do que Freire busca explicar em sua pedagogia. Mas segundo Andrioli (2007), a teoria marxista nos traz uma outra perspectiva: *“Ao invés de entender que a consciência das pessoas precisa ser mudada para mudar a sociedade ou, por outro lado, absolutizar a tese de que é necessário mudar as condições materiais para mudar as pessoas, com a teoria marxista, ambas as teorias encontram seu momento de síntese”* (ANDRIOLI, 2007, p.54).

Da mesma forma, Florestan Fernandes (2008), corrobora com essa afirmação, em sua *Introdução* ao livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”, de Marx:

Outras consequências do método introduzido por Marx (...) são: a noção de determinismo: existe regularidade nos fenômenos sociais, mas a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos – só na natureza ocorre o inevitável; em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* escreveu a esse respeito: “os próprios homens fazem a sua história, mas não a fazem arbitrariamente, e sim em certas condições determinadas” (FERNANDES, 2008, p. 25).

Ou seja, existe uma relação constante entre as condições materiais objetivas, a formação da consciência, a reflexão que os seres humanos fazem de sua realidade e prática e,

a transformação prática desta realidade, das condições materiais objetivas. Esse processo é compreendido como práxis: o constante diálogo entre prática e teoria, teoria e prática.

Todavia, nesse momento, é importante que façamos uma distinção dentro desse conceito mais geral de consciência. Analisemos melhor, então, como se dá o processo de consciência.

3.2.2. O Processo de Consciência para Mauro Iasi

Embora não possamos afirmar que Mauro Iasi tenha a mesma concepção teórica que Paulo Freire. Pois, podemos entender na obra de Freire que, é possível as relações sociais causarem impacto no modo de produção, através da educação. Ou seja, mesmo ainda no capitalismo, seria possível transformar a consciência através da educação. Há uma esperança no sujeito humano e espaço para a autonomia. Além disso, Freire acredita que todas as relações sociais precisam ser modificadas, não somente as de produção.

Já para Iasi, o modo de produção permanece decisivo, na determinação das relações sociais, e o processo de consciência seria apenas uma ponte, para um fim maior, que seria a tomada do poder político para a transformação efetiva do modo de produção. E a consciência revolucionária só seria possível no processo revolucionário.

Todavia, entendemos que a explicação de como ocorre o processo de consciência, não é contraditória entre os dois autores, sendo que ambos possuem uma base marxista.

Podemos perceber nas palavras de Marx (2009) a concepção da consciência como sendo um processo, na existência de estágios diferentes de consciência humana. Segundo este autor, o começo da consciência humana ocorre com a consciência da necessidade de entrar em ligação com seus semelhantes. Esta seria a consciência tribal, que se modifica com o aumento de produtividade, da multiplicação das necessidades e do aumento da população. E será apenas com o surgimento da divisão do trabalho, material e espiritual, que *“a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria ‘pura’, da teologia, da filosofia, da moral etc.”* (MARX, 2009, p.45).

Sendo assim, a partir desse momento, da divisão do trabalho espiritual e material, Marx (2009) afirma que

(...) a força de produção, o estado da sociedade e a consciência – podem e têm de cair em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, mais a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes (MARX, 2009, p. 46).

Dessa forma, a partir dessa contradição, é possível surgir novas formas de consciência.

E é seguindo essa linha, do processo de consciência, da possibilidade da passagem de um estágio para outro, que Iasi (1999) constrói seu texto de forma didática e nos auxilia a entender melhor esse processo.

Para explicar a “primeira forma de consciência”, Iasi (1999), recorre à Freud. Este autor explica, assim como os anteriores citados, que a consciência se forma através da interiorização das relações vividas pelos indivíduos em uma sociedade. Primeiramente, nós teríamos apenas a força de nossos impulsos vitais nos guiando (ID, o princípio do prazer), mas uma vez dentro de relações sociais, surge um novo elemento em nosso psiquismo que será responsável pela parte consciente de nossa mente (EGO, o princípio da realidade). Mas, além disso, existe o SUPEREGO, que seria o componente inibidor, atuando de forma contrária ao princípio de prazer. Seria um elemento “hipermoral”, que seguiria o “princípio do dever”, e age sempre segundo heranças culturais, relacionadas a valores e regras de conduta que são transmitidos não só pela família, mas pela sociedade como um todo. Sendo assim, Iasi explica que:

(...) aquilo que é visto pela pessoa em formação como mundo externo, como objetividade inquestionável, portanto como realidade, é apenas uma forma particular historicamente determinada, de se organizar as relações familiares. No entanto este caráter particular não é captado pelo indivíduo que passa a assumi-lo como natural. Assim o indivíduo interioriza estas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação (IASI, 1999, p. 19).

Ou seja, na primeira forma de consciência prevalece “a *percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se ‘a realidade’ (ultrageneralização)*” (IASI, 1999, p.21). Esta forma de consciência ainda não se coloca como problema o “familiar”, o “habitual”, e crê que estes são os mais conhecidos por estarem mais próximos de nós. Sendo assim, assume como naturais e imutáveis determinadas relações que regem e organizam nossa sociedade.

Seria exatamente essa forma de consciência que Paulo Freire traz em seu texto quando nos fala sobre o “medo da liberdade”. A situação concreta das sociedades estrutura o pensamento das pessoas que se forma dentro dessa sociedade⁷⁰. Embora os seres humanos queiram se humanizar, segundo Freire (1987), na sociedade opressora, por estarem

⁷⁰ “As relações pais-filhos, nos lares, refletem, de modo geral, as condições objetivo-culturais da totalidade de que participam. E, se estas são condições autoritárias, rígidas, dominadoras, penetram os lares, que incrementam o clima da opressão. Quanto mais se desenvolvem estas relações de feição autoritária entre pais e filhos, tanto mais vão os filhos, na sua infância, introjetando a autoridade paterna. (...) Esta influência do lar se alonga na experiência da escola. Nela, os educandos cedo descobrem que, como no lar, para conquistar alguma satisfação, têm de adaptar-se aos preceitos verticalmente estabelecidos. E um destes preceitos é não pensar. Introjetando a autoridade paterna através de um tipo rígido de relações, que a escola enfatiza, sua tendência, quando se fazem profissionais, pelo próprio **medo da liberdade** que neles se instala é seguir os padrões rígidos em que se deformaram” (FREIRE, 1987, p.88).

condicionados por estruturas que os oprimem, o ideal dessas pessoas acaba sendo o de se tornarem opressoras também. Ao invés de buscarem a sua libertação, buscam a identificação com o opressor.

Ao buscarem essa identificação com o opressor, os oprimidos também seguem suas pautas e, dessa forma, temem a liberdade⁷¹. Pois, ao negarem o opressor e suas pautas, surge um espaço vazio que precisaria ser preenchido com novas pautas. Ou seja, surge o espaço da autonomia, o de pensar por si só e estabelecer suas próprias normas, leis, metas, etc., que exige, por sua vez, a constante responsabilidade daqueles que lutam por sua liberdade. E isso configuraria o “medo da liberdade”, já que na estrutura da sociedade opressora os oprimidos não foram condicionados a criar, mas apenas a seguir a ordem que já está dada e, a possibilidade de negar essa ordem, gera o medo da desordem, da anarquia.

Iasi (1999) explica que essa primeira forma de consciência se expressa como alienação, com isso, é alvo fácil para o domínio da ideologia. O autor afirma que a ideologia é a expressão, através de idéias, da materialidade das relações de produção em uma sociedade. Ou seja, as condições materiais objetivas das relações sociais já estão dadas e a ideologia vem justificar, através das idéias, essa realidade, buscando legitimá-la. Como as relações objetivas já existem, os seres humanos tendem a concordar com essas idéias sem questioná-las⁷².

Esse discurso dominante, segundo Iasi (1999), seria a ideologia, que busca manter através da explicação racional, o bom funcionamento das relações opressoras já existentes como se fossem naturais e impossíveis de serem alteradas. Então, quando Freire (1987), fala do “medo da liberdade”, é justamente esse medo de desafiar, não só as idéias dominantes, mas a própria realidade objetiva das relações sociais, que foram historicamente determinadas e ter que se colocar como um novo sujeito neste cenário, agora como criador de sua própria história.

Segundo Iasi (1999), essa primeira forma de consciência pode ser superada, e isso ocorre justamente devido às contradições que começam a surgir entre a realidade objetiva e o

⁷¹ Segundo Paulo Freire (1987), um dos problemas para o processo de conscientização dos indivíduos é o “medo da liberdade”, do perigo que consciência crítica traria (que seria considerada anárquica e conduziria à desordem). Todavia, essas pessoas que temem a liberdade, segundo o autor, não se expressam dessa forma. Mas, ao contrário, se posicionam como se estivessem defendendo a liberdade. Contudo, o que estão defendendo na verdade é a manutenção do *status quo*, que é ameaçado com o processo de conscientização.

⁷² “Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica. As idéias da classe dominante são em cada época as idéias dominantes. Esta universalização da visão de mundo da classe dominante se explica não apenas pela posse dos meios ideológicos e de difusão, mas também e fundamentalmente pela correspondência que encontra nas relações concretas assumidas pelos indivíduos e classes” (IASI, 1999, p. 24).

discurso ideológico. Novas relações surgem e o indivíduo não consegue mais explicá-las com a antiga ideologia e os antigos valores, o que leva a uma crise.

Eis aqui uma contradição insolúvel da sociedade capitalista: enquanto as forças produtivas devem constantemente desenvolver-se, as relações sociais de produção e sua manifestação e justificativa ideológica devem permanecer estáticas em sua essência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, acaba por ocorrer uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança. É o germe de uma crise ideológica (IASI, 1999, p. 31)

É quando surge o que o autor chama de “a segunda forma de consciência”: é a *consciência em si*. Seria o início da superação da alienação e que só ocorreria quando o indivíduo passa a fazer parte de um grupo. Pois, identificar uma injustiça na sociedade de forma individual, pode levar a um questionamento do indivíduo sobre os valores e normas dessa sociedade, mas não a sua convicção de que seja preciso buscar a transformação mesma desses valores e normas. Assim como, não leva à prática. A consciência em si, seria então a consciência de reivindicação (IASI, 1999).

Essa segunda forma de consciência também passa por contradições e são elas que abrirão caminho para a consciência revolucionária. Pois, por mais que a “consciência em si” identifique opressões na sociedade e, enquanto grupo busque modificá-las, ela ainda se baseia na vivência de relações imediatas. Ou seja, essa consciência seria consciente de apenas parte da contradição do sistema, “*a pessoa ainda trabalha, age, pensa sob a influência dos valores anteriormente assumidos, que apesar de serem parte da mesma contradição, continuam sendo vistos pela pessoa como naturais e verdadeiros*” (IASI, 1999, p. 36).

Iasi (1999) explica que quem reivindica, ainda reivindica para alguém, dentro de um mesmo sistema de normas e valores, ainda continua sendo o outro o responsável para resolver nossos problemas. Nesse sentido, a “consciência em si” deveria transformar-se em “consciência para si”: “*conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas colocar-se diante da tarefa histórica da superação desta ordem*” (IASI, 1999, p. 38). A “consciência para si” seria a constatação de que a sociedade como um todo precisa ser transformada. “*A consciência assume uma dimensão que não tem como se realizar dentro dos limites do pensamento, arvorando-se, necessariamente, pelo campo da prática. Por isso o indivíduo que se torna consciente é antes de tudo, um novo indivíduo em conflito*” (IASI, 1999, p. 43).

Embora Iasi (1999) trabalhe com a questão da luta de classes, esse esquema também pode ser compreendido dentro da luta feminista. Por exemplo: a primeira forma de consciência, a alienada, seria quando as mulheres assumem como natural as relações

machistas na sociedade e as reproduzem sem contestação. Essa forma de consciência estaria amparada pelas relações objetivas e pela ideologia que buscava legitimar essas relações como normais.

Todavia, começam a surgir contradições entre as formas de viver e explicar essas relações. E temos como exemplo, a passagem do feudalismo para o capitalismo quando as mulheres passam a trabalhar fora de casa como muitos homens e, mais adiante, quando sua mão de obra será amplamente empregada no período da Primeira Revolução Industrial. Nesse momento as mulheres percebem que trabalham mais que os homens, ganham menos do que estes e não têm nenhum direito político na sociedade.

Sendo assim, quando essas mulheres começam a se organizar em grupos, surge a “consciência em si”, a consciência enquanto “classe de mulheres” na sociedade e passam a lutar por pautas específicas, como o sufrágio feminino. Contudo, essa luta ainda é uma luta que se conforma com o sistema como um todo, não questiona as bases mesmas da sociedade patriarcal que é a própria lógica da dominação. Quando as mulheres percebem que não basta ter o direito ao voto para que a sua situação de opressão finde, então, surge a “consciência para si”, a consciência de que é preciso transformar a sociedade como um todo, seus valores, suas normas, suas instituições (família, escola, Igreja, etc.).

3.2.3. A Conscientização para Paulo Freire

Da mesma forma que Iasi (1999), Freire (1987) também compreende que existe um processo a partir do qual um estágio de consciência avança para outro, esta se tornando cada vez mais profunda e menos alienada. Este autor trabalha com as noções de “*consciência real*” e “*consciência máxima possível*”. A “*consciência real*” estaria naquele estágio no qual os seres humanos ainda não possuem uma compreensão crítica da totalidade e a captam de forma fragmentada sem conseguir reconhecer a interação entre essas partes em sua totalidade.

E não o podem porque para conhecê-la [a totalidade], seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais claridade à totalidade analisada. (...) Daí que seja a conscientização, o aprofundamento da tomada de consciência, característica, por sua vez, de toda emersão (FREIRE, 1987, p. 58).

Sendo assim, no estágio da “*consciência real*”, os seres humanos estariam limitados, sem conseguir pensar para além das “*situações limites*”. Para Freire (1987), pensar para além das “*situações limites*” é definido por ele mesmo como o “*inédito viável*”. Ou seja, uma transformação que é possível ser feita, mas ainda é inédita, quer dizer, ainda não foi realizada. E, segundo o autor, os seres humanos, imersos na “*consciência real*”, estão imersos nas

estruturas de opressão da sociedade, logo, não conseguem vislumbrar mudanças. O “*inédito viável*” só se concretiza através da “*ação editanda*”. E esta só é percebida quando avançamos em nosso estágio de consciência.

Segundo Freire (1987), através da pedagogia da libertação ⁷³ é possível que os sujeitos avancem em seus estágios de consciência. Ele explica esse processo de conscientização na própria busca do tema gerador da discussão, que é construído juntamente entre educadores e educandos.

No processo da descodificação os indivíduos, exteriorizando sua temática, explicitam sua ‘consciência real’ da objetividade. Na medida em que, ao fazê-lo, vão percebendo como atuavam ao viverem a situação analisada, chegam ao que chamamos antes de percepção da percepção anterior. Ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte do perceber, mais facilmente vão surpreendendo, na sua “visão de fundo”, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade. (...) Promovendo a percepção da percepção anterior e o conhecimento do conhecimento anterior, a descodificação, desta forma, promove o surgimento de nova percepção e o desenvolvimento de novo conhecimento (FREIRE, 1987, p. 63).

Nesse processo os seres humanos se deparam com o reconhecimento de sua desumanização como uma realidade histórica. E, o ser humano, ao reconhecer isso, passa a se questionar sobre os meios para a sua humanização, se colocando em um “permanente movimento de busca” (FREIRE, 1987). A desumanização, apesar de ser um “fato concreto”, não seria um “destino dado”, mas: “*resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos*”.

Os oprimidos teriam a tarefa histórica de, não apenas libertarem-se a si próprios, mas, ao se libertarem, libertarem também os opressores. Dessa forma, a humanidade como um todo se humanizaria. “*Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos*” (FREIRE, 1987, p. 17). Pois, como são os oprimidos que sentem os efeitos da opressão, apenas eles poderiam entender verdadeiramente o significado terrível da sociedade opressora e a necessidade de se libertarem dessa opressão. E é apenas quando reconhecem a necessidade de se lutar pela libertação, que esta mesma começa a se fazer possível (através da práxis).

⁷³ Freire (1987) coloca que esse processo de conscientização seria possível através da pedagogia do oprimido que ele busca desenvolver em seu livro. Eis que surge uma questão central: se essa pedagogia para ser posta em prática na sociedade necessita de poder político, poder que os oprimidos não têm, como realizar essa educação antes de se fazer a revolução? É então que o autor diferencia a educação sistemática das escolas dos trabalhos educativos que devem ser realizados com os oprimidos, em sua organização nos trabalhos de base, nos movimentos sociais. Primeiramente, é apenas esse trabalho de base, feito com os oprimidos, que vai comprometendo-os com a práxis, que pode ser feito. Posteriormente, através da ação-reflexão desses oprimidos, é que poderíamos ter a esperança de uma modificação mais estrutural da sociedade, logo, da educação e de sua pedagogia.

E, mesmo o oprimido tendo identificado a sua relação dialética com o opressor (descobrimos que sem o oprimido o opressor não existiria), isto ainda não é o suficiente para a sua libertação de fato. O único caminho para a libertação seria o da práxis.

Quando falamos em práxis, falamos necessariamente em dialética. A práxis seria a interação entre teoria (reflexão) e prática (ação), as duas interagindo continuamente entre si, uma transformando a outra e, com isso, nossa própria existência. Da mesma forma, quando falamos em práxis, falamos sobre objetividade e subjetividade, que não podem ser pensadas uma sem a outra: a objetividade sem a subjetividade seria “o mundo sem seres humanos” (objetivismo), e a subjetividade sem a objetividade, seria “os seres humanos sem mundo” (subjetivismo) ⁷⁴.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 1987).

A superação da opressão só é possível pela práxis porque esta superação só ocorre com a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, objetivando-a e atuando sobre ela. Ou seja, quando a ação é mais do que só “um puro fazer”, mas é um fazer que possui um sentido, uma reflexão anterior sobre “o que fazer” e “porque” fazer.

Sendo assim, vemos aqui o papel fundamental dos movimentos sociais nesse processo de conscientização das pessoas. Pois, se as estruturas formadoras dos indivíduos na sociedade (escola, igreja, família), ainda estão todas sob a influência das formas de dominação concretas e ideológicas das elites, então, é apenas com o trabalho de base questionador dos movimentos sociais que as pessoas podem começar a descobrir as tramas do mundo opressor em que vivem e passar a lutar por transformações.

Dentro dos movimentos feministas é comum encontrarmos o termo empoderamento para explicar o processo através do qual as mulheres vão avançando em sua libertação da dominação masculina na sociedade. Todavia, este conceito ⁷⁵ parece ser apenas uma forma diferente de falar sobre o processo de conscientização descrito anteriormente. Contudo, seria interessante analisar a forma como as feministas vêm trabalhando com este termo, pois elas conseguem detalhar/explicar alguns aspectos desse processo de empoderamento que não estão explícitos no processo de conscientização exposto anteriormente.

⁷⁴ “É que não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como “não eu” do homem, capaz de desafiá-lo; como também não haveria ação humana se o homem não fosse um “projeto”, um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la” (FREIRE, 1987).

⁷⁵ Não para todos os autores que trabalham com esse termo, mas para algumas feministas, que são as autoras que nos interessam neste caso. Como: LEÓN (1997), KIRKWOOD (1986), MOSEDALE (2005), LAGARDE (2012), STROMQUIST (1995).

3.3. O Empoderamento

O termo empoderamento⁷⁶ passa a ser utilizado pelo feminismo quando a ideia de “poder” adquire importância, seja para os movimentos sociais, como para as acadêmicas (LEÓN, 1997).

Em primeiro lugar, o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em verbo. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é tê-lo coberto, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente; é transformá-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer que outros façam ou pensem. Tomar o poder é tomar a ação – a ideia e o ato (...) (KIRKWOOD, 1986, p. 202) [tradução nossa].

Para León (1997), empoderamento significa que o sujeito se torne ativo, através de suas próprias ações. Ele conduz à autonomia individual, estimula a resistência e também a organização social coletiva. Para as mulheres, os processos de empoderamento são uma busca do fim da ideologia patriarcal, da transformação das estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social. Além disso, é um esforço para que as mulheres compreendam a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina. E com isso, criem outra imagem de si, outras crenças sobre suas potencialidades e direitos e superem qualquer sentimento de inferioridade.

Um dos erros, na discussão sobre o empoderamento, é entender este apenas como um processo individual. Pensar apenas em sujeitos autônomos, seguros de si, independentes, ocultando os aspectos da influência social dos direitos legais e de poder político, desconhecendo as relações entre as estruturas de poder e a vida cotidiana, desconectando as pessoas do contexto político e social. Dessa forma, o empoderamento desconectado do seu contexto histórico e das ações coletivas em processos políticos, pode se tornar mera ilusão (LEÓN, 1997).

O sentido do empoderamento é a constituição das mulheres em sujeitos. E isto passa por terem autonomia, eliminar todas as formas de servidão e condições opressivas. É um processo que ocorre pela própria vontade das mulheres saírem da inferiorização, sujeição, da tutela, da submissão.

⁷⁶ O termo empoderamento surge nos Estados Unidos, em 1960, através dos movimentos por direitos dos afrodescendentes: a busca do “poder negro” era uma estratégia de reivindicações. Em 1970, as feministas acolhem esse conceito e o desenvolvem em suas teorias e práticas. A segunda onda do feminismo passa a discutir não só a importância e historicidade das relações de poder, mas como este está presente em todos os níveis da sociedade, logo, como as mudanças devem ocorrer em todos os tipos de relações sociais se buscamos transformar as relações de gênero, tendo em vista que estas estão baseadas no exercício do poder (LEÓN, 1997).

Mas, por outro lado, o empoderamento também é um processo social, implica a transformação da sociedade, o Estado e a cultura. Lagarde (2012) pontua que a chave do empoderamento seria a construção que consolida condições, recursos e bens para o desenvolvimento das mulheres e seu sustento por parte da sociedade, o Estado e a cultura.

A dimensão prática do empoderamento é lograr que as mulheres não fraquejem, não sejam vítimas de chantagem e de hostilidade emocional e ideológica, não se exponham à violência, aprendam a proteger-se e a evitá-la, e que ao enfrentar os desafios não só se mantenham, senão que se aprofundem e avancem em suas convicções e seus novos objetivos (LAGARDE, 2012, p. 137) [tradução nossa].

Entendemos que a dimensão prática do empoderamento está ligada à coragem que é desenvolvida nas mulheres que passam a ter consciência das opressões que vivem e a convicção na necessidade de transformar essa realidade. Pois, uma vez que se questionam os costumes, os valores tradicionais, patriarcais, a sociedade se torna hostil, pois se sente ameaçada (LAGARDE, 2012).

Lagarde (2012) afirma que empoderar-se é incorporar a sua experiência e avanços como parte de si mesmo e transformar sua própria subjetividade, ampliar sua visão de mundo, aumentar suas capacidades e habilidades, adquirir segurança e força. E isso é um processo pessoal: ninguém empodera ninguém. “*A conexão entre os processos pessoais e coletivos pode ser direta ou indireta, mas é interativa e vai se sedimentando em sua vida e em seu âmbito social e cultural*” (LAGARDE, 2012, p. 138). Portanto, empoderar-se não é um processo apenas individual, nem apenas coletivo, mas o diálogo entre ambos.

Tornar-se sujeito de si não é um processo só social, coletivo, ou só individual. A sociedade pode até conceder autonomia aos indivíduos, mas a forma como cada pessoa criará normas para si própria dependerá de sua consciência. Se a mulher não tiver consciência das opressões de gênero, mesmo que ela tenha autonomia para agir como quiser, ela estará condicionada à moral dominante, patriarcal, e passará a reproduzir essa forma de pensar e agir.

A autonomia, como dimensão do *empoderamento* requer a capacidade crítica e inventiva de gerar e aprender uma visão do mundo alternativa que sustente uma nova normatividade; requer concretizar-se na própria existência e no mundo imediato para conviver com novas normas que não coincidem com as hegemônicas. A autonomia é a capacidade de dotar-se de normas próprias em atenção a uma visão própria do mundo. Para o feminismo, passa pela construção de uma eticidade própria, de atuar, viver e nos relacionarmos de acordo com outro sistema valorativo criado para dismantelar a moral patriarcal (LAGARDE, 2012, p. 143).

Outro ponto que a autora aborda diz respeito à legitimidade: as mulheres, nem os grupos de mulheres, movimentos, esperam uma legitimidade externa para que possam agir, atuar, pensar. Elas mesmas se legitimam e com suas ações, aos poucos, vão adquirindo

legitimidade, ou não, da sociedade. Mas, o mais importante, é a autoridade que elas mesmas se atribuem para reger suas vidas e ações, independente das opiniões externas.

É ao enfrentar os desafios que essas mulheres, verdadeiramente, se empoderam. Nos grupos, movimentos, organizações, elas criam experiências, conhecimentos, vínculos sociais, autovalorizações, autoestimas, visibilizações, interlocuções, poderes transformadores que se acumulam. Isto impacta a subjetividade dessas mulheres, gerando novas invenções, criações de novas experiências. Lagarde (2012) fala que aprender, imaginar, criar, são poderes vitais específicos que se engendram a partir do enfrentamento aos desafios vitais. E tudo isso são características subjetivas produzidas pelo empoderamento e que, ao mesmo tempo, geram mais empoderamento, seja pessoal ou social, atingindo também outras mulheres.

Até aqui, tudo o que foi dito sobre empoderamento não se diferencia do processo de consciência descrito nos itens anteriores. Ou seja, o processo de consciência, a partir do qual o indivíduo passa a questionar as contradições da realidade na qual vive e, partir disso, busca transformá-la (que seria a passagem da consciência alienada para a consciência reivindicativa, segundo Iasi), gera empoderamento. E isso, justamente, porque de “quase objetos”, os indivíduos passam a intervir na construção de sua própria história.

Todavia, além desses elementos já explicitados do empoderamento, que dizem respeito ao processo de conscientização, algumas feministas analisam melhor algumas facetas desse processo de conscientização como um todo, mas que não estão explicitados. Ou seja, quando falamos da passagem da consciência alienada para a consciência reivindicativa/de classe, não está explícita aqui, a extrema importância do desenvolvimento da autoestima nesse processo. Da mesma forma, não está explícito como o aumento do poder econômico pode retroalimentar esse processo de conscientização, quando os indivíduos adquirem essa autonomia financeira e se vêem libertos de algumas amarras que limitavam suas práticas e reflexões (sua práxis).

Um desses exemplos é Mosedale (2005), que diferencia o poder em: poder *sobre*, poder *de dentro*, poder *para* e poder *com*.

O poder sobre é o poder que um indivíduo exerce sobre o outro, oprimindo-o, dominando-o, subordinando-o. É um poder que gera conflitos, pois quem tem o poder obriga o outro a fazer algo que não deseja ou desejaria.

A outra face desse poder é justamente a manipulação feita para que a pessoa oprimida não reconheça que está sendo oprimida e isso não gere conflitos. A autora fala da “*capacidade de impedir que certas pessoas ou questões entrem para a arena de tomada de decisões. Esta dimensão do poder está em causa com as regras e métodos de legitimação de*

algumas vozes e de desacrérito de outras” (MOSEDALE, 2005, p. 250). Mosedale define esse tipo de poder como de soma zero, pois um só ganha quando o outro perde. Os outros tipos de poder seriam de soma positiva, pois o ganho de poder não significaria a perda de poder de outros⁷⁷.

O poder *de dentro*, se refere ao processo de formação da autoestima e autoconfiança. Mosedale (2005) pontua que todo poder se iniciaria aqui. A autora coloca que sentimentos de inutilidade são comuns no universo feminino e isso é uma barreira para o empoderamento das mulheres.

O poder *para*, aumentaria as capacidades, habilidades, de uma pessoa para que ela possa ter autonomia, sem que isso tire o poder de outrem. Mosedale (2005) exemplifica esse poder com a aprendizagem: aprender a ler, escrever, etc.

O poder *com*, diz respeito à ação coletiva. A autora coloca que é preciso reconhecer que se alcança muito mais com uma ação coletiva do que com uma individual (MOSEDALE, 2005).

Para Stromquist (1995), empoderamento possui um significado emancipatório quando traz a questão da agência pessoal superando a dependência de intermediários para ações em busca de satisfação de necessidades, e também nas ações que levam a mudanças coletivas significativas. Além disso, ultrapassa a preocupação individual para uma análise coletiva dos direitos humanos e justiça social.

Stromquist (1995) pontua que se a subordinação tem várias faces, então, o empoderamento também. Nesse sentido, esta autora afirma que a definição de empoderamento deve incluir componentes: cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

O **componente cognitivo** está relacionado com a tomada de consciência das condições e causas da subordinação nos níveis macros e micros da sociedade. Isto envolve destruir velhas crenças e tomar conhecimento de direitos legais já adquiridos.

O **componente psicológico** diz respeito ao desenvolvimento de sentimentos de autoestima e autoconfiança, de que as mulheres podem atuar em todos os espaços que os homens atuam (STROMQUIST, 1995). Para a chilena Julieta Kirkwood (1986), a cultura patriarcal não só desempoderou as mulheres, como aniquilou qualquer desejo de poder nestas.

⁷⁷ É preciso aqui termos um olhar mais amplo de sociedade como um todo, de relações humanas como um todo. Se formos olhar individualmente, de forma cindida, não seríamos capazes de entender o que a autora fala com soma zero, já que o opressor estaria “ganhando” mais poder quando desempodera o outro. Mas se olharmos a partir de uma perspectiva de coletivo, podemos observar que a soma é zero porque mesmo que um tenha ganho, o outro perdeu. E quando a autora fala de ganho de poder que não retira o poder de outro, então, realmente, só há ganhos pro coletivo como um todo. É outra concepção de sociedade, não individualista e competitiva, mas coletiva e solidária.

A mulher não desejaria para si, se auto excluiria, sequer discutiria sobre isso. Nesse sentido, a autora fala da necessidade de um des-submetimento da própria vontade, de deslegitimar o que priva as mulheres de poder, que ela entende como sendo os privilégios dos homens criados pelo patriarcado. Para tanto, Kirkwood (1986), fala de quebras de tabus e práticas comunitárias que rompam com a “individualidade normativa” (grupos de mulheres, etc.).

Já o **componente econômico** requer o engajamento das mulheres nas atividades produtivas, a autora fala da importância de programas que auxiliem no processo de geração de renda para as mulheres, mas afirma que o que foi feito até então deixou muito a desejar. Por fim, o **componente político** envolve a capacidade de: analisar o ambiente em termos político e sociais; se organizar e mobilizar para mudanças sociais; consciência individual e coletiva para atingir transformações sociais (STROMQUIST, 1995).

Sendo assim, podemos dar sequência ao nosso trabalho, abordando, no próximo capítulo, não só a história do Movimento de Mulheres Camponesas no Paraná, mas como ele propiciou diversos processos de conscientização e empoderamento nas mulheres que fizeram parte dele.

CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO PARANÁ (MMC/PR)

4.1. As Origens.

A partir de entrevista com a dirigente do MMC/PR, Sandra, ela nos conta que as raízes do MMC/PR estão no movimento popular de mulheres do Paraná (MPMP), que este seria o primeiro movimento de mulheres trabalhadoras rurais no PR que ela tem conhecimento e que teria sido este o movimento que fez parte das articulações que futuramente dariam origem ao MMC.

O MPMP surgiu em 1981 e contou com a participação de mulheres tanto urbanas como rurais de todas as regiões do estado. Este movimento realizava trabalhos de conscientização, formação e capacitação de mulheres, para que estas formassem sua autoestima, cidadania e se tornassem protagonistas de suas vidas. Com isso, buscando a construção de uma sociedade igualitária, com outro projeto político de sociedade (KNAPIK, 2005).

Na década de 1970 as mulheres começaram a participar dos Clubes de Mães e das Comunidades Eclesiais de Base⁷⁸ (CEBs). Nestes espaços era comum o estudo da Bíblia, o artesanato e a discussão sobre os problemas da comunidade. Knapik (2005) conta que as mulheres participavam desses espaços por ser uma atividade social, onde elas poderiam interagir com outras mulheres e conversar sobre suas vidas fugindo da solidão da vida de dona de casa. Esses encontros possibilitavam a abertura de novos horizontes, permitiam que essas mulheres fugissem um pouco de suas rotinas, através do aprendizado de diversas coisas como artesanato, cuidados com a saúde, etc. Vale salientar ainda que, através das pastorais, das experiências de base, essas mulheres passam a discutir políticas e econômicas em seus encontros.

A comissão pastoral da terra (CPT) teve grande influência no processo da formação do MPMP. A CPT surge em junho de 1975⁷⁹ ligada à Igreja Católica. Com isso, adquiriu caráter

⁷⁸As comunidades eclesiais de base surgiram na década de 1950, tomam força a partir do Concílio Vaticano II e se inserem nas lutas com os movimentos sociais na década de 1960. Elas começaram na área rural e depois avançam para a urbana. Segundo Knapik (2005), elas surgem com alguma atividade solidária de um pequeno grupo inspirado no Evangelho, por ação de algum agente pastoral. Nas CEBs se realizavam reuniões frequentes para rezar, refletir sobre assuntos da Bíblia e problemas da comunidade. Knapik (2005) revela que as discussões eram baseadas no método de Ver (relacionar os fatos com as causas, ver a realidade de forma crítica), Julgar (contrastar a realidade com os valores cristãos) e Agir (ação concreta sobre o que foi visto e julgado. O que pode ser feito?).

⁷⁹ A CPT tem origem durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em plena ditadura militar, ela nasce como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, em especial na Amazônia, explorados em seu trabalho e expulsos das terras em que viviam (CPT, 2010).

ecumênico, tanto no sentido dos/as trabalhadores/as que eram apoiados/as, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, como a Igreja evangélica de confissão luterana no Brasil – IECLB. Ela foi criada para estar a serviço da causa dos/as trabalhadores/as do campo e de ser um suporte para a sua organização. São estes/as trabalhadores/as que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. A CPT os acompanha com espírito crítico. Nesse sentido, a CPT atuou na luta pela Reforma Agrária, dos Atingidos por Barragens, pelos direitos humanos e também na luta pela valorização e libertação da mulher camponesa (CPT, 2010).

Em 1981, agentes da pastoral, que realizavam trabalhos com mulheres, organizaram um encontro para gerar uma formação mais ampla e discutir temas como: participação nas organizações sociais, questões específicas das mulheres, e como transformá-las em sujeitos de sua própria libertação. Pois, percebiam que os clubes de mães não estavam avançando em algumas discussões. Em novembro deste mesmo ano é realizado o primeiro Encontro de Mulheres, em Francisco Beltrão (com mulheres de Castro, Medianeira, Curitiba, Capanema e Turvo), com o objetivo de discutirem uma metodologia e a problemática do trabalho com as mulheres, além de conscientizarem as mulheres de seu valor e que estas comesçassem a sair para a luta. É aí que surge o MPMP e que vai abranger as sete regiões do estado (Sul, Oeste, Região Metropolitana, Sudoeste, Centro, Norte e Nordeste) (KNAPIK, 2005).

Cada região apresentava seu contexto e problemas específicos sendo que na maioria delas, com exceção da região metropolitana, eram as mulheres rurais que faziam parte do movimento. Nessas diferentes regiões, diferentes realidades se somavam para a construção do movimento: situação dos bóias frias nos latifúndios, salários menores para as mulheres, ocupação de terras, sindicalização, tribos indígenas, construção da barragem de Itaipu, entre outras⁸⁰.

O MPMP funda-se baseado em três objetivos centrais, dos quais se destringem tantos outros: “a) a importância de a mulher começar a dar valor a si mesma; b) conscientizar homens e mulheres do modo como a exploração e subordinação da mulher contribui e é fundamental para a manutenção do sistema capitalista; c) formular o projeto de uma sociedade nova” (KNAPIK, 2005, p. 93).

Como estratégia de trabalho, o MPMP dividiu as tarefas e interesses do movimento em bandeiras de luta: equipes foram criadas para que diferentes temas fossem desenvolvidos. Quando as mulheres ingressavam no movimento elas escolhiam a bandeira na qual iriam

⁸⁰É interessante destacar que já em 1970 existiam grupos de mulheres. Em Medianeira elas fundam o Centro Popular de Saúde Yanten, que buscava realizar trabalhos com medicinas alternativas.

atuar. As práticas de formação eram feitas através dessas “bandeiras”. Em 1985 também foi criada uma coordenação estadual.

A princípio, as primeiras bandeiras foram quatro: Mulher e Bíblia; Mulher e Sindicato; Mulher e Constituinte e Política; Mulher e Saúde. Em 1993 foram criadas mais três: Mulher e Educação; Mulher e Meio Ambiente; Mulher e Autossustento (KNAPIK, 2005).

Uma das bandeiras de luta que marcou muito o MPMP e que está muito relacionada com sua origem nas CEBs e CPT é a bandeira “Mulher e Bíblia”, onde as mulheres se reuniam para fazerem uma releitura da Bíblia a partir de uma perspectiva feminina, trazer a face feminina, oculta, de Deus. Com base nos estudos de algumas teólogas mulheres⁸¹, essas mulheres reinterpretabam diversas passagens da Bíblia desconstruindo o simbolismo desfavorável à mulher. A ideia era gerar uma autoestima nas mulheres, que desde sempre foram ensinadas que eram inferiores e submissas aos homens. Que elas passassem a se descobrir como sujeitos da sociedade. Todavia, apesar dessa bandeira ter sido a porta de entrada da maioria das militantes no movimento, ela se mostrou limitada na luta pelos direitos das mulheres (idem).

Segundo a fala de uma das integrantes do MPMP, é possível aproveitar a instituição Igreja só até certo ponto, mas há um limite, pois ela não consegue extrapolar para além da estrutura que ela mesmo cria (KNAPIK, 2005, p. 119). Aqui a militante faz referência ao fato de que nessas discussões, apesar de se construir a consciência de que mulheres e homens têm direitos e deveres iguais, se mantêm o estereótipo das mulheres como seres que devem ser sensíveis, meigos, delicados e sempre as responsáveis pelo lar e tendo como função também a procriação de filhos⁸².

Na bandeira “Mulher e Sindicato” era feita a discussão e luta pelo reconhecimento da profissão de agricultora, de seus direitos específicos e do direito de sindicalização que ainda era barrado em alguns sindicatos para as mulheres. Além disso, se realizavam formações para que as mulheres pudessem alcançar as direções em seus sindicatos. Em 1990, lideranças do MPMP ingressam na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e se desligam do movimento. Por outro lado, essas lideranças formam a comissão das mulheres trabalhadoras rurais no departamento estadual de trabalhadores rurais, que vai se articular com o MPMP (KNAPIK, 2005).

⁸¹Na década de 1980 surge a Teologia Feminina, a partir da Teologia da Libertação. É a releitura dos textos bíblicos feita por teólogas mulheres.

⁸²As divergências ideológicas entre as integrantes do MPMP, uma mais conservadoras, outras mais progressistas, será um dos motivos do fim do movimento na década de 1990. A discussão sobre o aborto, segundo Knapik (2005), era sempre muito conflituosa.

A bandeira “Mulher e Política e Constituinte” surge devido ao debate sobre a elaboração da Constituição Federal que estava ocorrendo no país na década de 1980. Dessa forma, se discutia sobre os direitos das mulheres que deveriam estar presentes na Constituição. Eram realizadas formações de política, informando sobre os direitos e deveres, entre outros. Buscava também promover a eleição de candidatas mulheres.

A bandeira “Mulher e Saúde” tratava de questões como sexualidade, gravidez, parto, planejamento familiar, convivência do casal, saúde alternativa, política de saúde para mulher, etc. Buscava gerar a consciência sobre o próprio corpo, assim como, resgatar práticas antigas realizadas pelas “mulheres de cura”: ervas medicinais, xaropes, pomadas, etc. Era o resgate do poder da mulher. Além disso, o tema da esterilização era muito discutido já que na década de 1970 houve uma esterilização em massa, feita nas mulheres, impulsionada pelo Estado. Já o aborto era um tema muito polêmico e evitado no movimento.

As outras bandeiras criadas em 1993 discutiam Educação (alfabetização através do método Paulo Freire, creches, etc.), Meio-Ambiente (direitos de reprodução, alimentação saudável, agricultura alternativa, reciclagem, etc) e Autossustento (independência financeira).

Das conquistas desse movimento temos a transformação das mulheres que passam a fazer parte dele, que geram processos de conscientização e conhecimento de si, que as permitem tornarem-se sujeitos e intervirem na realidade. Nesse sentido, a voz da mulher passa a ser ouvida nos mais diferentes espaços: na família, na igreja, no sindicato, nos partidos políticos, comunidades, etc. Essas mulheres adquiriram coragem para denunciar, reivindicar e transgredir normas e valores que as discriminavam e oprimiam.

4.2. A Articulação com os outros Movimentos de Mulheres do Sul

Na década de 1980 surge a articulação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais dos cinco estados do sul ⁸³, que além de contar com movimentos de mulheres trabalhadoras rurais dos três estados do Sul, ainda abrangia movimentos de São Paulo e Mato Grosso do Sul. As organizações que fizeram parte dessa articulação foram: organização de mulheres agricultoras de Santa Catarina (OMA); organização de mulheres agricultoras do Mato Grosso do Sul; movimento de mulheres do movimento sem terra do estado de São Paulo; movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Rio Grande do Sul; comissão de mulheres trabalhadoras rurais do departamento rural da CUT do Paraná (vinculada ao MPMP).

⁸³ Embora a Região Sul oficialmente seja formada apenas por três estados (RS, SC e PR), o movimento de mulheres optou por designar este nome para esta articulação, que além dos três estados da Região Sul, contava também com a participação de mulheres dos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, que fazem parte oficialmente de outras regiões do país.

Podemos encontrar algumas informações sobre essa articulação a partir de uma cartilha escrita por ela na década de 1980⁸⁴. Esta cartilha foi publicada no 8 de Março e tinha como título: “*Não importa onde estiver, sempre mulher*”. Ela continha dois objetivos: contribuir com a discussão sobre a saúde da mulher e sobre a previdência social.

Na discussão sobre a saúde, o texto parte de questionamentos da base: conhecer a real situação da saúde da mulher, levantar denúncias de casos que ocorrem nos municípios das militantes para, então, encaminharem propostas concretas, fazerem mobilizações e pressionar as autoridades para a garantia dos direitos das mulheres.

Além disso, essa publicação traz informações sobre o PAISM (Programa Integral à Saúde da Mulher), mas alerta que este tem sido implementado em poucos municípios. Fala de cobrar a capacitação de técnicos da saúde para trabalharem especificamente com as mulheres; amparo e assistência na gravidez; garantia da licença maternidade. E por fim, “*precisamos, unidas e em conjunto com toda a classe trabalhadora, exigir do governo melhores condições de vida e trabalho para a população, reivindicando emprego, casa, educação, salário decente, creche para as crianças e uma completa assistência à saúde*” (AMMTR-SUL, p. 7).

Neste material, essa articulação defende que a luta por melhores condições de saúde é uma ferramenta para o trabalho político de transformação social. E que essa luta só se fortalece quando as várias companheiras tomam consciência de suas dificuldades e passam a lutar coletivamente. Nesse sentido, elas enfatizam a importância das discussões e organização nos núcleos de base.

Na discussão sobre a Previdência, o objetivo era divulgar o que já tinha ocorrido, o que foi aprovado, as dúvidas que ficaram e o que ainda faltava concretizar. Nesta cartilha divulga-se, entre outras coisas, que o novo Plano de Benefícios da Previdência Social foi aprovado após muita luta política e embate entre as propostas do governo e as dos movimentos sociais e sindicatos. Uma das conquistas foi estabelecer os pequenos produtores rurais (marido, esposa e filhos maiores de 14 anos) como segurados especiais. Para aposentar os/as pequenos/as produtores/as não precisam ter um tempo de contribuição, apenas comprovar que trabalham no meio rural por pelo menos cinco anos. Mas alguns direitos reivindicados não foram conquistados e nessa cartilha as militantes convocam todas as companheiras para acompanharem de perto os acontecimentos, terem clareza do que foi

⁸⁴As publicações das Articulações como as do MMC foram todas adquiridas durante uma visita ao Centro de Formação Maria Rosa, do MMC/SC, em Chapecó/SC. Infelizmente algumas delas não contém data de publicação.

aprovado e do que precisava ainda ser conquistado para que as pressões e mobilizações se intensificassem.

Nesse sentido, percebemos através dessa articulação, nesse período histórico, que os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais possuíam uma pauta em comum: a luta pela saúde, pela previdência, pela valorização da mulher na sociedade.

Em 1988 ocorre a mudança do nome da articulação. A agora denominada articulação de instâncias⁸⁵ de mulheres trabalhadoras rurais do sul⁸⁶ (AIMTR-SUL) que irá contar com instâncias dos três estados do Sul: PR, SC e RS. Além disso, os movimentos de mulheres autônomas do estado de Mato Grosso do Sul também se mantiveram nessa articulação. O movimento de mulheres trabalhadoras rurais do PR que fez parte dessa articulação foi o MPMP. Tanto que a primeira secretaria dessa Articulação teve sede em Curitiba/PR.

Tivemos acesso a uma cartilha escrita por essa Articulação de 1996. Também publicada no 8 de Março, foi intitulada de “*Mulher Construindo a Cidadania*”, ela buscava recordar a história das conquistas e a participação da mulher na sociedade, com isso, envolver as mulheres nesse processo para fortalecer o 8 de Março como dia de luta, denúncia e mobilização. Dessa forma, este material traz temas como o neoliberalismo, a situação da mulher neste contexto, os problemas do uso de agrotóxicos para a saúde, aumento da violência doméstica e da prostituição. Em seguida, o texto trata sobre a história de como os direitos das mulheres foram conquistados, de forma muito lúdica, em quadrinhos:

A partir de 1982/83, nós mulheres trabalhadoras fomos tomando consciência de nossa condição de discriminação, não só enquanto classe trabalhadora, mas também, enquanto mulher, corpo, sexualidade. Passamos a desenvolver lutas específicas: pelo reconhecimento de nossa profissão, pela aposentadoria, em busca de direitos enquanto mulher e cidadã (saúde, educação...) e em busca de nossa libertação na família, na comunidade, na sociedade (AIMTR-SUL, 1996, p. 8).

Em seguida, a cartilha informa que em 1986, as militantes fizeram muitas mobilizações, manifestações, abaixo assinados e viagens até Brasília, o que as tornou conhecidas e reconhecidas. Em 1988, contam que garantiram a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 para os homens; e garantiram: auxílio-acidente de trabalho, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, pensão de viúvas e o salário maternidade. Elas lembram das lutas que foram feitas para a regulamentação desses direitos e a colocação deles em

⁸⁵ Segundo o dicionário Larousse Cultural (1999, p. 529), um dos significados de instância é: “*organismo, repartição que exerce um poder de decisão*”.

⁸⁶ Segundo MMC/SC (2008), essa Articulação surgiu em 1988, após uma reunião nacional de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil que ocorreu em Baurueri/SP, onde deliberaram pelo fortalecimento dos movimentos nas diferentes regiões. Dessa forma, para avançar na luta e aprofundar questões como sexualidade, reconhecimento da profissão, reprodução, gênero, violência contra as mulheres, a partir da realidade da região sul, formou-se a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul.

prática, como o das primeiras aposentadorias para as trabalhadoras rurais e o salário maternidade.

Além disso, a cartilha fala da união que foi construída com outros movimentos na luta de classes, por política agrícola, reforma agrária, etc. Nessa época, as militantes enfatizam a importância de se lutar por um outro projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar: “*Um desenvolvimento com preservação da natureza, com respeito à terra, à vida, aos animais e à água. Um projeto que valorize as pessoas que trabalham e produzem*” (AIMTR-SUL, 1996, p. 12).

Por fim, esta publicação de 1996, debate também questões como política e poder, a participação política da mulher na sociedade e a importância dessa participação.

Em 1995 é consolidada a articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais (ANMTR), a partir do encontro de mulheres trabalhadoras rurais, realizado em outubro deste mesmo ano. A realização deste encontro, por sua vez, foi um encaminhamento tirado no I congresso latino americano das organizações do campo, ocorrido no Peru, organizado pela CLOC (Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo) onde foram discutidas as consequências do neoliberalismo para o campo (MMC/SC, 2008). Dessa forma, constrói-se um espaço de unificação das lutas, das discussões e mobilizações.

Em 2001, temos uma cartilha da articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais (ANMTR-Brasil), intitulada “*Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento*”. Nela é exposto o objetivo da Articulação:

Articular os Movimentos de Mulheres Autônomas e os coletivos de gênero de todos os movimentos sociais do campo. Surgiu da necessidade das próprias mulheres e constitui-se num espaço de ação em função da problemática vivida pelas mulheres trabalhadoras rurais. Busca contribuir para as mudanças das relações sociais de gênero e de classe (ANMTR, 2001, p. 2).

Nesta cartilha, muito lúdica também, feita em quadrinhos, fala-se sobre a importância da mulher na sociedade e sua desvalorização, sobre o processo de dominação dos homens em relação às mulheres, com isso, busca enfatizar a importância e necessidade das mulheres agricultoras se identificarem como trabalhadoras rurais, valorizarem sua profissão e adquirirem seus documentos para garantirem os seus direitos. Ela busca incentivar discussões que revelem como as mulheres são discriminadas em todos os âmbitos da sociedade e entender porque é dado tão pouco valor para o trabalho das mulheres. Fala sobre as lutas e conquistas realizadas e da importância de se ter os documentos para que esses direitos conquistados possam ser colocados em prática. Explicam detalhadamente sobre todos os documentos, para que servem e como podem ser feitos.

4.3. A Formação da OMTR

Em entrevista com a dirigente do MMC/PR, Sandra, ela informa que O MPMP foi se desfazendo no início da década de 1990, devido às articulações das mulheres urbanas com as organizações urbanas, e, com o fortalecimento das mulheres rurais na AIMTR havia a demanda da formação de um movimento que representasse especificamente as mulheres do campo, com suas necessidades específicas. Foi se organizando, então, um movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais no Paraná.

Dessa forma, em 1996 surge a organização de mulheres trabalhadoras rurais do Paraná (OMTR), um ano após a formação da articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais, com isso a OMTR passa a fazer parte dessa articulação, como um movimento autônomo de mulheres rurais do Paraná.

A OMTR passa a construir sua identidade própria, com suas simbologias e significados próprios. Sua bandeira apresentava uma mulher amamentando seu filho no meio da roça com uma araucária no fundo e com o seguinte lema: “a nossa história a gente faz”.

A secretaria da OMTR foi fixada em São Mateus do Sul, região sul do Paraná. Lá as mulheres se organizavam para construir processos de formação de base, de mobilizações, manifestações, etc.

4.4. A Formação do MMC-Brasil

Segundo Sandra, com a consolidação da Via Campesina, como instância de articulação dos diversos movimentos sociais do campo a ANMTR percebe que precisa se concretizar como um movimento de mulheres do campo, sendo que uma articulação maior de movimentos já estava sendo consolidada. Nas palavras de Sandra: *“E com a consolidação da Via Campesina no Brasil, o espaço de articulação passou a ser a Via Campesina, não havia porque ter duas articulações. Essa articulação passou a se dar dentro da Via Campesina e os movimentos autônomos sentiram a necessidade de se consolidar como movimento”*.

Os diversos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais possuíam lutas e pautas muito semelhantes, mas cada um tinha bandeiras, lemas, diferentes. Havia a necessidade de uma identidade que unisse esses movimentos no Brasil como um todo.

Dessa forma, em 2004 ocorre o congresso de consolidação do MMC- Brasil (Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil), de 05 a 08 de Março, com a participação de 1.400 mulheres de 14 estados. Sandra conta que houve uma participação significativa de todos os estados na construção da simbologia, nos aspectos que unificavam todos os movimentos. Processo este que se deu na preparação do congresso. Para esse momento de consolidação do movimento autônomo o Paraná enviou três ônibus com militantes de diversas cidades do

estado: Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Santa Helena, Ouro Verde do Oeste, Matelândia, Missal, Itaipulândia, Bom Jesus do Sul, São José das Palmeiras, Pitanga, Boa Ventura do São Roque, São Mateus do Sul, Bituruna, São João do Triunfo, Turvo, etc.

Nesse momento assuntos como soberania e segurança alimentar tornam-se fundamentais em suas lutas. Sendo assim, a crítica ao atual modelo agrícola nacional focou-se na crítica ao uso de agrotóxicos, nas dificuldades criadas para se ter o controle das sementes, contra o plantio e consumo de alimentos transgênicos, em defesa do meio ambiente, sementes crioulas e florestas nativas (BONI, 2012).

Em entrevista feita por Paulilo (2007) a uma das lideranças do MMC, Adélia Schmitz, explica como funciona a organização do movimento: a discussão começa na comunidade, na base, depois há a assembleia municipal, seguida da Regional, Estadual e, por fim, da Nacional. É nas assembleias estaduais que se tiram as linhas que serão prioridades de trabalho por três anos. Nesse sentido, existem as direções municipais, estaduais e nacionais. E também há a direção executiva.

Ainda segundo Dona Adélia (PAULILO, 2007), o MMC se reconhece como um movimento democrático, popular, classista, feminista, autônomo, de mulheres que trabalham no campo.

Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos: por direitos sociais, garantia de uma Previdência pública universal e solidária, salário-maternidade. Foi uma conquista nossa a aposentadoria da mulher com 55 anos e homem, 60. [Lutamos por] saúde pública integral com atendimento humanizado para todas e todos, SUS, um direito conquistado em lei; fim da violência contra as mulheres da classe trabalhadora; por uma agricultura camponesa com políticas públicas na agricultura, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar e reforma agrária, crédito especial para as mulheres, que é uma luta também; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, e com monocultura a biodiversidade vai desaparecendo; acesso e garantia de documentos pessoais e profissionais, bloco de notas de produtora rural em todos os estados do Brasil, campanha nacional de nenhuma trabalhadora rural sem documentos (PAULILO, 2007, p. 407).

Nesse sentido, podemos perceber que o MMC possui uma ampla pauta de reivindicações e de lutas que guiam suas ações e lutas.

4.5. O MMC/PR

Após a unificação no MMC Brasil a coordenação estadual do MMC/PR (antiga OMTR) se manteve em São Mateus do Sul. Era para lá que eram enviadas todas as informações, as diretrizes e recursos para a realização de encontros, formações, etc. As coordenadoras responsáveis por essa secretaria eram integrantes do movimento desde a época do MPMP. Todavia, segundo Sandra, ocorreu uma fragilização muito grande do

movimento no Paraná devido a desvios éticos, políticos e financeiros, dessas coordenadoras na época. Diversas militantes que já estavam descontentes com alguns procedimentos se afastaram para sempre do movimento o que o enfraqueceu muito.

Em 2006, a coordenação nacional do MMC, que já estava percebendo alguns problemas com esta secretaria, decidiu se desvincular daquele espaço, associação, instituição e pessoas não reconhecendo mais como integrantes do MMC/BR. Essa decisão foi socializada com os diversos movimentos e organizações do Paraná e o MMC Brasil passou a ter apenas algumas pessoas como contato no estado.

Em março de 2007 o MMC Brasil fez o lançamento da campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis – CNPAS. No PR o lançamento foi feito no interior do município de Boa Ventura de São Roque, com mulheres de diversos municípios do Sudoeste e Centro do Estado.

As militantes do MMC do Paraná que permaneceram no movimento ficaram sem nenhuma estrutura e até hoje o movimento no estado não possui uma associação jurídica para poder escrever projetos, etc. Sandra conta que foi um período muito difícil.

De qualquer forma, pouco a pouco, as militantes do MMC/PR que se mantiveram foram conseguindo fazer cursos de formação com recursos que vinham da Articulação Sul. Conseguiram encaminhar diversas jovens para fazer cursos de graduação: medicina em Cuba, agroecologia, pedagogia do campo, licenciatura em educação do campo, entre outros em parceria com os movimentos sociais e universidades no Brasil. Mesmo com muita dificuldade Sandra e outras companheiras conseguiram realizar cursos e projetos através do MMC: oficinas de compostagem, sal mineral homeopático, peletização de sementes, plantas medicinais, artesanato, e o projeto de construção de cisternas para contribuir nos quintais produtivos (foram construídas dez cisternas em quatro municípios do sudoeste do PR). Sempre articulando o estudo e a prática, dentro das propostas da CNPAS.

Um fortalecimento do movimento no Paraná começa ocorrer através do trabalho de base feito em especial por Sandra, que em seu curso de graduação⁸⁷ conseguiu atrair para o MMC mais uma companheira: Maria.

Maria vive no Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR, reassentamento este que foi fruto de um longo processo de luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias. Neste local, existiam grupos de mulheres que debatiam diversos assuntos

⁸⁷Curso Especial de Pedagogia para Educadores do Campo. Turma II. Movimentos Sociais do Campo. Realizado através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, em 2012.

como problemas da comunidade e relações de gênero, e que se iniciaram no processo de luta pela terra. Uma vez que Maria se identificou com o movimento e passou a fazer parte dele, ela começa a fazer os processos de formação e levar esses conhecimentos para o seu grupo de mulheres no reassentamento. Dessa forma, ela consegue ir cativando outras companheiras para o MMC.

Eva, também moradora do reassentamento, que participou ativamente no processo de luta pela terra, consegue igualmente ingressar no curso de licenciatura em educação do campo, indicada pelo MMC, em anos posteriores. Dessa forma, quando ela entra no curso ela já se reconhece como sendo militante do MMC e vai contribuir no fortalecimento do movimento dentro do reassentamento.

Em entrevista com Maria, ela conta que há pelo menos trinta mulheres no reassentamento hoje que se identificam com o movimento e estão bem engajadas na luta. Dessa forma, temos no reassentamento duas novas lideranças que se formam: Maria e Eva, que passam a ser também dirigentes do MMC no PR.

Mesmo assim, Sandra afirma que existe ainda uma demanda muito grande de formação de dirigentes, de militantes que assumam funções mais organizacionais no movimento e de liderança. Atualmente existem apenas cinco dirigentes no estado (dos municípios de Flor da Serra do Sul, Barracão, Cascavel, São Jorge D'Oeste e Foz do Iguaçu), sendo que muitas delas têm estado muito ocupadas com seus trabalhos e não têm conseguido atuar com mais intensidade no movimento.

Outro aspecto importante da entrada de Maria e Eva para o MMC, assim como o de outras companheiras do reassentamento, foi a possibilidade de se ter um espaço físico para a realização dos processos de formação no estado do Paraná. No reassentamento, essas militantes conseguiram reformar uma antiga casa que estava abandonada para que se iniciassem encontros do movimento lá. Sendo assim, em 2015, ocorreu um processo de formação em parceria entre o MMC e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)⁸⁸, com base no projeto de extensão “Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por Meio do Estímulo à Prática Agroecológica”, que teve grande parte de suas etapas realizadas neste espaço do reassentamento.

4.6. O que é ser Camponesa para o MMC?

Em 2007 o MMC propõe a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis, como um meio de resistir ao capitalismo no campo. Segundo Paulilo (2007), no Dia

⁸⁸O MST e a FETRAF também fizeram parte desse projeto.

Internacional da Mulher de 2007, o tema da bandeira de luta proposta pelo MMC foi: “*Gênero, agroecologia, soberania e segurança alimentar*”. Nesse sentido, fazem críticas às monoculturas, agrotóxicos, modelo de mercado, afirmando que querem produzir alimentos saudáveis para o mundo (CINELLI; JAHN, 2011).

A partir de sua pesquisa sobre a formação da identidade das mulheres do MMC, Cinelli e Jahn (2011) afirmam que com essa Campanha as mulheres, primeiramente, desenvolvem sua autoestima e se constituem como sujeitos da própria vida, em seguida, começam a se posicionar dentro da família expondo suas vontades, sobretudo na produção, reivindicam espaços de terra melhores na propriedade, justificando que querem produzir alimentos saudáveis. Nesse sentido, as autoras falam que isso seria um enfrentamento ao patriarcado, que não considera a voz da mulher nas decisões, seja na família, seja na sociedade. Além disso, por proporem outra forma de produzir, desvinculada à forma hegemônica imposta, elas também fazem um enfrentamento ao capitalismo (CINELLI; JAHN, 2011).

Sendo assim, Cinelli e Jahn (2011, p. 91) concluem que:

as identidades construídas são muitas, pois, ao mesmo tempo em que se identificam como mulheres lutadoras e feministas, se assumem também como cuidadoras e produtoras de alimentos, discutindo coletivamente a construção de novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza (CINELLI; JAHN, 2011, p. 91).

Quando as mulheres trabalhadoras rurais de diversos movimentos se unem no MMC em 2004, e assumem esse novo nome e essa nova identidade como camponesas, a pergunta que surgiu foi o que esse termo significava para essas mulheres, o que era ser camponesa para elas. Cinelli e Conte (2010), afirmam que se trata de um momento muito importante para o Movimento, pois a discussão da identidade camponesa e feminista se aprofunda, já que agora se trata de unir e consolidar os diversos e diferentes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais autônomas do país em um só.

Nesse sentido, em entrevista com uma das lideranças do MMC, Adélia Schmitz, Paulilo e Silva (2007) tentam desvendar o significado de camponês para o MMC. Adélia afirma que uma das características de ser camponês é a produção do próprio alimento, a produção para o autoconsumo. Ela explica que mesmo que a família agricultora desenvolva atividades mais ligadas ao mercado, como a produção integrada às agroindústrias, isso não significa que ela não seja camponesa. Segundo Dona Adélia, se a família produz para o autoconsumo e de forma saudável, isso já indica que ela ainda mantém as raízes camponesas.

Nesse sentido, Paulilo e Silva (2007) falam de uma ressignificação do termo camponês, da construção de uma nova identidade. É o resgate de algumas práticas antigas,

mas ancoradas em novos valores como a igualdade de gênero e justiça social, através da luta coletiva e política.

E isto fica claro na fala de Dona Adélia Schmitz:

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se caracteriza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular onde as mulheres sejam protagonistas de sua história (...). Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e desses com a natureza. Então nós queremos que também se cuide da natureza (PAULILO; SILVA, 2007, p. 406).

Já segundo Valdete Boni (2013), mesmo tendo sido em 2004, com a formação do movimento nacional, que as agricultoras passam a se definir como camponesas, em Santa Catarina essa identidade começa a tomar forma já em 2001 em suas assembleias.

Boni (2013) separa a história do MMC/SC em três momentos distintos. O primeiro seria na década de 1980, caracterizado pela luta pela documentação e reconhecimento como trabalhadoras rurais. O segundo, na década de 1990, se caracteriza por lutas mais vinculadas à questão de gênero. Por fim, o terceiro, seria em 2001, quando em uma assembleia realizada em Concórdia/SC deu-se o passo inicial para a criação do projeto de recuperação de sementes crioulas⁸⁹. A autora fala que teria sido neste momento que o movimento passaria a se caracterizar como feminista e camponês.

A escolha do termo camponesa como identidade dos diversos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais autônomas estaria relacionada com a capacidade que esse conceito teria de agrupar uma grande heterogeneidade de identidades de mulheres rurais: agricultoras, pescadoras, extrativistas, quilombolas, etc (BONI, 2013).

Boni (2013) nos traz uma fala feita em 2010 em um encontro do MMC que explica um pouco como essas mulheres estavam definindo o termo camponês para si mesmas:

Uma coisa que eu queria aqui colocar em relação à nossa identidade camponesa, o camponês, o verdadeiro camponês, ele não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente na agricultura familiar⁹⁰, que ele apenas faz o que os outros planejam. E nesse sentido, nós temos que dizer, temos que avançar bastante ainda para nós de fato sermos verdadeiros camponeses (Fala de

⁸⁹ Segundo MMC/SC (2008), o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) articulado com outras organizações, assumiram a “*luta permanente contra o pagamento da dívida externa, as políticas do Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) porque essas instituições interferem na matriz produtiva mundial e impõem a monocultura, o uso de agrotóxicos, as sementes transgênicas que destroem a biodiversidade e ameaçam a soberania nacional*” (MMC/SC, 2008, p. 17). Em 2001, então, o MMA/SC decidiu enfrentar o modelo de agricultura capitalista e avançar no projeto agroecológico, a partir da realidade das mulheres. É quando então “*o Movimento assume o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas e hortalças*” (ibid, p. 17).

⁹⁰ As mulheres do MMC diferenciam agricultores familiares de camponeses. Os agricultores familiares são entendidos como sendo aqueles que tentam seguir o modelo empresarial de fazer agricultura (vide capítulo 2), os camponeses são aqueles que buscam resgatar a antiga forma camponesa de fazer agricultura, seguindo hoje, o que chamamos de agroecologia.

Dessa forma, percebemos que a compreensão do que é ser camponês ultrapassa apenas o fato de produzir o próprio alimento e de forma saudável, ela vai tomando novos contornos e como nos diz Boni (2013, p. 72): *“fica claro que o conceito de camponês para o movimento está sendo construído, a partir dos campos político e intelectual para a prática efetiva destas mulheres em suas propriedades”*.

Todavia, as definições que vão sendo criadas para o conceito de camponês, são formuladas mais como uma forma de guiar as ações, os planos futuros, os sonhos, do que para excluir militantes que não se enquadrem neste conceito. A realidade se mostra muito mais complexa e muitas das agricultoras ainda se veem presas, por variados motivos, a formas de produção que gostariam de superar (integração, monoculturas, agrotóxicos, etc.). Nesse sentido, a identificação como camponesas surge como uma forma de resistência ao modelo produtivo que lhes é imposto, o do agronegócio ⁹¹ (BONI, 2013).

Segundo suas pesquisas, Boni (2013) afirma que para o MMC, o que vai diferenciar a agricultura camponesa da agricultura do agronegócio são os conhecimentos e as práticas. E estes conhecimentos e práticas camponesas envolveriam uma preocupação com o bem estar, alimentos saudáveis, autoconsumo e também a crença de que as mulheres estariam mais próximas desses elementos por serem mulheres, ou seja, por gerarem a vida, cuidarem da vida, elas teriam essa preocupação maior com o cuidado e com a saúde, do que os homens.

Em entrevista com a dirigente do MMC/PR, Sandra, ela relata que dentro do movimento está sendo construído o conceito de Feminismo Camponês. As integrantes do MMC-Brasil estão realizando seminários, nos quais as diversas visões sobre o tema são socializadas e estão trabalhando para fazerem uma publicação que explique o que é, afinal, o “feminismo camponês popular” para elas. Segundo Sandra, essa publicação vai abordar três temas: produção, direitos e violência.

Nas palavras de Sandra, um dos objetivos de se construir esse conceito dentro do movimento é:

A partir dos estudos, do que as mulheres vêm construindo em relação ao feminismo, é uma tentativa de você ir construindo um pensamento pra gente poder dizer que nós temos a nossa construção, enquanto movimento, do que nós compreendemos por feminismo, da importância que tem a agroecologia, a subjetividade nas relações tanto entre as pessoas, como com a terra e a natureza, essa questão da espiritualidade, o movimento não nega que exista, que é um pouco que vem dos povos originários das Américas, nossos ancestrais, a relação com a terra, a terra mãe, e vinculada a todo o enfrentamento ao patriarcado, ao capitalismo, o

⁹¹ Para uma melhor compreensão do conceito, vide capítulo 2.

patriarcado que é uma das bases de sustentação do capitalismo, é o oxigênio do capitalismo (Entrevista realizada com Sandra do MMC/PR).

Uma vez tendo conhecido minimamente a história, os objetivos e como se organiza o MMC, é importante, antes de partirmos para a análise dos resultados, que abordemos um pouco da história do Reassentamento São Francisco de Assis, local onde vivem as mulheres pesquisadas.

CAPÍTULO 5 – O REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Este capítulo busca contextualizar o espaço político geográfico, no qual foi realizada nossa pesquisa. Sendo assim, é uma forma de irmos nos aproximando das mulheres entrevistadas, do seu contexto, de sua realidade, assim como, de uma parte de suas histórias de vida, já que abordamos a história da formação do reassentamento.

5.1. A origem do Reassentamento e suas características gerais.

O espaço político e geográfico de estudo de nossa pesquisa foi o Reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel/PR. Foi lá que colhemos as histórias de vidas das mulheres camponesas que integram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Estas mulheres são também reassentadas e para compreendermos sua história precisamos recorrer à história do próprio reassentamento São Francisco de Assis, logo, precisamos também ir até seu local de origem, o território onde foi construída a Usina Hidrelétrica Salto Caxias, que abrangia nove municípios entre as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.⁹²

Esta usina foi um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e inaugurada no dia 26 de março de 1999⁹³. Para tanto, a COPEL precisava retirar da área 1025 famílias cujas propriedades seriam diretamente atingidas pelo alagamento. A partir disso, influenciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), surge um movimento popular liderado por alguns atingidos que exigiam seus direitos e estudavam a melhor maneira de serem ressarcidos pela perda de suas propriedades.

Schreiber (2012) conta que a COPEL, no início, buscava convencer os agricultores de que a usina iria trazer muitos benefícios, desenvolvimento, para essas cidades que eram muito atrasadas e subdesenvolvidas por estarem apoiadas em uma agricultura arcaica e pobre.

Em 1990 foi criada a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). *“Para os líderes do movimento o reassentamento seria uma das formas mais justas de se indenizar os que seriam diretamente atingidos e era isso o que reivindicavam”*. (KARPINSKI, 2007, p.5)

⁹² As cidades atingidas foram: Capitão Leônidas Marques (30 famílias), Boa Vista da Aparecida (295), Três Barras do Paraná (206), Quedas do Iguaçu (26), Nova Prata do Iguaçu (235), Salto do Lontra (6), Boa Esperança do Iguaçu (65), Cruzeiro do Iguaçu (86), São Jorge D'Oeste (1).

⁹³ Segundo Schreiber (2012), é em 1987 que se inicia a história do Reassentamento São Francisco de Assis. Neste ano surgem boatos de que iria ser construída uma barragem em várias cidades por onde passava o rio Iguaçu. A primeira reunião ocorre neste mesmo ano em Francisco Beltrão, na ASSESSOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) onde foi anunciada a construção da barragem e indicado que as famílias saíssem do local, com a informação que os proprietários de terra teriam uma pequena indenização, mas os arrendatários, trabalhadores sem terra, não receberiam nada.

Dessas 1.025 famílias, 425 escolheram a carta de crédito⁹⁴ como forma de indenização e 600 preferiram o reassentamento. Para o reassentamento foram adquiridas 10 áreas, num total de 18.590 hectares em municípios localizados na região Oeste do Paraná. (idem, ibidem, p.6)

A luta foi fortalecida pelo medo, que essa população tinha, de que ocorresse com eles o mesmo que aconteceu com os desapropriados da Hidrelétrica de Itaipu, pois estes “*tiveram suas propriedades compradas pelo governo a preços muito baixos, o que impossibilitou sua permanência no campo*”. (KARPINSKI, 2007, p. 76)

Todavia, a história de luta da população do sudoeste do Paraná remonta à década de 1940, que foi marcada por diversos conflitos agrários, culminando, em 1957, na Revolta dos Posseiros, o maior conflito de posse das terras ocorrido no Brasil. Segundo Karpinski, estas lembranças estão gravadas na memória coletiva dessa população: “*Os confrontos com jagunços são constantemente lembrados pelos netos e bisnetos dos posseiros que lutaram e, muitas vezes, morreram em confrontos diretos ou em tocaias*”. (KARPINSKI, 2007, p.80)

Este autor nos conta que essa região foi colonizada por colonos do oeste catarinense e noroeste gaúcho. Eram identificados como posseiros porque não tinham o título de propriedade das terras, “*apenas chegavam, demarcavam certa área e começavam a derrubada da mata para o cultivo de milho e criação de porcos*” (idem, ibidem, p.79)⁹⁵.

De forma resumida, a luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias se desenrola com maiores repercussões em 1993 quando os atingidos queimam os piquetes que delimitavam o local de construção da barragem, a COPEL forma um grupo de estudo para avaliar a situação e propor soluções; ocorre a ocupação do canteiro de obras; os atingidos entregam a primeira proposta com suas reivindicações à COPEL; e ocorre a assinatura do termo de compromisso entre a COPEL e os diversos segmentos de atingidos de Salto Caxias. (idem, ibidem, p.98)

⁹⁴ A carta de crédito era o recebimento de dinheiro ao invés de ser reassentado.

⁹⁵ “A instalação da empresa Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA) em 1950 que, recebendo como indenização do Estado do Paraná uma vasta área de terra na região, apropriou-se de outras tantas onde já se encontravam os posseiros com suas habitações e áreas cultiváveis. Os funcionários dessa empresa exigiam o pagamento dos lotes em que se encontravam os posseiros afirmando que aquelas terras pertenciam à CITLA. [...] Foi através deste conflito que o Governo Federal interveio na região criando o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Foi esta instituição que programou e executou os trabalhos necessários para as desapropriações das terras e, conseqüentemente, concedeu os títulos de propriedade aos posseiros”. (KARPINSKI, 2007, p.79)

Dessa forma, entre 1997/1998 são formados dez reassentamentos, dentre eles, o maior: o Reassentamento São Francisco de Assis (ZAAR, 2008), onde cada família adquiriu terras dentre 20 a 35 hectares, dependendo do número de integrantes na família (ZAAR, 2007).

O Reassentamento São Francisco reassentou 235 famílias, onde 62% dos reassentados eram proprietários das terras e 38% eram meeiros, arrendatários e agregados. Em 2009 o reassentamento já contava com 300 famílias. Ele foi formado por terras indenizadas da fazenda Piquiri, que pertencia à Agropecuária Flamapec. O nome do reassentamento, São Francisco de Assis, teria surgido como uma forma de explicar o modo de vida antigo dos reassentados, povos da beira do rio que possuíam uma vida simples. Todavia, uma vez reassentados, no contexto de Cascavel, o modo de produção teria se alterado, se tornando integrado às “políticas do agronegócio” que contam com “tecnologia e apoio técnico” (PAGLIARINI, 2009).

O reassentamento é formado por cinco comunidades e, distribuídas dentro dessas comunidades, há oito associações. Cada associação tem entre 18 a 32 famílias afiliadas e representam a estrutura econômica dos associados. Através delas os agricultores fazem empréstimos, compram insumos, sementes, máquinas agrícolas e vendem parte de sua produção (ZAAR, 2008).

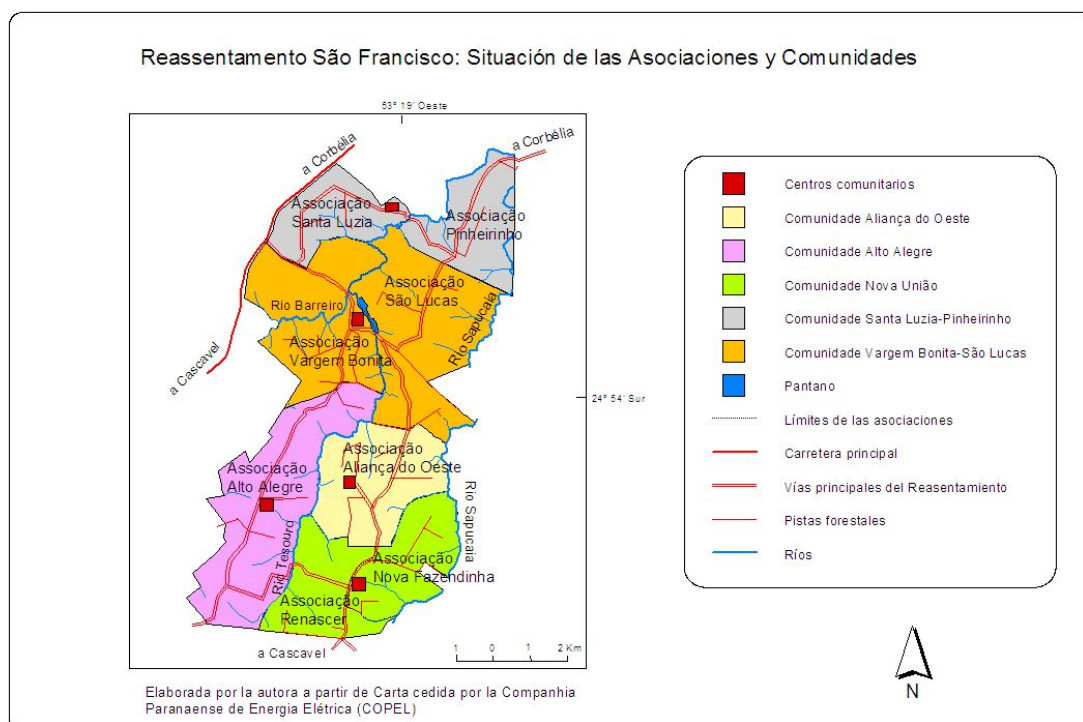


Figura1 – Mapa do Reassentamento São Francisco. Fonte: ZAAR, 2008.

5.2. Os Grupos de Mulheres.

Segundo Schreiber (2012), nesse processo de luta pelo reassentamento, logo no início as mulheres também despertaram para a importância de se mobilizarem, o que deu início aos primeiros grupos de mulheres que irão se manter depois, em cada comunidade, no reassentamento. Houve mulheres que se tornaram lideranças e tiveram ajuda de outros movimentos para organizar e conscientizar as demais mulheres (CPT, MAB⁹⁶, MST, ASSESSOAR⁹⁷). Nesse sentido, Schreiber (2012) fala que a conscientização foi para além da luta pela terra, começando a despertar para as questões de gênero também.

A partir do momento em que estavam reassentadas, com a manutenção dos grupos de mulheres nas comunidades, havia muita discussão de políticas comunitárias e de informações que eram trazidas de outros movimentos como os do MST. Elas discutiam sobre: estradas, produção de alimentos, escola, projetos para viabilizar recursos para a qualidade de vida e políticas públicas. Todavia, Schreiber (2012) conta que em um período houve desentendimentos e problemas com a organização do reassentamento que desuniu as famílias e as comunidades, o que levou ao fim dos grupos de mulheres e de jovens, permanecendo apenas o grupo de mulheres do Alto Alegre.

O grupo de mulheres do Alto Alegre trabalhava muito com assuntos de interesse das mulheres naquele período: cursos de compotas, picles, derivados de leite, artesanatos, panificação, pastagens e alimentação saudável. Esses cursos mais práticos atraíam as mulheres, mas nas reuniões se debatia também sobre as relações de gênero com base em materiais do MMC (SCHREIBER, 2012).

Schreiber (2012) afirma que o grupo compreende que as relações de gênero precisam ser construídas na educação familiar, que é preciso gerar conscientização de equidade de gênero desde a infância, para depois essas crianças serem capazes de refletir sobre essas relações na comunidade, sociedade. Ela afirma que o grupo discute muito a questão da divisão sexual do trabalho, seja dentro de casa, seja na comunidade, onde se observa poucas mulheres em cargos de coordenação, de maior poder. Este grupo de mulheres se tonou muito atuante e participativo nas discussões políticas, seja da comunidade, como do município. As mulheres

⁹⁶ Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

⁹⁷ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, (ASSESSOAR) foi criada, em 1966. É uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, Brasil. Apesar de não ser um movimento social, essa associação auxiliou também na organização das mulheres para a luta pelo reassentamento.

foram adquirindo confiança, autoestima e força para participarem cada vez mais nos espaços públicos.

5.3. A Produção Agropecuária

Como foi visto, no histórico do reassentamento, as famílias que foram atingidas pela construção da usina, muito provavelmente, são oriundas do oeste catarinense e noroeste gaúcho. Uma das características dessa população era a de serem colonos, oriundos de países europeus, sobretudo, Alemanha e Itália. Segundo Radin (2012), a relação dos colonos com a terra se caracterizava pela agricultura centrada no trabalho da família, produzindo em pequenas propriedades, com foco na produção para a subsistência, venda de excedentes e cultivo diversificado (policultura). Para este autor, essas famílias agricultoras preservaram uma forma de produzir específica, a camponesa, apesar das transformações ocorridas com as pressões do capitalismo.

Todavia, podemos perceber, através de algumas pesquisas realizadas sobre o reassentamento, que essa forma de produzir irá se modificar, com a mudança para o reassentamento. Essa modificação será observada, também, nos relatos de histórias de vidas, das mulheres entrevistadas.

Nos dois primeiros anos, a COPEL financiava e a CRABI coordenava, um apoio técnico aos reassentados através da COOPER⁹⁸. As atividades agropecuárias no reassentamento concentravam-se no cultivo da soja, milho e na produção leiteira. O cultivo de feijão diminuiu significativamente, dando lugar à soja que era o cultivo predominante em 2009. Com essa mudança nos tipos e formas de cultivo, aumentou a necessidade de contar com instituições financeiras para o financiamento de maquinários e insumos. (PAGLIARINI, 2009 p.58)

Segundo um dos agricultores entrevistados por Pagliarini (2009), eles deixaram de ser agricultores de subsistência, agricultores que “*vivem daquilo que plantavam e de um leitinho que vendiam*”.

Em outro trabalho acadêmico, temos pesquisas que foram realizadas no reassentamento no período de 2004 e 2005 pela espanhola Miriam Zaar (2007; 2008). Diferentemente do que foi enfatizado por Pagliarini (2009), a transformação da agricultura de subsistência dos reassentados para uma agricultura empreendedora, voltada para o

⁹⁸ “A COOPER era a cooperativa contratada pela Copel, com aval da CRABI, para dar apoio técnico aos reassentados nos primeiros anos de produção” (PAGLIARINI, 2009, p. 58). O autor não traz o significado da sigla.

agronegócio, esta autora revela os aspectos tanto da agricultura ecológica desenvolvida ali, como da importância da economia solidária para a viabilização da produção e comercialização dos reassentados.

Segundo Zaar (2008) o reassentamento contava, em 2005, com a Cooperativa de Assistência Técnica (COOATER), a Associação de Desenvolvimento dos Produtores e Atingidos pela Usina Hidrelétrica Salto Caxias (ADERABI), que buscava representá-los, uma unidade de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), a Cooperativa de Produção, Comercialização e Industrialização da Agricultura Familiar (COOPCAF) fundada por agricultores ecológicos e a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar. Essas cooperativas funcionavam em rede, uma auxiliando a outra para viabilizar tanto produção como comercialização.

También estaba en juego la metodología de trabajo que debía ser aplicada, la cual, según los principios de la CRABI, tendría que estar basada en una propuesta alternativa en la que el productor rural fuese el sujeto activo principal y el técnico representase solo el asesoramiento en el proceso productivo y en el desarrollo de las comunidades agrícolas. Uno de los proyectos desarrollados estuvo relacionado con la promoción de una agricultura ecológicamente correcta, conciliando el mejor resultado económico, la mejor calidad de vida y el respeto al medio ambiente. Para ello incentivó la sustitución del cultivo convencional por prácticas agrícolas que no agredan al medio ambiente, lo que permitió la producción propia de semillas y un aumento del cultivo de productos biológicos entre los reassentados. (ZAAR, 2007)

Em 2005, os reassentados estavam substituindo o adubo químico pelo esterco. As próprias associações adquiriam grande quantidade de adubo de aves ou o esterco de vaca e de porcos era produzido nos próprios sítios dos agricultores. As associações adquiriram diversas máquinas de forma coletiva, silos, tratores, batedores, pulverizadores, grade niveladora, etc. (ZAAR, 2008)

Em geral, os agricultores destinam 60% de sua área para o cultivo e 30% para o pasto. A produção leiteira se fortaleceu com o Projeto de Desenvolvimento Rural, proposto pelos técnicos da CRABI, que tinha como objetivo a melhora genética das vacas. Realizou-se também a aquisição de animais de alto rendimento, a compra de equipamentos como ordenhadeira elétrica, frigoríficos para a conservação do leite e a construção de estábulos. O que levou a uma produção de 27.000 L/dia em 2005 (em 2000 foi de 18.000L/dia). A média de produção leiteira por animal subiu de 7 L para 12 L diários.

Segundo Zaar (2008), a soja e o milho são os principais cultivos no reassentamento. A soja é destinada para venda e o milho é utilizado também para a alimentação dos animais. Além disso, a autora conta que há uma produção relevante de feijão, arroz, mandioca e fumo, tanto para consumo interno, como para a comercialização. E também alguma produção de

cana de açúcar, amendoim, milho de pipoca, mel e própolis. Como forrageiras, produzem a aveia e o azevém. Há criação de porcos, cabras, galinhas e frangos.

Desde a criação do reassentamento os técnicos da COOATER se empenharam em realizar um trabalho de formação sobre as práticas ecológicas, que teve como resultado a adesão à agricultura ecológica. A autora menciona que uma parte dos reassentados adotaram o sistema convencional para os produtos cultivados em maior escala (soja, milho e feijão) e o sistema ecológico para os produtos destinados para autoconsumo, troca com vizinho e vendas em feiras ou mercados. Os agricultores dizem que não produzem tudo de forma ecológica, pois é muito difícil controlar as ervas que surgem junto com a produção de monocultivo em larga escala. Procuram vender coletivamente seus produtos, pois assim adquirem melhores preços. (ZAAR, 2008)

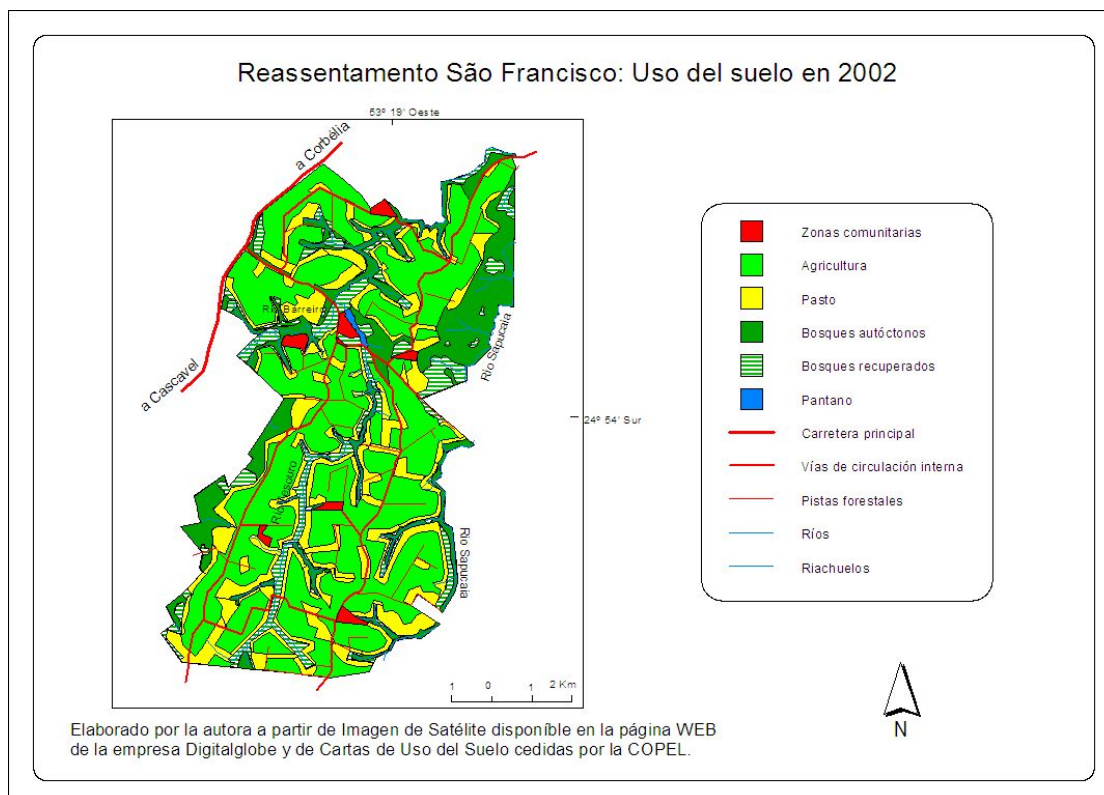


Figura 2: Mapa do uso do solo no Reassentamento São Francisco. Fonte: ZAAR, 2008.

Outras informações relevantes trazidas por Zaar (2007) são sobre as mudanças geracionais: as famílias são cada vez menores, com poucos filhos, sendo que os mais velhos estudam nas universidades. Dessa forma, há uma reduzida oferta de mão de obra. O que tem compensado esta situação é a aquisição coletiva de aparelhos e máquinas agrícolas que diminuem o tempo necessário de trabalho para produzir. Zaar (2007) nos informa também que

a média de rendimentos das famílias varia de 2 até 10 salários mínimos mensais, sendo a média em torno de 6 a 7 salários.

Essas diferentes pesquisas realizadas no reassentamento nos mostram que existe uma diversidade grande de formas de pensar e de produzir neste local, mas que foram fortemente amparadas pelo apoio das diversas cooperativas criadas e que as produções se voltaram, sobretudo para a soja e o leite, umas mais diversificadas e ecológicas, outras menos.

No caso das mulheres entrevistadas, em nossa pesquisa, algumas delas criticaram a assistência técnica ecológica fornecida pela cooperativa, pois afirmaram que os técnicos não tinham formação adequada, apenas sabiam receitas venenos. Já as pesquisas, sobre a produção no reassentamento, revelam a realidade dos tipos de produções adotadas, pelas famílias das mulheres entrevistadas, com a mudança para o reassentamento. Pois, a produção de soja e leite foi adotada pela maioria das famílias das mulheres entrevistadas.

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS - RELAÇÕES DE GÊNERO

Neste capítulo iniciaremos a análise dos resultados. Partiremos da análise sobre as relações de gênero que buscarão responder parte do objetivo geral da pesquisa e ao objetivo específico, que visa entender como eram as relações de gênero das mulheres entrevistadas antes e depois da entrada no MMC, e se a entrada dessas mulheres, no MMC, modificou a relação de gênero que elas tinham em sua família/comunidade. Mas, antes, iniciaremos este capítulo fazendo uma breve apresentação do perfil das entrevistadas.

6.1. Perfil das Entrevistadas

Dona Orquídea

Dona Orquídea é uma senhora de 65 anos que tem origem étnica italiana e é católica. Foi criada em uma família com sete irmãos e duas irmãs. E depois de casada teve seis filhos, cinco homens e uma mulher. Ela só conseguiu se alfabetizar quando se mudou para o Reassentamento na década de 1990.

Nascida em Florianópolis, logo se mudou para Braço do Norte/SC e de lá para Rio do Sul. Quando tinha por volta dos nove anos mudaram-se para Nova Prata/PR. Sempre em busca de condições melhores de vida. Nessa época não possuíam terra própria. Mas, no segundo ano em que se mudaram para o Paraná conseguiram comprar um pedacinho de terra em Nova Prata. Depois seu pai trocou a terra com um sr. de Santo Isidório em Três Barras, onde ficou até se casar aos 18 anos indo morar na casa do sogro, e, por fim, se mudaram para a comunidade Alto Alegre.

Apesar de não terem terra própria, sempre tiveram o que comer, nunca passaram necessidade. Teve tempo em que o marido trabalhava fora e ela e os filhos trabalhavam sozinhos na roça. Na década de 1990, Dona Orquídea começou a trabalhar de cozinheira no colégio da comunidade. Depois disso já começou todo o processo de construção da barragem e de luta pelo reassentamento.

Mesmo não tendo terra própria, como eles arrendavam um sítio no local que foi alagado, através do processo de luta, eles tiveram direito à terra também no reassentamento. E quando começaram a se mudar para o reassentamento ela conseguiu emprego no escritório da CRABI, por um tempo, como cozinheira. Para poder ficar mais próxima de casa Dona Orquídea voltou a trabalhar com a terra e a família investiu na produção de leite.

Hoje, tanto ela como o marido, já estão com a idade mais avançada. Por isso, eles decidiram arrendar a terra. Os filhos já saíram de casa e a forma que estavam cultivando antes exigia que tudo fosse pago. Dessa forma, eles decidiram que seria melhor o arrendamento.

Quando se mudaram para o reassentamento Dona Orquídea fazia comida para o grupo de mulheres. Foi assim que ela começou a participar do grupo e continua até os dias atuais. Hoje fazendo parte do MMC ela percebe a importância de se resgatar as antigas formas de produzir. Mas como já não tem mais a força de antigamente e sem a ajuda dos filhos, ela não tem muita expectativa de deixar de arrendar as terras por enquanto. Todavia, eles nunca deixaram de plantar o básico para a subsistência assim como de fazer o canteiro de ervas. E Dona Orquídea é uma cultivadora de flores, possui diversas espécies as quais cultiva com muito amor e carinho.

Dona Ana

Dona Ana tem 61 anos. Criou-se em uma família com sete irmãos e duas irmãs. Depois de casada teve um filho e uma filha. É católica. Foi apenas alfabetizada. Ela é a mãe da Eva e seu marido faleceu já faz três anos.

Nasceu em Rio Pardo/RS. Lá eles tinham um sítio próprio. O pai trabalhava fora com cultivo de arroz, a mãe e os irmãos plantavam pro gasto: feijão, milho. Ela ficou nessa cidade até os nove anos. De lá se mudaram para Salto Lontra/PR, onde compraram um sítio, em busca de terras melhores para cultivar.

Casou com 17 anos nesta mesma cidade, com um vizinho deles. Mudou-se para a terra do marido e mantiveram a vida de camponês de antes. Como o sogro vendeu o sítio neste município e se mudou para outro em Três Barras do Paraná, a família toda se mudou junto para este novo sítio.

Devido a uma seca muito forte eles tiveram que procurar emprego fora do sítio e com isso começaram a se mudar muito de cidade: Foz do Iguaçu e até mesmo para o Mato Grosso. Mas, por fim, se estabeleceram novamente em Três Barras.

Como as terras deles não foram atingidas pela barragem, eles se mudaram junto com a filha Eva para o reassentamento, cultivando e morando no mesmo sítio que o de sua filha e seu genro.

Foi através da filha que ela conheceu o grupo de mulheres e o MMC. E foi apenas após a morte de seu marido que ela começou a “se despertar mais” para as questões de gênero e desenvolver mais sua autonomia. Antes ela nunca saía sozinha. Hoje um dos seus hobbies

favoritos é ir jogar bocha com os amigos no centro comunitário do seu bairro no reassentamento.

Eva

Eva tem 43 anos, possui apenas um irmão e teve dois filhos homens. Já foi católica, mas hoje já não se defini mais assim. Nasceu em Nova Prata do Iguaçu/PR e chegou a morar até no Mato Grosso, quando seus pais mudavam muito em busca de terras e empregos melhores. Por fim, sua família estabeleceu-se em Três Barras do Paraná/PR, onde foram atingidos pela barragem de Salto Caxias.

Foi em Três Barras que se casou aos 16 anos. Em todo esse período levando uma vida de camponesa. Com a diferença que desde criança sabia que era diferente das outras mulheres porque contestava as relações de gênero patriarcais que observava na sociedade.

Eva conseguiu estudar no tempo normal até o quarto ano (quando tinha 10 anos de idade). Depois voltou a estudar quando já estava casada. Começou com o Ensino para Jovens e Adultos (EJA) e conseguiu finalizar o ensino médio. Com a ajuda dos movimentos sociais ela teve a oportunidade de fazer o curso superior de licenciatura em educação do campo. Já fez especialização e hoje cursa outras especializações em busca de seu aperfeiçoamento profissional. Estudar sempre foi um sonho muito forte seu.

Seu marido sempre a ajudou na divisão do trabalho doméstico e com os filhos. E quando se iniciou o processo de luta contra a barragem ela e seu marido participaram juntos. Eva participou ativamente dessa luta e ajudou a formar o núcleo de mulheres da CRABI se tornando representante do mesmo e, com isso, viajou para diferentes lugares para buscar informação, assim como, apoio para a luta dos atingidos.

Quando conquistaram a terra no reassentamento, Eva se manteve firme participando do grupo de mulheres do seu bairro até a introdução do MMC/PR neste grupo.

Eva já foi dirigente do MMC/PR e eleita presidenta da coordenação do reassentamento como um todo. Hoje é professora e tem o sonho de fazer a transição agroecológica em toda a sua propriedade.

Maria

Maria tem 38 anos. Possui apenas uma irmã e teve dois filhos e uma filha. Define-se como católica não praticante. E sabe que tem origem étnica tanto indígena como italiana. Maria conseguiu terminar o ensino superior com a ajuda dos movimentos sociais ⁹⁹.

Criada só por mulheres não sofreu discriminações dentro de casa, mas muitas fora dela. Por isso, desde cedo ela se questionava sobre as relações de gênero e o papel da mulher na sociedade. Sempre foi camponesa, mas sem terra. Sua mãe não tinha estudos, mas sempre se esforçou para que suas filhas fossem à escola, que chegaram a ter que andar mais de 20 km para chegar ao colégio, todos os dias.

Nascida em Dois Vizinhos/PR, logo se mudaram para Nova Prata/PR em busca de emprego. Sempre trabalhavam para terem em troca um abrigo para morarem. Por isso, muitas vezes passaram fome e muitas necessidades. Até que receberam a oferta para cuidarem de um sítio de uma viúva, sem ter que pagar nada em troca, na cidade de Três Barras/PR. Nessa época Maria tinha 10 anos e “uma nova época mais feliz se iniciava”.

Neste município ela se formou e fez o magistério. E quando tinha 17 anos se casou e foi morar junto com a sogra, tendo agora que conviver com vários homens: sogro e dois cunhados. A terra do sogro foi atingida pela barragem, por isso, todos participaram da luta pelos direitos dos atingidos. Todavia, como o sogro não quis terras, mas sim a carta de crédito, Maria e seu marido só foram viver no reassentamento com a morte do sogro e com a divisão da herança, quando puderam comprar um sítio naquele local.

Uma vez no reassentamento, Maria e seu marido decidiram iniciar o cultivo e a produção de leite no modo convencional, pois tinham muitas dívidas para pagar e esse parecia ser o único caminho viável. Isto até Maria iniciar seu curso de pedagogia através dos movimentos sociais e abrir seus olhos para novas perspectivas.

Maria se identificou com o MMC e começou a fazer parte do mesmo. Dessa forma levou o movimento para dentro do reassentamento inserindo-o no grupo de mulheres já existente na comunidade do Alto Alegre.

Sendo assim, Maria trouxe muitas transformações para a vida dessas mulheres e de seus companheiros também. Trazendo junto com o MMC, além das discussões de gênero, as propostas de transição agroecológica para as unidades produtivas dos reassentados.

⁹⁹ O curso realizado por Maria foi o Curso Especial de Pedagogia para Educadores do Campo – Turma II. Movimentos Sociais Populares do Campo, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Este curso era voltado para integrantes de movimentos sociais, e para poder ingressar nele, era preciso que a pessoa fosse indicada por algum movimento social. Este foi o caso de Maria, que na época foi indicada pela CRABI (movimento criado para lutar pelo reassentamento). Todavia, no percorrer do curso, Maria se inseriu no MMC/PR.

Como grupo de mulheres, Maria e suas companheiras trouxeram diversas melhorias para o reassentamento. E hoje ela participa da coordenação do mesmo contribuindo para sua administração.

Marina

Marina é católica. Vem de uma família com sete irmãos e duas irmãs. E depois de casada teve três filhos e uma filha. Ela não conseguiu terminar o ensino básico na juventude, mas hoje está estudando o ensino fundamental através do Ensino para Jovens e Adultos (EJA) e pretende terminar o médio e fazer cursos profissionalizantes.

Nasceu em Salto Lontra/PR, na comunidade Estrela do Iguaçu. Passou muitas dificuldades financeiras na infância, não tendo sapato para ir à escola. Seus pais viviam e trabalhavam em terra arrendada. Quando fez dez anos ela e sua família se mudaram para a comunidade Alto Palmares, na região de Três Barras do Paraná/PR. Nesse período a situação financeira melhorou porque conseguiram adquirir terra própria. Com 13 anos, eles se mudaram para outra comunidade, Flor de Adelaide, onde com 14 anos se casou. Morou por um tempo na casa dos sogros até conseguirem uma casa própria.

Aos 16 anos engravidou de sua primeira filha e seu marido decidiu que iriam para o Mato Grosso buscar uma vida melhor. Foram tempos difíceis e de solidão já que teve um tempo que o marido decidiu trabalhar no garimpo e ficava meses fora de casa.

Passado um tempo e devido às condições difíceis no MT eles voltaram para Três Barras, mantendo o modo de vida camponês que levavam antes.

Quando se iniciou o processo de luta contra a barragem, o marido de Marina não permitiu que ela participasse porque ela estava grávida e seria muito perigoso. Mas uma vez que foram reassentados, Marina participou desde o início do grupo de mulheres do seu bairro.

Participando do MMC/PR Marina começou a questionar as relações de gênero e percebeu que precisava mudar muita coisa em seu relacionamento. Depois de tentar por muito tempo o diálogo com seu marido e sem conseguir nenhuma mudança de atitude por parte dele, Marina decidiu se separar. Foi quando retomou os estudos e passou a ter um emprego remunerado, lhe garantindo uma renda própria. Mas, para isso, ela teve que se mudar para cidade ficando longe do trabalho no campo e de seu sonho de ter um sítio diversificado, produtivo e agroecológico.

6.2. Como eram as relações de gênero das mulheres entrevistadas, antes e depois, de entrarem para o MMC?

Como foi visto no referencial teórico, mais especificamente no capítulo 2, pudemos perceber, na civilização ocidental, a construção de *habitus* específicos para homens e mulheres, baseados na lógica da dominação. Ou seja, pudemos ver a consolidação de uma herança social que influencia a participação social, dependendo do gênero da pessoa. Essa herança, que é inscrita nas estruturas do pensamento, da percepção, da ação, orienta a trajetória e a reprodução social, segundo os valores da lógica da dominação, que fundam esses diferentes *habitus* (homem domina, mulher é dominada). Com isso, da mesma forma, permitem a reprodução da violência simbólica.

Por mais que, ainda hoje, só tenhamos algumas hipóteses sobre a origem do patriarcado, estudos sobre a Antiguidade (LERNER, 1985) já revelam elementos da construção dos *habitus*, feminino e masculino, que colocam a mulher como subordinada ao homem. Se a princípio, temos nas relações sociais e familiares, a definição desses diferentes papéis, nos quais as mulheres vão gradualmente perdendo sua autonomia (primeiro, sendo intercambiadas, depois, escravizadas); em seguida, com a formação dos estados arcaicos, os papéis das mulheres passam a fazer parte do sistema legal, jurídico, dessas sociedades. Ou seja, os interesses econômicos e políticos do Estado passam a regular a vida das mulheres na forma de leis¹⁰⁰.

O próximo passo, nesse percurso histórico, será a criação do monoteísmo judaico-cristão. No qual, esses *habitus* vão fazer parte também das explicações religiosas, metafísicas, das relações sociais.

Gostaríamos de lembrar aqui, alguns valores e ideias que foram criados e transmitidos pela Igreja Católica que, como pudemos observar, talvez não tenham conseguido se enraizar e dominar todos os espaços das sociedades feudais (que ainda traziam consigo muito forte influências de suas antigas culturas pagãs), mas que nos séculos posteriores terão muita influência na vida das mulheres, estando vivos até hoje em nossas culturas que foram colonizadas pelos povos europeus. Essas ideias e valores, criados nesse período, poderão explicar muita coisa do que foi encontrado nos resultados de nossa pesquisa.

É na Idade Média que irá se iniciar a difusão da ideologia católica. Essa ideologia pregava a inferioridade natural das mulheres perante os homens. Surge a versão de que o princípio que rege os homens é o da razão, e o das mulheres, o do desejo. Logo, Eva, por ter pecado, por ter já esse princípio do desejo lhe governando, tem como castigo, não só o parto com dor, mas a eterna submissão a seu marido. As mulheres são vistas como incapazes de

¹⁰⁰ Como foi visto: a diferenciação jurídica da mulher, na mesopotâmia, estará ligada as suas relações sexuais.

governarem a si mesmas. Elas seriam seres imaturos e eternamente dependentes de um tutor masculino. Uma mulher sem um homem lhe governando não teria futuro e era condenada pela sociedade. A mulher não podia questionar as ordens do homem. A mulher não tinha direito nem condições intelectuais para administrar suas próprias riquezas. Para uma mulher ser inteira, moral e ter condições de conseguir a salvação pós morte ela teria que se submeter a seu marido que a guiaria pelo caminho do bem (DUBY, 2001).

O véu agora não é mais utilizado para diferenciar o status jurídico das mulheres a partir de suas atividades sexuais: esposa X prostituta. O véu agora é para cobrir o seu pecado, a beleza feminina é fonte de pecado que pode levar o homem a perder sua razão. Agora, toda mulher é naturalmente fonte do pecado e sua única salvação é a total submissão a um tutor masculino (pai, marido, filho, etc.). Ou seja, ocorre uma passagem do que era um interesse material prático das sociedades patriarcais nos seus primórdios (a transmissão da herança), para a criação de uma ideologia, uma cultura de naturalização de uma essência feminina inferior a do homem. Ocorre a sacralização da inferioridade da mulher.

E todos esses valores e formas de pensar vão, lentamente, se constituindo nos *habitus* femininos e masculinos, fortalecendo a violência simbólica contra as mulheres. Nas entrevistas realizadas encontramos, nas falas das camponesas, resquícios muito fortes dessa ideologia e cultura medieval.

Mas, por outro lado, como vimos no capítulo 3, existem meios para a superação do patriarcado, para a superação da lógica da dominação. E isso seria possível através do processo de conscientização trazido, tanto por Freire (1987), como por Iasi (1999). Essa conscientização não é puro subjetivismo, mas a dialética entre subjetividade e objetividade. Ou seja, é a práxis: a partir da situação real e concreta dos indivíduos, estes passam a refletir sobre sua situação de opressão na sociedade e, com essa reflexão crítica, começam a agir com o intuito de transformá-la, de humanizá-la.

Essa conscientização só é possível pelas contradições que surgem no mundo humano, entre as relações concretas da vida social e as ideologias que buscam explicar essas relações e legitimá-las (IASI, 1999). E através da pedagogia para a libertação, a partir da análise da própria realidade, do sujeito por ele mesmo, que questiona as teorias que visam legitimar sua opressão, esse sujeito pode avançar nos seus estágios de consciência, reconhecendo as contradições e atuando no mundo para superá-las (FREIRE, 1987).

E como Freire (1987) afirma, esse processo de conscientização só é possível através da comunicação, “*na autenticidade de outro pensar, mediatizados pela realidade*”, ou seja, na intercomunicação, em um processo que é tanto coletivo, quanto individual.

Será a partir desses elementos, então, que faremos a análise dos resultados de nossa pesquisa.

6.2.1. Subordinação e Dependência: herdada ou imposta?

Em nossa pesquisa, todas as camponesas afirmaram que, em sua infância, observaram que suas mães não discutiam com seus pais, que elas nunca questionavam as decisões do marido e sempre seguiam o caminho que ele escolhesse.

Em relação à administração do dinheiro, também é uma constante o predomínio do pai. Sendo que a mãe, muitas vezes, nunca havia tocado em uma nota de dinheiro, ficando sob a responsabilidade do homem a compra de tudo que fosse necessário para a casa, os filhos e a mulher. O próprio homem comprava as vestimentas da mulher, ou os tecidos para que ela confeccionasse as roupas.

Segundo Dona Ana, a mulher no tempo dela não tinha direito a nada, pois o mundo era dominado pelo homem. Para ela, isso tudo era normal, por isso, não questionava. Já que via seus pais e a comunidade toda se comportando daquela forma, na qual quem mandava era o homem. *“O pai nunca consultava a mãe. Ele dizia vamos fazer isso e pronto. Era assim primeiro. Os homens diziam: nós vamos fazer isso, ou eu vou fazer isso. E a mulher só acompanhava. Ela não tinha que querer naquele tempo”* (Dona Ana).

Na vida de Dona Orquídea não foi diferente. Ela conta que sua mãe não tomava decisão, aceitava tudo o que o pai mandava. Quem controlava o dinheiro também era o pai, era ele quem comprava até as roupas, tecidos para a confecção de vestimentas, para a família toda.

Nestes dois casos, já é possível ver a influência do *habitus* na vida de Dona Ana e Dona Francisca. As mulheres obedeciam aos maridos porque “sempre foi assim”, “era assim em todo lugar”, ou seja, uma herança social que determina a trajetória das mulheres e contribui para a reprodução social da forma como foi constituída, em um passado longínquo, até os dias atuais. É a ação da violência simbólica: as mulheres legitimando formas de ser e agir que as oprimem, pois não possuem alternativas para o pensar, sentir e agir.

A história de Marina revela a falta de alternativa para uma mulher casada e com filhos e que precisa suportar a vida conjugal. Ela retoma um passado mais longínquo, no qual ela ainda não havia nascido, mas sua mãe havia lhe relatado. Ela conta que antes de Marina nascer sua família era “bem de vida”, eles tinham uma bodega (bar). Mas, como o pai dela bebia muito, eles perderam todo o dinheiro e tiveram que vender o bar. A mãe que tinha se criado em uma casa de freiras, pois seus pais a haviam abandonado, nunca questionava o

marido, nunca o contrariava. Certa vez, ele levou uma mulher para dentro da casa deles, para a cama deles, mesmo com a mãe estando em casa. Ela vendo tudo isso, ficou calada, pois o que ela iria fazer? Com dez filhos? O que ela poderia fazer senão aceitar a situação? Essa cena teria se reproduzido todo o tempo em que eles tiveram a bodega, até que cessou quando perderam tudo e foram trabalhar no campo.

Neste caso, é difícil saber se caso a mãe de Marina tivesse condições financeiras naquele período, ela se separaria do marido. Pois, havia muita pressão da sociedade e da família para que a mulher nunca se separasse do homem e a formação cultural da mulher de sempre respeitar e aceitar as decisões/attitudes do marido. Todavia, não podemos descartar aqui a reflexão dessa dependência econômica que surge fruto de uma sociedade fundada na cultura patriarcal, na qual a mulher é impedida de estudar, não tem acesso a trabalhos bem remunerados, nem formação para isso. Ou seja, a sociedade se estrutura de tal forma no capitalismo, como bem explica Saffioti (2013), que a ideologia (cultura/religião) cria impedimentos materiais (políticos/econômicos) para a emancipação das mulheres.

A história de Maria talvez seja a mais emblemática, pois ela capta as relações com a sociedade como um todo, já que em sua família não tinha uma figura masculina.

Filha de mãe solteira e com mais uma irmã mulher, apesar de nunca terem sofrido opressões dentro de casa, elas sofreram imensos preconceitos na sociedade por serem mulheres vivendo sem nenhuma figura masculina ao lado. A mãe de Maria havia se casado aos 28 anos e quando sua primeira filha completou nove meses, seu marido foi assassinado. Viúva, após três anos, conheceu o pai de Maria, viveram juntos por seis meses, mas a relação não deu certo e se separaram, nesse período ela já havia engravidado. Maria nunca conheceu seu pai.

Maria relata uma infância extremamente sofrida, como não tinham terra, apenas a roupa do corpo, elas mudavam muito de comunidade/casa, pois sua mãe sempre trabalhava para receber em troca apenas um local onde pudessem dormir. Os lugares que conseguiam para dormir variavam bastante. Às vezes era um espaço dentro da casa, mas em geral eram as garagens, os galpões, os estábulos, os chiqueiros, paióis. Ela expõe com detalhes os dias em que não conseguiam dormir à noite devido ao frio intenso e como sua mãe sempre as reconfortava com palavras de esperança.

Maria conta a luta que era cada dia para conseguirem comida e como em muitos dias não tinham, realmente, o que comer. Elas comiam o resto da comida dos patrões, mas, às vezes não tinha resto. Às vezes era lavagem. Às vezes, sua mãe precisava pegar escondido

batatas nas lavouras próximas para terem o que se alimentar e terem forças para trabalhar no dia seguinte.

Por ser mulher minha mãe sofria preconceito muito grande, além dos preconceitos ela sofria assédios, muitos assédios, por ser mulher, por ter duas filhas. Chegava nas casas pedir trabalho, era assediada, então, a gente passou, por vários perrengues. Nós, enquanto meninas, também fomos assediadas junto. Mas nunca chegou a acontecer o ato, mas a gente sempre foi assediada (Maria).

Maria afirma que as pessoas que as assediavam sabiam que eram filhas de mãe solteira, o que naquela época não era aceito. “*Que toda mulher que morava sozinha, pra cuidar de duas filhas, era uma mulher biscate, enfim, uma mulher vulgar que o futuro nosso ia ser o mesmo. Que jamais uma mulher sozinha poderia dar uma boa educação para as filhas*”. Ao perguntar se elas tinham tentado denunciar os assédios na polícia a resposta foi: “*Nossa, mas nem era ouvida! Na época! Se a gente fosse fazer uma denúncia na polícia a gente não era ouvida. Teria que levar uma figura paterna para dizer, ser o nosso porta voz*” (Maria).

A opressão de gênero da comunidade/sociedade em sua família era dupla, por serem mulheres e intensificada pelo fato de serem mulheres vivendo sem nenhum homem “para cuidar delas”.

Quando a gente ia roçar beirada de estrada, passava uma estrada no meio, vizinhos passavam e diziam que nosso futuro só tinha um, que nós seríamos prostitutas, porque a gente era criada só por uma mulher, porque não tinha nenhum homem para comandar, vamos dizer assim. Que naquela visão de que para uma família para ser constituída ela teria que ter um homem, se não a gente não iria ter futuro nenhum (Maria).

Aqui fica visível a influência da ideologia da Igreja Católica disseminada na Idade Média, ecoando até hoje em nossa cultura. A mulher seria guiada pelo princípio do desejo, se não houvesse um homem para tutelá-la ela seguiria o caminho da volúpia, da luxúria, do mal. Por isso, Maria e sua irmã, segundo a sociedade, não tinham futuro, porque não tinham um homem para educá-las.

Nesse sentido, vemos a sociedade impondo uma dependência e subordinação na vida de Maria. Pois, dentro de sua criação familiar, sua mãe não lhe ensinava a ser submissa, nem dependente de ninguém ¹⁰¹. Mas a sociedade, através da herança cultural, gravada nos *habitus*, impunha essa forma de ser para elas, essa violência simbólica.

¹⁰¹ Aqui podemos já observar a limitação dos conceitos de *habitus* e violência simbólica de Bourdieu (2015). Pois, a princípio, segundo estes conceitos a mãe de Maria teria que continuar transmitindo a herança cultural que ela recebeu, de sua família e sociedade, para suas filhas. Todavia, as situações de opressão e sofrimento que a mãe de Maria vivenciou em sua vida, as diversas dificuldades por ter que criar, sozinha, duas filhas mulheres em uma sociedade machista; tudo isso (e outros elementos não apreendidos na entrevista) deve ter evidenciado, para a mãe de Maria, as contradições da sociedade. Isto fez com que ela mesma iniciasse seu processo de conscientização e rompesse com o *habitus* que lhe foi transmitido pela sociedade. Com isso, não transmitiu os valores de submissão e dependência para suas filhas.

Tudo isso que Maria sofreu, em sua infância e juventude, lhe propiciou pensamentos críticos sobre suas experiências pessoais e sobre a sociedade. Ela sabia que aquilo estava errado, que a sociedade não podia ser tão opressora com sua família. Sendo assim, a própria experiência de vida de Maria foi o início de seu processo de conscientização. Todavia, abordaremos este tema somente mais à frente, no item 6.2.5.

6.2.2. Educação

Outro ponto da infância e juventude dessas mulheres diz respeito à educação. Segundo alguns relatos, seus pais não viam a educação como sendo algo necessário para as mulheres, acreditavam que elas poderiam aprender coisas imorais na escola e que, saber ler e escrever, era uma função necessária apenas para homens.

Segundo Dona Orquídea, os pais colocavam as meninas na escola uma semana, mas logo já não as levavam mais. Ela conta que ela e sua irmã não aprenderam a ler, pois era prioridade ficar em casa para ajudar a criar os irmãos ao invés de ir para a escola. Todos os irmãos homens, por sua vez, tiveram a oportunidade de estudar, pois, segundo o pai de Dona Orquídea, o homem tinha que saber ler e escrever, e a mulher não. No futuro, já no reassentamento, Dona Orquídea conseguirá se alfabetizar.

Dona Ana inicia seu relato logo falando dos estudos. De como seu pai não a deixava estudar. Segundo ela, ele dizia que na escola se aprendia muita coisa errada, ou seja, que não estavam dentro dos padrões do que eram considerados “bons costumes” para as mulheres. Mas, havia uma tia que se dispôs a ensiná-los em casa, com isso ela e seus irmãos foram alfabetizados.

Nesse sentido, observamos os preceitos morais oriundos da religião imperando aqui ao buscar manter a mulher no âmbito doméstico, ficando longe de influências e tentações do mundo público, estando apenas sob o comando de seu tutor masculino. A mulher teria sido feita para servir. Eterna subordinada do homem, o seu destino é o trabalho em prol da família, marido e filhos. E, para isso, elas não precisam saber ler e escrever, apenas precisam saber as prendas domésticas que eram passadas de mães para filhas.

Da mesma forma, vemos aqui também o aprofundamento da dependência da mulher ao homem, sobretudo na questão financeira, já que a mulher não tem acesso aos estudos, à formação profissional, não terá acesso também a um cargo de trabalho melhor remunerado, caso ela tivesse necessidade ou interesse de se emancipar economicamente.

Sendo assim, fica evidente a divisão sexual do trabalho ¹⁰², na qual se determina que a mulher está destinada ao trabalho privado, enquanto o homem ao público.

Esse ponto também nos remete à discussão feita no capítulo 2 (item 2.3), sobre a construção do *habitus* no qual as mulheres são socializadas para nunca fazerem parte dos “jogos de poder”, e apenas para servirem e amarem aqueles que fazem parte desses “jogos”, ou seja, os homens. Da mesma forma, evidencia a construção da dependência da mulher em relação aos outros, como constitutiva de seu ser.

As outras camponesas também tiveram dificuldades para estudar, mas elas relatam mais o fator da localização da moradia, que sempre era muito longe das escolas. Mesmo assim, elas faziam um grande esforço para conseguir ir à escola. Maria conseguiu terminar o segundo grau na juventude, mas Eva e Marina só conseguiram retomar os estudos quando adultas.

6.2.3. Divisão Sexual do Trabalho

Em relação à divisão sexual do trabalho, percebemos que na história do ocidente (e aqui a dos camponeses da Idade Média também) todos os trabalhos ligados à casa sempre estiveram sob o domínio feminino (como foi visto anteriormente) (PIPONIER, 1990; WEMPLE, 1990), enquanto que os trabalhos, realizados mais distantes da moradia, eram feitos pelos homens. Todavia, as camponesas também sempre trabalharam na lavoura, na horta, na criação dos pequenos animais e com os laticínios (PIPONIER, 1990; WEMPLE, 1990). E essa divisão se manteve até os dias atuais. É difícil saber aqui se, nesse passado histórico, as mulheres camponesas sempre trabalharam mais do que os homens como os relatos atuais revelam que trabalham. O que sabemos é que todo o trabalho relacionado à casa e suas redondezas, historicamente, foi um trabalho considerado feminino. Dessa forma, essa herança cultural deixou essa marca (*habitus*) que, mesmo em casos onde o homem não tenha tanto trabalho quanto a mulher, ele não a ajuda, pois estes serviços são considerados femininos. Ou seja, isso foi enraizado de tal forma na cultura, que um homem sente sua virilidade ferida por ter que realizar trabalhos considerados femininos.

E aqui nós temos, mais uma vez, as reflexões de Bourdieu (2015), sobre a diferenciação dos *habitus* na formação das sociedades. Com a formação de sociedades e culturas baseadas na lógica da dominação, temos na raiz dessa sociedade princípios que vão definir que um gênero é melhor do que o outro, logo, isso permitiria a dominação de um sobre o outro. Sendo assim, no processo de socialização dos indivíduos dessa sociedade, é

¹⁰² A divisão sexual do trabalho será trabalhada no próximo item.

fundamental diferenciar muito bem os gêneros, para que o masculino não seja influenciado pelo feminino, logo, por aquilo que é caracterizado como inferior. Com isso, na educação dos meninos, se dará ênfase para as características que são estabelecidas como masculinas: a virilidade, a força, a honra, o espírito de dominação. Já as meninas, ao contrário, serão socializadas para a docilidade e submissão. Sendo assim, um homem realizar uma função/trabalho, que foi determinado, historicamente, como sendo feminino, tem a sua masculinidade ameaçada perante os olhos da sociedade e de sua própria família.

Outro ponto importante é a passagem do feudalismo para o capitalismo. Pois, com a introdução da dicotomia “valor de uso” *versus* “valor de troca”, com o avanço do capitalismo, como foi visto, as mulheres ficaram responsáveis pela produção de valor de uso (que socialmente foi perdendo seu valor, que são os trabalhos domésticos e ao redor da casa) e os homens ficaram responsáveis pelo valor de troca (que foi lhes conferindo grande poder, já que eles tinham o controle total da administração financeira da casa e estava ligado com a esfera pública e política). E isso se deu, justamente, como foi visto, devido à herança cultural da Idade Média, na qual a mulher precisa se resguardar em casa, não se expor, cuidar da casa e do marido, ou seja, não ter acesso aos espaços de poder para que não perdesse o seu papel de submissão que lhe estava designado pelas Escrituras Sagradas e pela vontade divina.

Com isso, como foi visto, o sistema capitalista pode tirar imensas vantagens para explorar cada vez mais o trabalho da mulher, seja dentro de casa (trabalho sem remuneração), seja fora de casa (trabalho muito mal remunerado, já que a mulher era considerada inferior e esse não era o seu lugar) (SAFFIOTI, 2013).

Na história das mulheres entrevistadas elas descrevem como era a divisão sexual do trabalho em suas famílias na infância e juventude.

As meninas faziam o mesmo trabalho que a mãe: lavavam a roupa, limpavam a casa, faziam comida. Lavavam a roupa na hora de meio dia, como diziam (rindo), enquanto descansava o almoço [os homens descansavam], lavavam roupa. Era assim antigamente, os homens não ajudavam em nada em casa. Além disso, a mãe fazia o mesmo serviço que o pai na roça (Dona Orquídea).

O pai de Dona Orquídea cuidava da lavoura e os filhos homens quando cresciam ajudavam nela também. A mãe e as filhas mulheres também trabalhavam na lavoura e, além disso, cuidavam de todos os outros serviços: horta, canteiros de ervas medicinais, criação de animais (galinhas, porcos, vacas), lavagem de roupa, preparo dos alimentos, lavagem da louça, limpeza da casa, cuidado das crianças, costura de roupas. Apenas pegar água e cortar lenha que era serviço de todos.

Marina conta que o trabalho dos homens (pai e irmãos quando mais velhos) era o de derrubar o mato e cuidar da lavoura de milho/feijão. Já o da mãe, apesar de não participar da

derrubada de mato que era feita com machado, trabalhava na lavoura de milho/feijão, fazia a horta para o autoconsumo da família, cuidava das ervas, criava as galinhas, cortava lenha, e fazia todo o trabalho da casa (cozinhar, lavar louça, limpeza, lavagem de roupas e cuidado com os filhos). As filhas, quando maiores, passam a ajudar a mãe em todos esses trabalhos que a mãe fazia (a partir de 10 anos iam para a lavoura também, assim como a mãe, arrancar feijão, quebrar milho, etc), já os filhos homens não, eles não realizavam nenhum trabalho doméstico, trabalhavam só na lavoura, da mesma forma que o pai. Ela conta que a mãe era muito trabalhadora, que, mesmo grávida, trabalhava até a hora do parto. Um de seus filhos nasceu em uma carroça, pois ela estava trabalhando na lavoura no momento em que se iniciou o trabalho de parto.

A história de Eva é singular, pois desde pequena ela observava a divisão sexual do trabalho dentro de casa e se questionava sobre isso. Essa indignação que surgiu da observação das desigualdades passa a lhe gerar um processo de conscientização, pois ela gravou isso na memória e luta para que a história de sua mãe não se reproduza em sua própria vida.

Eu via meu pai e minha mãe, os dois indo para a roça e eu uma menina pequena, cuidava da casa, fazia tudo o que eu podia fazer, mas quando chegava meio dia quem ia cozinhar era minha mãe, eu muito pequena mesmo, 4 ou cinco anos, já cuidava do meu irmão um ano mais novo. E o pai ia tomar chimarrão, ele ficava conversando, ela cozinhando, ele entregava o chimarrão para ela, mas ele sentado e ela correndo, né?! Pra qualquer pessoa na época isso era mais que normal. Mas para mim, me incomodava. Então, terminava de almoçar, meu pai ia dormir, minha mãe ia para a sanga [rio/córrego], onde se lavava a roupa de joelhos. Então minha mãe ia lavar as roupas. Quando ela voltava, ele já tinha descansado e já tava pronto para ir pra roça, e ela não tinha descansado e tinha que estar pronta para ir para a roça. E eles faziam os mesmos serviços na roça [carpir, arrancar feijão, quebrar milho, etc]” (Eva).

Nesse sentido, vemos aqui também surgir em Eva o início do seu processo de conscientização, já que ela começa a se questionar sobre os valores da cultura patriarcal e a se propor novos valores. Mas abordaremos melhor esse assunto no item 6.2.5.

Após o casamento, a vida de algumas dessas camponesas mudou. Tanto Maria como Eva já se questionavam desde muito jovens sobre as relações injustas entre homens e mulheres na sociedade. Isto fez com que elas procurassem se envolver em relações onde seus parceiros, de certa forma, pensassem de maneira mais aberta e que as respeitassem como indivíduos e questionassem os padrões da sociedade machista. Todavia, Dona Orquídea, Marina e Dona Ana, não tiveram esse tipo de reflexão na juventude e acabaram reproduzindo em suas vidas de casadas os mesmos padrões (*habitus*) nos quais foram criadas, das relações que seus pais tinham entre si.

Eu tenho só uma filha mulher e cinco homens. Criei eles do mesmo jeito que fui criada. A filha com oito anos já lavava roupa pra mim. Eu ia pra roça e pedia pra ela ensaboar toda a roupa. Eu dizia, tem que aprender, porque o dia que ela casar tem

que saber fazer as coisas. E eu precisava de ajuda, pra você ver, só uma menina, o resto tudo piá, tudo sujando roupa (Dona Orquídea).

Aqui observamos, então, a reprodução social do *habitus*, definindo diferentes tarefas segundo o gênero do indivíduo. É a herança cultural incorporada sendo reproduzida, de geração a geração.

Dona Orquídea conta que o marido não ajudava em nada nos trabalhos domésticos, até a lenha era serviço dela, por isso, de tanto cortar lenha, hoje ela não pode cortar mais, devido a problemas de saúde.

Podemos ver, com isso, que a divisão sexual do trabalho gerou uma sobrecarga de tarefas muito grande na vida dessas mulheres. Pois, além de fazerem o trabalho, que seria remunerado depois, junto com o marido, os trabalhos domésticos, eram feitos exclusivamente pelas mulheres. E elas não tinham nenhum controle sobre esse “valor de troca” que elas contribuíam para criar, pois quem sempre administrava o dinheiro eram os maridos. E isso, como veremos melhor no próximo item, corresponde a uma contradição entre prática e ideologia nas sociedades baseadas na dominação masculina.

A sociedade machista irá se constituir, a partir da formação de papéis e tarefas diferenciados: o que é função de homem e o que é função de mulher. Nas comunidades rurais, embora as mulheres tenham bem definido as suas tarefas como sendo exclusivamente suas, elas também exercem o mesmo trabalho que os homens: o trabalho na lavoura. Mesmo que este trabalho possa ser considerado apenas como uma ajuda, que a mulher dá ao homem (embora, saibamos que a mulher trabalha tanto quanto o homem na lavoura, pelos mesmos períodos, como exposto pelas entrevistadas). Isto dá margem para o questionamento: se a mulher ajuda o homem nos serviços que, supostamente, seriam exclusivos seus, porque o homem não pode ajudar a mulher nos serviços que seriam exclusivos dela? Abordaremos melhor essa questão no item 6.2.5.

6.2.4. Violência Física, Psíquica e Emocional

Outro tema que apareceu em nossas entrevistas foi sobre a violência física, psíquica e emocional que as mulheres entrevistadas sofreram em sua história de vida, pelo fato de serem mulheres.

Marina conta que o marido sempre tomava a decisão de tudo. Certa vez, eles entraram em uma discussão, o que era muito difícil, pois ela nunca o contrariava. Ela havia separado a casca do grão (“abanado”) do arroz e ele afirmava que ela não havia feito este serviço. Ela “*teimou com ele*” por causa do arroz e ele jogou uma panela na cabeça dela. Ela conta que não

chegou a machucar fisicamente, mas emocionalmente doeu muito. Era a primeira vez que ela tinha enfrentado ele.

Ela, muito chateada, pegou os filhos e ficaram oito dias na casa do seu irmão. Mas, com a família toda pressionando para que ela voltasse, ela acabou cedendo. Ele nunca se desculpou. Depois disso, Marina afirma que nunca mais revidou, pois não adiantava questionar, que só iria levar a brigas. Ela conta que se resignou.

Marina tomou coragem para colocar a opinião dela na discussão, mas, como resposta, obteve violência e agressão. Isso a enfraqueceu e fez com que, naquele momento, ela perdesse coragem para buscar seu empoderamento e se resignou. Todavia, essa história ficou guardada em sua memória e ela será resgatada em momentos futuros, quando ela toma coragem, a partir da força que suas companheiras lhe deram, para se empoderar.

6.2.5. O Processo de Conscientização e Empoderamento

O que podemos perceber desses relatos é que essas mulheres tiveram suas vidas muito influenciadas por uma ideologia cultivada há séculos atrás. Uma cultura, um *habitus*, no qual não lhes era permitido discutir, questionar o homem, não lhes era permitido administrar o próprio dinheiro, não lhes era permitido expressar suas opiniões, ter uma participação política na sociedade. Seus estudos eram muito restritos, seus trabalhos eram muito extensos e penosos, uma mulher nunca poderia viver sem um homem e educar suas filhas sem uma figura paterna também, enfim, uma mulher era sempre “dependente”, sem nunca haver a possibilidade de ser um indivíduo emancipado. Isso tudo faz parte da consolidação de um *habitus* e violência simbólica que foram sendo construídos, gradualmente, em nossa sociedade e passados de, geração a geração, até chegar a dessas mulheres.

A questão a ser discutida agora é: como superar essas relações de dominação? Como superar o patriarcado?

E como vimos no referencial teórico, entendemos que essa superação seja possível através do processo de conscientização (FREIRE, 1987; IASI, 1999). E os relatos, das mulheres entrevistadas, nos indicam isso também.

Pudemos observar que a participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi crucial para esse processo de conscientização das mulheres.

A entrada no movimento trouxe mudanças para a vida de todas essas mulheres e todas são vistas como sendo positivas. Em um caso permitiu a manutenção de uma relação que poderia se acabar, em outro, levou à separação do casal como o meio encontrado para a mulher conseguir seguir seus sonhos. Em todos os casos, em diferentes níveis, o movimento

levou à conscientização e empoderamento dessas mulheres, umas mais, outras menos. Mas, em todas as histórias, houve uma ampliação da consciência das relações de gênero, nas quais estavam envolvidas. Por fim, a participação no movimento ajudou a formar um grupo atuante de mulheres no reassentamento que têm conseguido trazer conquistas importantes para as pessoas desse local.

Começamos, então, pela história de Dona Orquídea. Além das questões relacionadas ao cultivo de alimentos e ervas medicinais, ela valoriza as aprendizagens sobre as questões de gênero. Segundo a entrevistada, houve aprendizado de coisas que ela considera muito importante e que todos deveriam saber, mas que ela nunca tinha ouvido falar. Com esses conhecimentos sobre as relações de gênero, ela percebeu a possibilidade de novas formas de se expressar na vida, de não se acomodar com os costumes estabelecidos e se manter sempre subordinada ao marido e aos filhos. Nesse sentido ela passa a ter coragem para debater com o marido, ou seja, reivindicar sua participação nas diferentes tomadas de decisão, que envolvem a vida de um casal.

Segundo Orquídea, antes ela não tinha autonomia, afirma que sofria calada, hoje ela questiona, conversa, dialoga. Diz que não houve grandes conflitos, era tudo uma questão de iniciar o diálogo, de começar a contestar algumas coisas. Como será visto, no aspecto produtivo no próximo item, Dona Orquídea começou a participar mais do planejamento da propriedade e das finanças, depois que tomou coragem para reivindicar sua participação e voz com a entrada no movimento.

No caso de Dona Orquídea ela já havia conquistado certa autonomia pela necessidade de trabalhar fora de casa, administrar o próprio dinheiro. Mas só isso não foi suficiente para que ela questionasse as relações de gênero dentro e fora de casa. Foi apenas com a entrada no MMC que ela começou a questionar certas coisas, tomar coragem e buscar transformações. Ou seja, apenas o empoderamento econômico (STROMQUIST, 1995; LEÓN, 2016) não é o suficiente para a mulher desenvolver seu processo de conscientização, de autoestima, de reivindicação, etc.

Foi apenas com a entrada no MMC, que D. Orquídea deu início ao seu processo de conscientização. Pois, nas suas relações objetivas, concretas, ela já exercia funções que, supostamente, seriam feitas apenas pelo marido: trabalhar fora de casa, ter um trabalho remunerado. Mas, todavia, ela não participava das decisões sobre os processos produtivos dentro de sua unidade familiar. Ou seja, ela tinha os mesmos “deveres”, mas não os mesmos “direitos”, que o marido.

Ao entrar no movimento, essa contradição se torna consciente, e a reflexão que passa a ser feita sobre essa situação, a revela como opressora. Essa constatação leva ao desejo de mudança, ao desejo de humanizar-se, de não ser mais oprimida. De ter os mesmos direitos.

Do que pudemos compreender da história de vida de Dona Orquídea, o seu processo de consciência, só se inicia com a entrada no MMC. É fazendo parte do movimento, que ela supera a primeira forma de consciência, e atinge a consciência em si, de reivindicação (IASI, 1999). Fortalecida pelo grupo, em comunicação com este, ela percebe as opressões nas quais estava envolvida e toma coragem para poder superá-las dentro de sua família.

Esse processo, então, é um imenso passo para que Dona Orquídea se torne sujeito, que tenha autonomia, que possa fazer parte da construção de sua história, participando do diálogo e das decisões coletivas tomadas em sua família. A partir do momento em que sua voz é ouvida, suas opiniões são levadas em consideração, dentro de uma discussão sobre os rumos da propriedade agrícola, isso significa que ela começa também a fazer parte dos chamados “jogos de poder” (BOURDIEU, 2015). Ou seja, ela não é mais mera espectadora, que serve ao marido, consentido com todas as suas decisões. Ela agora participa também, como sujeito, dessas tomadas de decisão.

Já Marina, quando começou a participar das reuniões do MMC, percebeu a quantia de coisas erradas que ela estava ensinando aos seus filhos. Uma delas era em relação à divisão dos trabalhos domésticos. Como sempre foi ela e a filha que faziam tudo, nunca conseguiu fazer com que o marido e os filhos ajudassem nas tarefas domésticas, depois que o movimento despertou nela uma visão mais crítica. Ela conta que o marido chegava em casa e se deitava, enquanto ela não parava de trabalhar. Os filhos homens vendo isso, faziam o mesmo que o pai. Ela começou a pedir ajuda, já que ela trabalhava em todos os serviços da propriedade. “*Sempre fui falando, achavam que eu estava brincando*”.

Marina decidiu se separar, não só pela questão da divisão sexual do trabalho, mas pela violência emocional que sofria, a falta de respeito e de diálogo que ela começou a perceber em seu marido. Além de trabalhar, Marina voltou a estudar. Hoje ela está tentando concluir o ensino fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A ideia é concluir o ensino médio. Ela conta que fazer parte do MMC fez despertar a coragem nela. Senão ela nunca teria tido a iniciativa de se separar do marido. Ela nunca teria entendido a importância da divisão do trabalho doméstico. Não teria retomado os estudos. Não deixaria de ligar para o que as pessoas pensam sobre o que é certo ou não uma mulher/mãe fazer.

Nesse sentido, percebemos que o MMC foi fundamental para o processo de conscientização de Marina. Pois, primeiro ele permitiu que ela passasse a identificar as

opressões, as quais ela estava submetida, em seguida, deu força e coragem para que ela buscasse transformar essa realidade através do diálogo com sua família. Por fim, permitiu que ela fosse atrás de seus sonhos pessoais, como a volta aos estudos, ao invés de viver para os sonhos dos outros, da família, sem nunca poder pensar quais eram os anseios pessoais dela como ser humano. E, com isso, adquiriu também o empoderamento econômico quando passou a trabalhar fora de casa.

Marina só começou a questionar o *habitus*, que ela reproduzia em sua vida, com a entrada no MMC. E isso ocorreu devido ao processo de conscientização gerado com a participação dela no movimento. Dentro do movimento, se discute muito a questão da divisão sexual do trabalho, da valorização e visibilização do trabalho da mulher, assim como, da sobrecarga de tarefas que a mulher tem. Participando dessas discussões, Marina começou a identificar uma das opressões que ela sofria: a sobrecarga do trabalho.

Como foi dito anteriormente, no âmbito rural, nós temos uma contradição explícita das sociedades baseadas na dominação masculina. Foi visto como essas sociedades se fundam na divisão do que é masculino e o que é feminino: desde formas de se vestir, se comportar, falar, como as tarefas a serem executadas. Nas comunidades rurais existe uma ruptura nessa lógica. Já que as mulheres passam a realizar tarefas que (mesmo sendo consideradas apenas como ajuda), supostamente, deveriam ser, exclusivamente, masculinas. Sendo assim, surge a pergunta: se eu posso ajudar meu marido na lavoura, porque ele não pode me ajudar com os serviços domésticos, com o cuidado com os filhos?

E é exatamente esse tipo de questionamento que o MMC traz em seus encontros e discussões, levando as mulheres a avaliarem suas próprias vidas e reconhecerem essas contradições. Com isso, o movimento propicia a passagem da forma de consciência alienada para a consciência em si, a reivindicativa. Fortalecidas em grupo, essas mulheres passam a reivindicar mudanças dentro de casa. E foi isso que Marina fez. Como não conseguiu criar uma cultura de diálogo e respeito no lar, a saída que ela encontrou, para findar com sua opressão, foi a separação.

Além da questão da divisão sexual do trabalho, Marina sente a necessidade de se constituir como sujeito autônomo, não mais dependente. Como não conseguiu participar como sujeito dentro de sua família, é na sociedade que ela começa ir atrás dessa reivindicação. Ela volta aos estudos. Prática esta que, por muito tempo, foi considerada masculina. Pois, estudar é dar ferramentas para a independência: de pensamento, econômica, social. E o papel da mulher, historicamente, foi construído como sendo o de dependência do outro (BOURDIEU,

2015). Sendo assim, Marina inicia seu percurso para se consolidar como sujeito na sociedade, rompendo com os *habitus* que havia herdado de sua família e sociedade.

Na história de vida da Eva, segundo ela, o movimento trouxe novas perspectivas para sua vida, ajudou-a a perceber o quanto a mulher é discriminada na sociedade. Discriminação esta que sozinha ela não tinha se dado conta de sua dimensão. Como, por exemplo, as mulheres são julgadas pela sua aparência e que jamais uma mulher poderia ser oprimida, agredida, por causa da forma como se veste, se comporta. Para ela, “*homens e mulheres nascem seres humanos e se tornam homens e mulheres a partir de como a sociedade os molda, determina para eles*”.

Percebemos nessa fala da Eva, uma percepção bem aprofundada das relações de gênero. Esta fala revela uma compreensão da gênese dos diferentes papéis e condutas que são atribuídos para os distintos gêneros: masculino X feminino. Ou seja, ela entende o processo social e histórico que vai condicionar as formas de ser, tanto para os homens, como para as mulheres. E como foi visto no item 6.2.3, sobre a divisão sexual do trabalho, o processo de consciência da Eva se inicia desde sua infância.

É na sua infância que ela começa a refletir sobre as contradições que vivencia. Como já foi exposto aqui, nas comunidades rurais existe esta contradição da mulher fazer o trabalho do homem, mas o homem não fazer o trabalho da mulher. Talvez tenha sido a constatação, dessa primeira contradição, apreendida por Eva, que permitiu que ela rompesse com a reprodução do *habitus* em sua vida. Ou seja, ela colocou como objetivo, para si mesma, desde a infância, que ela não queria ter uma relação em sua vida, como a que tinha seus pais. Desde a infância, ela questionava a divisão sexual injusta do trabalho. Mas como era um questionamento isolado, sem comunicação com outras mulheres, sem uma ação, sem ser um processo coletivo, isso, segundo Iasi (1999), se configuraria apenas como uma revolta, ainda não como uma superação da consciência alienada, rumo à “consciência em si”.

No que diz respeito à relação com seu companheiro, Eva conta que hoje essa relação não se baseia mais no ciúme, como era antes.

Quando a gente tem consciência de que a outra pessoa não é propriedade sua, que a outra pessoa está ali porque ela quer estar ali, não porque ela é obrigada estar ali, então, as coisas começam a melhorar. Você tem que conquistar aquela pessoa para ela estar ali todos os dias. Ela não é propriedade sua, não é obrigada a estar ali. É uma relação de confiança (Eva).

Segundo Eva, essa questão do ciúme foi mais difícil para o marido compreender, mas de tanto ela conversar com ele, ele passou a perceber e entender. Da parte dela, que tinha um anseio muito grande pela liberdade e por tempos havia entendido que para ser livre, precisava

ser só, ela começou a compreender que não precisava estar sozinha para ser livre. Era possível ser livre junto com ele.

Nesse sentido, Eva diz que o movimento ajudou para que a sua relação não se acabasse, ao perceber que “*para ser livre, não precisava estar sozinha*”, e o diálogo com o marido, mudanças de atitudes, contribui para que o relacionamento se fortalecesse.

Mas, além disso, existe outro ponto que só se resolveu com a entrada no MMC: a questão da tomada de decisões quanto ao uso do dinheiro e do planejamento da propriedade.

[A administração financeira] foi um problema que nós tivemos a vida inteira. O machismo que imperou foi neste sentido. Ele não me consultava para fazer as coisas, os investimentos, os créditos. Em Três Barras se ele vendia algo, era pouca coisa, ela nem se importava. Mas no reassentamento as maiores brigas que tiveram foi por esse motivo. Ele não pedia minha opinião. Eu me sentia rejeitada, me sentia de fora do que estava acontecendo. E isso durou muito tempo. Até que a gente quase separou por causa disso e daí que a gente foi conversar. Cada vez que a gente ia conversar ele dizia: de novo isso? Agora as coisas funcionam normalmente (Eva).

Ela afirma que isso era um problema que sempre a incomodou, mas foi só quando começou a fazer parte do MMC que conseguiu juntar forças, argumentos e coragem para, enfim, convencê-lo de que o que ele estava fazendo não estava certo.

Podemos observar aqui, então, também na história de vida de Eva, o processo a partir do qual ela vai lutando para se constituir como sujeito. Para poder fazer parte da tomada de decisões de todos os assuntos que envolvem a família e a propriedade agrícola. É a luta para ter voz, para ter autonomia e poder participar de decisões que fazem parte da construção de sua própria história de vida. E essa necessidade de humanização só surge a partir das vivências, diálogos, que ela te dentro do MMC. Ou seja, quando ela começa a colocar a sua própria vida em perspectiva e passa a percebê-la de outra forma, com isso, avança para um processo de consciência maior de sua situação de opressão (FREIRE, 1987).

Uma das coisas muito importante que ocorreu na vida de Eva com a ajuda do MMC, foi a volta aos estudos. Foi a partir de um curso de formação do MMC no qual ela percebeu que havia a algum tempo deixado de ter seus próprios sonhos, como o de estudar. Estudar, para Eva, sempre fora um sonho muito forte, mas ela não estava encontrando condições para isso. Quando ela percebeu que estava deixando esse sonho morrer e isso a estava entristecendo, o MMC conseguiu reanimá-la e também auxiliá-la para entrar em uma faculdade através dos movimentos sociais ¹⁰³.

Com isso, percebemos como o MMC foi importante para o processo de conscientização iniciado por Eva em sua infância e juventude, não só pelas formações do

¹⁰³ Mesmo curso realizado por Maria, mas em outro período, mas, da mesma forma, voltado para militantes de movimentos sociais.

movimento ¹⁰⁴, mas porque este a ajudou a voltar a estudar. Além disso, o MMC lhe auxiliou no empoderamento econômico e político também. No econômico, pelo diálogo que conseguiu ter com o marido e também com a profissão de professora que conseguiu, depois de formada, que lhe proporcionou uma remuneração própria. Político, por toda sua atuação no movimento e no reassentamento ¹⁰⁵.

Percebemos como o MMC foi fundamental na vida dessas mulheres, lhes dando “*coragem e força*” para que pudessem buscar mudar sua realidade, atuando como sujeitos. Ao se reunirem com outras mulheres como elas, cada uma com sua história de vida específica, elas percebiam que não estavam sozinhas, que a injustiça ocorria com todas, e com isso, juntavam força e coragem para enfrentar, cada uma sua batalha pessoal em casa e, ao reivindicarem suas pautas em casa, voltavam mais fortalecidas para o MMC, tornando este cada vez mais forte.

A gente começa a entender que a gente é capaz de fazer alguma coisa, tipo assim, não precisa depender de ninguém, pode se virar sozinha. Sozinha não, [digo, sozinha] em termos de marido, de homem. Eu acho que é bom [participar do MMC]. Eu acho que todas as mulheres tinham que participar para despertar, para ficar mais independente (Dona Ana).

Na história de vida de Maria, como foi descrito anteriormente, o processo de conscientização começou desde a infância. E isto porque, por um lado, o *habitus* de subordinação não será transmitido para a ela através da instituição “família”, pois sua família era diferente da maioria das famílias, era uma família formada só por mulheres. E como sua mãe já havia passado por muita opressão em sua história de vida, ela educa suas filhas de uma forma diferente, buscando valorizar a mulher como sujeito e não como objeto. Valorizando a educação das filhas e alertando sobre os perigos das relações com os homens. Afirmando que elas não só podem, como devem, ser sujeitos por inteiro, independente se têm, ou não, um homem junto de si.

Por outro lado, a própria Maria, a partir de suas vivências, vai percebendo as contradições da sociedade e refletindo sobre isso. Ela vê como sua mãe é capaz de lhe fornecer tudo o que ela precisa para crescer como um ser íntegro e saudável, sem a necessidade de um homem ao seu lado. Mas a sociedade lhe impõe um discurso oposto: de que, para poderem ser educados e terem um futuro, os filhos precisam de uma figura masculina presente. Ela relata que, em conversas com amigas na escola, escutava histórias de

¹⁰⁴ Eva participou de diversos encontros de formação realizados pelo MMC, assim como as outras entrevistadas. Formações que vão desde a discussão sobre as relações de gênero, sobre a produção agroecológica, até a conjuntura política do país, etc.

¹⁰⁵ Eva é uma das dirigentes estaduais do MMC/PR e foi também eleita presidenta da coordenação da Associação do Reassentamento São Francisco de Assis.

violência dos pais contra as mães de suas amigas. E, a partir disso, refletia como sua família tinha sorte de não sofrer o risco desse tipo de violência, justamente, por não ter um homem fazendo parte da família. Mas, ao mesmo tempo, sofria toda a opressão da sociedade por não ter essa figura paterna presente.

No mesmo sentido, a educação que sua mãe lhe passava era uma formação para que ela fosse uma mulher livre, insubordinada, sujeita de si. Nas condições sociais e econômicas em que elas se encontravam, na infância de Maria, mesmo com a consciência crítica de que não deveriam se subordinar a ninguém, as condições materiais e culturais da sociedade as tornavam seres vulneráveis. Mas, toda essa experiência contribui para que ela no futuro procurasse ser livre e ter condições de justiça e equidade em sua vida.

Mas, assim como ocorreu com a Eva, por ser um processo individual, sem dialogar e interagir com outras mulheres na mesma situação, essa consciência ainda se mantinha alienada. As reflexões que ela fazia eram capazes de lhe gerar revoltas. Mas será apenas quando ela começar a dialogar com outras mulheres, sobre suas opressões em comum, que ela avançara para a consciência em si, a da reivindicação (IASI, 1999).

Para Maria, o que marcou muito a entrada dela no MMC foi perceber que as mudanças que ela almejava na sociedade, na busca de equidade de gênero, também eram desejadas por outras pessoas. Ela conta que sua irmã tem sofrido com violência doméstica, e que o movimento tem contribuído com informações que a ajudam a orientar sua irmã.

O que mais modificou na sua vida foram as explicações que ela começou a ter para as diversas opressões que sofreu da sociedade na sua infância e dos preconceitos que continuava sofrendo em sua comunidade por serem, então, um casal diferente, onde ela tinha liberdades que eram vetadas a maioria das mulheres do reassentamento. Como, por exemplo, a liberdade de poder estudar. Além disso, o movimento lhe deu muita força para ir além, se organizar e se fortalecer enquanto grupo de mulheres e fazerem a diferença naquele local onde viviam. Ou seja, nas palavras de Maria, entendemos que o MMC permitiu que ela passasse a ter mais consciência das condições e causas da subordinação nos níveis macros e micros da sociedade. Ou seja, como nos fala Paulo Freire (1987), aumentar o seu campo de percepção. O indivíduo, ao refletir sobre uma antiga percepção que tinha: o que estava presente passa a ser percebido de outra forma. E, com isso, ele avança em seu processo de conscientização.

Mesmo já tendo construído uma boa relação com o marido, Maria irá sofrer com os preconceitos da comunidade em que vive. Esta julga, avalia e critica a vida, dela e de seu marido, segundo os antigos *habitus* de subordinação da mulher ao homem.

Eu sofri muito isso no momento em que eu deixei minha família em casa e fui estudar em uma universidade. Então, a vizinhança toda dizia que eu era uma mãe desnaturada, de deixar os filhos em casa com o marido e ir estudar. E pra ele era tranquilo. Mas, ele sofria isso também por parte de vizinhos (Maria).

Maria engravidou durante o curso, o que dificultou um pouco o processo, pois ela precisou ficar longe de seu filho pequeno por longos períodos. Nessa época ela escutava da comunidade que era louca, que iria perder o marido. Algumas vezes pensou em desistir dos estudos para poder se dedicar mais a família, mas não por causa da opinião da comunidade.

Ela afirma que o reassentamento, apesar de todo o processo de luta pelo qual passaram não modificou em relação ao machismo, que isto ainda está enraizado e naturalizado nas relações sociais. Que existe muito a ser feito, tanto dentro do reassentamento, como no grupo de mulheres. Ela confia muito na transformação que se dá dentro dos próprios lares com a formação dos filhos:

Aí a gente trabalha com as mulheres no sentido de que a gente pode fazer a mudança lá dentro de nosso universo familiar, que ali a gente vai mudar. Se a gente conseguir ter uma mudança dentro da nossa casa, se nossos filhos forem para a comunidade, já vai ter uma mudança lá na comunidade também, e assim vai. Talvez a gente não vá conseguir mudar os nossos companheiros, mas a gente pode mudar os nossos filhos. Porque somos nós que educamos eles. Então, se a gente conseguir fazer a mudança dos nossos filhos a gente conseguiu fazer alguma coisa (Maria).

Esse grupo de mulheres que faz parte do MMC conseguiu unir muita força para realizar ações em benefício do próprio reassentamento. Com isso, elas começaram a ganhar muito prestígio na comunidade e a assustar os homens que eram as lideranças até então.

No reassentamento eles possuem uma coordenação que é formada por delegados de cada comunidade, formando um conselho deliberativo. Mas, esse conselho, sempre formado majoritariamente por homens, estava muito inativo, sem resolver as questões que a comunidade necessitava. Sendo assim, as mulheres começaram a tomar a frente e a resolver diversas questões importantes no reassentamento, referentes aos ônibus escolares, estradas, escola, etc. Elas se deslocavam até a câmara dos vereadores, buscavam informações e conquistavam seus objetivos. Com isso, elas foram ganhando prestígio dentro da comunidade. E isso, segundo Maria, foi incomodando muito os homens que participavam do conselho, dentre outros.

Maria foi, por muito tempo, a única mulher a participar do conselho, mas com o tempo conseguiu trazer a Dona Orquídea e a Eva para dentro. A própria Eva chegou a se tornar presidente dessa coordenação de todo o reassentamento. Mas Maria conta que a pressão sempre foi muito grande, assim como as diversas ameaças que sofriam e sofrem por estarem conquistando tanto poder e prestígio na comunidade.

Além desse espaço conquistado no reassentamento, ela conta que esse grupo, de 30 mulheres, está sempre pronto e disposto para quando for preciso realizar alguma mobilização. Hoje são convidadas para participar de diversas discussões políticas na região Oeste do Paraná, assim como para dar palestras e falar sobre o movimento. A própria Maria relata que foi convidada para fazer parte da coordenação de gênero da Unicafe da região oeste do Paraná. E lá foram tantas outras histórias de preconceitos, opressões, dificuldade de ser ouvida, pelo fato de ser mulher.

Percebemos nas falas dessas camponesas, elementos de um avanço em seus processos de conscientização¹⁰⁶ que as motivam a realizar transformações em suas vidas, ou seja, reflexões que incidem na prática (e vice versa, ou seja, *práxis*). Alguns elementos disso, encontrados nessa pesquisa, são: a conscientização das opressões, às quais elas estavam sujeitas; o retorno aos estudos; o início do diálogo com o parceiro, tomando coragem para colocar suas opiniões e discordar das dele; participar da esfera financeira da economia familiar, do planejamento da propriedade; refletir sobre e buscar introduzir a divisão do trabalho doméstico com os integrantes da família; participação política no movimento e na comunidade; autonomia pessoal, independência; a consciência de que não são propriedade de ninguém, de que não precisam de um marido, de uma figura masculina, para serem pessoas íntegras, completas, capazes e dignas.

Ou seja, percebemos a construção de verdadeiros sujeitos: “*Primeiro eu me reconheço, para poder sonhar coletivamente, reconheço que sou parte do processo*” (Eva).

E o que seria isso, senão o que Paulo Freire (1987) nos fala em sua pedagogia do oprimido:

(...) significa, num primeiro momento, que se descubram como *Pedro, Antônio, com Josefa*, com toda a significação profunda que tem esta descoberta. No fundo, ela implica uma percepção distinta da significação dos signos. Mundo, homens, cultura, árvore, trabalho, animal, vão assumindo a significação verdadeira que não tinham. Reconhecem-se, agora, como seres transformadores da realidade, para eles antes algo misterioso, e transformadores por meio de seu trabalho criador. Descobrem que, como homens, já não podem continuar sendo *quase-coisas*” possuídas e, da consciência de si como homens oprimidos, vão à consciência de classe oprimida (FREIRE, 1987, p. 101).

Segundo Freire (1987), essa descoberta é possível, para os seres humanos, através da ação dialógica, problematizadora de “*si mesmos em seu enfrentamento com o mundo*”. E é

¹⁰⁶ Não buscamos investigar aqui se o processo de conscientização dessas mulheres chegou ao estágio da “consciência para si”, a consciência revolucionária, exposta por Iasi (1999). Pois, entendemos que a passagem, da consciência alienada para a consciência em si, já permite uma mudança profunda no ser das pessoas, sendo que elas deixam de ser “*quase objetos*” e passam a ser sujeitos. Mesmo que, a princípio, ainda seja por lutas específicas, localizadas. Para o objetivo de nosso trabalho, constatar esse primeiro avanço na consciência, já é o suficiente para conseguirmos responder aos nossos objetivos. Buscar identificar se essas mulheres chegaram ao estágio da consciência revolucionária mereceria outro trabalho, outra pesquisa, com esse foco em específico.

exatamente isso o que vemos o MMC proporcionar a essas mulheres: um espaço, um momento, para dialogarem, problematizarem, conjuntamente, seus enfrentamentos com o mundo. E assim, se percebem, como seres humanos “*proibidos de estar sendo*”. Com isso, deixam de ser “*quase coisas*”, ao saírem da “*cultura dos silêncios*”, para se constituírem como verdadeiros sujeitos.

No próximo capítulo veremos, então, como essas mudanças realizadas nas relações de gênero, levaram a mudanças nas formas produtivas das famílias, dessas mulheres entrevistadas.

CAPÍTULO 7 – RESULTADOS – FORMAS DE PRODUÇÃO

Este capítulo visa responder ao objetivo específico que busca identificar como era a percepção sobre a produção agropecuária dessas mulheres, antes e depois, de entrarem no MMC. Identificar se essas formas produtivas se modificaram com a entrada dessas mulheres no movimento. Com isso, irá contribuir para a resposta de nosso objetivo geral que é: identificar se a participação no MMC contribuiu para que essas mulheres pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e a colocá-las em prática nas unidades produtivas de suas famílias.

7.1. Como eram as formas produtivas das famílias das mulheres entrevistadas, antes e depois, da entrada no MMC?

7.1.1. Forma de Produção antes do Reassentamento: o Campesinato.

Todas as camponesas entrevistadas, sem exceção, tiveram no passado e juventude, uma forma de vida, logo, também de produção, que pode ser definida como camponesa¹⁰⁷, correspondendo com os princípios da agroecologia. Tanto na sua infância, na casa de seus pais, assim como, na mudança de casa, com o casamento na juventude, esse modo de vida e de produção se manteve igual. Isso só foi se modificar com a mudança para o Reassentamento.

As características principais dessa forma de produção e de vida eram:

1. Utilização de sementes crioulas, ou seja, sementes que eram guardadas e repassadas de geração para geração, não havendo necessidade de comprá-las nos mercados. A cada colheita se separava e armazenava uma quantidade de sementes para o cultivo no próximo ano. Eles armazenavam as sementes junto com a farinha da própria semente em caixas de madeira para repelir os carunchos.

2. A não utilização de adubos externos à propriedade. Tanto na produção da lavoura como da horta, quase não se utilizava adubação. O costume era deixar a “palhada” sobre a terra onde foi feita a colheita do feijão/milho. Na horta, da mesma forma, colocava-se a “palhada” para adubar a terra. Algumas mulheres mencionaram o uso de esterco de vaca/porco/galinha nas hortas também. Outras relataram o costume da derrubada de mata e queimada, nos locais onde ainda havia mata na propriedade, para a abertura de novas lavouras de feijão/milho.

¹⁰⁷ O conceito de campesinato, utilizado aqui, será o de Jan Douwe van der Ploeg (2008), discutido no capítulo 1.

3. A não utilização de venenos/agrotóxicos. Nesse período, anterior ao reassentamento, essas mulheres e suas famílias nunca tiveram contato com venenos. Elas relatam que não havia necessidade, não havia problemas nas plantações com insetos/fungos/bactérias/vírus/nematóides. Apenas uma relata o uso pontual de um veneno para formigas que era aplicado diretamente nos formigueiros, nunca sendo aplicado nas plantas. Não mencionaram ter problemas também com o aparecimento de ervas/plantas que seriam possíveis “competidoras” das plantas cultivadas. O trabalho da retirada dessas ervas era realizado sempre com a enxada.

4. A realização de rotação de culturas. As mulheres mencionaram a preocupação de intercalar o plantio de milho em um ano, com o plantio de feijão em outro, para “não cansar a terra”. Trigo e soja também eram esporadicamente cultivados.

5. A realização da diversificação de culturas. Nas lavouras de feijão/milho se plantava junto pepino, melancia e outras variedades. Nas hortas, as mulheres relatam que a diversificação era imensa, plantando um pouco de cada coisa: temperos, hortaliças, batatas, amendoim, etc. As ervas medicinais, em geral, possuíam um canteiro próprio.

6. A produção era voltada para o autossustento, apenas o excedente era comercializado. A horta cultivada pelas mulheres era toda voltada para o autoconsumo da família, assim como a criação de galinhas e porcos. Geralmente possuíam apenas uma vaca, onde o leite também era para o autoconsumo e o excedente as mulheres produziam queijos que eram comercializados na cidade. O objetivo principal da lavoura de milho/feijão/trigo/soja também era o autossustento da família, onde o excedente era comercializado e representava a fonte de renda da família.

7. Pluriatividade. A vida dessas mulheres foi permeada de muitas mudanças, de muito movimento, deslocamentos, em busca de terras melhores, melhores condições de vida. Quando não estavam em períodos de colheita ou plantio, mulheres e homens saíam para trabalhar em outras propriedades como trabalhadores/as rurais assalariados/as. Trabalhavam também como pedreiros, domésticas, em serrarias, cozinheiras, etc. Esses trabalhos também eram feitos quando a produção na propriedade não era boa devido aos diversos fatores climáticos a que esta produção estava sujeita. Uma vez melhorada a situação econômica, tanto homem como mulher voltavam a trabalhar na própria produção (seja em terra arrendada ou própria).

8. Cooperação. Todas as mulheres relatam que eram tempos de muita cooperação. Era costume o que elas chamam de diferentes formas: “troca de dia”, “puxirão” ou “mutirão”. Nesses momentos, os vizinhos, que juntavam até umas vinte pessoas, se reuniam em uma

propriedade para realizar um serviço que precisava ser feito (construir cerca, fazer roçada, colheita, etc), em outros dias se reuniam para trabalhar em outras propriedades até que todos fossem beneficiados com essas trocas.

9. Troca de Conhecimentos. As mulheres afirmam que a troca de conhecimento era constante. Como era costume naquela época os vizinhos se visitarem bastante, a comunicação era intensa. A maior troca de conhecimento que as mulheres relatam diz respeito ao uso das ervas medicinais, ervas novas desconhecidas, o uso novo para ervas conhecidas, etc.

10. Autonomia. Essas famílias possuíam uma autonomia muito grande frente ao mercado. Produziam a grande maioria das coisas que consumiam. E, muito dessa autonomia, era devido ao trabalho das mulheres. Não precisavam comprar alimentos, pois esses eram produzidos na lavoura, na horta e com a criação de animais. Até a gordura era produzida pelas mulheres com a banha dos animais. Com essa banha as mulheres produziam o sabão. As roupas também eram feitas pelas mulheres, sendo que apenas o tecido era comprado e as mulheres costuravam calças, vestidos, o que fosse preciso. Faziam colchões com a palha do milho. Em alguns casos, a palha de milho também servia como papel higiênico. Toda a medicação da família era oriunda dos canteiros de ervas medicinais onde as mulheres detinham o conhecimento do uso dos chás ou da fabricação de remédios (o acesso aos médicos nessa época era muito difícil, tendo em vista que sempre moravam em locais muito distantes da cidade).

Entendemos os primeiros cinco itens citados aqui, muito relacionados com o processo de coprodução descrito por Ploeg (2008) e o de coevolução trazido por Guzmán (2001), que apresentamos no referencial teórico. O processo de geração das sementes crioulas é um constante diálogo com a natureza, com o agroecossistema local, para ir selecionando, armazenando, sempre as sementes de melhor qualidade, que possuem melhor resistência, produtividade e outras características desejadas pelos camponeses. Da mesma forma, a não utilização de adubos externos à propriedade e venenos, revela que há uma construção equilibrada do sistema produtivo que prescinde do uso desses insumos externos. E dois mecanismos para a geração desse equilíbrio do sistema são citados pelas agricultoras: a rotação de culturas e a diversidade da produção.

Nesse sentido, vemos todas as características listadas por Ploeg (2008), que definem a forma de fazer agricultura camponesa, ligadas. É através do processo de coprodução, entre homens e mulheres e a natureza, que se gera a autonomia do sistema produtivo prescindindo este da aquisição de insumos externos, justamente porque há uma internalização da natureza. Nesse diálogo de coprodução com a natureza, homens e mulheres desenvolvem habilidades

específicas que garantem a reprodução e manutenção desse sistema produtivo, assim como, desse modo de vida. A autonomia do mercado vai para além da aquisição de insumos externos para produção, já que os camponeses produzem quase tudo o que consomem: alimentos, lenha, sabão, roupas, etc.

Outro elemento essencial do campesinato que aparece no relato das mulheres entrevistadas diz respeito às relações sociais: trocas de conhecimento, cooperação (mutirões, trocas de dias).

Todavia, embora as mulheres participem de todos os trabalhos, seja os da casa e seus arredores, seja os da lavoura, ela não participa das tomadas de decisões maiores como: mudanças de cidade, onde e como será investido o dinheiro, o que será plantado na lavoura, etc. Sua tomada de decisão envolve apenas aqueles espaços que são específicos seus: tarefas domésticas e as que ocorrem ao redor de casa (horta, criação de pequenos animais, pomares, ervas medicinais, produção de leite).

7.1.2. Forma de Produção no Reassentamento: o Empresarial.

O intenso processo de luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias levou a diversas conquistas. Uma delas foi a da terra própria para camponeses que antes viviam apenas de arrendamento nas terras alagadas. Os reassentados que já possuíam terra, além das novas terras e uma casa, receberam uma quantia em dinheiro de indenização paga pela Copel, o que permitiu iniciar os investimentos em novas produções. Nesse processo de mudança, as mulheres entrevistadas, cada uma seguindo um processo de vida diferente, relatam que não trouxeram nada da antiga produção para essa nova que se iniciaria. Ou seja, animais e sementes teriam que ser todos adquiridos novamente.

O ambiente que elas se depararam no reassentamento era, totalmente, diverso do que haviam vivido até então. Começando pelo fato de estar localizado na cidade de Cascavel, muito próximo da área urbana, como de sua cidade vizinha, Corbélia. Sendo essa região, considerada a região do agronegócio do estado do Paraná, além de ser também uma referência nacional neste ramo. Dessa forma, as possibilidades de comercialização se expandiram. Além disso, as terras onde foi construído o reassentamento eram antes uma imensa fazenda onde já se utilizavam formas convencionais de cultivo, ou seja, que já haviam adotado o pacote da revolução verde: intenso uso de agrotóxicos, maquinários, monocultivos, fertilizantes sintéticos. Tudo isso é muito importante lembrarmos, para que possamos compreender os rumos das formas de produção, implementadas ali, pelos reassentados.

Outra questão fundamental para se entender esse processo de mudança é em relação à atuação da CRABI. Esta associação formada que conseguiu unificar todas as comunidades atingidas pela barragem e fortalecer a luta, se empenhou em diversas frentes para garantir a qualidade de vida dos reassentados: construção da escola, do posto de saúde, reivindicação de ônibus, etc., e também, muito importante, realizavam discussões de como seria o modelo produtivo a ser implementado no reassentamento. A proposta inicial era que fosse ecológico. Dessa forma, a própria CRABI contratava técnicos que pudessem auxiliar as famílias para o início de uma produção ecológica. Todavia, como relata Eva: “*nós chamávamos eles de veneneiros*”. Pois era isso que eles sabiam fazer, por mais que se quisesse ter uma produção ecológica, naquela época eles não conseguiam técnicos que tivessem essa formação para auxiliá-los.

A pergunta que surge é a seguinte: se eles eram camponeses antes, se tinham todas as características relatadas acima de uma produção autônoma e ecológica, porque com a mudança, não conseguiram, por eles mesmos, manter a antiga forma de produção?

São diversos os fatores que contribuem para responder a essa questão. O primeiro deles diz respeito ao tamanho da terra que era maior do que esses camponeses estavam acostumados a cultivar até então. O segundo, diz respeito à vontade de “melhorar de vida”, de conseguir uma renda maior para a família, que estando em uma terra maior, próxima a uma cidade grande, esta “vontade” teria grandes chances de se concretizar. O terceiro, e não menos importante fator, diz respeito ao passado do uso da terra, que já estava, de certa forma, contaminada e também devido à necessidade que essas famílias tiveram de comprar novas sementes e animais, já que tinham vendido os que ficaram para trás. Além disso, com a mudança houve uma perda de antigos laços sociais, como as antigas formas de cooperação: os mutirões e a troca de dias. Isto mercantilizou trabalhos que antes eram feitos através de ajudas mútuas entre os camponeses, gerando mais custos ou até mesmo não encontrando esse tipo de mão de obra disponível.

De qualquer forma podemos afirmar que, ao menos uma parte, se manteve como forma de produção agroecológica: as hortas, os canteiros de ervas medicinais e a criação de pequenos animais que eram cultivados e cuidados pelas mulheres e sempre voltados para o autoconsumo.

7.1.2.1. Porque adotaram o pacote da Revolução Verde?

Dona Orquídea conta que, uma vez que a terra foi liberada, ela e sua família tentaram iniciar o plantio da forma como estavam acostumados no passado: sem veneno. Com a

diferença que começaram a comprar adubo e tiveram que comprar sementes também. Na época optaram pelo cultivo da soja devido ao bom preço que ela tinha no mercado. A semente não era transgênica. Ela conta que no primeiro ano a produção foi boa, sem necessidade do uso de venenos.

A gente fazia isca, era um neguvon (que passa nas vacas para matar as bernas), com sal, enrolado um pano, enfiado umas estacas no meio da roça, os bichos vinham, chupavam aquilo ali e morriam, ficava cheio em baixo. Nos primeiros anos deu certo, depois começaram atacar muito e já não deu mais. Tivemos que começar a usar veneno (Dona Orquídea).

Eles conseguiram guardar as sementes por dois anos, depois não conseguiram mais. Segundo Dona Orquídea, os antigos métodos de conservação de semente não funcionavam mais, pois as sementes eram atacadas por insetos (“carunchavam”). Não se sabe se é porque as sementes eram muito fracas ou os insetos tinham se tornado forte demais. Ela conta que hoje os carunchos¹⁰⁸ já vão direto na plantação, já se colhe as sementes com caruncho, o que tem tornado impossível sua conservação para os anos seguintes.

Transgênicos eles passaram a usar só de uns cinco anos para cá (a partir de 2010/2011).

Para a plantação de soja eles contratavam maquinário para a colheita. Um ano eles plantavam soja e no outro milho, “*pra variar, pra não plantar só soja na terra*”. O milho naquela época não precisava passar veneno, agora de uns três anos pra cá (2013) que começaram a passar veneno, agora também é transgênico porque não se acha mais semente convencional. Eles também não guardam as sementes de milho, pois ela afirma que não nascem, que não germinam. E quando nasce, não dá um milho bom. Ela afirma que as sementes de hoje são muito diferente das sementes do passado que eles cultivavam.

Além da questão da mudança das sementes, D. Orquídea explica a dificuldade de plantar de forma ecológica naquela terra pela forma que esta foi utilizada no passado (com a aplicação de muito veneno) e também como vem sendo utilizada pelos vizinhos hoje em dia: “*Hoje eles passam veneno para matar buva, que a buva não morre mais com round up, já tá resistente, eles passam um outro veneno e diz que aquele veneno vai dez km longe. Então eu acho que é aquele veneno que tá acabando com os arvoredos.*” (D. Orquídea).

Em seu depoimento, Eva conta que ao vir pro reassentamento surge a esperança de poder produzir mais, ter uma renda melhor, uma melhoria na qualidade de vida. Por isso fizeram a opção pela lavoura convencional de monocultivos, com todos os insumos

¹⁰⁸ Caruncho é a designação comum a diversos insetos coleópteros pentâmeros, que pertencem à família *Bruchidae*. Por serem fitófagos, alimentam-se, por exemplo, de cereais e feijão armazenados, reduzindo-os a pó.

comprados de fora. Ela conta que na época não tinham conhecimento da agroecologia. Eles mantiveram a produção diversificada para o autoconsumo, produzida tanto por ela como pelo marido: horta, mandioca, arroz, feijão, etc. Mas que pensando no lucro mesmo, apostaram no monocultivo de soja ou de milho.

Outra questão que dificultava manter a antiga forma de produzir era a questão da mão de obra. Agora com mais terras eles precisariam de mais mão de obra. E Eva pontua que como estavam próximos a um grande centro urbano e rodeados de grandes fazendas, não havia camponeses naquele local para contratar como mão de obra auxiliar no trabalho na lavoura, e eles sozinhos não davam conta de capinar¹⁰⁹ toda a área. Além disso, os vizinhos, companheiros do reassentamento, foram facilmente seduzidos pelo pacote da revolução verde e a prática de “troca de dia”, de “mutirão”, se extinguiu.

Sendo assim, para Eva, a ideia que surgiu naquele contexto, foi que para se manter na terra eles teriam que apostar nas lavouras e o uso de veneno surgiu como um mal necessário. *“Nós temos que reconhecer que se a gente vive em um sistema capitalista, tem coisas que você nada, nada, e morre na praia. Consciência total de que o veneno é o destruidor, que o veneno é quem financia mortes e mortes dos camponeses, da nossa própria saúde”* (Eva).

Diferente das outras mulheres, Maria e seu marido não conseguiram terras no reassentamento. Como moravam na casa do sogro dela e a data de casamento foi posterior a estipulada pela Copel para a distribuição de terras, o único que recebeu a indenização foi o sogro. Este, por sua vez, optou pela carta de crédito e não pelo reassentamento. Logo, eles não fizeram a mudança com os outros vizinhos na época da formação do reassentamento. Foram morar um período na cidade, pois a mãe de Maria estava doente e precisava de cuidados. Mas, em pouco tempo, sua mãe faleceu. Em pouco tempo também o sogro faleceu. Com isso, a sogra dividiu a herança e com esse dinheiro Maria e seu marido decidiram comprar um sítio no reassentamento. Por sorte, conseguiram uma terra na mesma comunidade em que moravam em Três Barras¹¹⁰.

A gente chegou aqui em 2000, a gente não tinha nada, só tinha mesmo os filhos, a Renata e o Vitor Hugo, que nasceu em 2000. Foi um começar de novo. A gente não tinha vaca, não tinha galinha, nem cachorro, nem gato. Mas, como as terras já estavam todas ali era só chegar e plantar. A gente optou em começar em plantar como todos vinham plantando, que é a forma convencional. Meu marido plantou soja. Até porque a gente teria que pagar uma parcela dessa terra ainda que a gente tinha comprado. Ficou ainda duas parcelas para a gente pagar. E a gente teria que tirar da terra, pois não tinha outra opção. Três anos que a gente plantou, a gente

¹⁰⁹ Limpar (uma plantação, um terreno) de capim ou ervas.

¹¹⁰ Maria conta que a organização das comunidades atingidas, na época da luta, reivindicou que na distribuição de terras, a vizinhança permanecesse a mesma. Ou seja, a comunidade Alto Alegre já existia em Três Barras e se manteve com a mudança.

colheu bem. No terceiro ano começou a complicar. Era o pacote completo: semente transgênica, veneno, adubação (Maria).

Maria conta que foi essa a opção encontrada para conseguir pagar as dívidas feitas com a terra. Ela explica que seria muito difícil conseguir produzir da forma antiga, porque como já vinham plantando naquela terra com o uso de muito veneno e como eles não trouxeram suas sementes crioulas, se eles não adotassem o pacote completo, não havia produção. Com isso, Maria conta que, com esse novo modelo de produção, tudo tinha que ser pago: para plantar, colher, limpar, vender.

Podemos perceber nessas falas que a transição do modelo camponês para o modelo empresarial que essas famílias agricultoras realizaram ocorre não só por opção, mas pela falta dela, quando essas famílias se deparam em um ambiente em que a ecologia já está totalmente modificada, onde os agroecossistemas em que estavam inseridos já não eram mais como os que elas vivam antes.

Ou seja, como o modo empresarial de fazer agricultura já havia sido implementado ali, os processos coevolutivos, de coprodução, foram extintos. Não havia um agroecossistema biodiverso, com um solo vivo, com diversidade de plantas e animais nos arredores que realizariam controles biológicos e que manteriam também a fertilidade natural do solo. Da mesma forma, não se tinha acesso às sementes crioulas. As relações sociais, mercantis, que estavam estabelecidas naquele novo local já eram da agricultura empresarial e impulsionavam essas famílias agricultoras a entrar no ciclo de dependências que esse tipo de agricultura gera: consumo de insumos externos e modelo de produção voltado apenas para o mercado externo. Mesmo a tentativa de resistência a essa forma de agricultura empresarial não obteve sucesso.

Houve famílias que optaram desde o início pela mudança do tipo de agricultura, devido à crença que era difundida de que esse modelo gerava mais renda e qualidade de vida para as famílias. Com o tempo, isso se revelou como sendo uma falácia. E o endividamento e as intoxicações vieram desvelar a face maligna da agricultura empresarial.

Todavia, ocorreram algumas exceções, como o caso de Dona Ana e de Marina.

Dona Ana e seu marido nunca perderam a forma camponesa de produção. Nunca tiveram que lidar com venenos e o cultivo deles sempre foi voltado para o autossustento com a venda de excedente, em geral, milho ou feijão. Conseguiram guardar as sementes que reproduziam ano a ano. Eles também não conseguiram a terra no reassentamento, mas vieram morar na terra da filha Eva que havia conseguido. Lá eles plantavam para o autoconsumo e passaram a trabalhar fora também. Dona Ana como cozinheira das reuniões que ocorriam na comunidade, tanto da CRABI, como depois do grupo de mulheres. E seu marido trabalhou na

horta da escola até falecer. Como plantavam apenas para o autoconsumo, cultivavam em um espaço pequeno de terra e que não ficou tão exposto à contaminação das lavouras vizinhas. Percebemos que o fato de terem guardado suas sementes crioulas foi muito importante para conseguirem manter seu estilo antigo de vida, de produção.

A história de Marina também surge como exceção no reassentamento. O marido dela era uma das lideranças da CRABI. Como nos primeiros anos do reassentamento ainda havia muita coisa a ser feita, ela conta que seu marido não parava em casa. Com isso, quem passou a administrar a terra sozinha foi ela.

Ela conta com brilho nos olhos e satisfação como um tempo em que ela teve total liberdade para fazer o que ela quisesse naquele espaço. Conta que plantou de tudo ali: árvores, frutíferas, amendoim, milho para pipoca, horta diversificada, arroz, etc. Além de suprir as necessidades de autoconsumo ela vendia o excedente para um mercado de Corbélia que ia buscar os produtos lá no sítio mesmo. Ela planejava tudo sozinha, decidia o que plantar e plantava. Fez um pomar onde ela mesma fazia as mudas, guardava as sementes. O sítio todo era ecológico.

Marina também conservou suas sementes crioulas e isso lhe deu vantagem para conseguir uma produção saudável. Plantando um pouco de cada coisa ela foi restabelecendo uma diversidade, que foi gerando um equilíbrio biológico no local que a fez prescindir do uso de insumos externos como adubos ou venenos. Da mesma forma, a sua opção por produzir para o autoconsumo e vender apenas o excedente lhe garantiu maior autonomia.

7.1.2.2. O Endividamento

A forma de fazer agricultura empresarial pela dependência que cria do mercado envolve vários riscos. Tanto que para Ploeg (2008) a única saída para a permanência das famílias agricultoras no campo é a recampesinização. Conforme o modelo atualmente hegemônico da economia avança, a única forma dessa maneira de produzir resistir seria aumentando seus rendimentos. Como o aumento de seus rendimentos implica um aumento na sua escala produtiva, que por sua vez significa a aquisição de mais terras, isso significa que a tendência é cada vez mais a acumulação de terras nas mãos de poucos e o êxodo rural para aqueles que não forem capazes de seguir as regras desse jogo e acumular mais terras também (PLOEG, 2008).

O aumento de renda acaba sendo fundamental pela extrema dependência que se tem dos mercados, como foi exposto no referencial teórico: a grande dependência dos insumos e

serviços externos, o que gera a necessidade de financiamentos; uma dependência muito grande de que a produção seja boa, pois a monocultura se torna a única fonte de renda; a dependência da compra de inovações tecnológicas (aumento da renda também depende da aquisição dessas inovações) o aumento de escala da produção (o que implica mais financiamento, endividamento), o squeeze que torna os preços pagos mais baixos aos agricultores que estão vinculados ao Império; os próprios insumos ou animais comprados são de qualidade menor e tem uma expectativa de vida/duração menores e logo tem que ser repostos (PLOEG, 2008). Todos esses fatores levam para um caminho em comum: o endividamento.

Nesse sentido, vejamos a história das entrevistadas.

Dona Orquídea e seu marido optaram por arrendar a terra, pois:

Porque é assim, você fazer um financiamento é caro, os juros são caros, e se você facilitar não dá para pagar, se dá um contratempo, dá pedra [chuva de granizo], etc. Tem seguro, mas o seguro não cobre tudo. Então, é bem complicado. Então, como a gente é fraco tem que pagar plantador, pra passar veneno nós temos, mas não temos para plantar. Aí tem que pagar. Ai tem que comprar semente, tem que comprar adubo, mão de obra depois pra colher, fica inviável (Dona Orquídea).

No caso da D. Orquídea é visível também uma questão de mudança cultural, de gerações, pois o jovem já não fica mais no campo para ajudar os pais que envelhecem e diminuem a força de trabalho. Sozinhos, os pais não conseguem fazer o trabalho de toda a propriedade. Sendo assim, o arrendamento acaba surgindo como uma alternativa.

Na história de Marina, apesar do marido ter ficado dez anos sem trabalhar no sítio, ele tinha iniciado um plantio de soja orgânica (sem consultar Marina). Mas como ele não estava presente, ele contratava empregados para cuidarem dessa produção. Apesar de ser orgânica, essa produção não fugia muito do modelo modernizador de produção, já que eles precisavam comprar todos os insumos de fora da propriedade, assim como as sementes, e era feita em forma de monocultura. Sendo assim, o marido teve que fazer financiamentos, dívidas grandes, para iniciar esse plantio.

Na época da colheita a soja que antes estava com o preço alto, caiu drasticamente, segundo Marina, porque o valor do dólar havia caído muito. Com isso, não conseguiram pagar as dívidas feitas para iniciar o plantio. Depois, tentaram cultivar o milho orgânico, mas ela conta que não se pagava os gastos que se tinha com a produção. Depois disso, o marido resolveu apostar na produção de leite, de forma convencional, plantando milho com veneno para silagem, tratando as vacas com antibióticos. Essa parecia a única saída, já que era um dinheiro que entrava todo mês. Apesar de não ter sido consultada novamente, ao ser

questionada, Marina afirma que realmente não parecia haver outra alternativa para que eles conseguissem ter uma renda maior e pagar as dívidas feitas.

Nessa nova produção tiveram que fazer novos empréstimos para comprar as vacas, construir o barracão, comprar as máquinas, etc. Segundo ela, as dívidas estão parceladas até 2020, e foram feitas em 2006. Hoje eles têm 70 vacas, que geram uma produção de 1.400 L de leite por dia que é vendido para a Nestlé.

Já segundo Eva:

No Reassentamento você vem todo cheio de esperanças, uma grande conquista, você tem uma casa, um lote que são seus. E você precisa produzir, se manter em cima e como fazer isso? A lógica capitalista é a do endividamento. E esta é uma das grandes ameaças que rondam e rondaram a gente todo esse tempo. Se manter em cima dessa propriedade, se manter em cima dessa unidade familiar, produzir, se manter aqui em cima. Muita gente que veio para cá, se endividou, se endividou de mais, bancos. Tiveram que vender terra, perderam tudo e tiveram que ir embora. E a gente, lutando com unhas e dentes para que isso não acontecesse com a gente. É bem complicado porque, no começo, nos dois anos seguidos, a gente não conseguiu produzir para que desse lucro (Eva).

No começo plantaram soja e perderam a plantação por causa do clima, doenças. O seguro que pagava só 50%, não dava para cobrir as dívidas e garantir a sobrevivência da família em um ano. Sendo assim, Eva e seu marido tiveram que vender o fusca que haviam comprado com o dinheiro da indenização. Depois disso, optaram pelo leite, com assistência técnica da comunidade por meio da CRABI. Eles deveriam se basear na agroecologia, mas na época não encontravam técnicos com essa formação. *“Nós chamávamos os técnicos de veneneiros. Isso também teve grandes consequências na vida dos camponeses, talvez se a gente tivesse conseguido técnicos ligados à agroecologia, orgânicos, na época, talvez não estivéssemos nessa situação hoje”* (Eva).

Na transição para o leite eles tiveram que obter créditos, e isto se tornou um círculo vicioso. Pois, segundo Eva, as empresas que comprem o leite dos agricultores exigem que estes tenham determinados equipamentos, como o resfriador, que são muito caros e que sempre tem que estar sendo substituídos por equipamentos novos, mais desenvolvidos que vão sendo lançados no mercado. Dessa forma, vão eliminando o pequeno produtor para fora do mercado.

Eva e seu marido trabalham com leite há 16 anos. Eles vendem o leite para um laticínio de outro município, o Piquenique (a cooperativa local estava falindo e tiveram que sair dela, para não afundarem junto). O laticínio busca o leite diariamente na propriedade, e atualmente, eles têm produzido uma média de 500 litros de leite por dia. *“Tem época que o leite sobe lá em cima, mas aí sobe tudo, ração, tudo. Depois o leite cai, mas os insumos não”* (Eva).

Já Maria conta que depois de apostar na lavoura de soja eles tentaram a criação de vacas leiteiras:

A gente começou com vacas de leite, com 4 vacas, e a gente foi ampliando, chegou uma época que a gente tava com 30 vacas de leite. Tirava o sustento da família do leite. Mas chegou um determinado momento em que a gente não conseguiu mais equilibrar. Por que a roça não produzia mais, as vacas começaram a dar problemas, porque eram vacas de inseminação. Enfim, começou a se dar toda uma problemática. E a gente começou a se desequilibrar na questão das contas, do financeiro mesmo. A gente começou a ficar devendo. Começou a virar uma bola de neve (Maria).

Foi quando Maria conseguiu entrar na universidade pelos movimentos sociais, conheceu o Movimento de Mulheres Camponesas e a história começou a tomar outro rumo.

Da mesma forma que as outras companheiras, Maria nunca abandonou o cultivo das hortas, canteiros de ervas medicinais e a criação de pequenos animais voltados para o autoconsumo e de forma agroecológica. O que modificou mesmo foi a lavoura voltada para a comercialização.

Podemos observar, nesses relatos, todos aqueles elementos expostos no texto de Ploeg (2008): “o preço pago para o agricultor reduz, mas o dos insumos aumenta”; “a estimativa de vida dos animais de novas raças é menor e logo têm que ser repostos”; “as novas sementes não produzem bem por muito tempo”; “é preciso adquirir inovações tecnológicas para se manter no mercado”; “se há intempéries climáticas que danificam as plantações o endividamento é a única saída”. Todos esses fatores implicam na necessidade constante de financiamentos e, se a família agricultora não consegue gerar uma renda maior que as dívidas, ela se torna escrava do mercado e de bancos.

7.1.3. Forma de Produção com a Entrada no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): a Recampesinização.

Começar a participar do Movimento de Mulheres Camponesas gerou mudanças na vida dessas mulheres, em diferentes graus. As mudanças são sempre vistas por elas como tendo sido algo muito positivo e explicitam a vontade e a necessidade de aprofundarem esses conhecimentos e da difusão dos mesmos para outras mulheres e a seus companheiros. Aqui vamos expor apenas as mudanças geradas na forma de fazer agricultura.

7.1.3.1. Práticas Resgatadas

Dona Orquídea conta que o MMC trouxe coisas muito boas para a vida dela em relação à questão produtiva, como um resgate de práticas que foram perdidas com a mudança para o reassentamento. Segundo ela, não se comentava mais sobre as ervas medicinais. O

movimento resgatou essa troca de saberes e práticas: troca de mudas, de receitas de remédios, troca de sementes.

Já Marina, nos anos em que administrou sozinha o sítio, descobriu seu potencial e sabia que conseguia produzir de forma diversificada. A participação no MMC lhe mostrou que estava no caminho certo, que havia outras mulheres, pessoas, que estavam fazendo o mesmo e vivendo muito bem. O que a impediu de colocar esse sonho em prática, realmente, foi a relação com seu marido, que não permitiu que ela voltasse a iniciar uma produção própria, administrada por ela.

No caso de Eva, ela sempre teve a ajuda de seu marido no trabalho do que se chamam “miudezas”, mas que garante o grosso do autoconsumo da família: horta, criação de pequenos animais, pomares. Ela conta que eles sempre tiveram um pensamento parecido, e que a entrada no movimento trouxe informação para que ambos pudessem a ter práticas novas.

A gente sempre teve consciência de que o veneno só vai fazer mal. Mas o MMC traz muitas alternativas que podem contribuir com a gente. Entre elas vários defensivos, formações, sobre o que tá plantando, o que combate tal doença. O processo formativo contribui bastante com esta questão (Eva).

Mas ela conta hoje que, mesmo tendo consciência, é muito difícil fazer a transição. Eles estão no processo de transição, participando de um projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual são ministrados cursos de gado leiteiro a pasto, homeopatia, produção orgânica e agroflorestas ¹¹¹. Todavia, eles ainda não estão prontos para fazer a transição completa por causa das dívidas com o banco. Mas, dentro de pouco tempo eles querem estar trabalhando apenas com a agricultura agroecológica. É um consenso do casal. “*Estamos trabalhando que nem doidos para poder se livrar das dívidas*”.

Hoje ela não consegue ajudar na propriedade, na plantação, pois ela dá aulas em período integral na escola, o marido trabalha sozinho na lida da roça. No tempo de colheita para fazer a silagem, contratam tratores, e pessoas para ajudar. Depois que pagarem as dívidas, ela pensa em ficar só meio período dando aulas e o outro trabalhando na terra. Eles vão parar com o leite e apostar em uma horta diversificada, viver uma vida muito simples, “*chega de dívidas, chega de loucuras*”. A venda será feita em Cascavel, feiras, etc.

¹¹¹ Quando a pesquisa de campo foi realizada, no primeiro semestre de 2016, o Ministério de Desenvolvimento Agrário ainda existia. Todavia, devido às modificações políticas ocorridas no país no ano de 2016, o MDA foi extinto. E a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário foi transferida para a Casa Civil. Mas, não temos informações se esse curso se manteve, até sua finalização, após essas modificações institucionais.

Na história de Maria ela nos conta que foi sua entrada na faculdade, conhecendo diversos movimentos sociais¹¹², que ela começou a perceber que havia alternativa à forma como ela vinha produzindo. Mas que para seguir esse caminho alternativo seria preciso buscar muita informação e convencer o marido também.

Uma vez fazendo parte do MMC ela precisava participar dos cursos de formação que eram desenvolvidos em Chapecó, já que no Paraná não há nenhuma sede ainda do movimento. E, como no curso de alternância é exigido um trabalho na comunidade em que se vive, Maria iniciou todo um trabalho com o grupo de mulheres já existentes no reassentamento através dos conhecimentos que adquiria com o MMC. Com isso, acabou formando um grupo do MMC no reassentamento.

Em uma dessas formações, em 2009, a gente fez uma visita a uma propriedade em Marema em SC, e aí eu vi uma propriedade que não é um sítio, que é dentro da cidade, é um lote, um lote grande, onde a família tirava o próprio sustento dela, a renda dela por mês era de cinco mil. Ela vendia na casa dela porque ela morava na cidade. O marido dela teve um AVC e ficou de cadeira de rodas. Ela foi trabalhar de empregada doméstica, restaurante, enfim, mas ela conheceu uma mulher do MMC que a convidou para participar de uma reunião que tinha no bairro e ela foi. Ficou a conhecer o movimento lá, e tinha essas alternativas e ela começou a produzir no lote. Começou a produzir hortaliças e foi investindo. E ela tira todo o sustento da família daquele lote (Maria).

Maria conta que voltou desse intercâmbio enriquecida ao ver toda aquela produção saudável. *“Então, assim, você vê como o movimento muda a vida das pessoas radicalmente e melhora a vida das pessoas. Eu vim de lá maravilhada com aquilo”* (Maria).

Podemos observar nesses relatos que várias práticas são resgatadas com a entrada dessas mulheres no MMC. As trocas de conhecimentos e de mudas e sementes; a diversificação da produção; a consciência de como os agrotóxicos causam danos para suas famílias e o meio ambiente. Assim como, a possibilidade de se inventar formas alternativas para a prevenção de ataques de insetos ou doenças; a existência de mercados para as “miudezas” e não apenas para as commodities; a consciência da luta de classes que está por detrás da forma que se opta de fazer agricultura, e como a agroecologia surge como uma forma de resistência e luta.

¹¹² A entrada na universidade trouxe muitas mudanças para a vida, não só da Maria, como de toda a sua família e comunidade em que vivia. Assim como, para o próprio MMC. Foi na universidade que Maria começou a fazer parte do movimento. Como ela entrou no curso pelos movimentos sociais, neste curso, que era por alternância, era necessário estar vinculada a algum movimento social. Na época, ela ingressou como CRABI, como a CRABI se desfez com a consolidação do reassentamento, o movimento social que ela mais se identificou na época foi o das Mulheres Camponesas.

7.2. Ressignificando o Campesinato: recampesinização com o processo de consciência das mulheres.

Neste item da dissertação, já estamos aptos a responder o objetivo geral dessa pesquisa: A participação no MMC contribuiu para que essas mulheres pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e a colocá-las em prática nas unidades produtivas de suas famílias?

Como veremos nas respostas trazidas pelas entrevistadas e como o próprio título desse capítulo traz: é através do processo de consciência dessas mulheres, que elas podem ter novas perspectivas para a produção agrícola. Ou seja, elas serão os sujeitos chave para o processo de recampesinização, através das formações feitas junto ao MMC. Mas, isso só será possível, se esse campesinato for resignificado: se as relações de autoritarismo do patriarcado dentro da família forem convertidas em relações de diálogo, na busca pela equidade de gênero.

Vejamos, então, como isso se deu, de diferentes formas, na vida dessas mulheres.

Dona Orquídea afirma que passou a ter coragem. Que o movimento lhe deu coragem para falar, para mudar as coisas. Por exemplo, em relação à produção da lavoura, da produção para a venda que sempre fora administrada pelo marido, ela passou a dar sua opinião também.

Meu marido muitas vezes não tem muita cabeça boa, sabe, assim, fazer as coisas. Então a gente tem que ficar falando pra ele as coisas, é assim, assim. Por isso que daí, antes eu sofria bastante porque eu não falava, depois que eu comecei a aprender a ter autonomia para falar. Porque senão...(Dona Orquídea).

Ela conta que em relação ao uso de venenos não conseguiram mudar muita coisa. Mas fala em relação ao planejamento da produção, que antes não era feito e que começaram a fazer coletivamente. Antes de ela entrar no movimento era só o marido quem decidia o que plantar, não havia diálogo.

Participar do MMC animou Marina nos seus planos para o sítio: ter um espaço para ela plantar e vender (ter sua própria renda, pois sempre foi o marido quem administrava todo o dinheiro). Ela queria fazer uma horta grande, diversificada, ecológica. A ideia era além de continuar servindo para a alimentação saudável, fazer um levantamento na cidade e vender direto para os restaurantes (hoje ela sabe que a pizzeria onde ela trabalha seria um possível cliente). Outra ideia era a de desenvolver o turismo rural na propriedade, plantar frutíferas e abrir as portas para as pessoas mesmas virem colher nos pés as frutas, e depois pagarem o que colheram/consumiram. Todavia, todos esses sonhos e ideias, que foram surgindo com a participação no MMC, foram vetados por seu marido. E isso foi um dos elementos que influenciou em sua separação. Todavia, hoje o ex-marido pede que ela volte e afirma que aceita que ela coloque seus planos em prática.

Já Maria, conta que teve uma imensa conscientização de que se continuassem cultivando da forma como estavam fazendo, eles iriam se endividar mais e perder a terra. E, nesse momento, houve dificuldades em convencer o marido.

Nesse período, ocorreu uma reunião na comunidade para discutir a participação em um projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que seria coordenado pela prefeitura. Maria convidou seu marido para esta reunião, mas não conseguiu convencê-lo de que era um bom negócio. De tanto insistir eles fizeram o cadastro e começaram a plantar para vender para esse projeto sem a utilização de venenos.

Quando a gente fez a primeira entrega que foi de abóbora, eu lembro que plantei 4 pés de abóbora, a gente tirou 400kg de abóbora (rindo). Era um pedacinho de nada. Um pedacinho que se você acha que isso não dá pra plantar nada, foi onde eu plantei. Sem adubo, sem nada” (Maria).

Foi quando eles perceberam que era possível, que dava certo, que eles não corriam o risco de se intoxicar com os venenos e poderiam tirar uma renda disso.

Ela conta que a primeira estufa que fizeram foi de tomate. Ela foi buscar ajuda com os técnicos da prefeitura, os quais disseram que era impossível fazer produção de tomate orgânico. Com isso, ela foi buscar ajuda no movimento: material, conhecimento. A participação nas formações do MMC também ajudava bastante. Mas um conhecimento que foi muito importante, para esse plantio inicial, foi o resgate de um saber passado por sua mãe: cultivar as mudas de tomate em terras com “*pau podre*”¹¹³. Segundo Maria, as mudas todas se desenvolveram muito bem com essa técnica.

O marido de Maria, no início, achava que era impossível fazer a produção de forma agroecológica. Mas, conforme ela foi trazendo diversos materiais como vídeos, livros e cartilhas, ele foi percebendo que era possível fazer uma produção agroecológica e melhorar bastante a saúde da família.

Todavia, eles ainda não conseguiram fazer a transição toda da produção para a agroecologia por causa de algumas dívidas que ainda possuem

No futuro, a gente pretende fazer toda a nossa propriedade dentro do agroecológico e desenvolver vários projetos de: galinha caipira, de produção de frutas, de hortaliças. E é um sonho ainda, que futuramente a gente quer transformar toda a propriedade. Deixar, mostrar pros filhos, que é o melhor possível, que a gente pode deixar de herança para eles é esse sítio que é a vida, a produção de alimentos saudáveis (Maria).

Hoje estão entregando para o PAA: mandioca, abóbora, alface, frutas, laranja, poncã, abacate, banana. Mas essa renda não é suficiente para manter a casa, é pouca ainda. Esse ano eles vão receber seis mil.

¹¹³ Pedacos de caules de árvores que estavam em estágio de decomposição.

A ideia de trabalhar com a agroecologia envolve vários projetos, que Maria e seu marido têm em mente. Eles já começaram a fazer uma agrofloresta, querem também fazer um parreiral com uvas agroecológicas. Estão participando do mesmo projeto que a Eva, junto ao MDA, para ser desenvolvido em quatro anos. Estão na fase de formação ainda. Mas já receberam a proposta dos técnicos do MDA de transformarem o sítio deles em um sítio modelo de práticas agroecológicas.

No caso da Eva, apesar de ter uma relação muito boa com o marido no que diz respeito às discussões de gênero, ela só conseguiu enfrentar um problema, que se arrastava durante anos em sua relação e que era o resquício do patriarcado nesta, depois que entrou para o MMC. Conseguir convencer o marido de que ela também devia participar das decisões de onde o dinheiro seria investido. E isto abriu portas ao diálogo para que a transição à agroecologia ocorresse de forma mais tranquila, pois estariam discutindo em pé de igualdade, sabendo que ambos têm o direito e o dever de administrar as finanças da família.

Sendo assim, observamos que o processo de recampesinização, que é o resgate de práticas da forma de fazer agricultura camponesa (PLOEG, 2008), quando impulsionado pela participação no MMC, ocorre através de uma resignificação do campesinato: a busca da extinção das desigualdades de gênero e do fim do machismo nas relações.

Pois, como é a mulher que traz a novidade para a casa (a proposta para a transição agroecológica), se o respeito e o reconhecimento da necessidade da participação da mulher em todos os processos de decisão, não tiverem sido construídos pelo parceiro, a mudança não se concretiza (como vimos no caso da Marina), pois o parceiro não aceita a ideia, a opinião da mulher.

É porque o movimento discute, mutuamente, tanto as questões relativas às relações de gênero, como as da agroecologia, que se torna possível uma recampesinização, de um campesinato resignificado, onde se busca a equidade nas relações de gênero.

É nesse sentido também que Guzmán (2001) fala da Agroecologia como uma transformação social e enaltece a papel dos movimentos sociais neste processo. Como Guzmán (2001) coloca em seu texto, a princípio, a transição para a agroecologia se iniciaria na mudança das formas produtivas na propriedade e avançaria para outras modificações maiores com o tempo.

Todavia, no caso dos movimentos sociais, a agroecologia vem como uma ferramenta para impulsionar outras transformações sociais, como as da busca pela equidade de gênero. Ou seja, não preciso esperar uma mudança técnica na propriedade para ter avanços em outras

transformações sociais. Outras mudanças sociais podem impulsionar as mudanças técnicas na propriedade, como é o caso do MMC.

É com essa modificação nas relações de gênero, trazida pela participação no MMC, que vemos ser possível colocar em prática o ideal de participação e construção social coletiva do saber expressos nos textos tanto de Guzmán (2001), como nos de Shiva (2002; 1998). Pois, se deixamos de lado metade da humanidade (as mulheres) nos processos de decisão, planejamento, construção do saber, não estamos falando de participação de forma integral e a teoria só estaria sendo aplicada para a outra metade da humanidade: os homens. Ou seja, para que haja a participação efetiva, proposta pelos autores citados, as discussões e enfrentamentos sobre as relações de gênero devem ser feitos.

No caso de nossa pesquisa, pudemos perceber que, sem o enfrentamento, por exemplo, da divisão sexual do trabalho, do *habitus* de que o homem é quem deve participar dos “jogos de poder”, logo, ele quem deve administrar as finanças da família, assim como, decidir sobre o planejamento produtivo; as mulheres não teriam espaço para começar a participar dessas decisões e colocar em prática suas percepções, opiniões, de como deve ser administrado o dinheiro e a unidade produtiva como um todo.

Sendo assim, torna-se possível que os diferentes saberes e percepções, tenham o mesmo valor, na hora da construção dos conhecimentos, assim como, na hora das tomadas de decisão do “que fazer”.

E, tendo em vista que, agora, com as novas perspectivas que o MMC traz para a vida dessas famílias, ou seja, as alternativas de cultivo ao sistema empresarial, buscando resgatar e valorizar práticas camponesas, a autoestima desses sujeitos começa a ser recuperada.

A valorização e visibilização do trabalho da mulher geram um autoreconhecimento dessas mulheres, de sua importância como sujeitos na sociedade e na sua família. Uma vez que elas passam a valorizar seus trabalhos cotidianos, que já realizavam, e percebem que têm alternativas possíveis para expandir e gerar renda, com essa forma de trabalho; com isso, é possível, que aquelas percepções mais ecológicas, comecem a ser significativas para essas próprias mulheres. Uma vez que, agora, elas não apenas vislumbram possibilidades de colocar em prática essas percepções, mas, sobretudo, compreendem o seu valor e sua importância.

E nesse momento, podemos perceber a conexão com os ecofeminismos. Esses conhecimentos e percepções estavam com a mulher o tempo todo, todavia, além delas não terem voz, elas mesmas não percebiam o valor daqueles conhecimentos/percepções que possuíam. Exemplo disso é o fato de Maria só voltar a colocar em prática, ensinamentos passados por sua mãe, apenas depois dos processos vividos junto ao MMC.

CAPÍTULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de nossa pesquisa era o de identificar se, a participação das mulheres entrevistadas, no Movimento de Mulheres Camponesas, permitiu que estas pudessem manifestar suas percepções agroecológicas e colocá-las em prática em suas unidades produtivas. Partimos do pressuposto, amparados por pesquisas bibliográficas, de que as mulheres já possuíam esses saberes mais ecológicos e de que era a cultura patriarcal que impedia que as mulheres pudessem manifestar esses saberes. Sendo assim, o foco da investigação era identificar o papel do MMC nesse processo, se ele gerava alguma transformação na vida dessas mulheres, se as auxiliava a superar o patriarcado em suas relações familiares.

Todavia, a nossa justificativa buscou fugir do senso comum, que vê a importância da participação das mulheres, nos processos de desenvolvimento (aqui no caso, o rural sustentável), devido a um saber diferenciado que elas possuiriam. Entendemos que, justificar a pesquisa dessa forma, seria um meio de camuflar um problema mais profundo: o da limitação da participação das mulheres na sociedade. Nesse sentido, por mais que saibamos da importância dos saberes desenvolvidos pelas mulheres, devido às suas condições históricas culturais, a justificativa da importância da participação das mulheres deveria ser a de que a sociedade deve reconhecê-las como sujeitos, assim como já reconhece os homens. E considerá-las nos processos decisórios, independente se elas possuam um determinado saber ou não.

Sendo assim, iniciamos nosso referencial teórico, buscando nos aproximar de nosso objeto de pesquisa, a partir do que queríamos conceituar como desenvolvimento rural sustentável, e como a agroecologia seria o meio mais adequado para alcançarmos esse desenvolvimento. Dessa forma, trouxemos nossa definição de agroecologia, amparados nas teorias de Eduardo Sevilla Guzmán (2001; 2016).

Nessa definição de agroecologia, o conceito de participação possui um papel fundamental, pois compreende que a estratégia que caracteriza a sabedoria dos camponeses e povos tradicionais, no cultivo dos alimentos sem danificar o meio ambiente, é a da construção do saber através dos processos coevolutivos, entre seres humanos e natureza. Sendo assim, ninguém melhor do que o indivíduo, que vive em um determinado agroecossistema e conhece suas peculiaridades, para saber os melhores caminhos, para resolver os problemas que ali surgem. Ou seja, esse conhecimento surge da prática, da interação, da observação, das experiências.

Por outro lado, os ecofeminismos nos trouxeram a questão de como, devido à divisão sexual do trabalho, historicamente, as mulheres foram desenvolvendo perspectivas diferentes que as dos homens. E isso fez com que, nos dias atuais, elas tenham preservado, em diversas situações, percepções e conhecimentos que mantêm uma relação ecológica com o ambiente. Enquanto, os homens, acabaram se voltando mais para o mundo do mercado, das trocas, sem atentar para os prejuízos ambientais de suas práticas.

Sendo assim, a importância da participação das mulheres nos processos de desenvolvimento rural sustentável, se torna ainda mais significativa.

Dando sequência em nossa pesquisa, abordamos, brevemente, o histórico do desenvolvimento do patriarcado na história da sociedade ocidental. Além das informações históricas, nos apoiamos também nos conceitos de *habitus* e violência simbólica, do sociólogo Pierre Bourdieu (1989; 2015). Sendo assim, pudemos compreender um pouco o processo, através do qual, criou-se a cultura, o *habitus*, de subordinação da mulher e da dominação masculina. Da Antiguidade até a Idade Moderna, com o desenvolvimento do capitalismo, pudemos perceber como o patriarcado se manteve na história, apesar de suas ressignificações, conforme a época.

É, sobretudo, com o capitalismo, que pudemos perceber as maiores modificações. Pois, a mudança no modo produtivo gerou diversas rupturas na ordem da sociedade, ou seja, explicitou algumas contradições da sociedade como um todo. E como pudemos ver, será, justamente, na Revolução Francesa, momento de afirmação da ideologia burguesa, que surgirão os primeiros movimentos organizados de mulheres na história: os movimentos feministas (PERROT, 2009). As mulheres, que lutaram juntamente com os homens na revolução, passam a reivindicar para si, também, o lema da “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Posteriormente, com a Revolução Industrial, novas contradições se evidenciaram: as mulheres trabalhavam tanto quanto, ou mais que, os homens nas fábricas, mas recebiam menores salários e não possuíam nenhum direito político. Como pano de fundo aqui, temos que, a norma, a regra social, historicamente reproduzida, da divisão sexual do trabalho, já não estava sendo mais cumprida: as mulheres faziam o trabalho dos homens, mas estes não faziam o trabalho delas. As mulheres faziam os mesmos trabalhos, logo, tinham as mesmas capacidades que eles, sendo assim, porque não tinham os mesmos direitos?

Esses momentos históricos, de rupturas no *habitus* feminino, nos fizeram questionar como era possível essa mudança, na história das mulheres. Sendo assim, percebemos a limitação do conceito de *habitus* e tivemos que procurar auxílio em outras fontes teóricas.

Dessa forma, a teoria de Freire (1987) e a de Iasi (1999), foram fundamentais para entender como, através do processo de consciência, da práxis e da organização coletiva, é possível que as mulheres superem as contradições da sociedade, suas opressões e explorações.

Dessa forma, essas teorias contribuíram para entender a importância do papel dos movimentos sociais, aqui no caso do MMC, tanto para o processo de conscientização e empoderamento das mulheres, assim como, para o fortalecimento da agroecologia. Pois, corroboraram com a afirmação de Guzmán (2001), a qual diz que é possível, através dos movimentos sociais, a transformação social se iniciar pela tomada de consciência, dos aspectos políticos, econômicos e sociais, para depois impactar nas técnicas produtivas. Através dessa conscientização, resgata-se a autoestima e a força para lutar contra as opressões e explorações. E como meio, instrumento, para isso, é justamente a transição para a agroecologia, o resgate de uma antiga forma de produzir e lidar com a terra. Um resgate que não é de técnicas específicas, mas de um “ser” e “estar” no mundo, com uma forma própria de construir o conhecimento.

O que nossas pesquisas revelaram foi que, não necessariamente, as mulheres vão apresentar uma atitude mais agroecológica do que os homens. Como foi visto, na maioria dos casos, as mulheres, não foram contrárias à decisão de iniciar um manejo produtivo altamente dependente do mercado, com o uso de todo o pacote tecnológico da Revolução Verde. Para elas, naquele momento, também parecia ser a única opção para se livrarem de dívidas e conquistarem uma qualidade de vida melhor com o aumento de renda¹¹⁴.

Sendo assim, compreendemos que a decisão de modificar a forma produtiva, passando de camponesa para empresarial, está muito mais ligada a uma conjuntura política e econômica, na qual está inserida a sociedade, que direciona os/as agricultores/as para determinados caminhos e dificulta, em muito, trilhar outros; do que uma sensibilidade e preocupações ecológicas desses/as agricultores/as.

Em relação à questão de gênero, percebemos que, em todos os casos, em diferentes níveis, havia desigualdade de gênero. Que mesmo as mulheres, que já tinham alguma discussão sobre relações de gênero, ainda estavam vetadas de participar de alguma forma nas decisões da família ou na sua comunidade. E que foi a entrada dessas mulheres, no

¹¹⁴ Na transição para o reassentamento, a maior parte das famílias estudadas não levou consigo suas sementes e animais. Muitas tinham ainda dívidas a pagar. E o modelo de agricultura orgânica apresentado a eles não diferia muito do modelo da Revolução Verde, apenas mudava o tipo de insumo, mas mantinha a forma em monocultura, altamente dependente do mercado. Na época, não existiam também políticas públicas que pudessem auxiliar na comercialização de uma produção mais diversificada, como o PAA e o PNAE. Nesse sentido, foram vários os fatores que motivaram a esses/as agricultores/as a optarem pela agricultura empresarial e as mulheres, em geral, apoiaram essa decisão.

Movimento de Mulheres Camponesas, que começou a trazer novos olhares e alternativas, para as relações de gênero em suas vidas, como para a forma como estava sendo cultivada a terra. Ou seja, a participação no movimento contribuiu na construção da consciência dessas mulheres (FREIRE, 1987; IASI, 1999).

Antes de tudo, o movimento trabalhou as questões de autoestima e autovalorização dessas mulheres. Trouxe informações sobre o que é o patriarcado e suas opressões e explorações sobre as mulheres. Nesse sentido, revelou que muitas das relações, atitudes, comportamentos, que são naturalizados e violentam as mulheres cotidianamente, não são naturais e sim sociais, logo, podem e devem ser modificados. Uma vez fortalecidas em sua autoestima, essas mulheres tomam coragem, com o apoio de suas companheiras, para questionar situações que as oprimem seja dentro ou fora de casa. Ou seja, elas passam a se dar o direito a dialogar, a se colocarem como sujeitos: a participar. Elas superam a consciência alienada e começam a formar a consciência para si, reivindicativa (IASI, 1999). E, com isso, começam a reconhecer, questionar e transformar antigos *habitus*, enraizados em seus corpos, pela herança cultural.

Da mesma forma, o MMC, com sua valorização das práticas agroecológicas, reconhece a importância do trabalho cotidiano das mulheres nas hortas, com as ervas medicinais e o cuidado dos pequenos animais. Com isso, valoriza as práticas e os saberes já ancestrais que essas mulheres carregam consigo e que antes eram invisibilizados e desvalorizados. Dessa forma, é mais um processo de fortalecimento da autoestima dessas mulheres e de seu autorreconhecimento, como sujeitos do desenvolvimento, e como tendo um papel muito importante, não só na sua família, mas na sociedade como um todo.

Uma vez fortalecidas e conscientes de seu valor, essas mulheres passam a dialogar com seus maridos, buscando levar a eles toda essa riqueza que foi conquistada com o movimento. Pois, mais do que técnicas e práticas, o que o movimento ensina é justamente um aspecto psicológico, que a modernização da agricultura trabalhou fortemente pra eliminar da vida dos/as camponeses/as: sua autoestima, o autorreconhecimento de seu valor, da riqueza e importância de seus conhecimentos e da forma de obtê-los.

Sendo assim, uma contribuição muito importante do MMC, estaria justamente no âmbito da consciência. É na busca da reconstrução da autoestima desses/as produtores/as, do reconhecimento de que a forma ancestral de fazer agricultura é valiosa, de que a forma deles/as obterem conhecimento, por mais ágrafa que seja, é fonte de muita sabedoria. E que é esse antigo jeito de se relacionar com a natureza que garante a soberania e segurança alimentar dos povos.

Para as mulheres essa contribuição atua em dois sentidos: na superação das desigualdades de gênero e também no reconhecimento do seu papel na sociedade como trabalhadora rural, como camponesa. Para os homens, lhes é permitido também resgatar essa autovalorização de seu papel como camponês no mundo.

Nesse sentido, como já foi trazido na análise dos resultados, nós temos um processo de recampesinização: um resgate de práticas, saberes, modos de vida. Mas não mais como no passado, fundado em bases patriarcais e autoritárias que impediam o diálogo e a participação de todos e de forma equitativa. Agora, temos um campesinato ressignificado, que busca a equidade de gênero, que busca o diálogo e a participação de todos, em todas as decisões que envolvem a família e a unidade produtiva.

Uma recampesinização, assim, ressignificada, dificilmente seria possível se fosse iniciada pelos homens, pois, dificilmente, os homens abririam mão, ou até mesmo, teriam consciência de seus privilégios, na sociedade patriarcal. Sendo assim, as práticas/técnicas mudariam, mas as relações de gênero permaneceriam intocadas. Não haveria transformação social.

Nesse processo, que se inicia com a participação das mulheres no MMC, a primeira transformação é a das relações de gênero. Primeiro, as mulheres precisam conseguir seu espaço para poderem dialogar com seus maridos, para poderem participar (plantar as abóboras, fazer a estufa de tomates, levar o marido para a reunião do PAA, etc.). Quando isso é conquistado, um imenso passo foi dado nas relações de gênero: abriu-se a porta do diálogo, abriu-se a porta da participação. Tendo isso feito, é possível agora buscar resgatar antigas práticas e pensar novas para o processo de transição agroecológica na propriedade.

Sendo assim, percebemos a atuação do MMC como um ótimo exemplo e inspiração para a Agroecologia. No sentido, da valorização que se dá primeiro para o indivíduo, para o seu aspecto psicológico, para o resgate de sua autoestima. Pois, se a Agroecologia valoriza o saber local, o etnoconhecimento, a coevolução, a participação, mais do que se focar no desenvolvimento de técnicas, ela deveria se focar em como fazer para que essas formas de conhecimento, ancestralmente construídas, voltem a ser colocadas em prática, a partir de seus próprios sujeitos, e não de agentes externos que trariam técnicas prontas para serem testadas. É trazer de novo a autonomia para esses povos, e a convicção de que é a forma antiga de produzir conhecimento, que garantiu a preservação não só da natureza, mas como do próprio ser humano no planeta terra.

A participação nos movimentos sociais, em específico no MMC, com a reconstrução da autoestima das mulheres camponesas, permitiu que elas mantivessem sua identidade

camponesa, mas agora ressignificada, pois agora são camponesas em novas relações de gênero, trabalhando em busca da equidade na relação entre homens e mulheres. Com isso, o movimento permitiu, igualmente, que essa autoestima e revalorização das práticas camponesas fossem compartilhadas com os companheiros dessas mulheres, logo, a antiga percepção ecológica volta a ter lugar na vida desses homens também.

Dessa pesquisa, surgiram diversos questionamentos, que não puderam ser explorados na mesma, devido à delimitação de nossos objetivos. Todavia, esses questionamentos poderiam ser aproveitados em pesquisas futuras. Alguns desses questionamentos são: a) qual a modificação, no processo de consciência dos maridos, das mulheres que começam a fazer parte do MMC? b) seria possível afirmar, que a consciência atingida, das mulheres que fazem parte do MMC, chega à consciência para si? c) no processo de transição agroecológica, essas mulheres do MMC e seus companheiros, conseguem resgatar a estratégia, de construção de saberes, através de processos coevolutivos com a natureza? d) como as experiências do MMC poderiam auxiliar na construção de políticas públicas, voltadas para as mulheres rurais?

Compreendemos que, avançar nessas pesquisas, é algo de extrema importância, para que possamos compreender, cada vez mais, essa realidade social e, com isso, tenhamos melhores condições de pensar políticas públicas, que possam auxiliar, de forma eficaz, na construção do desenvolvimento rural sustentável e da equidade de gêneros.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO, **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- AIMTR (Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Sul). **Mulher Construindo a Cidadania**. Curitiba/PR: 1996.
- ALENCAR, M. C. F et al. As Relações Mulher-Terra na Revista Agriculturas: análise temática e léxica. **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- AMMTR-SUL (Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul). **Não Importa Onde Estiver, Sempre Mulher**.
- AMTR-SUL (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil). **Organizar a Base, Produzir Alimentos Saudáveis, Construir Caminhos de Libertação**. Chapecó/SC: 2007.
- AMTR-SUL (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil). **Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida**. Ministério da Saúde. 2008.
- ANA; ACTION AID BRASIL. **Mulheres e Agroecologia**. Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Vol. 1. Rio de Janeiro, 2010.
- ANDRIOLI, A. I. **Soja Orgânica Versus Soja Transgênica**: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Chapecó: UFFS, 2016.
- ANDRIOLI, A. I. **Trabalho Coletivo e Educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- ANMC (Associação Nacional de Mulheres Camponesas). **Mulheres Camponesas**: caminhando rumo à superação da violência. Secretaria Especial de Política para Mulheres. 2008.
- ANMTR-BRASIL (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil). **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos**. 2001.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção: Os Pensadores. 1ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BANDEIRA, L. A Contribuição da Crítica Feminista à Ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa (PT): Edições 70; 1977.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BONI, V. **De Agricultoras a Camponesas**. O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Tese de Doutorado UFSC. Florianópolis, SC, 2012.
- BONI, V. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**. N. 34/35 – 2013.
- BURG, I. C; LOVATO, P. E. Agricultura Familiar, Agroecologia e Relações de Gênero. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.
- CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Texto para Discussão nº 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CAMPOS, C. S. S; **A Face Feminina da Pobreza em Meio à Riqueza do Agronegócio**. Trabalho e Pobreza das Mulheres em Territórios do Agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n.1, p.16-33, 2000.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CINELLI, C; CONTE, I. I. Mulheres Camponesas Construindo sua Identidade Feminista. **Fazendo Gênero 9**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.
- CINELLI, C; JAHN, E. F. A Constituição de Identidades Camponesa e Feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 117. Fevereiro de 2011.
- COSTABEBER, J. A. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul**, Brasil. 1998. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinado e História) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.) **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Editora da UFSM: Santa Maria, 2003 pp. 157-194.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). Histórico. Texto de 2010. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico>. Acesso em: 29 de Jun. 2016.

DALARUN, J. Olhares de Clérigos. In: KLAPISCH-ZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente**. Volume II: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

DE BIASE, L.; SILVA JÚNIOR, R. D. Inclusão do Protagonismo Feminino na Agroecologia: um olhar para as diferenças e complementaridades de gênero. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. **Cadernos de Agroecologia** – vol. 6, n. 2, dez. 2011.

DUBY, G. **Eva e os Padres**. Damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

EISLER, R. **O Cálice e a Espada**: a nossa história, o nosso futuro. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1984.

FACCHINI, L. A.; SOUZA, L. E. Apresentação. ABRASCO, **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. pp. 37-40.

FEDERICI, S. **Calibán y La Bruja**: mujeres, cuerpo y acumulación primitiva. Madrid: Traficante de Sueños, 2010.

FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERREIRA, A. P. L. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 4, n. 2, Nov. de 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque Histórico-Estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUZMÁN, E. S. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu: UNESP, 2001.

GUZMAN, E. S. **La Agroecología como Estrategia Metodológica de Transformación Social**. Disponível em: https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la_agroecologia_comoEduardo-Sevilla.pdf. Acesso em: 02 de Jun. 2016.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOLLAND-CUNZ, B. **Ecofeminismos**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

IASI, M. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

JÁCOME NETO, F. História Antiga e Marxismo: considerações em torno de classe e luta de classes na Grécia antiga. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em: dez. de 2015.

KARPINSKI, C. **Sobre as Águas a Memória**: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001) Florianópolis, SC: 2007. Dissertação de Mestrado (em História). Universidade Federal de Santa Catarina. 142 p.

KING, Y. Curando as Feridas: Feminismo, Ecologia e Dualismo Natureza/Cultura. In: JAGGAR, A. M; BORDO, S. R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KIRKWOOD, J. **Ser Política en Chile**. Las feministas y los partidos. Chile: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), 1986.

KNAPIK, M. C. (org.) **Movimento Popular de Mulheres do Paraná: 10 anos construindo a vida**. Curitiba: Editora Gráfica Popular: CEFURIA, 2005.

KONDER, L. **O Que é a Dialética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KULETZ, V. Entrevista a Barbara Holland-Cunz. **Revista Ecología Política**. Cadernos de Debate Internacional. Vol. 4. Barcelona: ICARIA, 1992.

LADEIRA, P. D. et al. Gênero e Agroecologia: ressignificando o papel da mulher agricultora nos espaços públicos e privados. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 8, n. 2, Nov. 2013.

LAGARDE, M. El empoderamiento y el poderio de las mujeres. In: **El Feminismo in mi Vida. Hitos, claves e topías**. México D.F: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

LEÓN, M. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres com el poder. Introducción al libro: **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**, editado por LEÓN, Magdalena. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.

LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Disponível em: mujeresforjadorasdesdesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/m-lec3b3n-versic3b3n-final-nov-10-2013.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2016.

LERNER, G. **La Creación Del Patriarcado**. Editorial Crítica, 1985.

L'HERMITE-LECLERCQ, P. A Ordem Feudal (séculos XI-XII). In: KLAPISCH-ZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente**. Volume II: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

LICEA, M. D. A. **A Louca de Las Yagrumas e Outras Mulheres**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. (Série NEAD Especial 17).

LISBOA, T. K; LUSA, M. G. Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro/2010.

LORENZI, H. **Plantas Daninhas do Brasil**. 4ª edição, Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MAFRA, M. S. H; FLORIANI, G. S. Gênero e Desenvolvimento: reflexões metodológicas. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

MARONHAS, M. et al. **Agroecologia, Trabalho e Mulheres: um olhar a partir da economia feminista**. 18º REDOR, 24 a 27/11/2014. UFPE, Recife/PE.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Volume 1. Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

MARX, K. **O Capital**. Volume 1. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

MARX, K. **O Capital**. Volume 3. Versão online: Marx.org 1996c. Disponível em: www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf. Acesso em: 04 de out. 2016.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIELITZ, C.G.A; MELO, L.M; MAIA, C.M. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MIES, MARÍA. Investigação Feminista: ciência, violência e responsabilidade. pp. 97-115. In: ROMERO, M. XOSÉ AGRA (org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

MMC-BRASIL. **Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres Camponesas**. Sem ano de publicação.

MMC/SC. **Uma História de Organização, Lutas e Conquistas**. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Chapecó/SC, 2008.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n.2, p. 37-56, 2004.

MOSEDALE, S. Policy Arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, 17, 243-257. 2005.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, R. M. R. Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. In: **Revista Sequência**, nº 48, p. 41-72, jul. de 2004, p. 43.

OPITZ, C. O Quotidiano da Mulher no Final da Idade Média (1250-1500). In: KLAPISCH-ZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente**. Volume II: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PAGLIARINI JÚNIOR, J. **Memórias de Luta, Lutas pela Memória**: o reassentamento São Francisco de Assis. Marechal Rondon, 2009. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 155 p.

PAULILO, M. A. S. Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. **Estudos Sociais em Revista**. Vol. 2, n. 2 (Jul./Dez. 1999), p. 135-148. Londrina: Ed. UEL, 1999.

PAULILO, M. I. S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

PAULILO, M. I; SILVA, C. B. A Luta das Mulheres Agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

PASTORE, E. et al. **O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecológica: influências e mudanças nas relações de gênero. Gênero, Segurança Alimentar e Meio Ambiente**. ST 37. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Pastore-Polese-Pastore_37.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

PERROT, M. **Mi Historia de Las Mujeres**. 1a ed. 1a reimp. - Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2009.

PETERSEN, P. Um Novo Grito Contra o Silêncio. In: ABRASCO, **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrgio. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. pp. 27-36.

PINHEIRO MACHADO, L.C. et al. **Transição para uma Agropecuária Agroecológica**. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/816256/mod_folder/content/0/Machado10TransicaoParaAgropecAgroecol_SIMBRAS.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 23 mar. 2015.

PIPONIER, F. O Universo Feminino: espaços e objetos. In: KLAPISCH-ZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente**. Volume II: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POCHMANN, M. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto, 2001

QUEIROZ, O. A. P. **Dicionário Latim-Português**. São Paulo: Editara LEP S.A., 1959.

RADIN, J. C. Colonos na Fronteira Sul. In: ZARTH, P. A. (org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letras & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

ROMERO, M. XOSÉ AGRA. Introducción: Feminismo y Ecofeminismo. pp. 1-21. In: ROMERO, M. XOSÉ AGRA (org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

RUBIN, G. **O Tráfico de Mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SANTOS, I. M. M; SANTOS, R. S. A Etapa de Análise no Método História de Vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 714-9.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. Força de Trabalho Feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, São Paulo, 8:95-141, 1985.

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHNEIDER, S; RADOMSKY, G. O Mercado de Trabalho Rural Gaúcho na Década de 1990: as transformações recentes. In: **XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Recife, 5-8/8/2001.

SCHOTTZ, V; CARDOSO, E. Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas de Mulheres. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Rev. Bras. De Agroecologia**/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

SCHREIBER, M. S. **Análise da Participação Política das Mulheres Camponesas da Comunidade Alto Alegre**. Estudo de Caso. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Especial de Pedagogia para Educadores do Campo. Turma II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel, 2012

SCOTT, J. W. A Mulher Trabalhadora. In: DUBY, G; PERROT, M. (org.) **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**. São Paulo: Gaia, 2002.

SHIVA, VANDANA. As Mulheres na Natureza. pp.161-178. In: ROMERO, M. XOSÉ AGRA (org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: a Construção de Novos Sujeitos Políticos na Agricultura Familiar. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, V. P; BARROS, D. D. Método História Oral de Vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SILVA, A. P; BARROS, C. R; NOGUEIRA, M. L. M; DE BARROS, V. A. “Conte-me Sua História”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Revista Mosaico**, Vol. I, nº 1, 25-35. 2007.

SOUZA, M. H. S. et al. Mulheres da Feira Agroecológica de Sumé, PB: prazer no cuidar da vida. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. **Cadernos de Agroecologia** – Vol 8, No. 2, Nov 2013.

STROMQUIST, N. The Theoretical and Practical Bases for Empowerment. In: MEDEL-ANONUEVO, C. (editado). **Women, Education and Empowerment: pathways towards autonomy**. Hamburg: UNESCO Institute for Education, 1995.

WARREN, K. J. **Ecological Feminist Philosophies**: an overview of the issues. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/Warren%20-%20Ecofeminism%20Overview.pdf>. Acesso em: 26 de jan de 2016.

WARREN, KAREN J. O Poder e a Promessa de um Feminismo Ecológico. pp. 117-146. In: ROMERO, M. XOSÉ AGRA (org.) **Ecología y Feminismo**. Granada: Ecorama, 1998.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no. 78, Abril/2002.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável. O desafio do Século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.

VIEZZER, M. **O Problema Não Está na Mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WEMPLE, S. F. As Mulheres do século V ao século X. In: KLAPISCH-ZUBER, C. **História das Mulheres no Ocidente**. Volume II: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ZAAR, M. H. **La agricultura familiar y su función transformadora**: Diez años de Reassentamento São Francisco, Cascavel, PR, Brasil. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de*

Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponible em: www.ub.es/geocrit/-xcol/451.htm. Acesso em: 03 out. de 2015.

ZAAR, M. H. La economía solidaria como solución a la sostenibilidad de la agricultura familiar: el caso del *Reassentamento São Francisco*, Cascavel, PR, Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (49). Disponible em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-24549.htm, Acesso em: 04 out. de 2015.

ANEXO A – Entrevistas Completas

Dona Orquídea

Eu nasci em Florianópolis, meu pai mudou para Braço do Norte/SC, aí a gente de lá mudou para Rio do Sul, e depois veio pro Paraná quando eu tinha de 9 para 10 anos. Aí a gente veio, não tinha terra também, veio morar nas terras dos tios, aí trabalhando sempre na roça. Mudavam de cidade procurando ter uma vida melhor.

No segundo ano em que vieram para o Paraná já conseguiram comprar um pedacinho de terra, isso em Nova Prata. Depois trocou a terra com um sr. de Santo Isidório em Três Barras, aí fiquei ali até casar, tive dois filhos e mudamos para a comunidade Alto Alegre. Quando casou também não tinha terra, trabalhava nas terras dos outros.

Era de uma família de 10, sete homens e três mulheres. Moravam no sítio arrendado, pagavam o arrendamento com a produção. A divisão de tarefas: minha mãe trabalhava em tudo, na roça, em casa. Meu pai trabalhava, mas gostava muito de fazer brique, negociar, trocar cavalo, boi. Hoje não tem mais isso. Meu pai gostava bastante. A gente ficava com a mãe, era bastante sofrida, longe da escola. Eles colocavam a gente na escola uma semana, às vezes ia um dia ou dois já não ia mais. Eu não aprendi a ler, porque eu não ia para a escola.

Naquela época não era obrigatório os pais colocar os filhos na escola. Ah..Vai um dia, não precisa ir mais, né? Tem que ajudar a cuidar dos irmãos. Todos os irmãos tiveram estudo, só eu e minha irmã mais velha que não aprendemos. Que nós tinha de certo um pouco a cabecinha mais dura, também..rs. Uma irmã e todos os meninos foram para a escola. Elas não foram porque tinham que ajudar em casa, a cuidar dos irmãos. A mãe ia pra roça, tinha que cuidar do fogo para cozinhar o feijão. Então, era sempre essa história, sempre tinha que ajudar e não podia ir para escola.

A mãe ia pra roça, as meninas ajudavam nas tarefas domésticas e os meninos iam para escola. Eles não ajudavam em casa e muito pouco na roça, mais era as meninas mesmo. As meninas faziam o mesmo trabalho que a mãe: lavava a roupa, limpava a casa, fazia comida. Lavava a roupa na hora de meio dia, como diziam (rindo), enquanto descansava o almoço [os homens descansavam], lavava roupa. Era assim antigamente, os homens não ajudavam em nada em casa. A mãe fazia o mesmo serviço que o pai na roça. Depois que cresceram os filhos foram pra roça, mas não eram muito de trabalhar.

O pai dela não gostava da ideia das meninas irem para a escola, é aquela questão que: os piá iam porque diz que homem tem que saber ler, mulher não precisava. Minha irmã mais velha, coitada, até hoje ela não sabe fazer o nome. Não sabe ler nada. E eu, graças a Deus, já

aprendi, mas aprendi no reassentamento já, a escrever e tudo. Por isso que eu mexo no celular, no computador, senão eu não sabia também. Mas na casa da mãe eu não aprendi não, sempre fui boa em fazer comida, comida é comigo. A gente ficava bastante em casa fazendo comida, eu aprendi bastante fazer comida, ixe. Bolo, eu era muito chamada para fazer bolo de casamento. Mas a gente aprendeu por conta, não fez curso, igual hoje tem.

Meu pai plantava milho, arroz, arroz pro gasto, né? Malhadinho na tábua, mandioca, e plantava também fumo na época para vender. Fazia aquele fumo de corda. E outros fumos que pegava um barbante bem grande e colocava em uma agulha e ia enfiando as folhas ali e pendurava num galpão para secar aquele fumo. Tudo sem veneno. Colhia fumo, melancia no meio, pepino, nada ia veneno. Milho, feijão. O pai e a mãe cuidavam dessa roça. Era tanto pro consumo, como para a venda. Vendia na cidade em Rio do Sul, vendia nos armazéns.

A mãe fazia a horta pro gasto, sempre tinha uma vaquinha de leite pra tirar o leite pros filhos, era assim. Só ela que cuidava da vaquinha, galinhas caipiras, porquinho, sempre tinha. Na horta não ia adubo, fazia os canteiros de alface, repolho, couve. As meninas também iam para a horta. Os meninos não. Quando chovia e era época de plantar batata, a gente ia ajudar. As ervas medicinais também eram cultivadas, antigamente era muito chá. Não era comprado muito remédio na farmácia. Tem chás que hoje quase nem existe mais, né? Muito chá. Quando a gente ficava meio engripado era só o chá caseiro. Mas, eu tenho muito pouco, nessas viradas a gente foi se mudando muito de lugar, aí eu também, depois que casei acabei me mudando muito também, a gente acaba perdendo os remédios, tudo. Mas ainda tenho um pouco.

Na lavoura grande não tinha adubação. Era só carpir, era tudo de enxada na época. Se tinha bastante cisco você enleirava fazia uma carreira ali como diziam e fazia um foguinho, queimava aquele cisco e ia plantando, plantava tudo de máquina manual. Às vezes derrubava mata também, queimava e plantava em cima. Nossa, quando tinha mato pra derrubar eles gostavam porque era a roça que dava mais feijão era a roça de mato. Era terra nova. Não tinha nada de veneno. As sementes guardava de uma ano pra outro. Tanto é que a gente guardava as sementes e não carunchava, e hoje não pode, caruncha. A gente guardava em umas caixas de madeiras que tem três, quatros, repartimentos e ali se guarda o feijão, até que a gente maiva tudo no cacete, a gente guarda com o farelo, nossa ficava muito bom. Naquela época ficava muito bom, ficava novo. Hoje não adianta, caruncha tudo. As sementes hoje em dia não é igual que era antigamente, né? Pra você ter uma ideia que você colhe o feijão lá, você vai escolher aquele feijão pra comer ele já tem caruncho. No mesmo dia em que você colhe. Já vem da roça com bicho. É muito complicado já.

Trocavam dia com os vizinhos. Faziam aqueles pixirão, outros falam outros nomes também. Aí juntava lá pra roçar um capoeirão umas 20 pessoas, as crianças não iam porque era roçada. Ai eles carneavam um porco, faziam um almoço pra turma. Era bem divertido. Tinha muita troca de conhecimento. A gente visitava as pessoas, chegava a noite a gente saía, ia visitar os vizinhos. Uma noite de lua. Ah, hoje tá bom, vamo lá no vizinho? Vamos passear lá? Hoje a gente não faz mais isso. A qualidade de vida era boa, apesar da simplicidade. Eu acho que era a melhor coisa, era muita amizade também, muito bom, a gente podia sair a noite tão tranquilo, né?

Sempre tiveram o que comer, nunca passaram necessidade. Sempre tinha o que comer. Porque sempre plantava miudeza, batata, mandioca. Meu pai mexia muito também com açúcar de cana. Fazia melado, chimia de laranja, fazia até pra vender. Pro gasto e pra vender. Tinha um pomar com frutas. Onde a gente chegava sempre tinha arvoredos. Meu pai fazia o engenho de cana tocado a boi...rs..moia a cana, fazia o melado, fazia o açúcar. Sempre tinha, não precisava tá lá no mercado comprando. Comprava o açúcar branco muito pouco.

A mãe não tomava muita decisão. O pai decidia, a mãe não falava nada. Em relação ao dinheiro era também ele quem controlava. Ele nunca deixava faltar, mas era ele que comprava. Na época era ele que comprava as coisas pra ela, pra nós. Mas comprava tudo de metro [tecidos]. Ela fazia costuradinho na mão. Fazia vestido pra nós. Comprava aquele xadrez, nossa! Quando a gente ganhava um vestido daquele a gente ficava tão facera, tão feliz. Ganhar um vestindo novo! (fala entusiasmada, rindo muito). Coitada ela fazia calça pra ele, costurada na mão, tão bem feitinha. Minha mãe ela era, coitada, sem estudo, mas tinha muita habilidade, fazia bordado, aqueles panos de parede, hoje não usam mais, muito difícil quem tem. Mas ela fazia aqueles ramos de flores, coisa mais linda.

A gente pegava água na mina de balde. Era função de todos na casa, cada um ia de vez em quando. A lenha também, era picadinha no machado, tanto os meninos como as meninas pegavam. A gente tomava banho em umas gamelas de madeira. Meu pai fazia isso também. Fazia umas gamelas de madeira redonda, coisa chique. No frio esquentava a água. Depois quando mais pra frente, foi mudando, aí já tinha aqueles chuveiro de balde. Ele tem o chuveiro em baixo, tem uma toneirinha. Ele é aberto em cima com um arco dependurado, enche de água morna, fica debaixo e toma um banho mais normal (rindo). Isso na década de 1970.

Naquela época não tirava bloco de nota. Quando compraram a terra ficou só no nome do pai. Se fizessem nota naquela época não colocavam no nome da mulher. Porque é aquela

história, o homem tinha que ter tudo, se tinha pro homem valia para a mulher também. Depois que foi mudando.

Às vezes eu vejo, lá em casa também acontece isso (uso de veneno), porque a gente não tem como mudar tudo. E eu não posso mais carpir, tenho problema de borsite nos meus braços, daí qualquer trabalho que eu faço já me incomoda demais, de parar no hospital, então eu evito um pouco, planto alguma coisinha de verdura. Lá na minha horta eu não gosto que passe veneno, mas passa perto também...é complicado. E vai mudando, cada vez pior. E mudar hoje tá difícil, viu? As coisas cada vez pior, os bichinhos atacam, as doenças atacam, não tem como você salvar um pé de nada se você não passar veneno. Em casa eu falei, se for pra nós comer fruta com veneno, então, nem planta. Mas tá morrendo tudo. Nós tinha mexerica, as laranja, já morreu os pés, os bichos comem tudo, uma doença ataca. Eles falam, mas põe veneno. Eu falo, mas ah, eu não quero, veneno em tudo, até na fruta que a gente vai comer...complicado.

Casamento

Conheceu o marido em Santo Isidório, em Três Barras. Lá foi com 12 anos. Conheceu ele porque moravam pertinho, saia nas festinhas, carreira de cavalo, jogo de bola, ia assistir. Se encontremo lá, fiquemos namorando e casemo (rindo). Comecei a namorar com 16 anos, e casei com 18, ele tinha 17. Na época a gente só casou no padre, porque no civil não casava porque não tinha idade.

Pra ir nas festas, o pai não deixava muito. Era quando a vizinha pedia pra levar junto com a filha na festa, o pai era mais bonzinho, a mãe era mais....Tinha que vir a vizinha pedir pra ela pra eu ir junto. Eu casei primeiro, depois a do meio. A do meio saiu pra fazer curso de costureira, foi pra Cascavel, era chique quem fazia isso, e ela fez, e até hoje ela costura bem. Mas, então, daí nós começamos a namorar, casamos e ficamos lá mesmo. Fomos morar na casa da família dela.

Na época minha sogra e meu sogro se separaram. Ele era muito bêbado. Coitado, ai. Daí separou, ele foi morar em uma casinha de chão, a gente foi morar com ele. Eu sofri bastante. O sítio era do sogro, a sogra ficou morando na outra casa no mesmo sítio. Ela tem 100 anos e tá viva ainda, muito sofrida, 14 filhos, tem a natureza muito forte. A gente foi morar com meu sogro, ele faleceu, na minha casa, eu não tinha nenhum dos filhos ainda. Depois de 2 ou 3 anos que a gente morava com ele lá. Ele sempre chegava bêbado. Chegou bêbado e meu marido já tava na roça, aí ele começou a passar mal, fui chamar meu marido,

quando foi ver, ele já tava morrendo. Quando fez 6 meses meu pai morreu. E eu já tava nos dias de ter meu filho primeiro. Meu pai morreu, quatro dias depois eu tive meu primeiro filho.

Daí foi assim um sofrimento. Mas Deus dá força, eu sempre falo. Que eu cuidei do meu sogro até que morreu, depois meu pai também, veio do hospital, ficou em casa, a gente ficava cuidando dele de noite. Na noite em que ele morreu, era eu quem tava cuidando. A hora que ele morreu eu tava dando café pra ele. E eu grávida, calcula. Mas graças a Deus eu superei tão bem. Foi parto normal. Daí ficou minha mãe, ela era bem teimosa, bem doente. Daí ficou meus irmãos foi cuidar um pouco da mãe, mas não se acertaram muito bem.

A mãe conseguiu aposentadoria, um político ajudou, porque não tinha nota nada. Naquela época era mais fácil. Hoje se não tiver nota não consegue nada. Ela e minha sogra, porque as duas ficaram viúvas quase juntas. Os filhos também ajudavam. Teve um dos meus irmãos que ficou solteiro e cuidava dela. Tinha 4,5 alqueires e plantava. A terra dos pais ficou pros irmãos. Na época em que venderam queriam me dar a minha parte, mas era pouquinho. Eu não quis, dei pra um irmão comprar uma terra. Eu não tinha terra também, mas eu não pensei em mim, pensei eu sempre morava na terra dos outros. Mas, graças a Deus, vivia bem. Eu não quis aí.

Na terra do sogro eles plantavam como antes. Mas chegou um tempo o marido foi trabalhar em uma serraria. Ai ele trabalhava na serraria, eu cuidava da lavoura. Eu cuidava dos filhos, da casa, da lavoura. Da horta, porco, vaquinha, era tudo eu que cuidava. A gente plantava milho, feijão, soja. Soja na época a gente colhia cortada a facão. Porque não existia ceifa. Era só aquelas triadeiras que falava. Ai a gente amontoava com o facão aquele monte de soja, passava na triadeira, vendia. Trigo a gente plantava também, mas era tudo cortadinho com foicinha.

Eu tenho 6 filhos. Meus filhos mais velhos trabalharam bastante desde pequenos. Eles tinham 5 anos já acompanhavam na roça. A gente ia pra roça, tinha que levar eles. Eu ia na dieta, tinha 10 dias eu já tava na roça. Eu levava as crianças. Pnhava um guarda-chuva, fazia uma sombra, pnhava um pano chão, e pnhava eles, era jeito, né? (rindo)

Eu tenho só uma filha mulher e cinco homens. Criei eles do mesmo jeito que fui criada. A filha com oito anos já lavava roupa pra mim. Depois do sítio do sogro foram morar em um sítio no Alto Alegre. Eu ia pra roça e pedia pra ele ensaboar toda a roupa. Eu dizia, tem que aprender, porque o dia que ela casar tem que saber fazer as coisas. E eu precisava de ajuda, pra você ver, só uma menina, o resto tudo piá, tudo sujando roupa. Eu tenho um filho que até lavava as roupas. Calçado eles que lavavam, eu falava: eu não vou lavar calçado de ninguém, cada um lava o seu. Porque é muito serviço daí.

A gente socava o arroz no pilão. Os meninos ajudavam a socar. Quando eu ia pra roça de manhã, 10:30 eu saía da roça e deixava eles na roça, e eu ia pra casa, socar o arroz pra fazer o almoço. Daí quando chegava 11:30 eles desciam, tinha que descer uma serrona. Quando tinha 3, 4 anos, a gente debulhava milho, precisava vender, pra comprar alguma coisa. Debulhava na mão, duas, três bolsas de milho. Como a gente fazia né? Hoje em dia pra debulhar um pouquinho pras galinhas já não agüenta. E eles ajudavam a debulhar milho.

Tinha um pastor lá que passava em casa e dizia: nossa D. Orquídea, seus filhos vão dar muito trabalhador, porque nessa idade já tão aí debulhando milho. Eles se divertiam. Se a gente ensinar eles ajudam muito a gente, tem um dos meus filhos que me ajudou muito em casa. Ele fez de tudo, arrumar a casa, lavar roupa. Numa época em que eu trabalhava fora. Quando ele moravam já no reassentamento.

De Santo Isidório saíram porque o marido trocou uma casa com o irmão dele. Mas a gente não tinha terra, sempre trabalhava na terra dos outros. A terra do sogro ficou com a sogra, um irmão vendeu e não deixou nada pra mãe. Foi lá que o marido foi trabalhar na serraria. E eu com os filhos pequenos e quando a gente não trabalhava na roça, a gente trabalha de empreita pros outros. Quebrava milho pros outros, socava arroz pros outros. Toda a vida assim. O dinheiro que ele ganhava na serraria também só dava pra comer, era muito pouco. Sempre tem que comprar umas coisinhas. Pra complementar eu tinha que trabalhar, comprar roupa pros filhos, calçado etc. Eles iam todos para escola, aprenderam a ler. Só um não tem o segundo grau completo porque não quis terminar.

Ela mesmo que comercializava. Antigamente chamava venda, bodega, a gente ia lá com o carrinho de boi, vendia. Ela administrava esse dinheiro. Comprava a roupa que queria, calçado que eu queria. Tinha uma autonomia maior. Essa relação era tranquila com o marido. Mudaram bastante de cidade no PR. Mas ficaram no Alto Alegre até ir pro PR. Arrendavam uma terra. Essas terras foram atingidas. Lá ele trabalhava na lavoura com ela. Ele não ajudava em casa não, cortava alguma lenha quando eu pedia. Eu cortei muita lenha, por isso que hoje eu não posso mais cortar. Mas eu gosto de cortar lenha, às vezes eu vou lá e ainda pico algum pau e meu filho fala: Ah mãe, a sra. cortando lenha. Ah, filho a mãe não tem paciência de esperar e mãe gosta, mas tem hora que eu não posso.

O tempo todo o mesmo trabalho: guardando a semente, sem adubo. A gente colhia o milho e guardava, tirava as pontinha, do pé e da ponta e fazia a semente. O pé e a ponta não são bons pra plantar porque são dispareio. Daí pra cair na máquina ele cai muito dispareio, então tem que ser mais do meio da espiga. As palhadas jogava na terra, dava pra criação, fazia os colchões de palha.

O marido foi trabalhar em Belém/PA. Eu tirava leite, entregava leite. Tinha uma serra pra subir, quando chovia tinha que subir com o leite nas costas. Colocava duas pessoas, um galão, pegava uma cordinha, uma vara, ia um lá outro aqui e a gente subia a serra. Aqueles galão de leite. Era sofrido. Nisso ia os piá ajudar.

A gente sofria mas era divertido, eu não achava ruim. Era uma qualidade de vida boa. Hoje a gente começa a lembrar, meu Deus, qualquer coisinha os filhos reclama, hoje os alunos não querem vir de casa aqui na escola, de a pé, porque é longe. Mas meus filhos andavam 6 km, todo dia. E levantavam cedo, faziam cafezinho e se mandavam. Quando eu acordava eles já tinham feito o cafezinho e tomado e ido pra escola. E hoje é uma reclamação. E o tempo todo a prática do mutirão, de trocas de conhecimento, ervas medicinais. Sempre tive minha ervinhas, colocava na pinga pra passar às vezes em uma dor ou chá mesmo.

Barragem

Não participei da luta desde o começo, meu marido sim. Eu não participei porque eu trabalhava no colégio. Em 1994 começou a trabalhar no colégio. Trabalhava de cozinheira.

Trabalhou no colégio por 2 anos na comunidade do Alto Alegre em Três Barras, só saiu de lá porque se mudaram para o reassentamento. Nós morávamos em uma casa que nós tínhamos comprado bem no alto, longe da barragem. Nós não fomos atingidos, nós só ganhamos a terra porque o patrão, que nós trabalhava na terra dele falou: Mas Deus o livre, mas aí vai pegar água aqui e eu vou ter que mudar meu pasto pra cima e eu vou ter que tirar a terra deles que estão trabalhando. Daí a turma da Copel se interessaram de ir procurar nós, pra saber. A casa eles desmancharam e trouxeram pra lá, e venderam o lote pequeno que tinham. A Copel veio e perguntou do marido dela. E o marido tava fazendo cerca. Eles conversaram, ele deu uma entrevista que valeu o nosso ganho da terra e o nosso patrão que ajudou a gente, que não podemos esquecer deles. Lá ela não participou dos grupos de mulheres.

Eu trabalhando no colégio e meu marido ia em todas as reuniões, eles avisavam. Foi pra Brasília, RJ, todos os lugares. Eu nunca fui porque não podia ir trabalhava no colégio. Os filhos já estavam grandes, um trabalhando na Sadia. Nós batalhava, eu ia nas reunião. Os professores falavam que eles não iam ganhar terra. Ela dizia que entregava nas mãos de Deus, porque não estavam tirando nada de ninguém. Não é um roubo, é uma coisa justa. Ai ganhemos, graças a Deus. E antes deles fazerem as casas nós já viemos pra cá, eu morei nessas casinhas aqui um ano e meio. Quando vieram ficaram sem serviço aqui. Mas logo consegui emprego de cozinheira no escritório da CRABI junto com a Suzete, filha da Margarte, e também limpavam o espaço que era bem grande. No começo não tava liberada a

terra para plantar. Ela começou fazendo bolacha, almoço. Como o escritório era na cidade de Cascavel ela ficava a semana toda lá e voltava só na sexta. No fim contrataram por mês, pagaram um salário e meio para ela cozinhar para eles porque eles gostaram da comida dela. Lá tinha um prédio de três andares e ela dormia lá mesmo em um quarto. O marido não achava ruim. O filho mais novo ajudava nos trabalhos da casa. Logo eles começaram a fazer as casas e o marido começou a trabalhar. Ela trabalhou um ano e meio assim. Quando ela chegava em casa na sexta o varal já estava cheio de roupa que o filho tinha lavado, até os lençóis. Os outros filhos já tinham mudado. Todo mundo se admirava, porque homem fazer essas coisas é difícil. Nossa, ele fazia tudo. Todos os partos foram normais, e apenas um foi no hospital, os outros foram na casa dela.

Quando começaram a fazer as casas, como eles tinham trazido as madeiras o marido construiu a casinha de madeira. No dia em que eles não trabalhavam nas construções, ele ia lá e plantava alguma coisa, árvore, miudezas. Quando a gente foi morar na casa já tinha árvore grande, minha casa é cheia de árvore em volta. Ele plantava até arroz nos primeiros anos, mas depois não tinha onde levar o arroz para descascar, e a gente socar arroz também, já era mais difícil pra gente. Por isso paramos de plantar. Mas plantávamos, mandioca, batata doce, milho pro gasto. Até esse ano plantamos, mas ano que vem não vamos plantar, porque chega ano que vem não acha ninguém para ajudar, quebrar, e a gente já não aguenta mais também. O único filho que mora junto está estudando para ser professor, daí não tem tempo para ajudar.

Hoje eles arrendam a terra.

Além do autoconsumo, nos primeiros anos que vieram pra cá, eles plantavam coletivo. Plantavam todos juntos, chegava a época de repartir era proporcional à quantidade de terra que cada um tinha. Depois começaram a plantar soja, dava muito bom. No primeiro ano plantavam soja sem veneno, sem transgênico, só adubo que compravam. Eles faziam isca, era um negovão (que passa nas vacas para matar as bernês), com sal, enrolado um pano, enfincado umas estacas no meio da roça, os bichos vinham, chupavam aquilo ali e morriam, ficava cheio em baixo. Nos primeiros anos deu certo, depois começaram atacar muito e já não deu mais. Tiveram que começar a usar veneno. Teve até uns dois anos que eles guardaram semente, mas depois não conseguiram mais. Transgênicos eles passaram a usar só de uns cinco anos para cá (2010/2011).

[Quem decidia o que fazer na plantação?] Nós dois. Tínhamos um diálogo também. Quando a gente pegava o dinheiro, dizia tem que comprar tal coisa, comprar isso e aquilo e ele concordava. Quando começaram a usar veneno foi um consenso dos dois, porque não tinha outro jeito. As sementes também não dava mais para guardar, cada vez a semente fica

pior, e a soja é uma semente muito complicada de guardar, não pode deixar pegar umidade, nada, nada. Optaram pela soja porque ela tava com um valor bom na época. Feijão nunca plantaram para vender, porque na época tinha que colher tudo manual, aí não acha mão de obra, aí como é que vai colher? Plantar bastante não dá. Pro gasto a gente plantava. Hoje não, hoje daria pra plantar. Mas o feijão é danado, toda semana tem que tá com veneno. Uma coisa que a gente come muito veneno. Não dá se não passar veneno. Só na horta que eu plantei um pouco e não passei veneno, mas um pouco. Pode perguntar pra bastante gente. Mas na horta não usa nada de veneno. Ou passa água de quiboa, nas couve.

Para a plantação de soja lá eles contratavam maquinário para a colheita. Um ano eles plantavam soja e no outro milho, pra variar, pra não plantar só soja, só soja na terra. O milho naquela época não precisava passar veneno, agora de uns 3 anos pra cá (2013) que começaram a passar veneno, agora tb é transgênico porque não se acha mais semente convencional. A semente de milho também não guardavam, por que diz que não nascia que não adiantava planar que ele nascia mas não germinava. Não dava um milho bom, as sementes já é diferente das nossas antigas. Porque quando mudaram não trouxeram sementes, tiveram que comprar tudo novo. Sementes eram compradas. Hoje eles arrendam. Porque é assim, você fazer um financiamento é caro, os juros são caros, e se você facilitar não dá para pagar, se dá um contratempo, da pedra, etc. Tem seguro, mas o seguro não cobre tudo. Então é bem complicado. Então como a gente é fraco tem que pagar plantador, pra passar veneno nós temos, mas não temos para plantar. Aí tem que pagar. Aí tem que comprar semente, tem que comprar adubo, mão de obra depois pra colher, fica inviável. A terra que arrendam o cultivo que é feito é com veneno, semente transgênica. É bem perto da casa. De um lado tem pasto, outro mandioca e milho pro gasto, pra cima da casa tem árvores e ervas. Mas dá uns 70 metros da casa.

Hoje eles passam veneno para matar buva, que a buva não morre mais com round up, já tá resistente, eles passam um outro veneno e diz que aquele veneno vai 10 km longe. Então eu acho que é aquele veneno que tá acabando com os arvoredos. E na terra também. Faz muito tempo que se usa veneno ali, o fazendeiro dessas terras antigamente usava veneno muito forte. Ela conta que nunca sentiu nenhum efeito do veneno no corpo. Aplicava com trator. E pagavam pra outros aplicar.

MMC

Quando a gente veio pra cá, já começou os grupos de mulheres, aí eu fazia comida pros grupos de mulheres. Grupos de jovens, de mulheres. Eu sei que eu comecei a participar.

Aqui nesse bairro tinha grupo de mulher também, mas já não tem mais. Então eu comecei a participar com as meninas no Alto Alegre. E aí elas me convidaram para entrar no grupo de mulheres do MMC. Me convidaram um dia para ir pra Brasília com elas, daí fui. Foi muito bom. O marido deixou tranquilo. Ele já tinha ido. Eu falei pra ele, você já conhece, agora chegou minha vez. Ficamos uma semana quase lá. Ficamos acampados lá. Foi bom, que a gente fica conhecendo mais as coisas, muito bom. Quando começaram os processo de formação as meninas me ligavam, eu fui.

[o que a sra. acha que contribuiu?] Muita coisa, eu acho que a gente aprendeu muito, eu aprendi muito. Coisas que há muitos anos a gente deveria saber, mas nunca ouviu falar. E nesses encontros a gente ouve falar. Muito bom. O resgate de coisas antigas. Que hoje não se vê mais ninguém comentar. Desde as ervas, de remédio. Trocas de mudas a gente fez, de remédio, de flor, de verdura, de fruta. Tem coisa que a gente até conhecia mas muitos anos nem via. O modo de se expressar na vida, também, a gente aprende também muita coisa. Que a gente não pode se acomodar. Ficar aí, porque tem um marido, tem os filhos, ficar aí fazendo só o que eles querem. Isso eu já aprendi faz muito tempo. Aprendi depois que comecei a trabalhar fora e aí comecei a trabalhar com os grupos, em encontros, etc. Porque antigamente a gente não era assim. A gente deixava o marido pisar em cima e ficar quietinha, não tinha autonomia para dizer não. Não é isso que eu quero. Mas daí mudou, mas mudou tudo bem, não surgiu aquele conflito em casa. Quando eu falo para ele eu tenho um curso pra mim ir, ele não fica dizendo: mas o que é que você vai fazer nesse curso, pra que tanto curso. Ele não fala isso.

Mas eu aprendi muita coisa.

[Na relação da senhora com seu marido, mudou algo?] Sim. Antigamente, o que ele decidia tava decidido, a gente não metia a colher. Depois começou a mudar, porque daí, desde a época em que nós já plantava ali, eu dizia pra ele: Não me dê o dinheiro que eu vou depositar e eu vou fazer isso e aquilo. Porque sempre aquela história, a mulher sempre segura um pouco mais. Porque a mulher sabe as necessidades. E o homem, as vezes, que ele bebe um pouco, agora ele deu uma paradinha. Se eu deixar dinheiro com ele, ele gasta. Então, a gente tem que tomar um, se não, depois se arrepender. Ela começou a controlar o dinheiro e ele concordou. Foi tranquilo. Nem a conta dele ele vai ver como está, eu que vou lá. E tomei essa iniciativa depois que comecei a participar do grupo. Foi aí que eu tomei coragem. Que era algo que eu não tinha antes.

Mudou bastante porque eu não podia falar nada, era sempre aquela história do marido ter que mandar, né, na mulher. O marido manda na casa, o marido manda....Mas, depois que a

gente veio para cá, isso já faz 18 anos, mudou muito. Mas quando decidiram plantar soja ela concordou também, já participava dos grupos nessa época.

[No aspecto da produção teve alguma mudança o fato de ter participado do MMC?] Sim. Vixe. A gente, muita coisa teve mudança. A gente tinha vontade de falar as coisas mas não tinha coragem. Para mudar isso, para mudar aquilo. Em relação ao plantio também. Meu marido muitas vezes não tem muita cabeça boa, sabe, assim, fazer as coisas. Então a gente tem que ficar falando pra eles as coisas, é assim, assim. Por isso que daí, antes eu sofria bastante porque eu não falava, depois que eu comecei a aprender a ter autonomia para falar. Porque senão.

Na parte da produção não mudou muito na parte do veneno, tem coisa que a gente vê que está errado, mas não tem como mudar tudo. Mas mudou bastante. A gente tem que ter os planos de plantio, tem que ter, esse ano vamos plantar uma coisa, ano que vem outra coisa, então, a gente já tem que conversar antes. Se não conversar aí não tem jeito. Esse ano a gente plantou soja. Ano que vem o que vamos plantar? Soja ou milho? Tem que ter uma conversa pra gente se entender. Porque se ele quer plantar algo que eu não quero aí eu não gosto, então, temos que conversar. Um tem que entender o outro. Antes não tinha essa conversa, ele que decidia. Ele dizia eu vou em tal lugar e vai, eu não dizia nada. Ficava quietinha, sofria, mas não dizia nada. Hoje se eu não gostar eu falo: que que vc vai fazer?

No reassentamento se perdeu as práticas de mutirão e troca de conhecimentos. Só nos 2 primeiros anos que plantaram no coletivo que os homens se ajudavam. Trocar dia depois só pra fazer silagem. Mas era poucas horas. Até a convivência, a gente gosta dos vizinhos, mas não visita. Sei lá! Todo mundo se acomodou, não é mais longe, tem lugar que é mais perto. Acho que é porque mexe com as vacas de leite, tem horário de manhã, tarde e noite. Quando só trabalha na roça a tardezinha sobra tempo, pra sair tomar um chimarrão com os vizinhos, mas quando mexe com as vacas não.

Teve uma época que trabalhou com vacas, há uns 6 anos que parou. Quando ela saiu do emprego na CRABI. Fez financiamento, comprou umas vaquinhas, para poder ficar em casa, ter mais tempo pra roça. De manhã mexia nas horta e de tarde com as vacas. Eram umas 15 vacas, ela e o piá dela que cuidavam. Quando a mãe dela ficou doente o marido teve que aprender a tirar leite porque ela tinha que cuidar da mãe. Fazia silagem com trator, o milho não usava veneno naquela época, comprava só o adubo e a semente. As vacas qd precisava cuidava com antibiótico quando precisava, o pasto era grande. O leite vendia pra Frimesa e outros laticínios. Pararam porque estavam cansados. Venderam as vacas, o marido ficou doente, teve que fazer a cirurgia e tiveram que pagar tudo. Resolveram arrendar a terra.

Nunca parou com as ervas medicinais. Sempre tem os chazinhos.

Dona Ana

Infância

O pai não deixava estudar. Estudei em casa. Mobral, uma tia foi dar aula de noite. Mas era bem menos qualificado, a tia nem era formada professora. Mas ajudou, porque a gente aprendeu um pouco. Mas isso foi uns três meses, aí já desisti também. Eu também não tinha incentivo por ninguém, né? A mãe não tinha estudo e também não incentivava. O pai tinha estudo. Os irmãos todos aprenderam. Ela aprendeu a ler e escrever em casa. Mas acho que eles aprenderam melhor que eu. Eram em 7 irmãos: 3 meninas e 4 meninos. Ela é quase a caçula, tem apenas um irmão mais novo.

Nasceu em Rio Pardo/RS. Lá eles tinham um sítio próprio. O pai trabalhava fora com cultivo de arroz, a mãe e os irmãos plantavam pro gasto: feijão, milho. Nessa época não produziam com veneno onde o pai trabalhava. Ela ficou nessa cidade até 9 anos. A mãe estava sempre na roça, levava nós, nós brincava, bagunçava tudo, não sei se ajudava muito...rs.

O irmãos mais velhos, todos saíram para trabalhar fora.

A única coisa que colocava veneno naquele tempo era nas formigas cortadeiras. Meu pai tinha uma máquina de matar formiga, comprava um pó, e colocava na máquina e colocava nos formigueiros. As sementes eles tiravam dali mesmo, guardavam. Adubação não sei como que era. Plantava feijão, com milho, abóbora, etc. Na horta também era tudo misturado. Minha mãe mexia com as ervas medicinais, por que antes o que precisasse era já, não tinha assim, uma criança que ficasse doente era tudo com as ervas medicinais, fazia o chazinho em casa. Era muito difícil alguém levar alguém no médico, porque era muito longe, e naquele tempo era tudo pago. E a gente era pobre. E dava certo o chazinho da mãe. Na horta era só a mãe quem cuidava.

[E a criação sua e de seus irmãos, vc acha que teve uma diferenciação?] Eu acho que meu pai era até que compreensivo. Ele era mais durão com mãe, mas com nós não era muito. A gente pensando bem era, porque os piá podia ir no baile, nós não. A gente só foi sair mesmo de casa quando chegou uma família perto de casa e eles eram bem tradicional, a mulher vinha lá e pedia pra ele levar a gente no baile, em qualquer lugar que eles iam. Isso já foi no PR, no RS nem na escola o pai deixava ela ir, dizia que lá aprendiam muita coisa errada (moralmente). Nas tarefas da casa todo mundo ajudava, tinha que varrer terreiro, meu Deus, o tamanho do terreiro, tudo de chão, sabe? Cortava o mato, amarrava numa madeira, para varrer. Os meninos era mais, tinha que puxar lenha, pegar água de balde. Quando a gente

morava em Rio Grande tinha que puxar a água de longe, não tinha água encanada, não tinha luz. Colhia arroz, tinha que descascar o arroz dentro do pilão, era os meninos e a irmã mais velha que faziam isso. Era tudo dividido, todo mundo trabalhava. Mas a obrigação maior sempre foi das meninas.

Daí meu pai vendeu lá, eu tinha, eu não lembro muito de lá, porque eu mais brincava, pq eu tinha 8 anos. Meu pai vendeu lá e comprou no PR. Porque dizia que o Paraná é a coisa mais boa do mundo, e não era, é. Por causa da terra. Lá a terra era fraca. O pai nunca consultava a mãe. Ele dizia vamos fazer isso e pronto. Era assim primeiro. Os homens diziam nós vamos fazer isso, ou eu vou fazer isso. E a mulher só acompanhava. Ela não tinha que querer naquele tempo.

A casa no RS era de chão, paredes de madeira, era bem grande, varanda de barro. A casa devia ser dos avós.

Foram para Salto Lontra/PR. Lá tinha um irmão da mãe que morava ali, o pai foi e comprou um sítio com casa. Ali tinha mais trabalho, porque a terra era boa, o sítio era maior. Veio um irmão mais velho casado e uma irmã mais velha casada juntos, só ficou um irmão no RS. Eu lembro que eles diziam que estavam devendo um pouco do sítio, que tinha que pagar. Tinha que trabalhar muito para pagar o restante. Eu era pequena naquele tempo não ia muito, ajudava mais em casa. Eu lembro que derrubaram um mato, fazer uma roça, deu muito feijão. Tinha que bater o feijão com aqueles pau. Pra vender já estava bom no PR, era para armazém. Lá no RS não vendiam, era só pro gasto. Tudo sem veneno, ninguém passava. Nem tinha adubação, a terra era muito boa. Naquele tempo não era proibido derrubar o mato assim, pra fazer roça.

A mãe até meio dia fazia almoço pra todo mundo, depois ia pra roça. Quem limpava a casa era nós. Quando a gente era pequeno fazer comida, lavar roupa era só ela, mas quando a gente cresceu era nós. Tipo, ela mais fazia comida e louça e coisa, e nós ia pra roça, depois a gente cresceu, daí os irmãos, meu pai ficou doente, daí ele não podia mais trabalhar, tinha muita asma. Daí os irmãos começaram a trabalhar e nós tudo junto. Mas eles não tavam dividindo com a gente os lucros. Daí a gente conversou, eu e a minha irmã: “Vamos fazer roça pra nós?”, porque os piá não tão dando nada pra nós. A minha irmã é tipo Eva, eu já era mais parada. E daí naquele tempo. Meu irmão mais velho tem onze filhos e morava com a gente, sabe. Nós que cuidava mais daquelas crianças, que a esposa dele ou tinha um bebê ou tava grávida. Eram seis, mais a cunhada e o cunhado e mais onze sobrinhos. A irmã tinha um filho.

Fizeram a roça só delas de feijão. Ai a gente começou a colher e vende. Daí a gente começou a se acordar. Tipo assim, vamos se virar nós mesmas, por nós mesmas. Porque o pai não podia. Daí a gente falou com o pai. Pai nós vamos fazer isso e isso porque os piá não tão dividindo com a gente e ele concordou. O meu pai era assim, naquele tempo todos os homens eram machistas, mas meu pai era meio compreensivo assim. Não sei como ele era com a mãe porque a gente era pequeno e não prestava atenção, queria saber de brincar. Mas, pra gente ele era bom. Só a questão de estudar e de ir pro baile. Ah, mas aí a gente vai crescendo, vai vendo que não era bem assim.

Eu tinha 13 anos quando fui a primeira vez pro baile. Minha irmã foi mais cedo, ia com o pai, mas depois ele ficou doente. As mulheres iam acompanhadas com o irmão mais velha ou o pai.

Duas meninas ir vender o feijão sozinha era algo que foi considerado normal, não sofreram preconceitos. Tinham uns 15 anos. Os irmãos não implicaram, pois o pai é quem dava ordem. Elas falavam: nós não vamos ajudar vocês. Eles diziam: ah, mas não sobrou...Ah, mas um pouquinho sobrou e tem que ser dividido. Nessa época o pai já tinha aposentadoria. A mãe era 17 anos mais nova que o pai.

Eu casei com 17 anos, lá mesmo. A gente começou a sair com a Dona Alexandrina, ir pro baile. Na verdade, meu marido, falecido, era vizinho nosso. Ai a gente começou a namorar e dali logo casou. A gente começou a ir na casa dessa mulher passear, e meu marido morava bem pertinho da casa deles. Lá tinha um rapaz que namorava minha irmã depois. O marido dela era 2 anos mais velho que ela.

Casamento

A gente casou ele fez uma casa para a gente morar, era perto da casa da minha mãe. A terra era do pai dele. Aí a gente continuou na roça a mesma coisa. Todo esse tempo. Na verdade, agora que eu não tô trabalhando na roça, mas eu trabalhei na roça a vida inteira. Plantavam feijão, milho, para vender. Teve um ano que o marido plantou soja, mas era muito ruim de colher. Meu Jesus amado! O marido trabalhava de vez em quando para fora, mas era bem pouco. As miudezas homem não plantava, né (mandioca, alface, pro autoconsumo), era mais a gente mesmo. Mas, depois, mais tarde, ele começou a ajudar, aqui nessa casa quem cuidava era só ele. Muito trabalhador, mas só pra lavoura. As sementes era guardada, sem adubação, sem veneno. Muito difícil ter praga. Plantava na horta, mandioca, cenoura, couve.

Sobre as ervas medicinais: a gente morava no mesmo sítio que a minha sogra. Ela tinha tudo de ervas medicinais. Minha sogra fazia remédio pra muita coisa, pra muita criança,

muita coisa. Esses conhecimentos acabou não aprendendo, por que aí a gente se acomoda, a sogra faz, a mãe faz. Nunca prestou atenção. Sabe qual chá é bom pra que, mas o remédios não. Nessa época tinha muita troca de conhecimentos, pois naquela época era muito difícil conseguir as coisas. Eles trocavam dia também, eu e minha irmão antes de casar, a gente trocava dia com os vizinhos. Vamos fazer tal coisa. A gente ia lá e fazia um monte, o povo era trabalhador, fazia o que estava precisando fazer, a gente ia lá e fazia. Depois a gente ia trabalhar na roça da outra pessoa para pagar aquele dia, tipo trocado. Tu me ajuda que eu te ajudo. Chamavam isso de trocar dia.

Eu ajudava na lavoura, a horta era sempre pequenina em dia de chuva que ia. [Vocês vendiam e quem administrava o dinheiro era ele?] Ah, minha filha, naquele tempo mulher não tinha direito a nada. No mundo de antes era dominado pelo homem e mulher tinha pouco direito. Eu nem questionava, eu achava normal, porque que vi minha mãe, meu pai, daquele jeito, e todo mundo daquele jeito, eu achava que era normal.

[Mas aí ele comprava as coisas para vc?] Naquele tempo, mulher não tem direito a nada, não precisa de nada. Mas eu já tive mais sorte, por que meu marido. Ele ia comprar as coisas pras crianças. Ele mesmo ia vender e já comprava tudo. Até pra mim ele comprava. Eu não pegava no dinheiro, eu achava que era normal. Ele sempre decidia tudo. O trabalho doméstico era todo dela. No começo ele não ajudava. Depois ele ajuda a fazer comida. Um dia ele foi lavar roupa e disse: Deus o livre, nunca mais na minha vida vou comprar uma calça jeans, porque é muito ruim de lavar. Nunca mais ele usou calça jeans, só social, porque ele lavou né. Mas ele lavava só quando eu tava doente. O sabão eles mesmos que faziam.

Quando ela tinha 18 anos a Eva já tinha nascido. O outro filho nasceu em Três Barras. Eles mudaram porque o sogro vendeu o sítio lá e eles mudaram todos juntos. Naquele época era assim as famílias mudavam todos juntos. Faziam as casas em volta da casa do sogro. Quando a terra não dava para todos eles arrendavam terra fora, porque a família era muito grande.

Quando a gente foi pra Três Barras a gente vivia bem, assim, a gente achava que tudo tava bem, que tudo tava normal. Mas teve um ano deu uma seca, e não deu nada na plantação. O marido muito preocupado disse, a gente não vai ficar aqui mesmo, vamos nos mandar pra cidade. Trabalhar de empregado. A gente vai comer o que o ano inteiro, aqui não deu nada? As crianças tinham entre 5 e 6 anos nessa época. A gente se mudava tanto. Meu marido era assim, ah não deu nada na lavoura, não tava bom, agente se mudava, se mudava pra outro lugar. Mas era só ele quem decidia. Tirava os meninos da aula, e trocava. Mas ela sempre

colocava os filhos na escola para não cometer o mesmo erro que o pai cometeu com ela. Daí eu punha ela na escola. Eu nem perguntava pra ele.

A gente se mudou muito, fomos para o MT, fomos para Foz do Iguaçu não sei quantas vezes. Só que ele era assim – ele era muito trabalhador meu marido – ele já arrumava serviço. Mas ele não parava, não parava longe da família dele. Daí ele ficava um tempo e já queria voltar. Então a gente não parava em lugar nenhum. Até que um dia minha cunhada falou: Nossa, você é louca, onde é que o seu marido vai, você vai atrás. E ela disse: Mas o que é que eu vou fazer?

Até que um dia ela falou não, que não ia mais mudar. Ela disse não vou, quer ir pode ir. Quer ir trabalhar vai, depois vc volta, pois vc não para mesmo. Daí ele não foi e começou a parar. Daí melhorou.

A gente sempre ia pra onde tinha parente, ficava nas casas. Trabalhava nas firmas (construção, de pedreiro). Quando ele trabalhava na cidade ele ficava na casa. Mas era muito rápido. Era mais um passeio, uma aventura. Por que ele não parava. Era um sarro.

Foi em Três Barras que se aquietaram. Ele sempre fazia a casa, era bem caprichoso, era carpinteiro. Quando saiu a barragem, a Eva foi pra Cascavel. Mas as terras dela não foram atingidas, ela não foi indenizada. Mas quando fez 8 meses que eles se mudaram eles vieram juntos. Moraram com a filha. O outro filho foi com 17 anos para Curitiba e está lá até hoje, trabalhar em obra.

Quando não dava nada no sítio a gente trabalhava por dia. Ou quando a gente precisava. Isso em 3 Barras. Trabalhamos por dia muito tempo, quebrar milho, colher fumo. Eu acho que já tinha veneno no fumo.

Não participamos do processo da luta. O marido dela não conseguiu se aposentar, ela se aposentou qd já estava no reassentamento. Ele faleceu faz 3 anos.

[A sra. participava das reuniões de mulheres da CRABI?] Eu participar da reunião não, eu cozinhava para elas. Eu sempre fui cozinheira delas, desde a CRABI até hoje. Não dava tempo de participar das discussões, a tarde, um pouco. Tentava ouvir pelo menos.

Quando a Eva começou a participar das movimentações políticas, o marido não achava que era certo. Mas eu falei tu não vai impedir, deixa ela, ela tem que fazer o que ela. Eu sempre fui bem compreensiva, eu não tive quase estudo, mas eu pensava assim, eles vão fazer o que eles quiserem. Quando pequeno não vão fazer nada errado, mas sempre fui bem liberal, de privar eles do que eles gostavam, porque eu fui muito privada do que eu gostava, e eu não podia. Falar a verdade eu acho que fui me libertar um pouco agora. Ainda quando meu

marido morreu eu era um pouco travada. Eu pensava, meu Deus, como é que eu vou viver agora?! Eu me aprontava pra sair, mas eu não vou sair, como é que eu vou?

Eu não saía sozinha nunca. Não podia. Deus o livre. Capaz que a mulher ia sair sozinha?!

Daí meu filho veio de Curitiba para cuidar da mãe. Ficou dois anos com ela. Depois que o marido faleceu. Foi com a mulher e os dois filhos.

Cada comunidade tem uma cancha de bocha, barzinho. Daí meu marido começou a frequentar. Mas ele não ia em bar não bebia. Ele começou a jogar a bocha. Ele gostou. Ela não. Depois de bem velhinho ele começou a beber cerveja. Depois de quase de 60 anos. Daí ele me chamava. Eu comecei a sair com a Rô para ir nesses movimentos, foi pra Brasília, ele não falou nada, não impediu. Um dia que foram ver a Dilma, era um monte de mulher. Foram como MMC. Ele foi se acostumando.

Ele começou a me chamar para jogar bocha. Eu gostei, tanto que eu jogo bocha até hoje. Cerveja eu tomo, mas bem pouquinho.

Eles plantavam na terra da Eva. Horta e lavoura de feijão/milho. Das sementes próprias. Eles plantavam bem pouco, vendiam só se sobrassem, era mais pro gasto. Ganhava para fazer comida também pra as Reunião da CRABI, e limpava a casa também. Nunca teve que trabalhar com veneno na vida. Depois mudaram de casinha. O marido trabalhou no colégio, na horta de lá.

Eu gosto do MMC, me identifico. [Se fosse perguntar o que o MMC mudou na vida da sra.?] Mas faz porque, tipo assim, a gente começa a entender que a gente é capaz de fazer alguma coisa, tipo assim, não precisa depender de ninguém, pode se virar sozinha. Sozinha não, em termos de marido, de homem. Eu acho que é bom. Eu acho que todas as mulheres tinham que participar para despertar, para ficar mais independente.

Marina

Infância

Morava em Salto Lontra, região de Nova Prata, na comunidade chamada Estrela do Iguaçu. Os pais tiveram no total dez filhos, três mulheres e sete homens. Ela conta que a infância foi muito sofrida, pois eram muito pobres e a família era muito grande. Teve época em que iam para a escola descalços, sem roupas para o frio. Eles moravam em uma terra arrendada (agregada), não possuíam terra própria. A forma de pagamento do arrendamento era com parte da produção que eles realizavam nesta terra: milho, feijão. O contato com dinheiro era quase inexistente. Eles produziam praticamente tudo o que consumiam nesta terra

também. Ela lembra de ir levar polenta e mandioca que sua mãe fritava para seu pai e irmãos que iam derrubar o mato e queimar para iniciar novos plantios.

Marina conta que o trabalho dos homens (pai e irmãos quando mais velhos) era o de derrubar o mato e cuidar da lavoura de milho/feijão. Já o da mãe, apesar de não participar da derrubada de mato que era feita com machado, trabalhava na lavoura de milho/feijão, fazia a horta para o autoconsumo da família, cuidava das ervas medicinais que era o meio que se curavam os doentes naquela época, criava as galinhas, cortava lenha, e fazia todo o trabalho da casa (cozinhar, lavar louça, limpeza, lavagem de roupas e cuidado com os filhos). As filhas quando maiores passam a ajudar a mãe em todos esses trabalhos que a mãe fazia (a partir de 10 anos iam para a lavoura também, assim como a mãe, arrancar feijão, quebrar milho, etc), já os filhos homens não, eles não realizavam nenhum trabalho doméstico, trabalhavam só na lavoura, da mesma forma que o pai. Ela conta que a mãe era muito trabalhadeira, que mesmo grávida trabalhava até a hora do parto. Um de seus filhos nasceu em uma carroça, pois ela estava trabalhando na lavoura no momento em que se iniciou o trabalho de parto.

Em relação à forma como sua mãe cultivava a horta, Marina conta que as sementes eram todas produzidas na propriedade mesmo, eram guardadas de um ano para o outro. Os cultivos eram plantados todos juntos: cebola, verduras, temperos, etc. Para deixar a terra sempre adubada ela lembra que sua mãe aproveitava as palhas de feijão ou de milho que já estavam quase apodrecendo e colocava nos canteiros. O sabugo de milho, nessa época, era também utilizado como papel higiênico.

Quando os filhos homens estavam maiores eles passaram a trabalhar por dia em outras propriedades e isto trouxe uma renda extra para a família que pode ter acesso a bens que não eram produzidos por eles no sítio. O pai também sempre vendia o excedente da produção para os armazéns da cidade, mas sempre era muito pouco o que sobrava para vender. De qualquer forma, o dinheiro sempre foi administrado pelo pai.

Depois de relatar essas informações sobre sua infância, Marina retoma um passado mais longínquo, no qual ela ainda não havia nascido, mas sua mãe havia contado a ela. Ela conta que antes dela nascer sua família “era bem de vida”, eles tinham uma bodega (bar). Mas como o pai dela bebia muito eles perderam todo o dinheiro e tiveram que vender a bodega. A mãe que tinha se criado em uma casa de freiras, pois seus pais a haviam abandonado, nunca questionava o marido, nunca o contrariava. Certa vez, ele levou uma mulher para dentro da casa deles, para a cama deles, mesmo com a mãe estando em casa. Ela vendo tudo isso, Marina conta que a mãe ficou calada, pois o que ela iria fazer? Com dez filhos? O que ela poderia fazer senão aceitar a situação? Essa cena teria se reproduzido todo o tempo em que

eles tiveram a bodega, até que cessou quando perderam tudo e foram trabalhar no campo. Segundo Mariana, apesar do pai beber muito ela nunca soube de agressões físicas contra sua mãe, apenas contra um dos filhos uma vez em uma discussão, mas apenas esta única vez.

Desde que nasceu Marina ficou dez anos nessa terra em Salto Lontra até que se mudaram para a região de Três Barras, na comunidade Alto Palmares. Nesse período a situação financeira havia melhorado um pouco e eles puderam comprar uma terra própria e uma junta de bois para ajudar a lavrar a terra. Nesse local eles tinham acesso à educação apenas até a quarta série do ensino básico que foi até onde ela e seus irmãos puderam estudar nessa época. A mãe sempre ajudava em tudo para que eles pudessem estudar, mas como eles moravam muito longe das escolas de ensino fundamental e médio, eles tiveram que parar os estudos.

Aos 13 anos se mudaram para a comunidade Flor de Adelaide e compraram uma terra melhor. Nessa época vendiam o excedente de milho e feijão para os cerealistas locais. Todavia, no primeiro ano em que se mudaram a colheita de feijão foi muito ruim por causa das chuvas, perderam quase tudo. Com isso, não tinham dinheiro nem para pagar a parcela da terra comprada, e faltava produção até para eles comerem. Ela conta que foi um período difícil, de fome, onde comiam “polenta com leite e leite com polenta” de dia e de noite. Nessa época eles também tinham conseguido comprar uma vaca, que foi mais um trabalho destinado à sua mãe, todos os cuidados, ordenhar, limpeza, etc. eram feitos somente pela mãe.

A Juventude e o Casamento

Quando completou 14 anos, nessa mesma comunidade, Marina conheceu seu futuro marido. Ela fala que “fugiu” com ele. Na verdade eles eram namorados, como ela era muito nova para poder casar, mas queriam viver juntos, ela “fugiu” para a casa dele que tinha 21 anos na época, mas morava ainda na casa dos pais. Morou oito meses na casa dos sogros e conta que se davam muito bem. Até que o marido montou uma bodega, comprou uma terra e construiu uma casa para eles. Ela conta que ele não consultava ela sobre as coisas que planejava fazer para a vida dos dois. Ela não gostou da ideia de ter uma bodega, pois, como continuavam trabalhando na terra, ficava longe ir da casa onde moravam até a casa dos sogros onde continuaram plantando.

Aos 16 anos engravidou de sua primeira filha. Quando ela tinha apenas oito meses o marido decidiu que iriam para o Mato Grosso, pois as terras de lá seriam boas. Venderam tudo, compraram um sítio lá e partiram para quatro dias de viagem de ônibus até Mato Grosso. Ela conta que foi terrível, que tiveram que morar por oito meses em um barraco até

que conseguiram construir uma casa no sítio. Embora ela não tenha gostado da decisão, ela achava normal seguir às decisões do marido. Pois sua sogra sempre falava: “*a mulher sempre tem que seguir seu marido*”. No MT eles plantavam, mas não tinham para quem vender. Isto fez com que o marido fosse procurar ouro nos garimpos mais ao norte do estado, e, nessa época, chegava a ficar até 15 dias longe da família. Marina conta que nessa época ia dormir na casa das vizinhas, pois tinha muito medo. As vizinhas, por sua vez, também ficavam sozinhas em casa, pois seus maridos, igualmente, também tinham ido para os garimpos. Isto durou uns cinco anos até que decidiram vender o sítio. Ela conta que gostava muito de lá, pois era um local muito lindo, mas ela ficava muito sozinha e isto ela não gostava nenhum um pouco. Ela achava bonita a terra que era toda arenosa, isso por sua vez se revelou sendo um problema, pois o cultivo de milho e feijão era produtivo apenas no primeiro ano, no segundo já tinham que adubar e eles não tinham condições para isso. Por outro lado, ela conta que as árvores frutíferas iam muito bem nessa terra, mas esse não era o foco da comercialização na época.

No período em MT ela conta uma história que ficou marcada em sua memória e que ela diz se arrepender até hoje. A cunhada que havia ido morar para lá com eles, a chamou correndo dizendo que havia visto uma cobra, imensa, de uns 4 metros. Ela na hora pegou uma espingarda, que nunca havia pego antes, nunca havia atirado na vida, e deu um tiro na cobra. Depois, quando os homens chegaram foram ver que a cobra estava grávida de dezenas de filhotes em sua barriga. Essa história revela muito de sua coragem. Ela conta que até hoje não sabe por que fez aquilo, que se arrepende muito, pois pensa que a cobra não ia fazer mal a elas.

Embora ela não tenha discutido com o marido a decisão de irem para o Mato Grosso, a decisão de partir surgiu dela. Antes de voltarem para Três Barras, ela conta que foi morar na cidade próxima ao sítio deles no MT, mas ela tinha muito medo de ficar sozinha na casa com sua filha de apenas 5 anos. Certa noite ela escutou barulho de pessoas tentando entrar na casa e decidiu que não ia ficar mais sozinha lá. Voltou então para Três Barras para morar no sítio com os sogros, e seu marido ficou ainda mais oito meses no garimpo antes de ir se juntar a ela. Nesse período nasceu o segundo filho deles. Eles ficaram morando na terra dos sogros mesmo, em uma casa que tinha ficado vaga, onde antigos arrendatários tinham se mudado recentemente.

De volta a Três Barras, voltaram a trabalhar na terra como antes, seguindo a mesma forma de divisão de trabalho convencional naquela época e que ela também havia vivido na sua infância. Ela cuidando da horta (agora adubada com esterco de gado, não mais com palhas como sua mãe fazia), das ervas medicinais nos jardins, das galinhas, dos porcos, da vaca, de

todos os trabalhos domésticos e também do trabalho na lavoura de milho e feijão. Da mesma forma, ela conta que a mesma educação que ela recebeu de sua mãe, ela reproduziu com seus filhos, que no total foram quatro: uma menina e três meninos. Nessa época, eles continuavam produzindo para o autoconsumo e vendendo o excedente para os cerealistas locais. O bloco de nota do produtor tinha o nome dela também.

Em relação à comunidade, Marina conta que era costume fazerem os mutirões, as trocas de serviços entre os vizinhos. Assim como a troca de saberes, eles sempre estavam conversando e aprendendo coisas novas que um ou outro tinha experimentado, aprendido, sobre ervas, remédios, etc. Isso se perdeu quando foram para o Reassentamento, pois lá todos tinham mais terras e as famílias se individualizaram.

Marina conta que o marido sempre tomava a decisão de tudo. Certa vez, eles entraram em uma discussão, o que era muito difícil, pois ela nunca o contrariava. Ela havia abanado o arroz e ele afirmava que ela não havia feito este serviço. Ela “teimou com ele” por causa do arroz e ele jogou uma panela na cabeça dela. Ela conta que não chegou a machucar fisicamente, mas emocionalmente doeu muito. Era a primeira vez que ela tinha enfrentado ele. Ela muito chateada, pegou os filhos e ficou 8 dias na casa do irmão. Mas com a família toda pressionando para que ela voltasse ela acabou cedendo. Ele nunca se desculpou. Depois disso, Marina afirma que nunca mais revidou, pois não adiantava questionar, que só iria levar a brigas, ela se resignou.

A Transição: da barragem à nova terra em Cascavel

Marina conta que em Três Barras também participava na igreja católica como catequista. Que no início da organização das comunidades para a luta contra a barragem ela não pôde participar, pois estava grávida. Ela não ia não porque não queria, mas porque o marido não deixava, achava perigoso. Quando foram para o Reassentamento em Cascavel, conseguiram uma terra própria e também uma casa, como indenização dada pela COPEL. O marido nessa época estava envolvido das cabeças aos pés com a luta pelo Reassentamento e com a organização da CRABI, ele era uma das lideranças. Com isso, ele não parava em casa. Dessa forma, quem cuidou do sítio por 10 anos sozinha, foi a Marina.

Como eles não tinham terra própria em Três Barras, a COPEL não pagou em dinheiro nenhuma indenização, ganharam a terra e a casa com a luta da CRABI. Como o marido virou liderança da CRABI ele não trabalhava mais na terra, e consegui algumas diárias desse trabalho na CRABI, mas era muito pouco. Nesse período, Marina cuidou sozinha do sítio. Ela conta com brilho nos olhos e satisfação como um tempo em que ela teve total liberdade para

fazer o que ela quisesse naquele espaço. Conta que plantou de tudo ali: árvores, frutíferas, amendoim, milho para pipoca, horta diversificada, arroz, etc. Além de suprir as necessidades de autoconsumo ela vendia o excedente para um mercado de Corbélia que ia buscar os produtos lá no sítio mesmo. Ela planejava tudo sozinha, decidia o que plantar e plantava. Fez um pomar onde ela mesma fazia as mudas, guardava as sementes. O sítio todo era ecológico.

Mas, apesar de não estar trabalhando no sítio esses dez anos, o marido tinha iniciado um plantio de soja orgânica (sem consultar Marina). Mas como ele não estava presente ele contratava empregados para cuidarem dessa produção. Apesar de ser orgânica essa produção não fugia muito do modelo modernizador de produção, já que eles precisavam comprar todos os insumos de fora da propriedade, assim como as sementes, e era feita em forma de monocultura. Sendo assim, o marido teve que fazer financiamentos, dívidas grandes, para iniciar esse plantio.

Na época da colheita a soja que antes estava com o preço lá em cima, caiu drasticamente, segundo Marina, porque o valor do dólar havia caído muito. Com isso, não conseguiram pagar as dívidas feitas para iniciar o plantio. Depois tentaram cultivar o milho orgânico, mas ela conta que não se pagava os gastos que se tinha com a produção. Depois disso, o marido resolveu apostar na produção de leite, de forma convencional, plantando milho com veneno para silagem, tratando as vacas com antibióticos. Essa parecia a única saída, já que era um dinheiro que entrava todo mês. Apesar de não ter sido consultada novamente, ao ser questionada, Marina afirma que realmente não parecia haver outra alternativa para que eles conseguissem ter uma renda maior e pagar as dívidas feitas.

Nessa nova produção tiveram que fazer novos empréstimos para comprar as vacas, construir o barracão, comprar as máquinas, etc. Segundo ela, as dívidas estão parceladas até 2020, e foram feitas em 2006. Hoje eles têm 70 vacas, que geram uma produção de 1.400 L de leite por dia que é vendido para a Nestle.

Nova Fase: Participação dos Grupos de Mulheres, MMC e a decisão de sair de casa.

Apesar de a Marina ter feito um trabalho rico, diversificado, ecológico, garantindo o autoconsumo da família e recebendo uma renda com a venda do excedente, nos dez anos em que pode administrar sozinha a propriedade, o marido nunca reconheceu isto. Ao contrário, ele a culpava pelas dívidas que eles não conseguiam pagar. Achava que ela não tinha feito nada nestes dez anos, que não evoluiu, que as dívidas aumentaram. Todavia, quem fazia as dívidas era ele, e nunca consultava ela nessas tomadas de decisão. Quem fez o investimento na soja/milho orgânicos foi ele, e nunca a consultou sobre esses investimentos.

Marina conta que desde o início do Reassentamento ela passou a participar dos núcleos de mulheres. Nessa época o filho menor tinha 2 anos e ela deixava aos cuidados da filha ou da sogra, para poder participar das reuniões. O marido não se opunha também, como ele era militante nessa época, achava interessante a ideia.

Quando começou a participar dessas reuniões que ela percebeu a quantia de coisas erradas que ela estava ensinando aos seus filhos. Uma delas era em relação à divisão dos trabalhos domésticos. Como sempre foi ela e a filha que faziam tudo, nunca conseguiu fazer com que o marido e os filhos ajudassem nas tarefas domésticas depois que despertou nela uma visão mais crítica. Ela conta que o marido chegava em casa e se deitava, enquanto ela não parava de trabalhar. Os filhos homens vendo isso, faziam o mesmo que o pai. Ela começou a pedir ajuda, já que ela trabalhava em todos os serviços da propriedade. “Sempre fui falando, achavam que eu estava brincando”. Ficou anos pedindo até que começou a ameaçar que um dia eles iam ficar sozinhos. Ela afirma que não tinha tempo de folga, dia de descanso para, por exemplo, ir visitar um vizinho. Nesse processo ela diz que foi perdendo o carinho e o amor pelo marido.

Além de tudo isso, ela afirma que ele vivia a chamando de louca. Sempre que ela dizia algo que contrariava a opinião dele, ele a chamava de louca. Ele queria fazer gastos e ela pedia que ele esperasse a situação financeira melhorar, ele a chamava de louca, negativista. Houve uma vez que Marina teve iniciativa de fazer um puxadinho na casa e fez bastante dívidas. Todo mundo gostou e aprovou a reforma, mas ele a condenava sempre por causa das dívidas que ela fez.

Foi então que Marina decidiu se separar. Nessa época o marido estava muito desanimado e perguntou se ela tocaria o sítio sozinha. Ela disse que sim, que aliás, conseguiria pagar as dívidas em pouco tempo. Pois ele fazia gastos desnecessários demais. Ele viajou por uns quatro dias e quando voltou disse que não queria mais sair do sítio. Disse que tudo o que ela fazia era de “araque”, que as ideias dela não eram boas, não davam certo, que se ela ficasse no sítio sozinha iria acabar vendendo tudo. Diante disso, muito magoada, Marina foi saindo aos poucos de casa até que um dia não voltou mais, alugou um apartamento na cidade com a ajuda de sua filha. Arrumou um emprego em uma pizzaria e comprou tudo novo para a casa nova dela.

Marina ficou três semanas sem falar com o marido até que um dia foi até o sítio. Ele estava sentado no sofá, ela chegou, passou a mão na cabeça dele e ele começou a chorar. Tiveram uma conversa e acharam melhor separar. Ele até assumiu que errou, mas para ela já era tarde. Ela diz que agora que estão separados o marido começou a fazer todos os serviços

domésticos, mas mesmo assim, chama uma parente para limpar a casa uma vez por semana. Os três filhos homens (28, 20 e 12 anos) ficaram morando com o pai no sítio, a filha mais velha já morava na cidade há tempos.

Com a saída dela no sítio, a horta deixou de existir, e eles precisam comprar tudo nos mercados. Assim como o pomar está morrendo, por causa do veneno que estão aplicando muito perto dele sem se preocuparem em fazer uma barreira. Ela afirma que na prática nunca conseguiu mudar os filhos.

Além de trabalhar, Marina voltou a estudar. Hoje ela está tentando terminar o ensino fundamental no EJA, mas por enquanto conseguiu pegar apenas uma disciplina. A ideia é terminar o ensino médio.

O MMC

Marina conta que fazer parte do MMC fez despertar a coragem nela. Senão ela nunca teria tido a coragem de se separar do marido. Ela nunca teria entendido a importância da divisão do trabalho doméstico. Não teria retomado os estudos. Não deixaria de ligar para o que as pessoas pensam sobre o que é certo ou não uma mulher/mãe fazer.

Participar do MMC animou Marina nos seus planos para o sítio: ter um espaço para ela plantar e vender (ter sua própria renda, pois sempre foi o marido quem administrava todo o dinheiro). Ela queria fazer uma horta grande, diversificada, ecológica. A ideia era além de continuar servindo para a alimentação saudável, fazer um levantamento na cidade e vender direto para os restaurantes (hoje ela sabe que a pizzaria onde ela trabalha seria um possível cliente). Outra ideia era a de desenvolver o turismo rural na propriedade, plantar frutíferas e abrir as portas para as pessoas mesmas virem colher nos pés as frutas, e depois pagarem o que colheram/consumiram.

Mas o marido não concordou, disse que ela tinha tido a chance no passado e não deu certo, que agora não podia mais. Isso foi mais um motivo para a separação. Hoje, separados, ele voltou atrás e disse que se ela quiser voltar ela pode fazer sua plantação.

O marido hoje insiste para ela voltar, estão até namorando novamente, mas ela não quer voltar de vez por enquanto. Hoje ela tem os sonhos próprios dela, e um deles é terminar os estudos e fazer um curso de cuidador de idosos que é algo que ela gosta muito de fazer. Ela conta também, que sempre que ela vai para o sítio, o marido e filhos deixam tudo para ela fazer, como antes. Então, ela tem um pouco de medo de voltar e tudo voltar a ser como antes.

Em relação às reuniões do MMC, ela conta que sempre participou de todas as formações e que fez duas viagens pelo movimento, uma vez para Brasília, onde pode ver a

presidente Dilma. E a segunda para a Rio + 20, quando foi junto com uma sobrinha, e ficaram sete dias longe de casa. Nessa época ela já estava com o pensamento bem mais aberto e crítico, e apenas avisou ao marido que estava indo viajar, não pediu permissão. Quando ela voltou, encontrou a casa arrumada e todos felizes por ela ter voltado, pois estavam com saudades dela.

O trabalho diário dela sempre era: ordenhar, puxar silagem, tratar do gado, limpeza da ordenha, serviços domésticos todos, horta e pequenos animais.

Eva

Quando vim pro reassentamento já estava casada. Nasci em Nova Prata do Iguaçu e depois mudei para Três Barras do Paraná, quando fomos atingidos.

Eu venho de uma família onde tenho um irmão, meu pai e minha mãe camponeses, sempre trabalharam, procurando uma vida melhor para a gente. Eu sou de 1973, época da ditadura. Eu lembro do meu pai e minha mãe, eu muito pequena, 6 ou 7 anos, trabalhando por dia, boia-fria, para conseguir um pacote de farinha, no outro dia de açúcar. Tinham que trabalhar em dois, o dia todo para poder comprar um produto por dia. Não tinham terra própria. O avô tinha terra, mas eram muitos filhos, a terra não dava para todos. Eles plantavam o básico: mandioca, feijão. Nessa terra do avô onde moravam. A gente se mudava bastante, procurando serviço. Chegamos a ir pro Mato Grosso por sete meses e voltamos para Três Barras.

Em Três Barras casei. Eu me lembro do processo de plantio onde as pessoas plantavam para sua subsistência, feijão, arroz, mandioca. O que se comprava era pouco. Não tinha grandes necessidades de comprar muita coisa. Quando casei, tanto eu como o meu marido plantávamos para o autoconsumo. A gente procurava comprar o mínimo possível. Porque o que sobrava para vender era muito pouco. Não tinha dinheiro para comprar as coisas. De repente começou a ter os laticínios que compravam o leite e a gente começou a vender o leite, de pouquinho em pouquinho. Isso era a renda para comprar roupa, outras coisas. Não trabalhávamos para fora nessa época. Morávamos na terra da sogra, plantávamos e para a gente mesmo.

Casei com 16 anos. Já fomos morar sozinhos. Ele tinha 19 anos. A casa onde fomos morar tinha sido feita para os meus pais, pois eles eram arrendatários dos pais do meu marido. Os meus pais iam embora, eu não queria ir embora. Já namorava com ele desde os 13 anos. Fui para Três Barras com 11 anos. Plantava milho, se sobrava vendia. Vendia os excedentes para os armazéns da cidade.

Eu sempre me achei um pouco diferente das outras mulheres. Eu não sabia o que estava acontecendo, não tinha noção nenhuma de sociedade, de patriarcado, de machismo, de nada disso, sistema, não sabia de nada disso. Mas eu ficava pensando que aquilo não devia estar certo. Eu via meu pai e minha mãe, os dois indo para a roça e eu uma menina pequena, cuidava da casa, fazia tudo o que eu podia fazer, mas quando chegava meio dia quem ia cozinhar era minha mãe, eu muito pequena mesmo, quatro ou cinco anos, já cuidava do meu irmão um ano mais novo. E o pai ia tomar chimarrão, ele ficava conversando, ela cozinhando, ele entregava o chimarrão para ela, mas ele sentado e ela correndo, né?! Para qualquer pessoa na época isso era mais que normal. Mas para mim, me incomodava. Então, terminava de almoçar, meu pai ia dormir, minha mãe ia para a sanga (rio/córrego), onde se lavava a roupa de joelhos. Então minha mãe ia lavar as roupas. Quando ela voltava, ele já tinha descansado e já tava pronto para ir pra roça, e ela não tinha descansado e tinha que estar pronta para ir para a roça. E eles faziam os mesmos serviços na roça (carpir, arrancar feijão, quebrar milho, etc). Lavar louça, essas coisas, era quase sempre eu, limpar a casa, mas lavar roupa e fazer comida era minha mãe. Mas eu achava muito errado, pois na época não existia fogão a gás. Até o serviço que era determinado socialmente para homens, meu pai não fazia: que era cortar lenha.

E eu ficava pensando, “mas isso não pode estar certo, minha mãe trabalha de mais”. Eu pensava, eu não quero isso pra mim, eu nunca vou ser desse jeito, e eu era uma criança. Mas crescendo e vendo tudo isso, eu casei e também não tinha fogão à gás, e o negócio da lenha foi o que me marcou mais na minha vida. Pois na minha concepção, na minha ideia, aquilo era o trabalho dele, e não dela, sendo que ela não descansava e ela tinha que fazer mais o dele. E com meu companheiro eu conversava com ele antes, quando a gente só namorava.

No namoro é tudo muito fácil, dizia: “você não precisa fazer isso se você não quiser, vc não precisa ir pra roça se você não quiser”. Eu sempre acreditei que o trabalho é dos dois, não importa como ele é socialmente distribuído. Desde pequena acreditava que o homem podia cozinhar, lavar roupa, etc. Diante das outras pessoas eu não era uma boa esposa.

Nos primeiros tempos de casada, teve um dia em que eu tive que ir pegar lenha para cozinhar. Não achei que teve problema fazer isso. Mas chegou no dia seguinte ele não foi buscar a lenha. E eu perguntei, “e a lenha?” e ele respondeu: “o que você ficou fazendo em casa que você não pegou a lenha?”. Daí eu nunca mais peguei um pau de lenha na minha vida. Hoje são 26 anos de casada. Posso fazer qualquer coisa, mas eu não busco um pau de lenha. É como se pra outras pessoas isso não tem importância. Pra mim tem. Porque eu acho que eu tenho um trauma de criança de ver a minha mãe atrás de lenha, atrás de lenha, cansada,

buscando lenha para cozinhar. E eu dizia, eu não vou fazer isso, isso não vai acontecer comigo. E, de repente, você se vê naquela situação reproduzindo o passado. Eu me vi naquela repetição de papéis. E disse não, não vou buscar lenha a partir de hoje. Se você quiser comer, se você quiser que a gente viva juntos, a gente vai ter que repensar, conversar isso, e vamos ver o que vamos fazer, mas eu nunca mais busco lenha.

Na época era só eu que cozinhalva, ele ajudava, mas a responsabilidade era minha. Eu quem lavava as roupas. Roberto é o primeiro, nasceu quando eu tinha 19, foi programado. E o Lucas, cinco anos depois, também foi planejado, nasceu em Três Barras, antes de se mudarem, quando mudaram ele tinha 8 meses.

Depois que a gente teve essa conversa mais séria. Como eu não era acostumada a ir para a roça, minha mãe não deixava eu ir pra roça, porque se eu fosse para a roça também, meu pai queria que eu fosse, sobrava todo o trabalho de casa para nós duas, cansadas as duas. Ela dizia você fica em casa, faz o trabalho de casa e eu vou pra roça. E eu nunca gostei de ir pra roça mesmo. Depois que eu e meu esposo conversou, eu ficava mais com a parte de casa, assim, ia quando fosse extremamente necessário, mas ficava mais em casa mesmo.

Eu estudei no tempo normal até o quarto ano, que é até 10 anos. E quando eu ia pro quinto, meu pai fez um esforço para mudar para cidade para eu poder estudar – porque eu sempre quis muito estudar, meu sonho era estudar – mas isso durou apenas seis meses. Mas a gente não agüentou ficar na cidade, pagar aluguel, era muito difícil conseguir trabalho. Nessa época, um pouquinho depois, fomos para Três Barras. Três Barras era o fim do mundo, lá não estudei. Era 13 km longe da cidade. Voltei a estudar depois que eu estava casada, quando foi pro reassentamento. Comecei no EJA, fundamental e médio. Quando foi para o segundo ano do ensino médio, só tinha de manhã, então, parei. Depois terminei no EJA de novo. Depois fiz a faculdade.

Eu sempre falava que eu ia para a faculdade mesmo que fosse de bengalinha, não precisei esperar tanto, mas...

Quando o filho nasceu, o marido sempre ajudou a trocar fralda, dar banho, ajudar quando chorava, etc. Era bem dividida esta parte.

A gente já ouvia falar da barragem fazia um tempo. Mas quando se iniciou o processo mesmo, os dois participavam juntos das discussões, sempre. O filho sempre ia junto também. Quando iniciou o processo de discussão sobre a barragem quem participava mais eram os homens. As poucas mulheres que participavam viram a necessidade de estar chamando mais as mulheres, fazendo elas se interessarem por esse processo também.

Eu sentia que tinha discriminação nesses espaços. As mulheres não estavam acostumadas a ir para luta, a querer ajudar nas discussões. Vão tratar de terra, quem vai tratar disso são os homens. Quase sempre o que acontece é isso. Algumas mulheres, juntamente com o sindicato, com o MAB, que já estava mais acostumado a lidar com esses processos, começaram a formar os grupos de mulheres. A primeira reunião que a gente teve, como mulheres, foi no sindicato de Nova Prata do Iguaçu. Nós reunimos em torno de 30 mulheres das comunidades atingidas (2 anos antes do reassentamento). Trabalhamos a relação de gênero. A reflexão começou nesses encontros sobre as questões de gênero. Até então nem sabia o que era gênero. Quem puxou foi a CPT e os sindicatos, MAB. Trouxe encaminhamentos para trabalhar com as mulheres nas comunidades, incentivá-las, colocá-las a par do que estava acontecendo nas discussões, o sonho da terra, discutir qual era o seu sonho.

Aí a gente percebeu uma coisa nessa discussão, que as mulheres não tinham sonhos próprios. Elas tinham sonhos familiares. Ela nunca sonhava nada para ela mesma, sonhava pro esposo, pro filho, para coletividade. Aí começamos a trabalhar a questão de gênero bem mais forte. Primeiro eu me reconheço para poder sonhar coletivamente, reconheço que sou parte do processo. Dessa época para cá a gente nunca mais parou com os coletivos de mulheres. Núcleo de mulheres da CRABI, formado pelas comunidades, pelas representantes. Grupo de mulheres do Alto Alegre, e inclusão do MMC nesses grupos.

Em algum momento a gente não tinha nenhum tipo de assessoria. Enquanto CRABI a gente teve grandes conquistas, grandes discussões, de gênero, política, análise de conjuntura, muita coisa mesmo. Mas depois que a CRABI se desfez, a gente ficou meio perdido, sem saber que rumo tomar, o que fazer. A gente procurou formas de manter o grupo unido. Buscamos vários tipos de curso, junto com a Emater, outras organizações, para conseguir manter: panificação, compotas, doces, queijos, etc. Pensando em manter o grupo unido. Que era gostoso se encontrar, conversar. Não tínhamos outra forma de lazer aqui também. A gente sempre manteve uma conversa política em cima disso, mesmo que algumas não tenham consciência nisso, elas estão participando.

Talvez se perguntasse para essas mulheres o que o MMC contribuiu na vida delas, talvez elas não saberiam dizer, mas tem as compostagens que a gente fez, sal mineral, que agregam além de valor, conhecimento. Que sozinha, cada uma, não teria esses conhecimentos, que só em grupo elas têm esse conhecimento.

Quando me perguntam, o que o MMC fez na sua vida, o que ele representa para você. O MMC entrou em uma etapa da minha vida em que eu tava meio que depressiva. Eu sempre

queria estudar, queria, queria estudar, não tinha meios para mim estudar. Como que eu largo a casa, tudo isso e vou estudar? Então surge a oportunidade dos movimentos sociais, na Unioeste. A pedagogia eu já tinha sido convidada duas vezes, não tinha ensino médio completo, então não pude ir, na primeira turma de pedagogia que teve em Beltrão, que eu fui convidada pela CRABI para fazer, enquanto liderança de grupo de mulheres. Pra mim foi um grande baque, ter que abrir mão, ter que estudar. Na segunda turma eu ainda não estava pronta. Quando surgiu a terceira eu estava lá.

O diálogo com o companheiro para voltar estudar, tomar conta das crianças foi tranquilo. No ensino médio não foi nenhum um pouco tranquilo. Fui lá e matriculei os dois, ele não gostou, mas fez. Ele fez o fundamental comigo, as crianças ficavam com a minha mãe. Quando eu entrei sozinha no ensino médio, a gente ficou uma semana brigados, ele não queria de jeito nenhum deixar e não queria fazer, e também não tinha condição de fazer, pois tinha o trabalho na roça. Eu dizia: eu vou. Foi sofrido demais, mas fui. Depois para terminar o ensino médio, como tive que parar porque as turmas ficaram só de manhã, quando foi para voltar, era por disciplinas. Eu matriculei ele de novo. Fizemos provão, ele passou em 4 disciplinas e eu passei em duas. Depois continuei, fiz todas as outras e terminei. Para ele faltavam duas disciplinas, mas não quis continuar.

Depois na faculdade, como te falei, eu estava doente, depressiva. Na faculdade foi tranquilo o companheiro me deixar estudar. Ele falou vai, faz, nós agüentamos. Ele percebia que eu estava mal, e se culpava um pouco de eu ter parado de estudar na época, pois casei com 16 anos. Porque era o meu sonho estudar, estudar, estudar, de repente eu caso e fico ali dona de casa. Depois foi tranqüilo. Claro que é uma barra, estudar, ficar longe de casa. A faculdade era de alternância, ficava 2 meses, ia todo fim de semana, entrei em 2010, terminei em 2014. O Roberto estava com 18, o Lucas estava com 13.

No Reassentamento você vem todo cheio de esperanças, uma grande conquista, você tem uma casa, um lote que são seus. E você precisa produzir, se manter em cima e como fazer isso? A lógica capitalista é a do endividamento. E esta é uma das grandes ameaças que rondam e rondaram a gente todo esse tempo. Se manter em cima dessa propriedade, se manter em cima dessa unidade familiar, produzir, se manter aqui em cima. Muita gente que veio para cá, se endividou, se endividou de mais, bancos. Tiveram que vender terra, perderam tudo e tiveram que ir embora. E a gente, lutando com unhas e dentes para que isso não acontecesse com a gente. É bem complicado porque, no começo, nos dois anos seguidos, a gente não conseguiu produzir para que desse lucro. A gente pensou na lavoura convencional. A gente não tinha noção (da agroecologia).

A única diversidade que a gente tinha era o feijão que estávamos acostumados a plantar, o arroz, mandioca, batata, horta, que já é do camponês. Mas pensando em lucro era o monocultivo mesmo, ou soja, ou milho. Apostamos nisso no começo, e estávamos caindo, caindo, caindo. Até que a gente foi pro lado do leite. Na época não tinha transgênicos, mas era com uso de agrotóxicos. Quem mexia na lavoura era o meu marido, eu nunca fui. Na produção diversificada os dois trabalhavam. As miudezas são sempre das mulheres, mas no meu caso ele sempre esteve junto. Mas na outra parte como era com maquinário, eu nunca precisei.

Em Três Barras sempre fiz horta também, lá nunca trabalhamos com veneno. No começo tinha bastante discussões sobre o uso de veneno, trazida pela CRABI. Mas como a gente não tinha mão de obra, a gente não dava conta, de carpir, de pagar para alguém também não achava gente. O meu cunhado tinha o lote todo orgânico, mas não conseguia sobreviver, não encontrava mão de obra, ia buscar fora, mas não conseguiu. Isso é o que a gente paga por estar perto de uma grande cidade. Você olha em volta o que você tem são fazendas, fazendas e fazendas, você não tem camponês, onde um poderia estar ajudando o outro. A única forma que a gente tinha aqui era essa, de um ajudar o outro. Mas como cada um tem um lote individual, considerado grande, também fica difícil. O lote é 5.6 alqueires, além da reserva que é condominial, a reserva de todos é conjunta.

A ideia que surgiu foi que para se manter na terra teríamos que apostar nas lavouras, e o uso do veneno surgiu como um mal necessário. Nós temos que reconhecer que se a gente vive em um sistema capitalista, tem coisas que você nada, nada, e morre na praia. Consciência total de que o veneno é o destruidor, que o veneno é quem financia mortes e mortes dos camponeses, da nossa própria saúde.

A gente fica pensando e se a gente tivesse feito isso, não tem como saber. Na época a gente não tinha tanta consciência. E hoje ainda tendo consciência é muito difícil fazer a transição. A gente está no processo de transição. Tem um projeto do MDA, estamos fazendo todos os cursos, de gado leiteiro a pasto, homeopatia, orgânicos, agroflorestas, um monte de cursos e complementações que eles estão trazendo para nós. Ainda assim, a gente não está pronto. Por você ter dívidas com o banco, você não consegue fazer a transição. O meu sonho é não dever um centavo pro banco. Pra dizer de hoje em diante não faço mais isso.

Em Três Barras tínhamos uma vida boa, mas era muito simples, com a mudança nós vimos a possibilidade de melhorar a vida como qualquer outra pessoa, aumentar a renda.

No começo plantamos soja e perdemos a plantação por causa do clima, doenças. O seguro paga só 50%, mal paga a dívida, não tem com que sobreviver no ano. Tivemos que

vender o fusca que havíamos comprado com o dinheiro da indenização. Depois disso, optamos pelo leite, com assistência técnica da comunidade da CRABI. Eles deveriam se basear na agroecologia, mas na época não encontravam técnicos com essa formação. Nós chamávamos os técnicos de venereiros. Isso também teve grandes consequências na vida dos camponeses, talvez se a gente tivesse conseguido técnicos ligados à agroecologia, orgânicos, na época, talvez não estivéssemos nessa situação hoje.

O meu companheiro também tinha uma preferência pela agroecologia, devido às formações. Mas sempre tem os dois lados dentro de uma organização, os que pensam só em lucro e os que não. Aqui quem ganhou foi quem visa o lucro.

Na transição para o leite tivemos que obter créditos, vira aquele círculo vicioso: vc pega crédito para comprar as vacas e um tipo de resfriador. Quando você terminou de pagar aquele tipo de resfriador, aquele lá não serve mais, tem que trocar com outro. As empresas maiores vão exigindo cada vez mais, tentando eliminar o pequeno produtor, tentando eliminá-lo para fora do mercado. Ou você segue o ritmo, ou você está fora. Tudo o que eles fazem é para derrubar a gente, para que a gente venda a terra e vá para a cidade servir como mão de obra. Ou você entra na roda e só trabalha para eles, ou você tá fora. Faz 16 anos que estamos trabalhando com o leite. Vendemos o leite para um laticínio de fora, o Piquenique (a cooperativa local estava falindo e tiveram que sair dela, para não afundarem junto). Eles buscam o leite lá mesmo. Tem época que o leite sobe lá em cima, mas aí sobe tudo, ração, tudo. Depois o leite cai, mas os insumos não. Eles passam todos dias para pegar o leite, produzimos 500 litros por dia.

Quando participei dos núcleos de mulheres, estive representando a CRABI fora do estado, fui para Goiânia, onde teve o encontro nacional das mulheres trabalhadoras. Lá tinham todos os tipos, de todas as profissões de mulheres. Nesse encontro eu conheci o movimento, mas ele ainda não era MMC, ele era a articulação nacional de trabalhadoras rurais. Elas me convidaram para fazer parte do movimento. Mas não me senti pronta para entrar, não sabia o que era o movimento. Isto foi depois de 3 anos que estavam no reassentamento. Era sempre eu ou a Margarete Maran que saíamos para representar as mulheres do reassentamento. Depois disso ficamos como mulheres da CRABI. Depois a CRABI se desfez. E eu conheci o MMC em 2007, 2008. A Maria estava na universidade, conheceu a Sandra.

Em um dos encontros do grupo de mulheres ela trouxe a Sandra e ela fez uma atividade com a gente, onde a gente tinha que falar dos nossos sonhos. E eu nem tinha me dado conta o que era o movimento, só tava participando da atividade. E quando a gente falou em sonhos, eu tava tão mal, que eu chorei muito, e quando começaram a falar de sonhos eu

lembrei da época em que a gente também tinha feito essa atividade com as mulheres, e que algumas mulheres não tinham sonhos próprios. Eu me desesperei, porque eu tinha um sonho e eu não conseguia realizar aquele sonho, que era o de estudar. Eu chorei, chorei, não consegui falar, depois a Sandra falou eu acho que nós já temos a solução para o seu problema. E falou da possibilidade de sair esse curso de licenciatura em educação do campo. Quando foi dali 2 anos saiu o curso. Mas tinha que fazer uma etapa preparatória com o MST no ITEPA (acampamento), na época o filho ficou doente e não pode ir. Liguei para a Sandra, que viu no regulamento se realmente precisava ir e conclui-se que não. Aí consegui, fiz a inscrição e consegui passar no vestibular.

O movimento entrou na minha vida naquela época, mas eu não tinha muita noção. Através da Sandra e da Maria que trouxeram para o grupo. Nós entramos em duas, o reassentamento não é um movimento, e na faculdade todo mundo tem um movimento que defende, então, eu já fui logo vestindo a camisa do MMC, estudando sobre o movimento, para ter um reconhecimento. Eu queria que as pessoas me reconhecessem enquanto mulher camponesa. Consegui mais 2 companheiras para entrar no MMC.

A atuação política se inicia ali com as reuniões da barragem, vai por conta própria. O companheiro não implicava, para ele era normal, algumas briguinhas que se resolviam. Eu sempre fui diferente, o povo achava que eu era meio doida, “esse homem não dá conta de mandar nessa mulher”.

[Em que sentido você acha que o movimento modificou algo em sua vida?] Modificou e eu vou te dizer por que. Não é tanto na questão de gênero, a gente sempre teve uma certa compreensão mesmo sem saber que era uma questão de gênero. O movimento me ajudou a perceber coisas que sozinha eu não teria conseguido. A discriminação da mulher, por exemplo. Tá tão impregnado na gente, enquanto mulher também, às vezes a gente não sabe distinguir, o porque dessas determinações, desses termos que dão para as mulheres em relação à sua personalidade, à seu modo de se vestir, ao que ela é, pode ser, quer ser. Me ajudou a perceber que jamais se oprime, se agride, uma mulher pela sua aparência. Me ajudou a entender que, uma das coisas que eu acredito que, homens e mulheres nascem seres humanos, a minha forma de ver agora, eles se tornam homem e mulher a partir do que a sociedade está determinando para eles. Então, o homem para mim machista, eu não o culpo por ser um homem machista, eu culpo a sociedade por não ter dado oportunidade de ele enxergar o que ele está fazendo de errado. Isso não quer dizer que eu não tenho que combater. Ele é culpado, mas o que determinou ele ser dessa maneira. O MMC me ensinou a enxergar o que tem por trás de tudo isso, não só a aparência. O que que tem por trás desse sistema. Eu sou muito

ligada nessa questão de sociedade, de cultura, o que a cortina está encobrindo? Que nem agora na educação, proibido falar de questão de gênero, proibido falar em política, o que que a gente vai ensinar para a sociedade, é ser alienado. Pois o meio de comunicação que eles têm é rede Globo, é o que ela faz é alienar. Vc vai ficar com aquela percepção daquilo que estão te passando se alguém não pode te passar algo além daquilo, o que tem por trás daquilo.

[Teve algo que mudou na sua relação com o companheiro depois da entrada no MMC?] Teve. A nossa relação não se baseia mais em ciúmes, antes se baseava. Quando a gente tem consciência de que a outra pessoa não é propriedade sua, que a outra pessoa está ali por que ela quer estar ali, não por que ela é obrigada estar ali, então, as coisas começam a melhorar. Você tem que conquistar aquela pessoa para ela estar ali todos os dias. Ela não é propriedade sua, não é obrigada a estar ali. É uma relação de confiança. De ambas as partes. Foi mais difícil para ele perceber do que para mim, de tanto conversar, conversar, conversar, ele fala que ele não sabe como ele conseguiu aceitar, perceber tudo isso, pra ele enquanto homem, nesta sociedade, é muito mais difícil. E para mim, eu sempre pensava em ser livre, eu tinha isso dentro de mim. E pra mim ser livre eu teria que abandonar tudo. A partir, então, do momento em que a gente começa a conversar, começa a conversar, que eu precisava ser livre. A partir do momento em que a gente começava a conversar, conversar, conversar, que para mi ser livre eu não precisava estar sozinha, daí é que as coisas começam a tomar corpo e a ter alguns conflitos e resolução de problemas. A entrada na faculdade não teve nenhum problema. Mas como foi no mesmo momento que entrei no movimento, as formações, isso sim gerou alguns conflitos. Por causa dessas situações em que eu me defino que eu preciso ser livre. E ainda não tenho certeza que para ser livre eu não preciso estar sozinha. O sentido de ser livre é assim, eu não preciso ter que ter medo de dar algum tipo de explicações. Eu quero ser livre ao ponto de poder chegar e dizer, está acontecendo isso e isso e eu preciso fazer isso e eu vou em tal lugar fazer isso. Você não precisa ter medo de ser prejudgada pelos seus atos. Isso o MMC trouxe para ela. Tornou a relação muito melhor.

[Em relação à administração econômica?] Esse foi um problema que nós tivemos a vida inteira. O machismo que imperou foi neste sentido. Ele não me consultava para fazer as coisas, os investimentos, os créditos. Em Três Barras se ele vendia algo, era pouca coisa, ela nem se importava. Mas no reassentamento as maiores brigas que tiveram foi por esse motivo. Ele não pedia minha opinião. Eu me sentia rejeitada, me sentia de fora do que estava acontecendo. E isso durou muito tempo. Até que a gente quase separou por causa disso e daí que a gente foi conversar. Cada vez que a gente ia conversar ele dizia: de novo isso? Agora as coisas funcionam normalmente.

Até então eu nunca tinha um dinheiro meu. Mas ele nunca foi uma pessoa mesquinha. Até porque eu sempre fui muito consciente. A gente tem conta conjunta. Isso desde o começo. O que implicava mais nas brigas era os investimentos, e eu nem saber o que estava acontecendo. De ele comentar com irmão e irmã. Não que eu não estivesse de acordo, eu simplesmente não sabia o que estava acontecendo, quanto que ia ser financiado, etc. Só aparecia as folhas para mim assinar. Ele era muito consciente nessa questão, não teve nada que eu não concordasse. Eu me achava excluída da discussão, mas ele não tomou nenhuma decisão que eu não tomaria também. Na percepção dele ele estava fazendo a coisa certa, o erro foi ele não estar conversando comigo sobre isso. Isso já incomodava antes de entrar no MMC. De uns 3 anos para cá conseguimos superar muita coisa, e o MMC auxiliou muito. Hoje conversamos onde o dinheiro será investido, o que é preciso fazer primeiro. O movimento deu mais argumentos, mais força para poder discutir com ele.

[Em que sentido o MMC ajudou a fortalecer/resgatar a importância de uma produção agroecológica?] A gente sempre teve consciência de que o veneno só vai fazer mal. Mas o MMC traz muitas alternativas que podem contribuir com a gente. Entre elas vários defensivos, formações, sobre o que está plantando, o que combate tal doença. O processo formativo contribui bastante com esta questão. E estar a par dos acontecimentos, da conjuntura do país, ajuda bastante, pra quem vive no campo, tem horas que o leite cai lá embaixo, tem hora que está lá em cima. É preciso entender e interpretar todos esses sinais. Tem hora que uma cultura não serve pra aquele momento, tem que saber adaptar valores, etc. Graças ao movimento a gente aprende a ver tudo isso. Eu acho que eu seria muito mais feliz se eu tivesse essa diversificação, para fazer essa venda direto na feira, entregas. Eu saberia que eu não deveria nada para ninguém além daquela produção. Mas no momento atual.

Hoje o milho que plantamos utiliza o pacote convencional, transgênico, etc. As vacas também usam antibióticos. Dentro de pouco tempo nós queremos estar dentro de um processo orgânico, agroecológico. É um consenso de casal. Estamos trabalhando que nem doidos para poder se livrar das dívidas. No tempo de colheita para fazer a silagem, contratamos tratores, e pessoas para ajudar. Nós vamos parar com o leite e apostar em uma horta diversificada, viver uma vida muito simples, chega de dívidas, chega de loucuras. Porque até lá nossos filhos já estarão formados (um formado em fisioterapia e o outro que fazer medicina). A venda será feita em Cascavel, feiras, etc. É difícil conseguir certificar lá, mas em alguns anos seria possível, com as barreiras adequadas.

Educação dos Filhos: sempre educou de forma diferente. Eles lavam roupas. Eles cozinham, fazem pão, bolo, limpam a casa. O trabalho doméstico sempre foi dividido. A regra

sempre foi cada um lava seu prato. No sábado vai todo mundo para a faxina. Sempre foi conversado bastante em relação ao respeito às mulheres. O filho disse: “eu acho que se eu fizesse alguma coisa de errado nessa questão, a mãe ia me arrancar os cabelos”, fazendo referência à redação do ENEM de 2015 que abordava questões de gênero. Ele foi muito bem na redação. Ele ouviu tanto dentro de casa, que na hora ele só pensava em dizer tudo o que a mãe tinha dito.

Eu acredito que se não fosse pelo movimento a gente não estaria mais junto. Eu tinha aquela coisa de ser livre, livre, livre. E não entendia que para ser livre eu não precisava ser separada. Ele teve a percepção de abrir a guarda para entender. O processo de conscientização muitas vezes leva à separação, quando a mulher faz todo esse processo de formação e o homem não se conscientiza também. Eu sempre tive consciência que eu tinha meus direitos, a única coisa que me segurava mais quando as coisas estavam ruins e eu pensava em separar eram os meus filhos.

O que o movimento traz de mais importante para sua vida? (ela mesmo se pergunta): eu não sou propriedade de ninguém. E eu consigo enxergar isso. O que eu faço, deixo de fazer, o que eu gosto de fazer, dizem respeito a mim enquanto pessoa. A maior coisa que o movimento fez na minha vida: eu sou livre.

Maria

Eu fui criada só por mulheres, sou filha de uma viúva. Tenho uma irmã mais velha. E gente sempre foi camponesa, sempre trabalhou da roça, sobreviveu da roça. Mas fomos umas sem terras. A gente não tinha terra, a gente morava de agregado. E a gente fazia de tudo mesmo trabalho doméstico, e o trabalho da roça. A mãe sempre ensinou a gente a trabalhar nos dois, seja em o doméstico, seja o trabalho da roça. Minha mãe era analfabeta e ela tinha um objetivo que ela sempre queria dar estudos para nós. Que ela não tinha nada para oferecer de bens, o único bem que ela queria deixar para mim e para minha irmã eram os estudos.

E então a gente foi vivendo. A gente morava seis meses em um local depois, aquela família mandava embora, a gente ia pra outro, tudo no PR. Eu nasci em 2 Vizinhos, daí a gente foi morar para Nova Prata, moramos, dez anos lá, sempre de agregado, sempre de favor. Tinha famílias que acolhia dentro da casa, tinha famílias que oferecia o galpão, chiqueiro, garagem, a gente morou em todos esses tipos de lugares. A minha mãe casou com 28 anos, teve a primeira filha, com 9 meses mataram o marido dela. Ela ficou viúva, depois de 3 anos ela se relacionou com o meu pai, ai ficaram 6 meses juntos, não deu certo, ai veio eu, tentaram viver juntos, separaram. Nunca conheci o pai, conheci uns irmãos por parte de pai

depois de muitos anos. Ele sempre soube, mas ele casou e teve outra família. A gente viveu a três.

Por ser mulher minha mãe sofria preconceito muito grande, além dos preconceitos ela sofria assédios, muitos assédios, por ser mulher, por ter duas filhas. Chegava nas casas pedir trabalho, era assediada, então, a gente passou, por vários perrengues. Nós enquanto meninas também fomos assediadas junto. Mas nunca chegou a acontecer o ato, mas a gente sempre foi assediada.

Daí a gente foi, viemos embora para Nova Prata, ali comecei a estudar, a gente andava kms para ir para escola, 20 km, 30 km. Depois a gente foi morar em Três Barras, quando a mãe conseguiu um sítio que era de uma viúva, que estava abandonado, que sugeriu que a mãe fosse cuidar desse sítio e tirar o que ela quisesse tirar desse sítio, sustento, mas não precisava pagar nada em troca, mas para cuidar do sítio. Foi quando a gente veio para Três Barras, eu tinha 10 anos, e ali a gente começou uma vida nova.

A minha irmã, minha mãe pediu para uma tia cuidar dela, para ela poder estudar, porque a escola era muito longe. Boa Vista era na cidade. Estudou até o 8º ano em Boa vista depois ela veio morar conosco em Três Barras. Ela fez o magistério, e eu continuei estudando também. Mas a nossa relação, minha mãe sempre ensinou que a gente teria que aprender de tudo, todo o trabalho, se cuidar porque ela sempre, ela era analfabeta, mas ela dizia assim que: *“Minhas filhas, vocês nunca se rebaixem pra homem nenhum porque não vale a pena”*. Nas palavras dela, a gente entendia perfeitamente que ela queria que a gente se protegesse, se valorizasse, e não se deixasse iludir por poucas coisas. Se valorizar enquanto mulher e que a gente teria que dar continuidade a vida independente se a gente estava sozinha ou não. Então ela sempre nos alertava nesse sentido.

Ela nunca mais casou, se dedicou a nós, trabalhava, a gente plantava de tudo, pra comer. Aí a gente não passou mais fome, porque até então a gente passava fome. A gente trabalhava para as pessoas, nós não recebíamos nada, não dava para plantar para gente. O que a minha mãe pedia era um lugar para a gente ficar, na verdade. A gente comia o resto. O resto das famílias. A mãe também trabalhava de cozinheira. O que sobrava a gente comia, senão sobrava a gente não comia, e não podia fazer mais. A gente passou por várias dificuldades. De ter época, assim, que a gente não tinha o que comer, sabe? De famílias, assim, não sobrar não tinha. Então, a gente comia lavagem, junto o que dava porco, pro cachorro. Minha mãe arrumava lá, antes de dar pro porco, pro cachorro, a gente comia, pra gente não morrer de fome. As dificuldades eram extremas. As roupas eram doação. A gente dependia tudo de doação. E a mãe trabalhava, mas só para ter lugar pra dormir, independente se era dentro da

casa que acolhia, se era no galpão, na garagem, no chiqueiro. Eu já morei em chiqueiro, morei em paiol, morei em garagem, dividindo casa com outras famílias mas no pedacinho pior que existia, sabe? A gente morou em todos os tipos de casa.

Se a família tinha neném, a mãe cuidava, se precisava colheita de soja, feijão, que era tudo manual, e a gente ia sempre junto. Empreitas de roçada, a gente tava junto. Nessa época não tinha nada de veneno. E na época as famílias, eram famílias camponesas que eles plantavam para o consumo e vendiam o excedente, então era mais pro consumo do que pra comercializar. Na verdade eles faziam trocas, de outras mercadorias. E assim era. Até que a gente veio para Três Barras que a gente teve uma casa de verdade. Essa viúva, quando minha mãe levou a minha irmã para estudar na Boa Vista da Aparecida para estudar, ela era cunhada da minha tia. E aí ela também tinha perdido o marido dela em um acidente de trabalho e ela ficou com 2 filhos, e tinham 3 sítios. E ela morava na cidade e ela não tinha condições de cuidar de sítio. E aí a mãe indo lá, conversando que não sabia pra onde que a gente ia, minha irmã tava na casa da minha tia, a família que nos acolhia já tinha dado prazo pra gente sair, a mãe tinha que achar lugar pra gente ficar. Essa mulher tava na casa da minha tia, e disse que tinha esse sítio, e estou dando o sítio pra cuidar, não quero nada em troca, vocês plantem o que quiserem. O sítio era em Três Barras, eu tinha 10 anos.

Eu e minha mãe fomos primeiro. A gente não tinha nada de móveis. Só tinha a roupa do corpo mesmo. E aí a gente conseguiu umas doações, uma pia, uma cama, etc. E lá a gente começou a plantar, feijão, arroz, milho, ervilha, amendoim, começamos a criar galinha caipira, saímos trabalhar por dia na colheita de algodão, o dinheiro que a gente juntava deu pra gente comprar uma vaca. Depois comprou uma outra vaca. Não comprávamos nada no mercado para comer, a gente comprou porco. A gente produzia a própria gordura, tudo em casa. Fazia a horta, ervas medicinais.

Na época não existia SUS ainda, era tudo através do sindicato, e minha mãe pagava uma época o sindicato para ela tirar nota, e as consultas que tinha com médico era através de sindicato, mas mesmo assim teria que pagar um bom dinheirinho. Como a gente não tinha, e a mãe tinha muito conhecimento de ervas naturais, remédios caseiros, até porque minha avó ela é indígena, então ela trouxe diversos conhecimentos, sabedoria, então, a gente usufruía daquilo.

Depois de dois anos que eu e minha mãe nós morávamos lá em Três Barras, minha irmã veio morar conosco. E aí a gente deu continuidade.

As relações de gênero que a gente vivia, minha mãe sempre nos colocando que a gente teria que saber se virar sozinha, e nos preparar porque ela dizia que: o mundo oferecia muitas

maldades. Que a gente teria que saber levar, como andar, enfim, a gente sofria, sofria. Quando a gente ia roçar beirada de estrada, passava uma estrada no meio, vizinhos passavam e diziam que nosso futuro só tinha um, que nós seríamos prostitutas, porque a gente era criada só por uma mulher, porque não tinha nenhum homem para comandar, vamos dizer assim. Que naquela visão de que para uma família para ser constituída ela teria que ter um homem, se não a gente não iria ter futuro nenhum. Então a gente ouvia muito isso. Que o futuro meu e de minha irmã era único, que a gente iria ser prostituta. E a gente era assediada direto.

A mãe fazia o queijo, a gente vendia o queijo na cidade, era eu e minha irmã que ia vender, a gente era assediada quando vendia o queijo. Se a gente ia ao mercado a gente era assediada, se a gente, tudo, enfim, de todas as formas. Ou quando a mãe pegava alguma empreita de colher algodão, feijão, eles diziam que a gente não ia dar conta porque a gente era mulher, porque a gente não ia fazer a coisa bem feita, porque a gente era mulher. Todos esses tipos de preconceitos a gente sofreu. Mas a gente nunca se deixou abater.

E é onde eu me perguntava: porque é que eu tenho que passar por isso? Por que eu, só eu? Eu via minhas amigas que tinham pai, a vida delas era tão diferente. Mas ao mesmo tempo eu via que as próprias minhas amigas sofriam, as mães sofriam violência doméstica. Ao mesmo tempo eu ficava me perguntando, eu não tenho esse tipo de violência. Mas porque que cobram tanto que a gente tem que ter uma figura paterna, masculina, dentro de casa, para a gente ser alguém na vida? Mas eu não conseguia entender o por que de tudo isso.

Casamento

E aí, com os anos passando, acabei me formando, fiz magistério em Três Barras, isso já foi em 1992, eu tava com 16 anos. Eu casei com 17 anos. Aí eu fui morar junto com a minha sogra. Era em outra comunidade na mesma cidade, aonde eu estranhei muito. Porque eu não tinha, até então, convivido com pessoas masculinas dentro de casa. Porque na nossa casa, a gente dividia a tarefa de casa, então, eu ajudava a mãe a tirar o leite, em casa uma ia lavar a louça, outra ia fazer o fogo, outra ia limpar a casa, a gente mesmo cuidava da casa para não sujar, pra não bagunçar, então a gente tinha uma organização assim bem, uma divisão de trabalho que cada uma fazia algo. Uma vez uma lavava a roupa depois a outra, enfim. E aí quando eu fui morar com a minha sogra se via totalmente o oposto da situação.

Eu sempre falo que quando eu casei eu levei um sogro e um cunhado de presente. Porque eu casei, minha sogra é mãe de três filhos homens, meu esposo e mais dois cunhados. Mas o mais velho já era casado e morava em Cascavel. A convivência houve muito conflitos. A minha chegada ali. Tinha muitas coisas que eu não consegui entender o porquê, enfim. Até

a forma de convivência familiar deles era diferente da nossa. A gente tinha todo um respeito em casa, com licença, por favor, obrigada. Na casa da minha sogra era diferente: me dá aqui, vai lá, sai daqui. Até as palavras, pra mim foi difícil. Foi um conflito muito grande.

A divisão do trabalho, até a minha chegada eles faziam a divisão do trabalho. A minha sogra sempre ensinou todos eles a fazer todo o trabalho de casa, seja doméstico, seja da roça. Com a minha chegada, eles não queriam fazer mais. Então, houve o conflito. Sobrava sempre pra mim. Eu não sei se é por causa até do machismo mesmo, dizer tem duas mulheres dentro de casa, porque é que nós vamos querer fazer agora? Antes eu fazia porque só tinha minha mãe, agora tem outra. Inclusive o leite quem tirava era só eles, minha sogra não ia até a estrebaria pra tirar leite. O que minha sogra fazia era lavar roupa, que era um trabalho...mas, eles quando precisavam também faziam, mas não era aquela coisa diária. Mas com a minha chegada eu percebi essa ruptura, que eles não queriam fazer. Então acabava sobrando pra mim e para minha sogra. Eu não aceitava. Eu também trabalhava na roça. Só não tirava o leite, porque eles já estavam acostumados. Época de plantio, colheita, todo mundo pra roça. A limpar, que era tudo na enxada, todo mundo pra roça. E aí chega em casa. Sobrava pra quem o trabalho? Nem a mãe ajudava mais. Houve um conflito muito grande.

Algumas vezes eu tentava chamar atenção de alguma forma. Eu deixava sem fazer comida mesmo, cada um ia fazer seu prato se quisesse comer, muitas vezes eu não limpava a casa, deixava sem limpar. Eu organizava o meu espaço, o restante ficava. Que era uma forma de chamar atenção. Nunca falaram na cara que eu teria que fazer, mas deixaram de fazer as coisas. Uma época minha sogra quis impor, ela mesma, que era obrigação. Houve uns conflitos, porque eu questioneei: peraí, não sou só eu quem mora nessa casa. Então aqui tem várias pessoas que moram, então a casa não é só minha. Porque que só eu tenho que fazer?

Eu morei um ano e meio com ela, mas foi o suficiente pra mim ter essa convivência com o masculino pra mim foi difícil. Por que na casa da minha mãe a gente tinha total liberdade, você saía do banheiro enrolada na toalha ia pro quarto. Tinha total liberdade de fazer as coisas, cada um fazia uma tarefa, cuidava para não sujar, organizar. Eu percebi que ali eu não tinha..eu sentia que tudo o que eu ia fazer “Tinha que ser você”. E eu sofri um preconceito não só por ser mulher, mas por ser uma pessoa negra. Que eles consideravam eu como negra. Eles são de família alemã. Tempero cada etnia tinha uma forma de fazer os seus temperos. Se eu fazia comida, “tinha que ser um negro, uma negra pra fazer esse tipo de comida”. O meu companheiro não defendia nenhum dos lados, ele ficava na dele. Houve vários conflitos. Pra mim foi bem complicado.

Nós não tínhamos condições de fazer uma casa própria porque foi bem na época que se começou a construção da barragem. Então não poderíamos fazer nenhuma construção. O que a gente tinha combinado de a gente ficar morando junto até ter uma definição do que iria acontecer, com toda aquela construção da barragem.

Quando eu comecei a namorar. A minha mãe sempre teve uma conversa muito séria em relação. A gente só ia namorar a pessoa que a gente queria namorar. Então, ela sempre foi uma pessoa bem aberta. Orientava para a gente tomar todos os cuidados, e ela sempre dizia independente do marido que a gente arrumasse que a gente não deveria se rebaixar a ele. A gente teria que lutar junto. Eu cresci com isso na minha cabeça. Ela dizia pra gente que não deixasse que nenhum homem erguesse a mão pra nos bater, porque ela sofreu muito. Ela não apanhava, mas ela sofreu depois de ficar viúva, com a sociedade, com a agressão das palavras. Todo aquele sofrimento que ela passou, em cuidar de duas meninas, de casa em casa, então, ela reforçava muito. Todos os dias ela reforçava. A gente não tinha televisão, mas a gente sentava em volta da mesa e ela começava a conversar, a orientar. Era como se ela estivesse preparando a gente pra vida. Até porque ela durou muito pouco tempo, ela acabou falecendo com 48 anos. Ela era jovem. Parecia que ela sabia que ela não ia ter muito tempo e ela teria que preparar a gente pra vida.

A minha mãe com meu marido, eu tinha até ciúmes, porque ela gostava tanto dele, que parecia que ela gostava mais dele do que de mim. A gente se conheceu nas festas comunitárias. Sempre tinha festa, comunidades se reuniam. A gente namorou 1 ano e 3 meses. A mãe dela dizia que ele era o filho que ela nunca teve. Porque eles se davam muito bem. A relação era de mãe e filho mesmo, sabe? E ela cuidava dele, ele cuidava dela. Como a gente morava sozinha, nós que arrumávamos cerca, chiqueiro, tudo. Quando ele chegava lá e que via a gente fazendo, ele ia ajudar, enfim. Então, para ela aquilo era uma relação, bem tranquila. Eu sempre tinha ciúmes, por eu ser o neném eu sentia que eu tava perdendo minha mãe. Muitas vezes ele me deixava de lado e ia conversar com a minha mãe. Ao invés de ele chegar onde eu estava ele ia até a minha mãe. Ela faleceu depois de 3 anos que casamos. A primeira filha já tinha nascido, Renata, em 1996. A mãe morreu em 1999.

Barragem

A terra dos sogros foi atingida. Como eles não tinham nenhuma garantia, eles não podiam decidir o futuro, só sabiam, até então, que tudo seria alagado. Até tentamos pensar em sair, trabalhar, arrendar. Mas o sogro pediu para ficarmos, juntar forças. Em todo processo participamos da luta, e isso foi bem aceito. Eu achava até bonito de ver a família dele, porque

eles eram muito unidos. Se é pra lutar enquanto família...existia uma união. Quando a gente foi mesmo pra frente das organizações e a gente viu que ali eram várias famílias que iam ser atingidas, que até então só os grandes fazendeiros que iam ganhar a indenização e os pequenos não tinham nem direito à palavra. Foi quando houve uma organização por parte de todas essas famílias, enfim, tinham famílias lá que não tinham terra, era o caso meu e do meu marido, a gente morava na terra do sogro. E várias famílias lá não tinham terra, moravam de agregado, e pra onde iam essas famílias? Ai então teve toda uma organização, começamos a pensar todos juntos, a gente não pode deixar acontecer: onde a gente vai?

Começou a organização mesmo, a buscar informação, da usina de Salto Segredo, as famílias que foram atingidas, buscar informações com movimentos populares, na época. A primeira reunião que teve foi na ASSESSOAR em Francisco Beltrão com a COPEL. Buscar informação, quem a gente poderia buscar para entender todo esse processo, foi quando a gente começou. Foi buscado junto com o MAB, informações em Chopinzinho sobre Salto Segredo. A gente não tinha ônibus, a gente ia em cima de caminhão mesmo, fazia pratos salgados, repartia, dividia. Na época eu tava grávida, subia com o barrigão em cima de caminhão, trator e a gente ia.

Foi negociando. Os integrantes da COPEL perceberam que estava se articulando uma organização e que não aceitavam qualquer coisa. Então eles começaram a exigir muita coisa, a querer empurrar muita coisa goela abaixo muita coisa. Foi aí que começamos a ganhar força, o povo a se organizar, cada vez foi chegando mais, vários municípios. Foi aí que se formou a comissão, que foi criada regional, que foi a CRABI. Com essa comissão, na frente das organizações foi bem mais fácil de fazer as negociações. Mas a gente teve que ir pra batalha. Interromper as obras no canteiro de obras. Ir para Curitiba, fazer ocupação dentro do escritório da COPEL. Depois fizeram um escritório em Nova Prata, fomos pra frente desse escritório. Destruíram o escritório em Curitiba. Eles sempre ameaçaram mas nunca moveram nenhum processo contra eles.

As mulheres iam mais no sentido de fazer a comida. Vamos organizar tantas pessoas para fazer a ocupação em Curitiba do escritório, mas vai ficar tantos dias, precisa se alimentar. Aí se articulava de levar as mulheres para fazer a comida para todo esse povo. Mas da discussão política elas não participavam. Quando a gente começou a perceber que a luta não era só a garantia do reassentamento, mas que existia toda uma outra, a saúde, a educação, o bem estar da família. E quem se preocupa com o bem estar da família é a mulher. Então a gente via que se não unisse forças junto com os homens, as mulheres, a gente não ia conseguir. Foi quando a gente precisou discutir a questão de gênero junto com essa comissão,

junto com essa organização, para poder juntar forças e alcançar os objetivos. Onde houve toda uma formação, foi buscar ajuda, para entender o que era discussão de gênero, como que a gente poderia trabalhar isso com as mulheres. E começou toda uma organização também. Na época essa comissão foi formada por representantes de cada município que foi atingido: Capitão, Boa Vista da Aparecida, Nova Prata, Três Barras. Precisava um representante de cada comunidade de cada município. Se via que quem tinha o dom mais de falar, de compreender, da escrita, porque grande maioria das pessoas eram analfabetas, não tinham o domínio da escrita. E se perceberam que algumas mulheres se destacam nisso. Essa comissão precisava ter também mulheres. Fomos buscar entender como que a gente ia fazer essa comissão. Fomos buscar formação junto com a ASSESSOAR, com o MAB. Na época a gente conheceu o MMC, que já tava se articulando...A gente fez várias discussões junto Via Campesina, junto MST. E a gente via que precisava unir forças mulheres e homens.

Fizemos uma solicitação a essa comissão/CRABI de uma formação de questão de gênero. Eles foram buscar para depois repassar para o restante do povo. Porque a comissão que buscava as formações e depois repassavam.

No início eu participava das mobilizações maiores, mas na organização da CRABI era a Eva, a Margarte Maran, a Maria e outra Margarete e outras mulheres. Eles viajavam para onde precisasse viajar para poder buscar informações, formações, pra trazer pro povo, pra articulação.

Eu sempre estava conversando nas Igrejas, que era o local onde conseguia reunir as mulheres, então, a gente conversava muito. Mas não na linha de frente. Eles traziam as informações, a gente passava, tinha que orientar.

O Reassentamento

Na época não fomos para o reassentamento, porque o meu sogro pediu carta de crédito. Eu e o meu marido não conseguimos ganhar o reassentamento porque a data do casamento não foi dentro da data que a COPEL estipulou que era necessária. Na carta de Crédito cada filho ganhava 2 alqueires de terra. O sogro comprou uma terra em Cascavel mesmo. De uma certa forma, a gente não perdeu o vínculo. Em 2000, meu sogro faleceu, a sogra repartiu a herança dele, foi quando a gente veio morar no reassentamento. Compramos um sítio. Compramos perto de todos os vizinhos onde moravam em Três Barras. Todo o povo dessa comunidade daqui eram os vizinhos de lá. Na época foi uma reivindicação nossa, enquanto organização da gente manter os mesmos vizinhos. Por que a gente ia sair de um

lugar que a maioria das pessoas nasceram naquele local, cresceram, casaram, criaram os filhos e de repente sair assim. Por isso tivemos todo esse cuidado.

Produção no Passado

Produzíamos para o autoconsumo, mas quem fazia as hortas eram apenas as mulheres. Na horta era feita adubação com esterco de vaca/suínos/galinhas, palhada. Plantava a horta mesmo para o consumo familiar. Guardava semente de um ano para o outro: hortaliças, amendoim, batatinha, cebola, etc. O que se plantava para o consumo e venda era o milho, feijão. O que sobrava vendia, guardava as sementes de um ano para o outro. O leite a gente tirava, fazia o queijo, o excesso vendia. Na lavoura deixava a palhada no chão para adubar. Não chegamos a trabalhar com derrubada de mata. Quando o sogro foi morar lá, a lavoura já tava pronta. Terra produtiva, bem dobrada, parte de laje onde fazia a produção, plantavam um pouco mais de 3 alqueires, tinha pasto, reserva, rio. Nessa época nem sabia o que era veneno, adubação comprada. As terras também não eram feitas de trator, era arado de boi, cavalo. A água pra casa era do poço. Pra lavar roupa era do rio. Tinham canteiros de ervas medicinais, a sogra tinha muito pouco, o sogro gostava de nativo mesmo. Ia lá no mato, ele sabia todas as ervas. Como ele se criou sozinho, saiu de casa com 12 anos, então, ele viveu muito sozinho. Ele era serrador de lenha, ele vivia no mato. Acho que ele aprendeu muito com isso. Mas sempre se tinha: um poejinho, um funcho, erva-doce, manjerona, sempre tinha as ervas medicinais. A gente que chama mais atenção pra isso, vai mudando, tem que cuidar, vai na casa da vizinha, vê uma outra que é bom pra isso, um anador, uma aspirina, uma penicilina, que você vai conhecendo, que você vai trazendo, e vai...

A troca de conhecimento tinha muito, muito. Isso era comum, você ir na casa do vizinho: ah hoje eu amanheci com muita dor de cabeça, eu tenho remédio ali, já se passava esse conhecimento. Se tinha muda, já arrumava a mudinha, já levava. Isso era bem comum. Faziam bastante troca de dias também. Faziam os mutirões para os plantios de milho, colheita de feijão, quebrar milho, limpa de feijão, que era tudo manual. Juntava quatro ou cinco vizinhos sempre teve essa troca.

Era uma vida...o que eu sempre costumo dizer: a gente era feliz e não sabia. Porque você não via maldade, em todos os sentidos, não via agressão à sua saúde, você comia bem. É tão bom você ir lá no seu pé de mandioca, arrancar e colocar pra cozinhar. Arrancar um pé de batata, colher um pé de alface. Partilhava com os vizinhos. Frutas, mudas. Hoje a gente quase não vê isso, é muito difícil. Você está comendo o que você mesmo produziu, sem nada de

agrotóxico, na sua terra bem cuidadinha. Porque terra é vida, sem terra você não consegue nada.

Reassentamento

Foi uma época bem difícil, pois tinha acabado de perder minha mãe. Como ela ficou muito doente, a gente teve que morar na cidade para poder cuidar dela melhor. Foi uma das experiências de minha vida para eu saber que eu não fui feita para morar na cidade. Eu morei 60 dias na cidade. A mãe faleceu, o sogro fazia pouco tempo também. Quando repartiram a herança do sogro e compraram a terra. Pra mim foi uma felicidade muito grande, um momento muito importante na minha vida. Pela minha história, ter um pedacinho de terra, saber que você poderia plantar o que você quisesse, você comandar, você tirar, é sua! Então, pra mim, foi muito importante.

A gente chegou aqui em 2000, a gente não tinha nada, só tinha mesmo os filhos, a Renata e o Vitor Hugo, que nasceu em 2000. Foi um começar de novo. A gente não tinha vaca, não tinha galinha, nem cachorro, nem gato. Mas como as terras já estavam todas ali era só chegar e plantar. A gente optou em começar em plantar como todos vinham plantando, que é a forma convencional. Meu marido plantou soja. Até porque a gente teria que pagar uma parcela dessa terra ainda que a gente tinha comprado. Ficou ainda duas parcelas para a gente pagar. E a gente teria que tirar da terra, pois não tinha outra opção. Três anos que a gente plantou, a gente colheu bem. No terceiro ano começou a complicar. Era o pacote completo: semente transgênica, veneno, adubação.

A decisão foi de nós dois porque nós não tínhamos outra opção. Nós não tínhamos. Precisávamos de dinheiro. Tinha que pagar a terra. Financiamos para comprar as vacas de leite. E teve que fazer isso.

No começo você podia até plantar da forma antiga, mas não produzia, porque já vinham plantando dessa forma. As sementes tivemos que comprar, pois não guardamos. Como já faziam o plantio assim, tivemos que optar por essa forma também. Mas tinha que pagar tudo: pagar pra plantar, pagar pra colher, pagar pra limpar, pagar pra levar na cidade para vender. A gente começou com vacas de leite, com 4 vacas, e a gente foi ampliando, chegou uma época que a gente tava com 30 vacas de leite. Tirava o sustento da família do leite. Mas chegou um determinado momento em que a gente não conseguiu mais equilibrar. Por que a roça não produzia mais, as vacas começaram a dar problemas, porque eram vacas de inseminação, enfim. Começou a se dar toda uma problemática. E a gente começou a se

desequilibrar na questão das contas, do financeiro mesmo. A gente começou a ficar devendo. Começou a virar uma bola de neve.

Que opção que nós tínhamos? Foi quando eu comecei a estudar, a fazer a faculdade. E aí durante essa faculdade que eu conheci todos os movimentos sociais, todo o objetivo enquanto movimento social, eu comecei a perceber que tinha uma alternativa sim para a gente continuar. Que a gente teria que buscar informação para a gente poder dar continuidade. Mas aí convencer o marido de toda essa mudança. Porque seria uma mudança radical.

A gente tomava as decisões em conjunto. Era um diálogo. Sempre foi assim. A partir do momento que a gente veio para ter a nossa casa a gente sempre conversou, o que a gente vai fazer? O que vamos plantar? A gente sempre teve essa conversa. Claro, que sempre tem os momentos assim que, seja na hora, no momento do dinheiro mesmo. Quem pegava o dinheiro era ele, quem ia pagar as contas era ele, ir no banco. Mesmo tendo conta conjunta. Sempre era ele que ia fazer isso. A administração era dele. Mas eu gastava como queria o dinheiro também, pois tínhamos conta conjunta. Todos tinham bom senso. Chegava no fim do mês, a gente recebeu tanto, temos tanto pra pagar e vai sobrar tanto, ou não vai sobrar nada. Então a gente sempre tinha bem claro.

As tarefas domésticas ele dividia comigo. Íamos pra roça junto, tirar leite junto, dentro de casa junto. Quando eu tinha as crianças pequenas ele tomava mais conta da casa do que eu. Eu sempre tive problema de saúde, doente, ele tomava conta.

Quando a minha filha cresceu, ele diminui um pouco o trabalho de casa. Mas não parou. O filho também faz todo o trabalho. Quem limpa a casa é o filho porque eu tenho problema e não posso ficar limpando a casa. Lavo a roupa, se precisar ele lava. Eu sempre ensinei todos a fazerem tudo. O trabalho bem dividido.

Quando voltei a estudar, refletindo sobre a produção, era um recomeço, tinha que ter outra alternativa, começar uma mudança radical. Como a gente já tava afundado em dívidas e para você começar a fazer uma produção agroecológica, e diferente, você teria que ter pelo menos um pouco de recurso para você começar, até buscar informação.

Eu tive a conscientização tremenda de que, o que a gente tava fazendo, não ia chegar a lugar nenhum. A gente só ia afundar e perder a terra que a gente tinha. Mas aí eu chegava, eu conversava, mas é muito complicado você fazer aquela mudança radical. Foi a época que começou o PAA, e aí eu ouvi que iria sair esse projeto e eu fui buscar informação sobre o que era isso, como que se fazia, se a gente poderia entrar. E eu vi que cabia a gente entrar. E bem naquela época eu consegui ver que eles marcaram uma reunião em nossa comunidade para falar sobre essa compra direta. E fomos nós dois. E ele falou não, isso não vai dar certo. Na

época era R\$ 2.000,00 que ia sair pra cada produtor. Mas isso já vai ajudar muito. Mas ele dizia que não ia dar certo. Mas vamos tentar, vamos tentar, vamos plantar. Então fizemos o cadastro. E começamos a plantar. E eu plantei abóbora, mandioca (já plantava bastante pro consumo e pras criação), horta, estufinha, pé de tomate. Os dois plantando, sei nada de veneno. Quando a gente fez a primeira entrega que foi de abóbora, eu lembro que plantei 4 pés de abóbora, a gente tirou 400kg de abóbora (rindo). Era um pedacinho de nada. Um pedacinho que se você acha que isso não dá pra plantar nada, foi onde eu plantei. Sem adubo, sem nada. Chamei as crianças e falei assim, na época eu tava grávida, esperando meu terceiro filho, e eu não podia cavocar. Mas eu chamei e Renata e o Vitor, e falei: vocês vão fazendo o buraco aqui e a mãe vai jogando as sementes dentro. Foi a forma que a gente plantou. Plantamos pepino. Ai fizemos dois mil reais com aquilo ali, com um pedacinho de terra que não dá nem meia quarta de terra. Foi onde que a gente viu que, vamos fazer. Vale mais a gente plantar dessa forma, que a gente plantar toda a roça, que são 3 alqueires convencional, que no final das contas você não tira nada e ainda acaba se intoxicando com veneno.

Que aí o caso que a gente foi várias vezes intoxicado com veneno. A gente viu que não ia chegar a nada. Aqui venta muito, toda época do ano, então, o veneno vai a quilômetros. Todo mundo da família chegou a ser intoxicado. Chegamos a ir ao hospital. Em alguns dá muita dor de cabeça, em outros náusea, dor de barriga, diarreia, dor no corpo, problema de coluna do marido. Isso que foi identificado de imediato, não sabemos mais para frente o que pode se agravar. Agora faz 2 anos, o vizinho passou um veneno muito forte. A gente tava sentado na área e eu inalei o sereno do veneno. Eu tava escolhendo feijão na área. Na hora que eu senti comecei com uma tosse que foi se agravando cada vez mais. Não dei muita importância. Comecei a sentir dor na garganta, comecei a sentir dor de cabeça, de repente eu tava com problema de respiração, não podia mais respirar, como se tivesse trancado tudo. E aí fui pro médico, o médico disse que era uma reação alérgica, tomou um remédio e continuou cada vez mais forte. Fui parar no hospital com pneumonia aguda. O médico fez os exames e comprovou que foi por causa de uma reação química muito forte que me deu aquela pneumonia. E foi o veneno. E depois disso, qualquer pouquinho que eu sinto cheiro de veneno, eu já sinto que não faz bem, passo mal. Sempre que ela está em casa e está ventando e o veneno é aplicado ela passa mal. Mesmo que não esteja ventando, chega de tardezinha a sensação é que o veneno está dentro de casa.

Quem fez o projeto do PAA foi a prefeitura. Continuamos e entregamos até hoje. Ficamos dois anos parados. Nesse período fizemos feira. Depois que iniciamos essa lavoura diversificada, nunca mais paramos. Sempre orgânica. Como sabemos que venta muito, que

todos os vizinhos usam veneno, a gente sabe que é impossível vender a produção como orgânica. Mas a gente procura produzir sem nada de agrotóxico, o mais natural possível. Hoje estão entregando para o PAA: mandioca, abóbora, alface, frutas, laranja, poncã, abacate, banana. Mas essa renda não é suficiente para manter a casa, é pouca ainda. Uma DAP só, esse ano vamos receber seis mil. A gente queria entrar pra merenda escolar também, só que por enquanto a gente não conseguiu ainda. Se eu não me engano você tem que ser sócio, tem que fazer uma associação. Mas a gente tá vendo, queremos ver se conseguimos entrar também.

A ideia é fazer uma transição e trabalhar só com a agroecologia. A gente tem um projeto, futuramente, de a gente fazer o sítio todo dentro do agroecológico. Eu tenho um projeto também, a gente começou já a fazer uma agrofloresta, um pedaço aqui. Queremos também fazer um parreiral de uva agroecológica. Pelo projeto junto com o MDA, para desenvolver em quatro anos. A gente já começou esse projeto. Estamos na fase de formação ainda. Tem que ter toda uma formação primeiro para ver realmente como que funciona e aí a gente vai desenvolver. E também recebi uma proposta junto com os técnicos do MDA daqui de nossa região para a gente fazer um sítio modelo. Até porque, o nosso sítio é próximo de Cascavel, então é de fácil acesso. A gente recebeu essa proposta e estamos amadurecendo a ideia pra gente fazer um sítio modelo mesmo dentro do agroecológico. Já fizemos duas formações. Eu pretendo criar a galinha caipira dentro do agroecológico, dentro da agrofloresta que dá para fazer esse consórcio, o parreiral e também fazer a produção. A produção de alimentos, feijão, arroz, milho.

Hoje plantamos bastante coisa para o autoconsumo: feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca, batata, frutas, etc.

MMC

Quando eu inicio a faculdade em 2009 a gente começa, por você ser acadêmico, e ser estudante pelo MMC, a gente começa um processo de formação junto, durante o curso e depois dá continuidade. Em uma dessas formações, em 2009, a gente fez uma visita de uma propriedade em Marema, em SC, e aí eu vi uma propriedade que não é um sítio, que é dentro da cidade, é um lote, um lote grande, onde a família tirava o próprio sustento dela, a renda dela por mês era de cinco mil. Ela vendia na casa dela porque ela morava na cidade. O marido dela teve um AVC e ficou de cadeira de rodas. Ela foi trabalhar de empregada doméstica, restaurante, enfim, mas ela conheceu uma mulher do MMC que a convidou para participar de uma reunião que tinha no bairro e ela foi. Ficou a conhecer o movimento lá, e tinha essas alternativas e ela começou a produzir no lote. Começou a produzir hortaliças e foi investindo.

E ela tira todo o sustento da família daquele lote. Tem uma casa linda, bem cuidada. Trabalha sozinha. Tem uma diversidade. Ela planta o pepino, faz a conserva, vende a conserva, ela tem frutas, faz a geléia e o vinho da amorinha, uma diversidade imensa. E foi incentivo do movimento. Essa foi a parte prática da formação, posterior a parte teórica que tivemos. Ande eu vi que a gente tinha condições. Se ela fez em um lote? Eu não vou fazer em 7 alqueires de terra? Tirar o sustento. E eu vim de lá enriquecida de ver toda aquela produção, riqueza e o mais importante, toda aquela produção saudável. A gente tomou o vinho lá, ela faz a água-ardeente, ela faz com a garapa que ela planta lá, um cantinho. Os licores que ela faz. É uma produção que você fica maravilhada de ver. O doce de banana, as geléias, enfim, tudo ela transforma e vende. E ela tava conseguindo na época comercializar fora do país os produtos. Então, assim, você vê como o movimento muda a vida das pessoas, radicalmente e melhora a vida das pessoas. Eu vim de lá maravilhada com aquilo.

Isso foi antes de começar a vender no PAA.

Eu cheguei, foi quando a gente fez a primeira estufa, onde falei que eu queria fazer uma produção de tomate. E aí a gente foi buscar junto aos técnicos da prefeitura para a gente fazer e eles falaram que era impossível a gente fazer uma produção de tomate orgânico, até porque falaram que não existe. Que a gente não iria conseguir. A gente fez mesmo assim e buscar através do movimento, e buscar material, conhecimento. Toda formação que eu tinha eu ia. Buscava ajuda com as companheiras do movimento, quando tinha alguma dificuldade eu perguntava. A gente ligava. Indo visitar outras companheiras. A gente começou para o autossustento e vimos que dava para produzir para outras pessoas também comerem alimentos saudáveis. O meu marido no início achava que era impossível a gente fazer isso. Então eu trouxe diversos materiais, trouxe vídeos, trouxe livros, a gente assistia junto, todo dia a conversa era repetitiva, enfim. Quando ele percebeu que dava para a gente fazer a produção e ainda, ele viu que a nossa saúde melhorou, melhorou 100%. Meus filhos viviam com alergia, viviam com problemas de saúde. Depois que a gente começou a fazer a produção para nós e a gente melhorou a nossa saúde. Então, nós podemos também plantar para outras pessoas também comerem o alimento saudável. Foi quando a gente começou a fazer a produção, mais na questão das hortaliças mesmo. Pra venda do PAA. Hoje a gente não planta mais no convencional. A gente não planta toda a terra ainda dentro do agroecológico, porque a gente não, ainda, financeiramente a gente não consegue expandir. Porque a gente quer fazer dentro daquilo que é certo, buscar as informações, fazer o correto, e mais assim, no futuro, a gente pretende fazer toda a nossa propriedade dentro do agroecológico e desenvolver vários projetos de: galinha caipira, de produção de frutas, de hortaliças. E é um sonho ainda, que futuramente

a gente quer transformar toda a propriedade deixar, mostrar pros filhos, que é o melhor possível, que a gente pode deixar de herança para eles é esse sítio que é a vida, a produção de alimentos saudáveis.

Pra mim modificou em todos os sentidos [fazer parte do MMC]. A gente participar do movimento, buscar informação e ver que não é só você que almeja fazer essa mudança de relação de gênero. Mas que engloba várias pessoas, várias mulheres, vários companheiras que também lutam pelo mesmo objetivo. Até porque na minha família, como eu disse já que eu tenho uma irmã, ela vem sofrendo muito a questão da violência doméstica por parte do esposo dela. Então, assim, eu me identifiquei muito com a luta do movimento até pra orientar ela dentro desse processo, pra gente mudar essa relação de que a gente é um ser normal, que a gente quer igualdade, que a gente pode ter igualdade, mas que a gente precisa mudar e buscar novas mudanças, dentro da relação familiar, dentro da relação na comunidade, enfim. Como eu disse que, desde o início, a gente vinha sofrendo todo o tipo de preconceito, seja desde o nosso início da vida lá com a minha mãe, seja com a sociedade, com o vizinho, hoje não é diferente, a gente enfrenta a mesma coisa.

Eu sofri muito isso no momento em que eu deixei minha família em casa e fui estudar em uma universidade. Então, a vizinhança toda dizia que eu era uma mãe desnaturada, de deixar os filhos em casa com o marido e ir estudar. E pra ele era tranquilo. Mas, ele sofria isso também por parte de casos de vizinhos. Como nosso curso era por alternância, tinha um período que a gente ficava na universidade, um período em casa, então, assim, a gente ia para a universidade fica sessenta dias na universidade, a gente estudava até as 11hs da noite, depois a gente ia pro hotel dormir, no outro dia de novo, enfim. E nessa ida para o hotel, a gente indo, e a gente tinha um combinado com a turma de a gente andar sempre em grupo porque a gente sofria opressão por parte da cidade de Cascavel ser violenta, na questão de movimento social, então a gente tinha uma orientação de a gente sempre andar junto para não acontecer nada com ninguém. A gente andava a pé porque não tinha dinheiro para pagar ônibus e era longinho, então, a gente ia em grupo. Ai um certo vizinho viu eu entrando no hotel com um dos nossos companheiros lá da sala. Pra ele aquilo era uma outra coisa. Ai o que ele fez? Ele saiu de lá e veio aqui na minha casa, perguntar pro meu marido se ele sabia onde eu estava. Então, assim, ele sofria também essa questão desse preconceito. Aonde foi que meu marido respondeu: sim eu sei onde ela está, está estudando, está na universidade e a noite ela vai pro hotel dormir e é no hotel Trevo, falou tudo lá.

Ele sofria muito isso, não só por parte da vizinhança, como por parte da família dele. Por que eu também ouvia muito. Você é louca, você é doida. Você não tem medo de perder

seu marido, não? Aquela coisa assim de propriedade, enfim. Eu falava não, eu não tenho medo, porque a gente se entende muito bem. Muitas vezes eu tinha vontade de desistir, não por causa disso, mas até por toda, a gente ser mãe, ser mulher, e a gente está dentro de uma universidade, seu filho fica doente, sua filha fica doente, você não pensa, você quer saber de ficar junto com o seu filho. Eu muitas vezes pensei em desistir mesmo. O Renan Artur era bebê, eu tive ele durante o curso. Deixar ele em casa e ir para a universidade era muito difícil. E eu sabia também que eles estariam passando por dificuldades, mas ele ficar em casa era mais tranquilo do que ele estar comigo lá na universidade, porque eu não sabia o que ia acontecer no outro dia. A gente poderia sofrer qualquer ataque, enfim. Que a gente tinha esse medo, durante quatro anos. A gente sofria isso dentro da universidade. Eu sofria muito e muitas vezes eu queria desistir. E meu companheiro dizia não, você chegou até aqui, você vai até o final, você não vai desistir, eu to junto com você. Eu cuido das crianças, eu me viro para você estudar. Então ele me ajudou muito para eu conseguir fazer esse curso.

Foi ele quem me colocou lá dentro da universidade. Foi através dele que eu consegui chegar lá [uma conversa]. Até no último ano eu tive um problema de saúde e tive que passar por uma cirurgia e aí eu queria desistir, porque eu perdi muito tempo, porque eu tive que passar por uma cirurgia, teve minha recuperação, e eu tava muito abalada também por causa do meu estado de saúde. E ele falou não, você vai conseguir. Ele que ia buscar todas as atividades que eu ia estudar, todos os textos na universidade, ele ia buscar toda semana pra mim estudar, fazer todo o trabalho. Ele levava lá na universidade, trazia de volta, ia no hospital ele levava pra mim, eu estudava no hospital, ele levava na universidade. Ele me ajudou muito. E pra ele foi bem tranquilo. E fala até hoje que para ele foi uma realização. Porque como ele também não pode estudar, ele disse que se sentiu realizado por estar estudando. Ele tem orgulho de saber que eu consegui chegar até lá, fazer uma faculdade, ensino superior.

Ele fala que tem vontade de estudar, mas dentre veterinária ou técnico agrícola. Só que pra ele ainda, ele não consegue imaginar ele dentro de uma universidade. Acho que precisa ainda ele se conscientizar que ele tem capacidade pra isso, que há tempo ainda para ele fazer. Ele acha que já passou o tempo dele. Ele estudou até o sexto ano, então ele teria que recomeçar. E ele diz que não consegue mais se ver estudando. Ele diz que se já tivesse feito até o segundo grau ele até que tentaria, mas recomeçar tudo de novo, ele falou que pra ele passou o tempo. Mas eu incentivo muito ele a estudar.

A participação no MMC ajudou muito para compreender o preconceito da comunidade, da sociedade, familiar. Aqui na comunidade mesmo, por mais que são povos que

vieram de um movimento social, de uma luta, existe muito preconceito, existe muito ainda, a eles entenderem essa questão de relação de gênero. Porque é uma dificuldade muito grande ainda para as pessoas entenderem. Talvez, não é entender, é pôr em prática. Eu acho que entender é o mais fácil, pôr em prática mesmo é o mais difícil. Por que eles vem de uma geração, de uma cultura, muito machista. Então, eles colocarem em prática, fazerem essa mudança é mais difícil. E assim, eu coloco no sentido de que eu sempre estive à frente das organizações da comunidade. Então primeiro a gente faz parte de uma associação de moradores, depois a gente fez parte do movimento de mulheres, do grupo de mulheres, de escolas. Eu sinto que há muito ainda a se discutir, há muito ainda a se entender, para se fazer essa mudança. Porque o mundo depende dos jovens, se a gente não fazer essas mudanças com os jovens, não vai ter mudança nunca. A gente precisa mudar essas relações. Aí a gente trabalha com as mulheres no sentido de que a gente pode fazer a mudança lá dentro de nosso universo familiar, que ali a gente vai mudar. Se a gente conseguir ter uma mudança dentro da nossa casa, se nossos filhos forem para a comunidade, já vai ter uma mudança lá na comunidade também, e assim vai. Eu ainda sinto que a gente tem que buscar mais formação, que a gente tem que avançar mais ainda, que ainda não chegamos, falta muito ainda. Até porque a sociedade é muito machista, muito patriarcal.

É o que a gente sempre conversa com nossas mulheres. Talvez a gente não vá conseguir mudar os nossos companheiros, mas a gente pode mudar os nossos filhos. Porque somos nós que educamos eles. Então, se a gente conseguir fazer a mudança dos nossos filhos a gente conseguiu fazer alguma coisa. A gente ainda precisa trabalhar muito essa questão com nossas companheiras, fazer essa conscientização. De igualdade, a divisão de tarefas. Porque se a gente mora em uma casa, não é porque somos mulheres é que nós temos que tomar conta dela. Mas sim todas as pessoas que moram naquela casa. É o que eu sempre falo pros meus filhos, que a minha mãe dizia pra nós. E eu passo isso pros meus filhos e é isso que eles vão passar pros filhos deles. A gente sabe que vai ser uma outra geração. Então, se a gente começar a fazer dentro de casa esse trabalho, essa conscientização, é isso que a gente vai conseguir mudar. A gente não vai fazer uma mudança radical, mas é aos poucos.

Maria conta que as pessoas que as assediavam sabiam que eram filhas de mãe solteira, o que naquela época não era aceito. *“Que toda mulher que morava sozinha, pra cuidar de duas filhas, era uma mulher biscate, enfim, uma mulher vulgar que o futuro nosso ia ser o mesmo. Que jamais uma mulher sozinha poderia dar uma boa educação para as filhas”*. Ao perguntar se elas tinham tentado denunciar os assédios na polícia a resposta foi: *“Nossa, mas*

nem era ouvida! Na época! Se a gente fosse fazer uma denúncia na polícia a gente não era ouvida. Teria que levar uma figura paterna para dizer, ser o nosso porta-voz” (Maria).

Que teria que ter uma figura paterna ali pra poder...E a gente era assediada mesmo, por várias pessoas que você nunca imaginava, que você admirava por ser uma pessoa na comunidade, que sobressaía, que todo mundo respeitava. E era essas pessoas mesmo que vinha te assediar. E desde criança até adolescente. Então, a gente sofria muito esses assédios de pessoas irem até a casa da minha mãe mesmo, ir fazer assédio lá. E a gente ter que se defender com o que a gente tinha.

[Denunciar na polícia?] Nossa, mas nem era ouvida! Na época! Se a gente fosse fazer uma denúncia na polícia a gente não era ouvido. Teria que levar uma figura paterna para dizer, ser o nosso porta-voz. Porque nós não era nem ouvido. Eu acho que eu me identifiquei com o movimento de mulheres camponesas por essa história mesmo que a gente vivenciou. Então eu falei: é aqui que eu me encaixo, é aqui que eu quero ficar, é aqui que eu preciso ficar. Por que a gente vivenciou tudo isso. Aí eu fui entender. Porque eu ficava me questionando por que eu tinha que passar por isso. Eu não entendia o porque. A partir do momento que a gente começou a fazer as formações junto com MMC eu comecei a entender todo esse processo. Fui compreender toda a questão de sociedade, enfim. Então percebi que se a gente juntar e lutar juntar é bem mais fácil, não é tão pesado. Porque muitas vezes eu pensei em fazer justiça com as próprias mãos para poder me defender. Por que era uma forma de se defender mesmo. Daí a gente vê que não é só eu, que muitas mulheres passam por isso também.

História do MMC/PR

Quando começou a CRABI, antes de ter reassentamento, o movimento de mulheres camponesas estava se iniciando também. Então a gente teve algum contato enquanto movimento, mas aí acabou também. Quando voltou-se o movimento de mulheres camponesas dentro do reassentamento, quem trouxe fui eu. A partir do momento em que eu fui estudar pelos movimentos sociais dentro da universidade eu fui enquanto CRABI, representando CRABI. Mas eu não me identificava enquanto CRABI porque a CRABI tinha terminado e acabou terminando, me colocaram enquanto MAB, mas MAB, a nossa luta já tinha se concretizado de reassentamento, vamos dizer assim. Eu também não me identificava mais enquanto MAB. E tudo isso eu fui percebendo com a exigência, porque se tinha no curso de pedagogia de a gente fazer um trabalho, por ser um curso de alternância, a gente tinha que trabalhar o teórico lá na universidade e a prática na universidade. Como que eu ia trabalha

enquanto movimento MAB na minha comunidade se a gente já tinha, né? E eu comecei a perceber que eu não estava me identificando dentro desse movimento. E aí eles me colocaram enquanto MST. Aí eu percebi que eu já tinha um pedaço de terra, que a grande maioria das pessoas aqui eram donas das suas terras já. Como que eu ia fazer um trabalho? Também não deu certo. E aquilo também foi me dando uma angústia e tava querendo desistir do curso porque eu não me identificava enquanto movimento social. Mas eu queria muito continuar. Por que apesar de todos os movimentos, se você for analisar, eles trabalham a questão de gênero. Mas era uma coisa, não é o objetivo central. Então, quando eu falei que não me identifiquei enquanto MST, então vamos colocar você enquanto Via Campesina. Até porque eu era uma pessoa que debatia em todos os sentidos na questão de luta, seja de gênero, eu me identifica na questão de gênero, e eles viram que eu tinha um grande potencial em qualquer movimento que eu fosse entrar, de desenvolver um trabalho bom. Mas eu não conseguia me identificar. Eu me identifiquei enquanto Via pela produção de alimentos saudáveis, enfim, mas era muito amplo aquilo pra mim também. Eu queria uma coisa mais específica para mim trabalhar. Como eu ia trabalhar a questão da produção aqui no reassentamento? Né? Até porque aqui a gente sabe que tem que fazer um trabalho formiguinha pra gente ir ampliando. Você tem que mostrar algo pras pessoas verem que dá certo, pra você ampliar pro geral.

Foi quando conversando com a companheira Sandra que eu percebi que o MMC era o que eu me identificava. Eu conheci a Sandra durante a etapa preparatória durante o curso. A gente, tava todo mundo no mesmo espaço. E a gente tinha que fazer a história de vida que ia ser a redação. E a gente escrevia toda hora, história de vida, história de vida. E a gente ia passando uns pros outras companheiras para ver o que tinha que melhorar no texto, as concordâncias. A Sandra trouxe a história de vida dela pra mim ler para ver o que eu achava da história de vida dela. Ela tava na mesma turma. Eu li o texto dela, e sentei junto com ela para ela fazer alguns ajustes e a gente começou a conversar. Ela perguntou que movimento que eu era, e eu falei que estava representando na época era o MAB. Ela falou que era do MMC. Mas não especificou exatamente o que era o MMC, com também eu não especifiquei o meu. Aí eu conheci ela na etapa preparatória, e quando a gente começou o curso mesmo pra valer que foi em 2009. Ai ela frequentava bastante minha casa, como eu morava aqui e ela em Bom Jesus, eu trazia ela aqui para lavar roupa, a gente lavava roupa aqui e a gente voltava. Ela vinha posava. Então a gente começou a ter uma relação mais de amizade e eu comecei a entender um pouquinho melhor e perguntar, me interessar pelo movimento. E em uma dessas idas de hotel e universidade, conversando, eu falei que eu ia desistir do curso porque eu não tava me identificando enquanto movimento. E ela falou assim, mas você tem uma cara de ser

camponesa. Daí ela falou assim, Maria você não quer fazer parte do MMC? Eu falei eu posso? E ela: Mas claro que pode. Ela falou assim: você já é do movimento. Ela falou assim: o que que eu posso fazer pra você. Maria tem algum grupo de mulheres lá que a gente pode desenvolver um trabalho? Ela disse: tem, tem o nosso grupo lá. A gente já vinha fazendo um trabalho, sem saber que era um trabalho de gênero. Porque a gente reunia as mulheres, a gente conversava de todos os tipos de relação. Mas a gente não tinha assim um trabalho mesmo assim, né. Mas a gente tinha um trabalho. E ela falou assim: vamos conhecer, você me leva conhecer o grupo?

Na mesma semana, marquei uma reunião com as mulheres aqui do Alto Alegre, e ela veio e a gente fez a divulgação do movimento. E eu já vim como primeira atividade do movimento. E eu vi que eu me identificava que eu poderia fazer um bom trabalho, enquanto grupo do MMC aqui no reassentamento. No mesmo ano a gente veio fazer vários trabalhos. Eu fazia Chapecó e fazia aqui. Em Chapecó era o geral. Como nós do Paraná a gente não tem mesmo, não tinha um movimento, porque era mais a região lá da Sandra, então, nós da região Oeste a gente não tinha uma organização. Como a gente tava iniciando todo o processo, eu ia fazer a formação junto com elas em Chapecó. Como lá tem mesmo o MMC/SC, então, a gente fazia formação junto com elas pra gente começar o grupo aqui. Onde foi que eu trouxe a Sandra, eu trouxe o movimento, e a gente começou o trabalho aqui do MMC. A gente fez várias formações aqui com as mulheres e aí a Eva já foi fazer a licenciatura dela através do movimento, depois foi a Andreia, depois foi a Suelen, e assim a gente foi ampliando as mulheres aí para a formação.

Hoje a gente está em torno de, se a gente for ver, umas 30 mulheres, que fizeram formação desde o início. É o grupo que se precisar fazer algum tipo de mobilização é o grupo que se organiza e se articula pra esse tipo de mobilização. Seja estadual. Que podemos contar com essas mulheres. Elas sempre estão participando. A gente fez várias formações aqui, a gente foi pra Beltrão, Chapecó.

Essas mulheres que participam do MMC sofrem muito no reassentamento. Porque a gente impôs respeito. Porque se precisar de uma mobilização, de algum tipo, uma política comunitária, a gente vai atrás, a gente consegue, a gente é reconhecido, lá em Cascavel, lá na Câmara dos Vereadores, enfim, porque a gente sempre está atuante. E é esse grupo que é convidado pelas universidades, seja da Unioeste, Toledo, a gente vai fazer palestra, faz a divulgação do movimento. A gente sofre porque a gente faz esse trabalho e por a gente ser mulher. Então, a gente impôs respeito aqui dentro do reassentamento por que é o único grupo que consegue trazer algo. Até por que a direção que fazia parte dessa comissão, que a gente

tem uma associação, que a gente chama de conselho dentro do Reassentamento, que onde tem membros de todas as comunidades do reassentamento. A gente faz uma reunião mensal, discute os problemas, as soluções, de todo reassentamento. Que envolve posto de saúde, escola, estrada, todos os tipos. Com o passar dos anos, houve uma descrença por parte da comunidade deste conselho, por que eles não estavam atuantes. E nós enquanto grupo Alto Alegre a gente conseguiu trazer algumas soluções. Um dos casos é que temos os ônibus escolares que são do reassentamento. Os ônibus foram conquistados pelo povo do reassentamento na época em que a Copel fez o reassentamento, a gente exigiu que dessem os ônibus, pois a escola ficaria longe.

Cada comunidade tem uma associação de moradores. Tem as duas APMs da escola, tem a terceira idade e tem o nosso grupo de mulheres que até então não era reconhecido como uma organização. E aí a gente fez mudar o estatuto desse conselho, onde todas as organizações dentro do reassentamento teriam que fazer parte desse conselho, foi onde que a gente conseguiu colocar a Eva junto, a Dona Orquídea, eu, que eu fui representando a escola, que eu sou presidente da APM da escola e mais a outra que é presidente da APM municipal, a gente ficou em quatro mulheres, até então, não existia mulheres dentro dessa organização. Você junta todas essas pessoas, vai para uma assembléia, o contador rege segundo o estatuto, e a gente forma uma comissão pra eleger. Mas são os próprios membros que vão fazer a eleição, não é a comunidade. E a gente conseguiu fazer isso.

E estamos sofrendo muito preconceito pelo fato de sermos mulheres. Foi até que a Eva não conseguiu. Se a gente fazia uma ação eles derrubavam. Se articulavam mesmo, a gente ouvia muito. Até antes de a gente fazer parte do conselho, que foi a questão dos ônibus que a gente conseguiu reverter toda a situação. Os próprios membros desse conselho tinham raiva de nós, por que a gente conseguiu fazer algo que eles não conseguiram fazer e eles falaram que a gente pulou instância. Mas a gente não deu muita importância. A gente conseguiu nosso objetivo. Até porque a gente discutir relação de gênero ali não cabia no momento, porque eles não iam entender nunca. Um dia eu estava na cooperativa lá embaixo, Cooplaf, eu fui lá na cooperativa, fui lá pra conversar com uma mulher que é diretora lá e ela não estava, e eu entrei no meio de um monte de semente de aveia para eu ir ver lá as aveia. E chegou alguns membros desse conselho e começaram a conversar. E eles falaram que estava complicada a situação deles dentro do reassentamento, porque eles tinham perdido prestígio pras mulheres do Alto Alegre. E eles estavam se articulando para ver a forma que eles iam fazer para derrubar a gente, tirar esse prestígio nosso, ganhar o prestígio deles de volta. Ai eles citaram o meu nome e o nome da Eva. E eles falaram assim, que era muito fácil, que era só derrubar as

cabeças desse grupo, e falaram meu nome e o nome da Eva. E aí no momento que eles falaram isso eu sai do meio das bolsas e falei: Boa tarde. Daí não sobrou um ali. Saiu todo mundo. Daí eu falei pra Eva: Eva é assim que está acontecendo. Eu fui ameaçada várias vezes.

Faz quatro anos que eu faço parte da APM da estadual, então automaticamente eu entro dentro do conselho, independente. Eu nunca conseguia ter voz dentro do conselho, porque era eu sozinha contra o restante. E o cargo que caia pra mim era o de fazer até porque eles diziam que eu tenho o dom de escrever. Aí tá, mas enfim, eu fazia. E um dia a gente tava em uma reunião do conselho e o presidente falou assim pra mim: hoje você coordena a reunião. Tá bom, eu coordeno. Nunca tinha deixado eu coordena a reunião. Vou coordena. Eu comecei a coordenar a reunião. A coordenar e escrever a ata. De repente chegou um vereador de Cascavel na reunião. Mas, assim, não tinha nada nos pontos da pauta que esse vereador ia chegar. Então eu levantei a mão e disse, então o sr. se apresente, diz qual é a visita, o que se trata, o que que a gente pode ajudar que depois a gente continua com a reunião. Foi então que ele disse que ia fazer parte da reunião, que ele fazia parte integrante dessa comunidade, que essa comunidade era representada por ele lá na câmara de vereadores e fez aquele discurso. Que o problema dessa comunidade era as estradas, que ele ia comprar um sítio onde tinha cascalho, pra cascalhar as estradas do reassentamento. Ai eu levantei a mal, e disse: mas isso não tá em ponto de pauta e outra, isso não é papel de vereador, comprar um sítio pra cascalhar o reassentamento. Em primeiro lugar, se o sr. acha que o sr. representa essa comunidade, mas o sr. nunca veio aqui nesse conselho, que aqui tem representante de todas as comunidades. Aqui a gente vai ter que perguntar agora para cada presidente aqui se realmente a comunidade lá o sr. representa ou não. Por que aqui existe uma organização e acho que o sr. está pulando instâncias e acho que o sr. tem que respeitar essa organização. A gente tem um estatuto e a gente tem que respeitar esse estatuto. E outra, não é papel de vereador comprar sítio para cascalhar estrada, é papel de vereador é fiscalizar e saber o porque que não está sendo cascalhada as estradas. Ele ficou muito...sabe. Disse que aquilo que eu falei na frente de todo mundo foi uma afronta para ele. Ele me ameaçou: eu sei quem você é. Você não tem medo? Eu sei cada passo que você dá aqui nesse reassentamento. Você não tem medo de cachorro te avançar nas esquinas, não? Aí eu levantei e falei: todo mundo ouviu aqui que eu estou sendo ameaçada por um vereador de Cascavel. E eu vou registrar na ata aqui e todo mundo vai assinar. E aí ele se embanonou todo. Aí ele reverteu a situação. Pediu desculpas. Disse que eu entendi mal. Então assim, gera uma estratégia deles mesmo para derrubar, porque, queira ou não, era difícil eu ter voz dentro do conselho, mas quando eu tinha eu levava metade dos

integrantes junto comigo. Entendeu? Eles perceberam que eu poderia chegar mais longe. E era uma forma de me intimidar. Nós vamos dar o troninho para ela coordenar, pra ela se sentir, depois a gente derruba ela. Essa forma de articulação que eles fazem, e ainda fazem. Eles te dão, te dão, te dão corda, para você se levantar, depois eles te derrubam. E foi onde a Eva não conseguiu, porque você tem que ter uma cabeça muito bem preparada, o psicológico, para você enfrentar. E aí, assim, ela falou, não aguento isso, para mim está sendo demais. E é difícil. E a gente sofre isso, constantemente. E a gente sofre por a gente ter uma organização de movimento, pra eles isso: Como que a gente consegue fazer isso? Eles não entendem. Eles acham que é de mais por nós sermos mulheres, fazemos uma coisa dessa.

Quando a gente foi pra Brasília, a maioria das pessoas aqui do reassentamento mesmo não sabiam que a gente ia para Brasília. Quem sabia era esse grupo mesmo que estava organizado e as famílias desse grupo. Até porque a gente não fez a divulgação porque a gente tinha medo, a gente não sabia qual seria a reação deles. Aí quando a gente foi pra Brasília a gente deu entrevista, eu dei um monte de entrevista na carreta que a gente fez. Aí o presidente do conselho falou: me diga, o que você tava fazendo em Brasília?! Eu tava na casa de um amigo meu lá assistindo televisão, de repente você apareceu lá dando entrevista. Pra eles, como que vocês conseguiram ônibus para ir? Da onde vocês tiraram isso? Então, pra eles, você ter um grupo organizado é uma ameaça. Eles não levam que é para o bem da comunidade. Eles acham isso uma afronta por você ser mulher e conseguir fazer uma organização dessa. Fazer uma mobilização dessa. E a gente é bem respeitada, assim, é, por várias famílias do reassentamento. A gente tem um prestígio maior. A gente tá conseguindo divulgar bastante o movimento em Cascavel. Por exemplo, tem sessão de câmara, a gente é chamado para a gente debater. Seja políticas públicas, enfim, a gente é chamado. Universidade. Organizações, seja sindicato, APP sindicato. Então, assim, a gente tá conseguindo divulgar nesses espaços que a gente vê que a gente pode chegar. Então a gente vai ganhando um pouquinho de prestígio e vai divulgando. Mas, assim, a gente enfrenta várias dificuldades.

A gente tem a cooperativa Cresol, que no início a gente sofreu muito preconceito também. Eu fui chamada pra ser uma das coordenadoras da questão de gênero dentro da cooperativa, que na época, é a cooperativa, a unicafes. Fui fazer parte da coordenação dessa região oeste aqui da unicafes. Eu fui muito tachada. Eu sofri muito dentro da própria cooperativa. Que eu ia desenvolver um trabalho, eu percebi que você pode chegar até aqui, você não pode avançar mais do que isso. A partir do momento em que você está conscientizando pessoas, você vai mudar aquela realidade, então, para eles é difícil essa

mudança. Até porque os próprios membros da cooperativa tem que dar bons exemplos, e não tinha bons exemplos. Mexia. Eu sofri esse preconceito. Eles mandaram eu calar a boca mesmo. Eu acabei desistindo. Eu não me sentia a vontade de fazer um trabalho daquele. Se toda hora eu era podada. Então eu preferia me ausentar. Hoje não, hoje eles veem com outros olhos, hoje eles convidam a gente. Sabe? Hoje a Cresol convida, fala, não, talvez naquele momento lá, tudo aquilo que eu passei e enfrentei, e enfrentei mesmo, bate-boca, foi suficiente para eles compreenderem um pouco. Talvez eu tinha que ter ficado, mas eu não estava preparada para ficar. Então se hoje eles têm um debate político eles chamam a gente para a gente participar. Ajudar a pensar aquele momento, fazer uma análise de conjuntura. Então a gente é chamado para pensar junto, articular. A gente ganhou respeito nesse sentido, assim.

Hoje não dou aula, estou cuidando da terra. Eu dei aula por quatros anos, fundamental e ensino básico. Dei dois anos pro ensino básico e dois anos no fundamental. E fui coordenadora também, meio ano, pedagógica da escola itinerante. Foi uma experiência muito boa. E é uma coisa que eu me identifico também, trabalhar com criança. Mas o que fala mais alto é a questão da terra ainda. Pra mim é o sangue, é a minha cultura. Me sinto melhor. E sinto que tenho que fazer mais e melhor ainda na terra. E eu só tive essa consciência de que meu trabalho é aqui depois que eu tive toda essa formação, junto com o MMC. E ver realmente que é isso, eu nasci para fazer isso. E eu preciso fazer muito ainda, e quero fazer.